

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA - PPGSCA

VIDAS DESPEDAÇADAS
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA DE BALBINA (AM), AMAZÔNIA CENTRAL

RENAN ALBUQUERQUE RODRIGUES

MANAUS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA - PPGSCA

RENAN ALBUQUERQUE RODRIGUES

VIDAS DESPEDAÇADAS
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA DE BALBINA (AM), AMAZÔNIA CENTRAL

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

MANAUS

2013

RENAN ALBUQUERQUE RODRIGUES

VIDAS DESPEDAÇADAS
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA DE BALBINA (AM), AMAZÔNIA CENTRAL

Tese apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), como requisito para obtenção do título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovação em 25 de março de 2013

BANCA EXAMINADORA

Dr. Antônio Carlos Witkoski
Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA)/Presidente

Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Universidade Federal do Pará (UFPA)/Membro

Dra. Elenise Faria Scherer
Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA)/Membro

Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)/Membro

Dr. Philip Martin Fearnside
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)/Membro

Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe
Justiça Federal do Amazonas/Membro

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Rodrigues, Renan Albuquerque

R696v Vidas despedaçadas: impactos socioambientais da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central / Renan Albuquerque Rodrigues. - Manaus: UFAM, 2013.
182 f.; il. color.

Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) —
Universidade Federal do Amazonas, 2013.
Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

1. Usina Hidrelétrica de Balbina – Aspectos sociais 2. Usina Hidrelétrica de Balbina – Aspectos ambientais 3. Índios Waimiri-Atroari – Impactos socioculturais I. Witkoski, Antônio Carlos (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 621.311.21(811.3)(043.2)

RESUMO

O desenvolvimento sustentável é uma necessidade global. No que tange à Amazônia, há muito que se debater e melhorar no âmbito dos projetos para grandes centrais hidrelétricas, construídas para a geração energética, mas que, dado implicarem deslocamentos forçados de populações por causa das barragens dos rios, amiúde tem criado amplos conflitos sociais em épocas atuais, tal como ocorreu historicamente, a partir de projetos de organismos e governos militares, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 no Brasil. Uma das represas amazônicas que apresentou grande potencial para a geração desses conflitos foi Balbina. Localizada em Presidente Figueiredo, na Amazônia Central, a represa de Balbina teve finalizada sua construção em 1987, alagando uma área de 2.400 km² de floresta, atingindo cerca de 3 mil famílias que viviam a jusante e montante da usina. O objetivo do presente trabalho foi analisar impactos sociais após duas décadas e meia de operação da hidrelétrica, iniciada em 1989. Os impactos foram analisados a partir de: i) observação participante, em que o contexto social é descrito; e ii) estudo e análise inferencial dos modos de vida, por meio da etnografia analítica. No entorno de Balbina, foram interpretados resultados de vieses de desfiliação territorial e afetiva, fragmentação de pertencimento, enfraquecimento de relações sociais e rebaixamento de ações práticas para a formação de grupos organizados na região. Como ações de enfrentamento e mitigadoras, optou-se por destacar: i) suspensão e cancelamento imediato, via ação judicial, dos passivos financeiros que tenham sido imputadas aos atingidos pela UHE Balbina, ii) reorganização da economia dentro dos ambientes de vivência para enfrentar a insegurança alimentar e a falta de renda, iii) implantação de um modelo de comércio agregador com uso de moeda social para os atingidos pela barragem e iv) a orientação da produção segundo a diversidade populacional a montante e jusante da represa.

PALAVRAS-CHAVE: Hidrelétrica; Atingidos por barragens; Impactos socioambientais; Amazônia.

ABSTRACT

Sustainable development is a global necessity. Regarding the Amazon, there is much to discuss and improve the scope of projects for large hydroelectric plants, built for a generating energy, but because involve forced displacement of populations due to the dams of the rivers, often have large social conflicts created as occurred historically, from projects and military government agencies, in the 1960, 1970 and 1980 in Brazil. One of Amazonian dams that showed great potential for the generation of these conflicts was Balbina. Located in Presidente Figueiredo, in the Central Amazon, the Balbina dam had completed its construction in 1987, flooding an area of 2.400 km² of forest, reaching about 3.000 families living downstream of the dam. The objective of this study is to analyze social impacts after nearly 25 years of operation of the dam began in 1989. The impacts were analyzed based on: i) participant observation, in which the social context is described, and ii) study and inferential analysis of lifestyles, through analytic ethnography. At around Balbina were interpreted results indicating disaffiliation territorial biases and emotional, fragmentation of belonging, weakening of social relations and demotion of practical actions for the formation of organized groups in the region. How coping and mitigating actions, we chose to highlight: i) suspension and cancellation, immediately, via action by Public Ministry and Procon, of all debts pertaining to electricity bills that have been imputed to those affected by dams, ii) reorganization of the economy within the living environments to address food insecurity and lack of income, iii) implementation of a model of trade with use aggregate of social currency to those affected by the dam and iv) the orientation of production according to the population diversity upstream and downstream of the dam.

KEYWORDS: Hydroelectric; smites by dams; environmental and social impacts; Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) de Balbina, no município de Presidente Figueiredo	16
Figura 2 – Distribuição das descargas em função da época do ano e cota do lago em relação à potência instalada	43
Figura 3 – De julho a setembro é estação amena no Uatumã. Fevereiro/março/abril correspondem à enchente (subida das águas) e período chuvoso	43
Figura 4 – Variação da potência instalada em MW no Brasil em relação aos diferentes tipos de fontes energéticas utilizadas	63
Figura 5 – Locais onde hidrelétricas poderão ser construídas, segundo planejamento dos governos de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru	65
Figura 6 – Incremento da carga de energia das regiões e do SIN (SIN) em relação às regiões brasileiras	66
Figura 7 – Variação da potência instalada no país, comparando dez/2010 e dez/2020	67
Figura 8 – Pontos em vermelho indicam onde poderão ser implantadas hidrelétricas no bioma Amazônia	70
Figura 9 – Elevações na potência hidrelétrica instalada por região brasileira (MW) no comparativo por regiões brasileiras até 2020	71
Figura 10 – Pontos em azul registram onde poderão ser implantadas hidrelétricas na Amazônia	71
Figura 11 – Relação entre potência instalada e área alagada de 116 usinas hidrelétricas brasileiras	90
Figura 12 – Área do reservatório a partir de composição originada de imagens capturadas do satélite Spot 4, em agosto de 2010 e julho de 2011	91
Figura 13 – Vista aérea da UHE Balbina no mês de maio/junho	91
Figura 14 – À medida que as máquinas iam avançando na área de Balbina, a desterritorialização se configurava com a abertura de clareiras nas matas	106
Figura 15 – Região do entorno de Pitinga	121
Figura 16 – Comunidade indígena dos Waimiri-Atroari assinou convênio com Funai para ações de mitigação aos impactos advindos da construção da usina	161
Figura 17 – Áreas onde ocorreram as expropriações da TI Waimiri-Atroari	168
Figura 18 - Numerados, estão alguns dos lotes adquiridos de modo compulsório da população que residia acima da represa	193
Figura 19 - Território original dos Waimiri-Atroari	228
Figura 20 – Modificações ocorreram no território Waimiri-Atroari após o decreto dos militares	229
Figura 21 – Na cor amarelo, é destacada área que foi retirada dos Waimiri-Atroari e dada à Paranapanema	231
Figura 22 – Na cor verde, é destacada área que foi devolvida aos Waimiri-Atroari e dada à Paranapanema	232

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição de setores da empresa Andrade Gutierrez	39
Quadro 2 – Emissões de metano e gás carbônico de UHEs amazônicas	100
Quadro 3 – Ações do Cepel para obras (quesito organização territorial)	292
Quadro 4 – Ações do Cepel para obras (quesito modos de vida)	295
Quadro 5 – Ações do Cepel para obras (quesito bases econômicas)	297-298
Quadro 6 – Ações do Cepel para obras (quesito impacto a populações indígenas)	301
Quadro 7 – Números mais recentes de casos de violência em áreas não urbanas	313
Quadro 8 – Banco Central direcionou dinheiro a sistema de produção patronal	314
Quadro 9 – Norte foi região menos favorecida no período em destaque	315

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – BALBINA: FARSA OU TRAGÉDIA?	21
1.1 Os grandes projetos para a Amazônia e o papel das megaempreiteiras	24
1.2 A questão energética no âmbito da ditadura militar	48
1.3 Conflitos e reorganizações sociais na área da hidrelétrica	83
1.4 Limites/disfunções socioambientais do projeto	88
CAPÍTULO II – VIDA DESPEDAÇADAS	108
2.1 O território e a territorialidade dos atingidos	109
2.2 A desterritorialização da vida	143
CAPÍTULO III – OS NOVOS SENTIDOS DA VIDA	179
3.1 Ações cotidianas da reterritorialização	180
3.2 Vidas intraterritoriais em Balbina	206
3.2.1 A sociabilidade na Vila	213
3.2.2 Vila de Balbina: centro social dos desterritorializados?	219
3.3 A condição inumana dos Waimiri-Atroari	225
CAPÍTULO IV – PARA ALÉM DA TRAGÉDIA	249
4.1 Balbina: produção de energia ou de crise social?	251
4.2 Da tragédia dos comuns à reorganização política	259
4.3 A restituição da população de Balbina em seu território: resistência e contestação da lógica do desenvolvimento no entorno da Usina	274
4.4 Planejamento e práticas sociais para uma vida melhor	289
4.4.1 Organização territorial	292
4.4.2 Modos de vida	294
4.4.3 Bases econômicas	297
4.4.4 População indígena	300
4.5 Lutas locais e a reconfiguração do território	303
4.6 Modos de apropriação dos territórios comuns dos tradicionais: o caminho para uma economia solidária	309
4.7 Para além da visão clássica do desenvolvimento econômico	317
Considerações finais	335
Referências	344

INTRODUÇÃO

Uma usina hidrelétrica ou central hidrelétrica (UHE) é um complexo arquitetônico formado por um conjunto de obras e equipamentos que possui por finalidade produzir energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio (VARGAS, SOUZA e LOCH, 2004, p. 2). Atualmente, há no mundo cerca de 40 mil grandes hidrelétricas em funcionamento. O planejamento para a execução de construções dessa monta no Brasil surgiu primeiramente na década de 1970, durante o regime militar. A ideia era efetivar a integração nacional do bioma. Para concretizar a proposta, vieram os planos Polamazônia¹, Desenvolvimento Rural Integrado, Grande Carajás, Estratégias de Desenvolvimento Sustentável no Âmbito do Programa Piloto (PPG-7), Avança Brasil e o atual Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outros.

Com exceção do Programa Piloto Internacional (PPG-7), que contribuiu para o desenvolvimento sustentável e o manejo dos recursos naturais tendo em vista a sustentabilidade do bioma, a maioria dos programas de desenvolvimento levou à crescente destruição das florestas tropicais e ao desordenamento da população amazônica, em suas esferas material e imaterial. A Usina Hidrelétrica de Balbina, localizada no município de Presidente Figueiredo, ao norte de Manaus, Estado do Amazonas, na Amazônia Central, Brasil, foi exemplo de uma grande central hidrelétrica construída no intuito de fortalecer o desenvolvimento nacional e local, mas que teve consequências catastróficas às populações do entorno: rurais, ribeirinhos e índios.

A UHE, então pensada para reforçar o parque energético da capital amazonense e com isso

¹ O principal objetivo desse plano era estabelecer quinze polos de desenvolvimento em áreas selecionadas, nas quais os investimentos seriam canalizados para a infraestrutura.

atrair empresas para a Zona Franca de Manaus e gerar empregos, não conseguiu suprir as necessidades mínimas de consumo, haja vista que a geração média anual da usina é de 112 MW (FEARNSIDE, 1988; FIGUEIREDO e LARAQUE, 1999), sendo importante destacar que a diferença entre geração e consumo é coberta pela geração térmica. Balbina supre perto de 10,5% dos 1.100 MW de energia consumida pelos 1,8 milhões dos manauaras, aproximadamente. Os demais 89,5% de demanda, equivalentes a cerca de 990 MW, chegam por meio da queima de combustíveis fósseis, seja gás natural ou diesel, via operações de termelétricas instaladas. Em relação ao consumo total da capital, a UHE não é significativa de fato, pois a Eletrobras Amazonas Energia mantém uma reserva diária em torno de 400 MW para evitar os ‘apagões’ na cidade, os quais em geral aconteciam anualmente com a chegada do calor intenso (de julho a novembro) e a consequente alta de consumo de energia elétrica.

Além da questão energética, corroborou para o declínio do projeto a desterritorialização que modificou a vida das populações que viviam e trabalhavam em função do ambiente no entorno da obra, uma zona rural localizada a 82 km da sede de Presidente Figueiredo, distante 112 km de Manaus ao norte da capital, retirando alimento a partir da pesca artesanal, dos roçados, da caça, sobretudo. São pessoas que moravam nessas áreas não urbanas e se alimentavam basicamente do extrativismo de peixes, frutos e carne de caça, do cultivo em nível familiar de leguminosas e da produção hortifrutigranjeira em microescala.

Apesar de deterem conhecimentos tradicionais, ou seja, saberes populares de alto valor partilhados por grupos sociais e em geral acessados via relato verbal de pessoas que, por tradição oral ou observação sistemática repassada entre gerações, desenvolveram conhecimentos e habilidades relacionadas aos ambientes em que se situam (MENDONÇA *et. al.*, 2007), rurais ribeirinhos e indígenas foram os mais agredidos em seu modo de vida a partir da UHE. Justamente esses povos, os quais possuem conhecimentos ancestrais sobre modos de caçar e pescar em ambientes naturais, de forma equilibrada e sem usurpar dos meios de reposição dos ecossistemas

amazônicos, sofreram as piores violências, diretas e indiretas, por causa da represa.

A abertura de grandes hidrelétricas em regiões amazônicas começou a modificar a vida cotidiana dos residentes nessas áreas e no entorno delas a partir do impacto dos barramentos nos sistemas familiares e artesanais de produção. Houve modificação significativa nos métodos tradicionais de plantio e coleta de recursos naturais utilizados por esses agrupamentos de pessoas. As populações que mantinham relações de trabalho a partir de meios então artesanais e até certo ponto rudimentares, em comparação a produções em larga escala, viram-se obrigadas a se adequarem a modelos ágeis e realizados em escala maior à que historicamente praticavam, para atender a novas demandas, o que causou estranhamento dos comunitários frente ao recém imposto comportamento.

A mudança social advinda da necessidade de reestruturação do jeito de trabalhar dos pequenos e médios produtores amazônidas residentes no entorno das usinas, construídas pelo governo federal a partir do período do regime militar, de 1964 a 1985, culminou no surgimento de uma posição dicotômica da relação das populações com o trabalho e a família. Essa discrepância entre o antigo posicionamento, construído naturalmente de modo histórico sob a égide da subsistência familiar ou grupal, e o novo estado de representações, imposto por precisão da sociedade moderna, tendeu a obrigar a micro e pequenos produtores a se questionarem acerca da adaptação a esse modo de vida exógeno.

A problemática da geração de energia em razão do crescimento populacional não é fácil de ser equacionada. A população amazônica aumentou e ainda vem aumentando. Há hoje cerca de 22 milhões de pessoas não indígenas morando no bioma Amazônia e existem mais de 270 mil índios pertencentes a 180 etnias que falam cerca de 150 idiomas diferentes. Essa pressão demográfica ocasiona pressão aos ecossistemas e perda de biodiversidade. Além disso, como já citado, a construção de grandes projetos de desenvolvimento para suprir a demanda energética faz com que a exclusão social aumente na Amazônia. Por isso, saber quais anseios e demandas cotidianas mais

assolam os seres humanos que habitam essa imensa região faz-se importante para constituir políticas públicas de auxílio, intervenção e contraposição aos desmandos do Estado. Os problemas, os sofrimentos, os desejos, as necessidades, as vontades e as contingências do dia-a-dia são para serem avaliados a partir das concepções de mundo exploradas e descritas.

A Hidrelétrica de Balbina, cuja construção iniciou-se próximo à Cachoeira Balbina, no Rio Uatumã, ano de 1981, causou polêmica por conta dos impactos socioambientais gerados no decurso e depois de finalizada a obra. Vinte e cinco anos após o projeto terminado, a questão suscita opiniões diversificadas e veementes. Opiniões que podem, inclusive, variar a partir da diferenciação entre tipos de populações, classe social e econômica e faixa etária, levando em consideração o que se pensa e sente sobre a hidrelétrica, sobre suas perspectivas de vida e estruturação familiar após a construção da represa e ainda acerca de suas possibilidades de estabilização de vida em decorrência do afetamento territorial e identitário gerado a partir da UHE.

Questões já levantadas em pesquisas acerca da barragem de Balbina foram diversas, relacionadas i) ao baixo potencial energético instalado, ii) ao funcionamento dos ecossistemas no entorno da hidrelétrica (FEARNSIDE E PUEYO, 2012), iii) às consequências da desterritorialização no entorno da área (GRIBEL, 1989; CASADO, 1989; BAINES 1996, 1996b) e iv) acerca da contribuição negativa de Balbina para o aquecimento global, com suas altas taxas de emissões de gases de efeito estufa (KEMENES *et al.*, 2007). Mediante a diversidade de investigações realizadas, o presente estudo propôs a análise dos impactos socioambientais gerados pelo funcionamento da hidrelétrica de Balbina à população moradora do entorno da barragem, atingida pela construção da obra, incluindo indígenas e não indígenas.

Indagou-se na pesquisa acerca i) do significado da hidrelétrica na vida dos moradores do entorno, ii) das implicações sociais para os residentes ao largo da hidrelétrica, e iii) dos processos de exclusão social a montante e a jusante da obra, onde grande parte da população vive em função da UHE dada sua condição de atingida pela barragem. A partir desses questionamentos

pressupostos, foram objetivos do estudo i) investigar em que medida a Hidrelétrica de Balbina impactou a vida de populações moradoras do entorno da barragem, ii) analisar o processo de desterritorialização das pessoas com a saída compulsória de suas terras e iii) avaliar o modo como moradores do entorno da UHE ressignificaram suas vidas levando em consideração terem sido realocados compulsoriamente para áreas onde antes não residiam.

A pesquisa teve como aporte a etnografia (WIELEWICKI, 2001; PEIRANO, 1992; CRAPANZANO, 1986) para sustentar a proposta teórico-metodológica de observar e descrever conjuntos de “entendimentos e conhecimentos compartilhados entre populações, buscando acessar comportamentos em meio a um contexto específico” (HORNBERGER, 1994, p. 688). Na perspectiva etnográfica, a construção da teoria acerca do objeto/sujeito de estudo e o diálogo com os resultados do trabalho de campo tendem a ser extrapolados para demais situações. A preocupação com a teoria é importante na medida em que esta é o reflexo de uma situação concreta, com suas objetividades e subjetividades (HAMMERSLEY, 1992; GEERTZ, 2003).

Na etnografia, a interpretação da realidade funciona como combustível a partir do qual a pesquisa etnográfica se funda. O campo representa um aspecto essencial, que irá alimentar a troca de experiências, levando em consideração especificidades de pessoas, determinações estruturais, símbolos, sinais de pertencimento, escolhas, crenças, atitudes, valores e ideologias (MAGNANI, 1999, 2002, 2003). Para quem está ou vai a campo, entender as pessoas a partir de suas narrativas é uma ação significativa na medida em que são esboçados nos depoimentos traços da experiência temporal dos grupos populacionais investigados.

A narrativa, ao organizar, ordenar, imprimir uma ordem própria ao acontecimento, institui-se como modalidade comunicacional que confere sentido ao real (AUGUSTA, 1996; DALMOLIN *et al.*, 2002). Todo ato de narrar é uma tentativa de reportar o fato tal como aconteceu, por meio de formas únicas de contar o acontecimento, com detalhes e experiências vividas que no decorrer do relato são veementemente defendidas (BARDIN, 2002; DALMONTE, 2009).

Para realizar a pesquisa no entorno da barragem importou exercitar ação de estudo acerca dos povos sitiados a jusante e a montante da barragem, abrangendo saberes e fazeres. A intenção foi interpretar e explicar o que as pessoas fazem naquele determinado ambiente em função da represa. A pesquisa² se deu por conta da possibilidade de inferir acerca do modo de vida dos moradores do entorno da barragem, mediante informações concernentes à relação entre a Amazonas Energia³ e as populações residentes nas adjacências. Foi essencial na decisão sobre o tema o fato da hidreletricidade merecer debates aprofundados no Brasil, sobretudo quanto ao aproveitamento desse recurso na Amazônia.

Para o delineamento do estudo, tomou-se como hipótese o fato de que, com a saída compulsória dos locais onde moravam antigamente, houve diminuição no sentimento de pertencimento social, o que concorreu para a fragmentação dos modos de vida da população. Na avaliação de contexto social do campo, foram usadas técnicas de observação participante e exploração empírica, com composição de diário para contextualizar áreas e pessoas. Foram relevantes indicações de Vala (1986), Triviños (1987) e Sá (1998), os quais entendem que amplitude (quanti) e variação (quali) de respostas manifestas e latentes são importantes.

A Usina Hidrelétrica de Balbina fica localizada no rio Uatumã, distrito de Balbina, zona rural do município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, ao norte da capital do Estado do Amazonas, na Amazônia Central. O município de Presidente Figueiredo se situa entre as coordenadas de latitude sul 2° 14' 26" e entre os graus 60° a 61° de longitude W.Gr., em uma altitude de 92,9 metros acima do nível do mar (ICOTI, 1992; CPRM, 1998). O clima da região é quente e úmido. O regime climático observado na época em que o trabalho foi desenvolvido apresentou, respectivamente, total pluviométrico de 2.585 mm, 2.243 mm e 2.546 mm para os três anos. A

² Foi recebida autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para a realização da atividade em 28/10/2010, mediante identificação de problema, referenciais teóricos, métodos e cronograma do estudo, por meio do CAAE nº 0019.0.115.000-10.

³ O setor de energia do Amazonas foi remodelado em 1990 e a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), via a subsidiária Amazonas Distribuidora de Energia S.A (hoje Amazonas Energia, mas antes denominada de Manaus Energia), conseguiu a concessão para explorar energia elétrica no Estado do Amazonas.

temperatura média anual foi de 26,7°C, com a máxima em torno de 33,1°C e a mínima em torno de 23,5°C (SUDAM, 1984; EMBRAPA, 1998, 1998b).

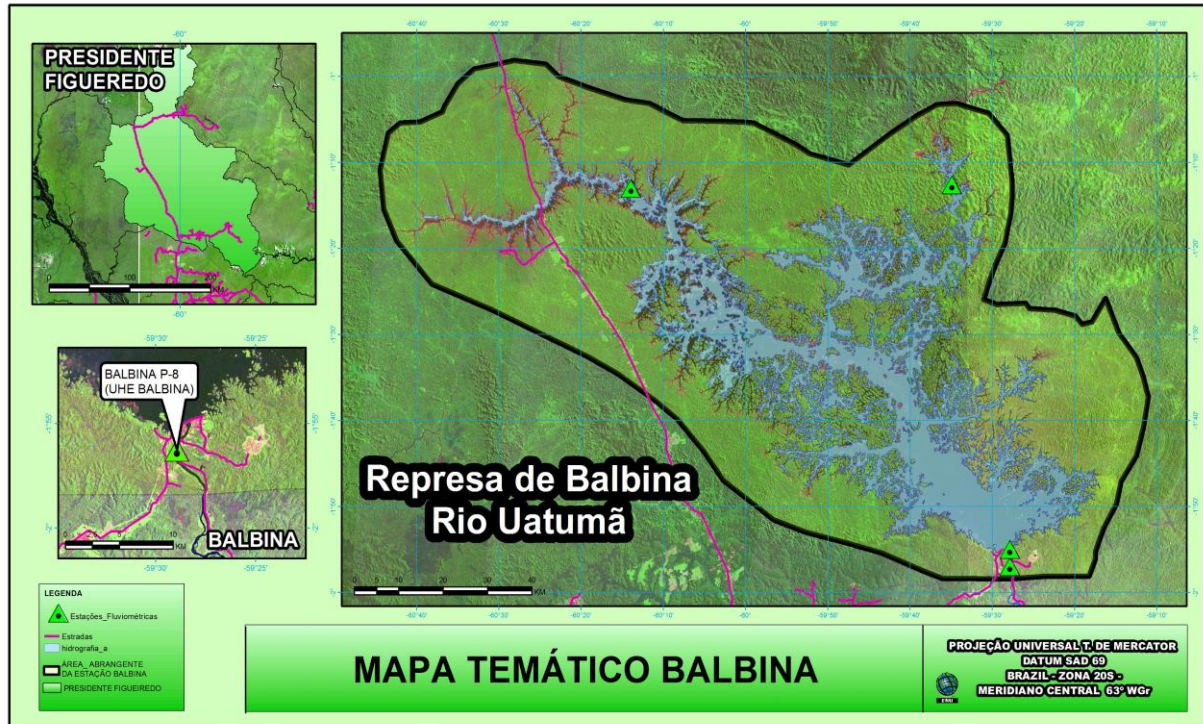


Figura 1 – Barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) de Balbina, no município de Presidente Figueiredo. **Fonte:** IAL (2013).

Na coleta de dados, foram percorridas as seguintes localidades: Vila de Balbina, Ramal da Morena, entorno da BR-174, entorno da rodovia de acesso à UHE, sede do município de Presidente Figueiredo, três ilhas habitadas a montante da usina e entorno da Terra Indígena Waimiri-Atroari. Os participantes foram selecionados a partir de sua relação de conhecimento acerca da história de implantação da barragem no rio Uatumã e as consequências do projeto para as populações do local.

Foram explorados significados da UHE Balbina em função da desterritorialização e reterritorialização, visando interpretar similaridades e diferenças. O estudo pretendeu inferir sobre implicações estabelecidas entre sociedade, meio ambiente natural e UHE Balbina enquanto obra representativa da ideia de Estado de desenvolvimento para a Amazônia, tomando-se como pressuposto a dinâmica de vida no entorno da usina.

Foram compilados diários de campo durante três anos de visitas às áreas. A análise das

entrevistas foi realizada a partir da separação das unidades temáticas (Unidades de Contexto Elementar – UCEs) das falas gravadas dos participantes. Cada sentença foi avaliada por quadros léxico-semânticos interpretativos (BARDIN, 2002). Foram usadas técnicas de interpretação e inferência para depoimentos acerca de fazeres comuns, lugares e saberes.

A entrevista semiestruturada é uma técnica que parte de perguntas primordiais. Depois o pesquisador passa a fazer questionamentos que buscam ampliar o nível interativo em relação ao entrevistado (TRIVIÑOS, 1987). A meta é estimular o informante a seguir seu pensamento dentro do foco principal interposto, permitindo flexibilidade para possíveis intervenções (VALA, 1986).

O roteiro da entrevista buscou instigar o(a) participante a partir de quatro questões norteadoras: i) quando falo sobre a implantação da UHE Balbina, o que lhe vem a mente?; ii) o que você entende sobre a UHE?; iii) Para você como foi sair de sua antiga para casa para vir morar aqui?; iv) como você se vê em seu meio ambiente após a construção da usina? Como critérios para a participação na entrevista, os participantes deveriam: i) ser moradores fixos das localidades atingidas pela barragem; e ii) concordar em ser entrevistado com a gravação da entrevista.

Foi referência para o plano de avaliação a análise de conteúdo manual. A técnica objetiva aproveitar dados brutos contidos em uma comunicação, identificando padrões via categorias conceituais ou classes contextuais, com contagem de unidades de contexto elementar (UCEs) (MOSCOVICI e PÉREZ, 1999). Uma UCE é definida segundo tamanho do texto, número de palavras e sentido da oração. Do total avaliado, 1.008 UCEs tiveram significado.

As categorias foram divididas em: i) reconhecimento do problema (249 UCEs); ii) bonificação pessoal (60 UCEs); iii) organização social (157 UCEs); iv) mobilização e atitude (56 UCEs); v) desorganização sociopolítica (41 UCEs); vi) perseguição individual ou coletiva (90 UCEs); vii) desamparo e exclusão social (207 UCEs); e viii) necessidade de adaptação (148 UCEs). Demais unidades que surgiram não se encaixaram no padrão das respostas e foram descartadas.

No capítulo I, Balbina: Farsa ou Tragédia?, foi investigada a visão propagada pelo regime

militar para a Amazônia durante as décadas de 1970 e 1980, bem como o papel das megaempreiteiras no diálogo com os militares para fomentar assinaturas de contratos de execução de grandes obras dentro do bioma. A Amazônia foi enfocada tanto pela importância biológica para o equilíbrio do planeta — por ser um rico conjunto de ecossistemas —, quanto por sua relevância social — ao abrigar enorme diversidade étnica —, sendo projetada para o epicentro do debate quando a discussão versou acerca das imbricadas relações entre Estado e iniciativa privada.

Problemas objetivos e subjetivos relacionados ao projeto de construção da hidrelétrica de Balbina foram destacados, assim como se avaliou a estratégia de ocupação e desenvolvimento que o regime militar impôs aos moradores da Amazônia, que sofreram em decorrência de projetos mal planejados. No que se refere especificamente à geração de energia no bioma, foi destaque a derrocada temporária da matéria prima fóssil que propiciava e até hoje propicia a maior parcela de produção energética na Terra, o petróleo. Observou-se que, na tentativa de desvincular o Brasil de sua dependência energética externa, os militares criaram outro problema, ancorado no caos socioambiental instalado em ambientes não urbanos a partir da mudança na paisagem e no cotidiano das populações.

A partir do segundo capítulo, *Vidas Despedaçadas*, foi possível interpretar que dois elos entre a sociedade e o ambiente tendem a ser o território e a dinâmica relação que os grupos sociais possuem com o entorno. Tratam-se de relações de troca, fundamentalmente dinâmicas. Estando a territorialidade e o processo de desterritorialização das pessoas atingidas pela construção da represa no rio Uatumã no centro das análises, implicações dessa complexidade foram descritas e ponderadas.

Foram avaliadas narrativas concernentes ao reconhecimento do problema da implantação de grandes projetos na Amazônia, aos impactos gerados pela usina, aos benefícios pessoais e coletivos expropriados, à organização social dos atingidos pela barragem, à mobilização dos desterritorializados para terem direitos resguardados, à organização sociopolítica do Movimento dos

Atingidos por Barragem do Amazonas, à situação de desamparo e exclusão social em que estão imersos muitos moradores do entorno da UHE e à necessidade de adaptação das populações tendo em vista a falta de assistência do Estado.

No terceiro capítulo, Os Novos Sentidos da Vida, foram estudadas interpretações particulares que os desterritorializados atribuíram às suas vidas após a implantação de Balbina. A leitura da realidade a partir de um prisma diferente, modificado pela construção de um grande complexo pensado para o represamento de um rio, foi analisada nessa etapa. Construções de mundo pautadas a partir de sentimentos de ausência e apartação à terra, no qual não apenas a questão física, de distanciamento em relação ao local, mas também psíquica, de desfiliação ante sua casa, sua morada, seu ambiente conhecido, foram pesquisadas.

A proposta foi investigar quais os sentidos da ressignificação da existência e em que medida o fato de não possuírem mais seus antigos territórios afetou indivíduos e grupos e remodelou o dia-a-dia das famílias que deixaram antigas residências e foram forçadas a mudar de endereço. As problemáticas rural, ribeirinha e indígena foram tratadas. Foi meta analisar depoimentos relacionados à desterritorialização operada no entorno de Balbina, enfocando correlações com aportes teóricos destacados.

No quarto capítulo, Para Além da Tragédia, a proposta foi investigar até que ponto a crise energética dos anos 1960, 1970 e 1980 serviu de argumento para viabilizar a construção da usina hidrelétrica de Balbina e em que medida isso redundou em um confronto sem precedentes, trazendo como consequências trágicas experiências de intolerância, violação de direitos coletivos socioambientais e a desafortunada saída compulsiva das pessoas de suas terras sem uma indenização coerente com a realidade contingencial e histórica, fortalecendo dinâmicas desumanizadas.

Pesquisou-se um drama comum, a possibilidade de reorganização política na área de influência da usina e os mecanismos de modelagem do território, os quais perpassam pelos

sentimentos atribuídos ao ambiente, constituídos em fatores fundamentais ao bem-estar das pessoas. Em Balbina, após a implantação da usina hidrelétrica, a organização humana em meio àquele ambiente modificado, construído, passou a depender da relação estabelecida entre o complexo arquitetônico e as pessoas. Essa relação, ao se tornar recorrente e necessária para a manutenção da dinâmica da vida no entorno da UHE, também influenciou no reordenamento da existência dos seres que ali moravam e ainda moram.

CAPÍTULO I

BALBINA: FARSA OU TRAGÉDIA?

“A Amazônia era como um El Dorado dentro da América Latina; era um amplo reservatório de riquezas naturais com o potencial para servir como uma nova fronteira e o centro de uma nova civilização.”
(GARFIELD, 2009, p. 29).

Com o fim da Segunda Grande Guerra, a busca incessante das nações mundiais por bons indicadores econômicos, iniciada nas décadas de 1950 e 1960, passou a delimitar os indicadores da qualidade de vida das pessoas. Na década de 1970, houve a expansão dos mercados nacionais para o capital estrangeiro e com o fortalecimento dos comércios multilaterais nas duas décadas seguintes a quantidade de obras urbanas construídas no planeta foi elevada exponencialmente.

Na Europa e nos EUA, o setor da construção civil praticamente tornou-se um parceiro de negócios dos governos, haja vista a necessidade de se implantar com urgência projetos arquitetônicos de médio e grande porte. Após o crescimento vertiginoso da engenharia nos EUA e em países europeus, Ásia, Oceania e América Latina passaram a vivenciar vetores do mesmo progresso econômico. Pontes, viadutos, ruas, avenidas, conjuntos residenciais, condomínios, arranha-céus, ilhas de concreto e consumo eram cada vez mais comuns em ambientes não rurais.

Muitas dessas construções erigidas importavam mais a quem construía, por causa dos lucros estratosféricos que a atividade gerava, do que propriamente às pessoas que iriam supostamente se beneficiar daquilo que o novo mundo tinha a oferecer. Desde o século XIX, fortaleceram-se grandes redes de negócio que financiaram e lucraram com isso. Fossem os países exportadores de petróleo

ou as empresas refinadoras e revendedoras em atacado e varejo, a regra era lucrar ao máximo.

Por razões geopolíticas, esse ideal foi partilhado entre todos os governos brasileiros desde 1950. O Brasil devia sair do fosso tecnológico em que se encontrava e grandes centros urbanos, bem equipados e modernos, eram essenciais na tarefa. A proposta, em parte, era acertada. Havia extensas áreas urbanas no Sudeste e Sul do país que deveriam aderir à perspectiva, mas o que não tinha lógica dentro do contexto sociocultural era, por conta desse ideal, deixar de observar as especificidades que as regiões Centro-Oeste, Nordeste e principalmente Norte resguardavam em si mesmas. No caso nortista, a Amazônia sempre foi um celeiro de extremidades.

Local rico, vasto, com capacidade aquífera e alimentar gigantesca, porém de difícil acesso fosse por terra, água ou ar. Apesar dessa dificuldade, a sanha pelo desenvolvimento de forma açodada, sem planejamento, causador de degradação ambiental e esgotamento de recursos naturais em função de uma pretensa evolução natural dos seres humanos, fez com que o bioma se tornasse alvo fácil. Desde então, usar de modo vil e mesquinho tudo o que da natureza provinha passava a ser objetivo singular em nome do progresso. Estradas, fazendas de gado, plantações tão vastas quanto o possível, mineração de alto impacto, biopirataria, comércio ilegal de artefatos arqueológicos, grilagem, corte de madeira bruta e geração energética por exploração petrolífera, a gás ou via potencial hidráulico foram medidas encontradas para sugar o que a Amazônia tinha e tem como riqueza.

No capítulo que segue foi meta investigar alguns dos mecanismos de poder utilizados para executar ações de exploração indiscriminada do bioma, especificamente da captura e uso do volume hídrico da Amazônia, objeto deste estudo, e o que isso gerou de problematização para os impactados pela atividade. O recorte temporal é datado da época do regime militar (1964 a 1985), mas não existe uma limitação rígida nesse sentido. Trata-se de uma organização para situar o texto e o(a) leitor(a), justificando, assim, angulações e digressões que possam ter sido cometidas durante o percurso.

Em “Balbina: Farsa ou Tragédia”, a discussão se situa no âmbito de quatro eixos principais:

i) no tópico “Os grandes projetos para a Amazônia e o papel das megaempreiteiras” foi proposto recuperar o debate sobre as relações entre militares e empreiteiras de grande porte do Brasil, buscando refletir sobre a fundamentação do modelo clássico de desenvolvimento do bioma; ii) em “A questão energética no âmbito do governo militar” foi meta traçar um paralelo entre as preocupações do regime militar em fomentar um modelo energético para o país focado na hidroeletricidade, e o que isso gerou de problemas efetivos para a região Norte e o Amazonas, especificamente, devido a construção de hidrelétricas poucos eficientes, entre elas a Usina Hidrelétrica de Balbina; iii) no tópico “Conflitos e reorganizações sociais na área da hidrelétrica” a proposta foi investigar conflitos decorrentes da saída compulsória de populações de áreas do entorno da UHE Balbina, viabilizando interpretações acerca da inserção de modelos econômicos típicos do capitalismo de mercado às estruturas tradicionais existentes em Balbina e que eram pautadas por um sistema de sustentação autorregulatória e não alinhado às complexidades existentes em economias de consumo; iv) em “Deficiências socioambientais que permearam o projeto” foram descritos e correlacionados fatores sociais e ambientais relevantes que depuseram para a derrocada da usina de Balbina, tendo como perspectiva a natureza e as populações rurais, ribeirinhas e indígenas do entorno e ainda interpretando a situação a partir da falta de planejamento para a construção da represa.

A perspectiva global dessa primeira parte do estudo foi dar conectividade e relação entre os tópicos pesquisados. Buscou-se explicar em que medida o regime que vigorou no Brasil até 1985 e as megaempreiteiras cultuavam relações de troca entre si. De um lado, os militares, tendo de lidar com a necessidade de planejar a Amazônia, mas pouco se dispendo a dialogar com segmentos interessados e conhecedores da realidade do bioma; de outro, consórcios da indústria de construção, que topavam praticamente qualquer projeto no país desde que isso gerasse lucro a eles, mesmo que fossem em áreas longínquas de grandes centros urbanos e desconhecidas para os conglomerados,

como era o caso da Amazônia.

Nesse primeiro capítulo, foi intuito descrever qual a noção vigente de desenvolvimento e planejamento energético de médio e longo prazo que os militares tinham na época e que em grande monta se repete hoje em dia, bem como as implicações observadas a partir dessa visão unilateral, que perdura atualmente e apenas reafirma as desigualdades econômicas existentes, realçando o fato do desenvolvimento restringir-se à escala nacional, sem atingir localidades receptoras (VAINER e ARAÚJO, 1992).

Foram levantadas polêmicas socioambientais e investigou-se a desregulação da vida na área do antigo distrito de Balbina. O propósito se direcionou a apontar evidências de que a gênese da usina marcou de modo decisivo a história dos povos a jusante e a montante e a economia tradicional de Presidente Figueiredo, com reflexos na capital amazonense e no Estado enquanto Federação a abrigar a pior UHE do Brasil em termos de geração energética em razão da área alagada.

1.1 Os grandes projetos para a Amazônia e o papel das megaempreiteiras

O golpe militar ocorrido em 1964 concretizou no Brasil uma ditadura, a qual permaneceu até 1985. Ao longo de 21 anos, militares endureceram suas ações e realizaram práticas de tortura e censura para alcançar propósitos de combater qualquer ameaça ou manifestações contrárias ao regime. Desde 1º de abril de 1964, data em que os militares tomaram o poder no país e passaram a governar o Brasil de forma ditatorial, iniciou-se em todos os Estados uma série de atividades voltadas para a construção de projetos de grande porte para alavancar a economia brasileira. Esses projetos foram denominados de macroeconômicos.

Para subsidiar a ideia, foi formulado um conjunto amplo de ações estratégicas direcionadas ao fomento desses empreendimentos no país, compilado a partir do Programa de Integração Nacional (PIN), com intuito de formar recursos humanos para auxiliar na proposta governamental, sobretudo identificando regiões estratégicas e tipos de obras a serem realizadas. Vertentes do PIN

foram o Plano Decenal⁴, o Metas e Bases⁵, o Proterra⁶, o PND I⁷, o PND II⁸ (este especialmente direcionado ao bioma Amazônia) e o PND III⁹. Todos tiveram como objetivo a construção de grandes obras, a redistribuição de terras e a ajuda a agroindústrias, mediante o aumento da infraestrutura nacional nas áreas de energia, transporte, empréstimos bancários e comunicações (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004).

Para efetivar a ação, o lema da Escola Superior de Guerra (ESG), principal colégio científico e tecnológico de formação dos militares brasileiros a partir de 1964, passou a ser tornar o “Brasil Grande”, em uma indicação de que o objetivo era aumentar a infraestrutura do país a patamares sem precedentes na história recente da nação. As construções da rodovia Transamazônica, da Ferrovia do Aço, do Sistema de Telecomunicações, do Projeto Carajás e das usinas hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí e Balbina, entre outras ações, foram iniciativas enquadradas dentro do âmbito do Programa de Integração Nacional, que buscava se apoiar na Teoria dos Polos de Crescimento, elaborada por Perroux (OLIVEIRA, 2010).

Ao se embasarem nessa teoria, os militares mostravam ter consciência de que era necessário interpretar as aspirações e interesses nacionais através de um método científico, visando a formulação da política nacional. Mas os grandes projetos dos militares foram sempre o começo de um processo de ocupação inexorável e degradação de imensas áreas no bioma. Não foram apenas obras que se instalaram em reservas indígenas, comunidades ribeirinhas, rurais, ambientes de populações quilombolas e várzeas usadas por caboclos e pescadores. Foram, sim, processos irreversíveis de transformação de uma terra alheia por meio de ocupações dirigidas e aleatórias.

⁴ O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social foi formulado para o período de 1967-76. Apesar de ambicioso, este plano era uma coleção de relatórios, estudos e recomendações, não sendo, portanto, implementado pelo governo Costa e Silva. Contudo, ele serviu de base para o PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento), que foi elaborado para o período de 1968-70.

⁵ O Metas e Bases para a Ação do Governo foi elaborado para o período de 1970-72.

⁶ Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste.

⁷ 1º Plano Nacional de Desenvolvimento. Este plano, elaborado para o período de 1972-74, manteve os mesmos objetivos dos planos governamentais anteriores, tais como integração nacional, ocupação da Amazônia e aceleração do crescimento econômico.

⁸ 2º Plano Nacional de Desenvolvimento. Este plano, atualmente considerado o plano que maior impacto causou na transformação da economia brasileira, foi elaborado no governo Geisel para o período de 1974-79. A ideia estava refletida no programa Polamazônia, inserido no PND, cujo objetivo era estabelecer quinze polos de desenvolvimento em áreas selecionadas, nas quais os investimentos seriam canalizados para a infraestrutura.

⁹ 3º Plano Nacional de Desenvolvimento, formulado após 1979.

A teoria de Perroux influenciou o modelo de planejamento regional no Brasil entre 1964 e 1985, sobretudo a partir da perspectiva de que a aglomeração de empresas ou de uma grande obra em dada localidade poderia produzir ganhos externos à própria obra e que seriam repartidos entre ambos os mantenedores das construções: megaempreiteiras e Estado. O que se seguiu a isso foi uma polarização humana pela concentração de trabalhadores, técnicos e capacidade empresarial na mesma localidade, de maneira que os governos atraíam ou montavam empresas que formavam complexos industriais, juntando em um mesmo local um conjunto de outras empresas prestadoras de serviços (IANNI, 1996).

Perroux, no entanto, formulara primeiramente a Teoria da Unidade Econômica Dominante e, após modificações, passou a divulgar sua Teoria dos Polos de Crescimento na segunda metade da década de 1970. Sua corrente econômico-filosófica afirmava que os polos de crescimento de um país podem se formar em torno de uma conjuntura urbana ou ao longo de grandes regiões com fontes disponíveis de matérias-primas, assim como nos locais de passagem de fluxos comerciais significativos (PERROUX, 1977). O conceito de polo de crescimento normatiza o fato do desenvolvimento econômico não acontecer de maneira igualitária em diferentes regiões geográficas de uma nação e entende que ao serem iniciadas grandes obras edificantes em determinadas áreas escolhidas por sua relevância essas construções fortaleceriam a economia do entorno paulatinamente (SOUZA, 2005; PERROUX, 1967).

A partir da transposição dessas ideias para o contexto brasileiro, a um mesmo tempo os militares visavam a integração humana, firmada pelo povoamento de regiões distantes de grandes centros urbanos, como a Amazônia, e o aumento significativo de obras de grande porte, auxiliando o setor da construção civil, que foi o propulsor da atividade econômica do governo militar por conta do volume de recursos movimentados, da extensa cadeia de fornecedores e da alta no volume de mão de obra barata.

No que se refere à geração de energia na Amazônia, é prerrogativa analisar a derrocada

temporária da matéria prima fóssil que propiciava e até hoje propicia a maior parcela de produção energética na Terra via petróleo. Na primeira metade dos anos 1970, percebeu-se uma crise mundial primordial do petróleo, com suas diferentes ramificações e intensidades, a qual atingiu o Brasil diretamente, como à maior parte dos países do mundo, enfraquecendo o comércio de insumos e fazendo decair bastante o volume de empréstimos bancários (ARACH, 2008).

Ao notar o momento histórico e terem conhecimento de que o mundo atravessava seu primeiro grande obstáculo, o regime se viu na incumbência de formular macroprojetos econômicos para o país, a priori rotulados como alternativas únicas para o alcance de metas estabelecidas pelas políticas desenvolvimentistas internas e externas, mas que na verdade eram planos mal acabados na tentativa de desvincular o Brasil de sua dependência energética estrangeira (IANNI, 2000).

Apesar da intenção de tornar o país uma potência na América Latina, o não estreitamento do debate sobre o tema com o universo acadêmico-científico em geral, por parte dos militares, resultaria em um processo de desintegração do elo entre ciência e política, o que iria se refletir negativamente em boa parte dos grandes projetos que estavam sendo planejados. O problema em não discutir os planos de governo com a sociedade civil indicava que, “sendo uma nação em busca de um conceito, o Brasil era um país cuja história estava amplamente determinada pelos movimentos e exigências dos mercados externos” (IANNI, 2002, p. 6).

O regime buscava importar, desta feita, um modelo de desenvolvimento corrente e usual impondo um formato preestabelecido. A conjuntura crítica e os dilemas vividos a partir do golpe de 1964 tinham forçado os generais a decidirem com rapidez por um meio urgente de industrialização, pautado na propulsão das obras de grande porte como fonte de demonstração de poder e pujança econômica do Brasil frente a América Latina (IANNI, 2000).

Uma crítica a ser destacada, a partir de ponderação referente à análise dos autores elencados, é que a lógica do discurso militar perpassava pela noção capitalista de progresso, baseada no consumo irrestrito. A busca pelo crescimento e bem-estar foi, no período, direcionada para o

desenvolvimento da infraestrutura das cidades ou áreas rurais. O teor humano do desenvolvimento, o qual deveria ser capilarizado pelos tons pessoal e coletivo das ações de governo, passava ao largo das preocupações.

Para a região amazônica, o resultado do imbricado processo foi a não concretização de um desenvolvimento sustentável que pudesse enfatizar a pessoa, sua produção social e as gerações futuras, já que a estratégia adotada pelo regime era muito mais geopolítica do que humanitária, pois apoiava a soberania dos países amazônicos sobre a região e buscava fortalecer o conceito de Pan-Amazônia para elevar o domínio brasileiro em áreas de fronteira e ao mesmo tempo aproximar a Amazônia do Brasil em termos de projeto de nação (REIS, 1968).

Com o direcionamento para a ampliação de obras de grande porte no bioma, a então Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), de 1953, foi rebatizada de Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, no governo do general Castelo Branco, e teve sua prioridade voltada para a construção civil. Ele coordenou do início da década de 1960 até fim de 1962 o Comando Militar da Amazônia e conhecia em parte a realidade da floresta tropical, sendo por isso que foram direcionadas as atribuições da Sudam para a criação de infraestruturas de informação, acesso e geração energética na Amazônia, com destaque para estradas, aeroportos, hidrelétricas e telecomunicações. A mudança de nome de SPVEA para Sudam estava relacionada à Operação Amazônia, lançada em Macapá em setembro de 1966 pelo mesmo general Castelo Branco, que pretendia com a iniciativa aparelhar a região para seu desenvolvimento econômico e social (SUDAM, 1972).

Uma década após a proposta de reaparelhamento, com a reformulação do Banco de Crédito da Amazônia, o qual passava a funcionar sob a denominação de Banco da Amazônia S/A (Basa) e era agora o agente financeiro da Sudam, incentivos fiscais foram concedidos a grandes empreiteiras com obras concentradas no poder público, como os grupos empresariais Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, os quais buscavam lucros a partir de contratos com o regime

mediante a ideia de aproximar a região aos demais centros produtores do país, fomentando o povoamento irrestrito e a produção industrial.

É fundamental analisar a relação desses grupos empresariais com os militares e mais recentemente com o próprio governo federal. Trata-se de uma ligação histórica, que perdura mais de 50 anos. Essas empreiteiras até hoje participam de licitações para a construção de hidrelétricas, ferrovias, estradas etc., seja por força ou não de ações judiciais — como ocorreu em 2008, quando o Tribunal Regional Federal da 1ª Região/DF suspendeu liminar da Justiça Federal de Altamira e autorizou a participação das mesmas Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez nos estudos de impacto ambiental da hidrelétrica de Belo Monte/PA (LUNA, 2010).

No país, a polêmica das grandes construções sempre tem envolvido essas corporações e também indústrias eletrointensivas de grande porte, que estão entre as principais firmas investidoras no setor elétrico brasileiro e formam consórcios que amiúde disputam leilões para a construção de grandes usinas, rodovias, ferrovias e planos de colonização. Empresas como Vale (CVRD), Neoenergia, Votorantim Alumínio e Andrade Gutierrez, além de Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa sempre figuraram e ainda estão entre as mais requeridas pelo governo para a construção de obras de porte elevado na Amazônia (BORTOLETO, 2001).

Atualmente, por exemplo, o consórcio Santo Antônio Energia, gerenciador das UHEs Santo Antônio, no rio Madeira/RO, é formado por Odebrecht e Andrade Gutierrez, além de empreiteiras de menor porte. Responsável pela UHE Belo Monte, cuja construção iniciou em janeiro de 2012, a Norte Energia tem participação da Vale e a Camargo Corrêa possui parcela do consórcio para as obras da UHE Jirau. De forma que é extremamente instigante o alto interesse dessas megaempreiteiras no setor energético nacional, sobretudo sabendo-se que metade da energia elétrica brasileira é consumida por grupos industriais e associados e 30% deles se restringem a seis setores estratégicos: cimento, aço, alumínio, ferro, petroquímica, papel e celulose.

O cenário indica a necessidade de se repensar a produção energética brasileira para a

abertura de novas oportunidades de geração descentralizada, a partir de biomassa, energia eólica, solar e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em quantidade moderada e distribuída em diferentes bacias. Sobretudo porque não é raro notar o estafante cenário de greves e paralisações nos canteiros de UHEs, bem como as polêmicas com indígenas e as inúmeras manifestações populares contrárias a essas construções (MAGALHÃES, 2006; INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2012).

Do ponto de vista econômico-financeiro, as alternativas são promissoras e competitivas, para usar um termo do mercado, e o planejamento pode ser feito em longo prazo com possibilidades de controle dos resultados. De outra forma, mantido o cenário, constrangimentos a minorias continuarão a ocorrer, inclusive por meio de atos oficiais, como o Decreto Presidencial Militar nº 85.898, de 13-04-1981, que revogava decreto de 1971 e declarava de utilidade pública, a fins de desapropriação, uma área de 10.344,90 km² (1.034.009 hectares), localizada na região até então delimitada como Reserva Indígena Waimiri-Atroari, no Estado do Amazonas, ao norte de Manaus. Posteriormente, pelo Decreto Presidencial Militar nº 86.630, de 23.11.1981, Figueiredo (FIGUEIREDO, 1981) retirava o caráter de “Reserva Indígena” dos Waimiri-Atroari e o substituía por área “interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas”. O ato redefiniu a terra dos índios, desmembrando um terço da área para destinar parte à ocupação por mineradoras do grupo Paranapanema e parte à inundação pelo reservatório da barragem de Balbina.

Mais tarde, esses Decretos originaram o Termo de Compromisso nº 002/87, de 3/4/1987, entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Amazonas Energia, objetivando a implantação de programa de apoio aos Waimiri-Atroari, por causa da inundação das terras imemorais indígenas a partir do enchimento do reservatório da UHE Balbina. O Termo foi firmado na fase final das obras, poucos meses antes do fechamento das comportas, em outubro de 1987, cerca de um ano e meio antes da geração comercial de energia a partir da UHE. Apesar dos esforços para mitigar os efeitos da inundação da região dos Waimiri, o programa vem sendo criticado há mais de duas décadas por antropólogos independentes (BAINES, 1996, 1996b, 1999, 2000, 2001, 2005; SILVA, 1994).

O Termo de Compromisso que criou o programa de atração indígena incluiu o deslocamento de quatro líderes Waimiri-Atroari, em abril de 1987, à Usina Hidrelétrica de Tucuruí para terem “conhecimento real” do que significaria a inundação. Em verdade, a viagem dos indígenas serviu para facilitar as ações da Paranapanema, a qual já estava escavando em busca de cassiterita na região no momento da retirada dos índios.

A megaempreiteira Paranapanema, com seu poder de influência junto ao governo, ainda conseguiu, por meio do Decreto n. 92.426, de 25.2.1986, ter autorização para construir mais uma hidrelétrica, esta particular e localizada no rio Pitinga, ao norte do lago de Balbina (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO/MUSEU NACIONAL, 1987). No local, hoje, encontra-se uma PCH com 25 MW de potência instalada, o que representa 10% da potência instalada em Balbina.

Atualmente, 300 km² (30.000 hectares) de área indígena estão alagados por causa das águas represadas pela UHE Balbina e 5.560 km² (556.000 hectares) encontram-se em posse da exploração mineral pela Paranapanema. Ao todo, dos 10.344,09 km² (1.034.009 hectares) desmembrados dos originais 36.203,10 km² (3.620.310 hectares) de terras indígenas, 5.860 km² estão sob custódia da Eletrobras e da Paranapanema, restando 4.484,09 km² de área não explorada pelo Estado e 25.859,01 km² (2.585.911 hectares) de área homologada como sendo de propriedade dos Waimiri-Atroari.

Sobre a relação de proximidade do governo com grandes grupos empresariais, são consistentes as situações em que se pode notar algum tipo de ajuda da União aos conglomerados, como no caso em que os 4.484,09 km² restantes da redefinição da TI ainda em 1981, pelo regime militar, serviram de garantia para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberasse em maio de 2004 financiamento de US\$ 55 milhões para o grupo Paranapanema não pedir falência e continuar a explorar a mina do Pitinga.

Um imenso pedaço de terra que em tempos ancestrais pertencia aos Waimiri-Atroari,

conquistado a partir de lutas históricas, fora empenhado como garantia pelo grupo Paranapanema em razão da tomada de empréstimo financeiro, dado que duas décadas de exploração pelo processo de aluvião havia feito a maior mina polimineral do mundo dar sinais de esgotamento, o que levaria ao fechamento e dispensa de 1.200 empregados.

A saída para o problema, segundo avaliações de técnicos contratados pela Paranapanema, era extrair minérios diretamente da rocha primária (a rocha sã), mas a empresa alegou não possuir recursos suficientes para lançar-se à operação. Diante do risco de desativação da mina do Pitinga, o grupo solicitou dinheiro do governo federal e teve confirmada a viabilidade do projeto em dezembro de 2003. No dia 31 de março de 2004, em audiência na Subcomissão Permanente da Amazônia, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT), o BNDES afirmou que iria liberar o financiamento (LIMA, 2004; AGÊNCIA SENADO, 2004).

A notícia teve repercussão no mercado internacional. A cotação de minerais subiu na bolsa de metais em Londres (LME) chegando a US\$ 9.020 a tonelada. Em março, havia atingido picos de US\$ 7.500. Com a verba, a Paranapanema afastou o risco de fechar a mina diante do esgotamento das reservas no leito do rio e garantiu a atividade por mais 50 anos, pagando os mesmos salários a seus empregados e mantendo a mesma quantidade de subempregos indiretos, cerca de 1.800. E os 4.484,09 km² de área empenhada junto ao BNDES poderiam servir para discursos pró-ambientalismo e de conservação da biodiversidade do governo federal.

As atividades na mina do Pitinga começaram em 1982, após três anos da descoberta, pela própria empresa, dos primeiros indícios de existência de cassiterita em afluentes do Rio Pitinga, a norte do Amazonas. Essa identificação, porém, deu-se após o regime conceder cinco alvarás de pesquisa e lavra de minérios à Paranapanema, na Reserva Waimiri-Atroari. O empreendimento gerou descontentamento por causa da exploração e pelos conflitos entre garimpeiros e índios Waimiri-Atroari. Em 1983, a Paranapanema teria fechado acordo com três líderes indígenas para que eles, em troca de um projeto de bovinocultura, cedessem à empresa áreas da reserva. Todavia, a

situação foi em parte mediada com a demarcação da reserva indígena, em 1987 (SCHWADE, 1992).

Antes disso, em 1985, a Paranapanema já anunciava que sua rentabilidade era nove vezes superior à taxa média obtida por demais empresas brasileiras do ramo. Nesse ínterim, a população de Presidente Figueiredo seguia fustigada pela falta de contrapartida social e escassez de perspectivas econômicas. Em 07/03/1995, no Senado Federal, durante pronunciamento, o senador Ernandes Amorim (PDT/RO) denunciou a Paranapanema por suspeita de lobby, ocorrido em 1988. Segundo o político, “o lobby, entre outras conquistas imorais, obteve do Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) portaria que obrigava os garimpeiros de meu município [Rondônia] a venderem a própria produção mineral exclusivamente para o Grupo Paranapanema, instalando-se assim um monopólio de 150 milhões de dólares anuais” (AMORIM, 1995, s/pág).

Não fica claro, no texto do senador, o nome exato da pessoa que assinou o decreto que favorecia ao lobby denunciado por Amorim (ID., *op. cit.*), mas no site do DNPM (www.dnpm.gov.br) consta o nome do geólogo Elmer Prata Salomão como tendo ocupado o cargo de superintendente da Mineração Taboca (Paranapanema) de 1981 a 1986 e assumido a direção geral do Departamento Nacional de Produção Mineral de 1990 a 1995. Além disso, Salomão é descrito como um dos chefes da prospecção da cassiterita em Rondônia, em época possivelmente entre 1967 e 1969 (DNPM, 2013).

Quatro anos após desse episódio, em 18-10-1992, a Polícia Federal informou que PC Farias cobrava propinas da Paranapanema para manter o monopólio da produção de estanho no Brasil. A PF informou que o nome de José Carlos Araújo, o maior acionista da Paranapanema e já citado no caso Nagi Nahas — do estouro das Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo — aparecia nos registros dos computadores de PC Farias. Em abril do mesmo ano, quando começaram a aparecer indícios do envolvimento de empresas no esquema de corrupção PC Farias, J. C. Araújo vendeu suas ações e retirou-se do país, indo residir em Paris, na França (SCHWADE, 1992).

Tempos depois, na primeira década dos anos 2000, a Paranapanema foi denunciada ao Ministério Público Federal pelo geólogo Nereu Heidrich, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), por suspeita de fraude no recolhimento da Compensação Financeira sobre Produtos Minerais (Cefem). Em audiência no Senado Federal, o senador Jefferson Péres questionou o presidente da Paranapanema, Geraldo Haenel, sobre as denúncias. Haenel as negou e se mostrou pronto para prestar informações, mas apenas por meio de seu advogado e em juízo (LIMA, 2004).

Em 2004, Péres recebeu de Haenel a garantia de que a empresa iria instalar uma usina metalúrgica em Presidente Figueiredo para beneficiar minérios de Pitinga, o que agregaria valor ao próprio mercado de trabalho do município, mas a mineradora continua a realizar a fundição do concentrado de cassiterita em sua filial no interior do Estado de São Paulo, para onde é enviada toda a produção de concentrado de cassiterita retirada das terras imemoriais dos Waimiri-Atroari.

Dentro do já citado processo de ajuda financeira federal à Paranapanema, o então diretor industrial do BNDES, Fábio Erber, visitou no início de 2004 a mina do Pitinga com meta de verificar se o dinheiro seria bem empregado pela megaempreiteira. A visita durou três dias e a liberação de US\$ 55 milhões foi aprovada 72 horas após o retorno de Erber à Brasília. Um ano depois, a empresa arrendou as instalações da Mamoré Mineração e Metalurgia, em São Paulo, consolidando atividades de mineração e metalurgia de estanho sob uma única empresa. Somente em 2006 a Paranapanema iniciou o processo de substituição do aluvião pela extração da rocha primária (a rocha sã).

Mas a atividade não durou muito sob a coordenação da Paranapanema. Logo em seguida, em 2008, o tradicional grupo minerador peruano Minsur adquiriu o controle acionário dessa megaempreiteira, ganhando direitos de exploração no Brasil. Resultado: dos R\$ 59,5 milhões gerados anualmente pela mineração na terra indígena, apenas R\$ 768 mil (nos últimos quatro anos, de 2008 a 2011) foram destinados à mitigação dos impactos aos Waimiri-Atroari, o que equivale a um percentual aproximado de 0,4% do faturamento na região.

Atualmente, os investidores peruanos pouco entabulam diálogo com a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo ou de Boa Vista. Eles estão explorando o Pitinga enquanto as principais obras do município são todas financiadas pelo Governo Federal. Em 1991, a Associação Profissional dos Geólogos do Amazonas estimou a perda de receita, somente no projeto Pitinga, na ordem de US\$ 63 milhões no quadriênio especificado (SCHWADE, 2011).

Pelo que foi descrito, é notório que as ligações entre Estado e empreiteiras foram aprofundadas nos últimos 20 anos de tal maneira que diretores e/ou dirigentes de grandes indústrias acabaram por assumir funções no Executivo, o que torna a relação entre público e privado questionável e complicada. A ocupação de cargos comissionados a partir de indicações pessoais, sem escolha por concurso ou seleção pública, tem dado margem para se suspeitar da confiabilidade das tomadas de decisão para o destino de verbas municipais, estaduais e/ou federais.

Um caso emblemático ocorreu justamente no contexto da área de influência da Usina Hidrelétrica de Balbina, no Estado do Amazonas. Em depoimento à Justiça, o empresário Samuel Assayag Hanan¹⁰, vice-governador em um dos mandatos de Amazonino Mendes, político que já exerceu diversos cargos no cenário amazonense, entre eles prefeito e governador, informou ser acionista da Mineração Buritirama S/A (ou Butirama, como constam em alguns documentos), com 33% do seu capital, ou 233.333 ações ordinárias, o que equivalia em 1998 a R\$ 2.250.979,53, acionista da Paranapanema S/A, com 74.394.305 ações ordinárias, equivalendo a R\$ 1.539.520,86, e ainda acionista da Cia. Paulista de Ferro Ligas, com 464.300.000 de ações, equivalente a R\$ 506.171,60 (DECLARAÇÃO DE BENS, 1998).

Em 1992, a Paranapanema enfrentava dificuldades financeiras, que foram sanadas no ano de 1995, exatos 12 meses após Hanan ter se desligado do grupo para assumir o cargo de vice-

¹⁰ Samuel Assayag Hanan foi vice-governador do Estado do Amazonas (1999-2002), tendo exercido o cargo de governador por mais de 360 dias, secretário de Estado da Fazenda do Governo do Estado do Amazonas (1995-1998) e secretário de Estado da Indústria, Comércio e Turismo do Governo do Estado do Amazonas (1995-1997). Hanan atuou como consultor independente, prestando atividades para G.P. Investimentos (1994) e Paranapanema (1994). Trabalhou como membro do Conselho Fiscal da Paranapanema S/A, Mineração, Indústria e Construção, diretor executivo da Mamoré Mineração e Metalurgia, diretor executivo da Mineração Taboca S/A, vice-presidente da Paranapanema S/A, Mineração, Indústria e Construção, C.E.O. e membro do Conselho de Administração da Paranapanema S/A, Mineração, Indústria e Construção.

governador do Estado do Amazonas, a convite de Amazonino. Em 22 de dezembro desse mesmo ano foi efetivada a venda da Paranapanema para um consórcio liderado pelos fundos de pensão Previ (do Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Aerus (Varig), Sistel (Telebras), FPS (Fundo de Participação Social do BNDES) e Telos (Embratel). O negócio foi a salvação de uma empresa com dificuldades financeiras (COMUNICADOS CVM/BACEN/SRF/JUSTIÇA, 1995; SESSÃO DE JULGAMENTO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO CVM Nº 16, 2000; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2006; DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO, 2011).

É importante destacar que o BNDES funcionava em parte, como funcionou no exemplo da Paranapanema, como um catalisador de verbas a serem direcionadas a grandes incorporadoras que exploravam riquezas naturais. Um exemplo atual é referente à Eletrobras, que pretende acrescentar 18 GW ao sistema nacional com unidades hidrelétricas no Peru até 2020. Essas usinas estarão interligadas por 10 mil quilômetros de cabos. As obras consumirão pelo menos R\$ 58 bilhões. Esse montante poderá ser financiado pelo BNDES desde que empresas nacionais sejam as controladoras.

Por esse motivo, o Brasil levantou dúvidas sobre favorecimento por organizações da sociedade civil dos dois países envolvidos. Artigo do jornalista Simon Romero (THE NEW YORK TIMES, 2011) relata suspeita de aumento da influência brasileira nos países vizinhos e a crescente resistência que essa posição desperta. O jornal americano dá destaque ao papel do BNDES como colosso financeiro que torna nãnicos empréstimos do Banco Mundial e que se transformou no meio do Brasil projetar seu poder sobre a América Latina e além dela. A Comissão de Povos, Meio Ambiente e Ecologia do congresso peruano e ambientalistas fora da esfera federal fizeram pressão para rever o acordo energético assinado entre Peru e Brasil, mas os esforços foram infrutíferos.

Uma das investigações efetivadas sugere que o Brasil se beneficia da geração de energia produzida no vizinho sem mitigar os impactos socioambientais. Em maio de 2011, houve um fórum sobre o acordo energético Peru-Brasil e as implicações para o Peru. O vídeo ‘Decide Informado

Decide Consciente' (ver <http://www.youtube.com/watch?v=C1C07Tj1n3Y>, original em espanhol), discutido durante o evento, sublinha os efeitos do acordo energético e de seus impactos ambientais, como o desmatamento de um milhão e meio de hectares para a construção das cinco hidrelétricas previstas e a não compensação decorrente da degradação.

Um recente auxílio irrestrito do BNDES aconteceu em 26/11/2012 e corrobora com a suposição do banco ser um “colosso financeiro”. Foi aprovado financiamento de R\$ 22,5 bilhões para a usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). Os recursos foram liberados ao consórcio Norte Energia A.S., responsável pelo empreendimento. O valor do crédito corresponde a quase 80% do total do custo da obra, calculado em torno de R\$ 28,9 bilhões, de acordo com o banco. É o maior valor de empréstimo da história do BNDES para um único projeto. Até então, o financiamento mais alto tinha sido para a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, no valor de R\$ 9,7 bilhões. No acumulado do ano de 2012, de janeiro a novembro, os desembolsos do banco para a indústria cresceram 13%, totalizando R\$ 41,4 bilhões; para a infraestrutura, foram destinados R\$ 40,2 bilhões; ao segmento de comércio e serviços, R\$ 30,3 bilhões; e para a agropecuária, R\$ 9,9 bilhões.

Na época da construção de Balbina, em consequência de limitações nos investimentos da Eletrobras, essa UHE foi excluída das negociações que vinham sendo realizadas com um grupo de banqueiros e industriais franceses para o financiamento e a compra de parte dos equipamentos necessários às hidrelétricas projetadas para a região amazônica. O resultado da retirada de Balbina da transação comercial internacional foi a renegociação do projeto da hidrelétrica, que precisou ser feita após o influxo do planejamento para o tratado com empresários da França.

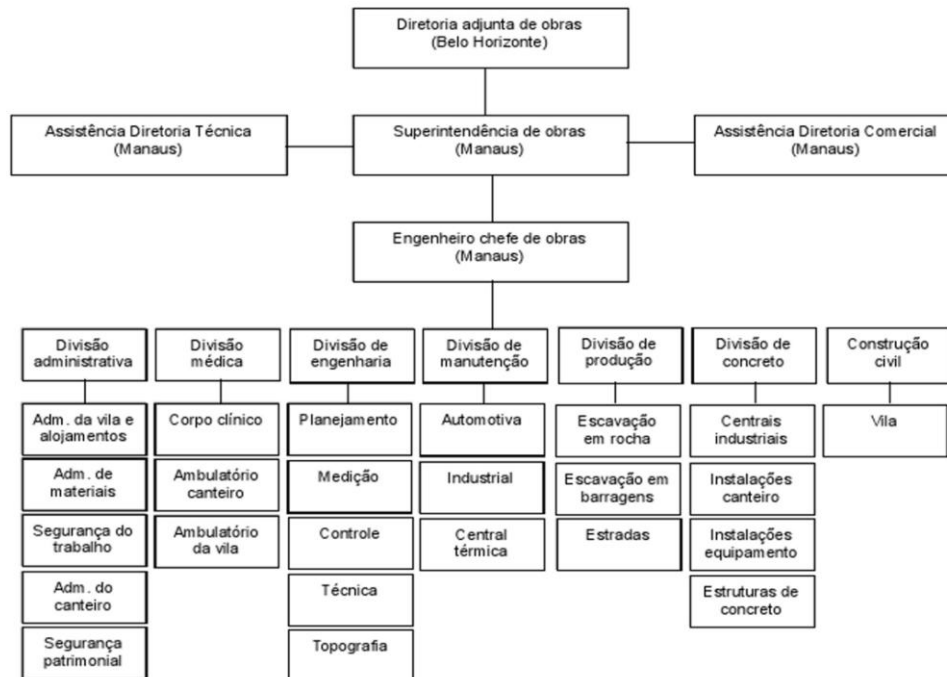
Para se ter noção das mudanças que precisaram ser tomadas ao longo do levantamento estrutural da UHE Balbina, note-se breve resumo da modificação do prazo de construção: iniciada em maio de 1981, teve suas metas reprogramadas a partir de 1982, as quais culminariam no período de ação entre 1983 a 1987; em seguida, o programa de ação foi reposicionado para o prazo de 1986

a 1989; um terceiro ajuste crivou o fim das obras para 1988, mas isso só acabou mesmo ocorrendo em outubro de 1987, sendo que a geração energética ficou para 1989.

A UHE Balbina foi construída pela Andrade Gutierrez, em consórcio às empresas Monasa Consultoria e Projetos Ltda. e Enge-Rio – Engenharia e Consultoria S.A, cuja contratação para os projetos básicos e executivos da usina ocorreu em 22 de julho de 1976 e foi substanciado entre a Amazonas Energia e o consórcio projetista de modo efetivo por meio do decreto federal nº 79.321, de 1/03/1977. A Andrade Gutierrez construiu as vilas civis (alojamentos para usineiros) e supriu de materiais básicos (cimento, ferro de construção e derivados de petróleo) a represa, além de ter montado usina termelétrica de 7,5 MVA e grupo diesel de 2,5 MVA para gerar energia e fazer funcionar a obra.

O trabalho das construções civis foi realizado pela empreiteira de Belo Horizonte/MG, de onde partiam comandos de operações para Brasília e Manaus, cujas funções eram, respectivamente, de contatos administrativos com a Amazonas Energia e suprimento de materiais. A megaempreiteira operou dois sistemas de contratos distintos: i) voltado à operação das obras civis pelo sistema de preços unitários, os quais incluíam custos indiretos, custos do sistema de administração e custos com recursos humanos e materiais; ii) direcionado à operação da vila residencial, da usina termelétrica e do gerador à diesel.

Apenas a parte da montagem dos equipamentos eletromecânicos, subestação e linha de transmissão de interligação entre a casa de força e a subestação não foi abarcada pela Andrade Gutierrez. Foi contratado o consórcio Mendes/A. Araújo, constituído pela Construtora Mendes Júnior S.A. e A. Araújo S.A. Engenharia e Montagem, tendo como objetivo coordenar e administrar os supervisores de montagem dos fabricantes e os aspectos técnicos de estocagem e de programação de serviço. Para gerenciar a construção foi criado o Consórcio Industrial de Balbina (Cibal), composto por empresas brasileiras e europeias, fornecedoras de equipamentos para as diferentes atividades de fundação da usina e seu entorno (quadro 1).



Quadro 1 – Composição de setores da empresa Andrade Gutierrez. **Fonte** - UHE Balbina – Memória Técnica (1997).

O Cibal operou dentro da estrutura das residências de Balbina, notificando o desenvolvimento dos trabalhos, bem como sua adequação às técnicas recomendadas pelos fabricantes. Durante as atividades, note-se que a matriz, em Belo Horizonte, chefiava ações e transmitia ordens para a superintendência em Manaus, desvinculando a relação entre a liderança da unidade executora e os operários que trabalhavam dia e noite para cumprir a entrega da obra.

A desvinculação fortaleceu os termos coloniais com que a empresa tratava a construção. Era uma forma da matriz empresarial manter-se afastada da realidade e com pouquíssimo contato com as agruras dos campos de trabalho ficava fácil insistir na política de distanciamento. Foi uma forma de violência psíquica contra as populações que viviam e trabalhavam naquele trecho do rio Uatumã.

Foi necessária a organização de meios de abastecimento à população trabalhadora, sendo estes totalmente oriundos de Manaus, visto que nas proximidades do distrito de Balbina não existiam cidades com estrutura para fazer o atendimento. A depender da compra de alimentos no município de Presidente Figueiredo, a construção teria sido inviabilizada desde o seu início. Os

militares tinham conhecimento disso e na concepção do projeto previram que o consórcio vencedor teria de arrumar meios para prover alimentação aos operários.

O plano para atender à demanda de comida se mostrou menos eficaz na realidade e a população-alvo teve de ser subdividida em dois grupos, tendo em vista o funcionamento do sistema de entrega de refeições diárias: i) os alojados no canteiro de obras (cerca de 4 mil pessoas no pico dos serviços), para o qual a questão de alimentação englobava, além de abastecimento, a preparação de refeições e o serviço de refeitórios; ii) os residentes nas vilas, juntamente com suas famílias (cerca de 2 mil pessoas).

Em média, eram consumidos 123,3 mil quilos de alimentos diversos por dia, entre a comida preparada para os operários e os familiares deles. No começo da ação, os horários de distribuição de alimento não eram fixos e diversos turnos para café da manhã, almoço e jantar eram realizados nem sempre com regularidade. Após três meses de avaliação para a melhoria da qualidade da comida servida e dos horários de realização das pausas no trabalho para comer, há relatos de que houve avanço nas condições de higiene e organização geral do setor. “A comida eles não podiam se queixar tanto, porque eles tinham comida de sobra [...] demais, a pessoa comia, estragava a comida, as pessoas comiam demais [...] duas, três vezes” (S. R., 71, ex-trabalhador da obra de Balbina, pesquisa de campo, 2009).

Ligada à hora da refeição, estava o turno da folga, intercalado entre equipes de operários, para não deixar que a obra parasse. Fosse de noite ou de dia, eram relatados casos relacionados à violência física entre trabalhadores nesses instantes, com repercussões graves, segundo um ex-empregado da Mineração Taboca, no Pitinga, em conversa sobre as condições de lazer no entorno da obra. Ele adquiriu conhecimento das atividades realizadas na área da UHE Balbina, então em plena construção na década de 1980, porque trabalhou próximo dali, no Pitinga. Segundo essa pessoa, há mais de 12 anos afastada de seus afazeres na mineradora,

[...] a briga por mulheres era constante. Certa vez foram quase 20 mortos e outros tantos feridos após uma confusão grande em uma casa de prostituição que funcionava perto da

obra. Ficava a uns dois ou três quilômetros, eu acho, do canteiro. Você imagina, uma multidão de homens disputando umas 50 ou 70 mulheres. Os preços subiam e elas lucravam muito, mas era uma briga arranjar uma garota. Nessa oportunidade, nenhum jornal noticiou, mas todos da região ficaram sabendo, inclusive até o bordel foi fechado após o incidente. O nome era Barracão. Pra lá que os operários sempre se dirigiam para ter relações com as putas [sic!], pois a carência de mulheres era enorme, o povo era todo novo, vinte e poucos anos, então não dava para segurar a rapaziada. (D. S., 51, ex-trabalhador da Mineração Taboca, pesquisa de campo, 2012)

Eximir-se da responsabilidade pelo bem-estar físico e psíquico dos operários foi a ação mais corriqueira por parte das empreiteiras contratadas em consórcio na época. O cenário parece estar distante, duas décadas e meia atrás, mas não apenas nos idos dos anos 1980 problemas relacionados com a atuação de grandes empreiteiras na região amazônica foram verificados. Já em 2012, a responsável pela construção da Arena da Amazônia, complexo desportivo localizado na cidade de Manaus, a ser finalizado até 2014, a mesma empresa Andrade Gutierrez foi denunciada ao Ministério Público do Trabalho (MPT) por operários do canteiro de obras que estariam sofrendo constrangimentos e humilhações por parte dos superiores hierárquicos da construtora.

A informação foi colhida junto ao setor de jornalismo da Rádio CBN Manaus (CBN NOTÍCIAS, 2012). A empresa de comunicação publicou reportagem denotando que a assessoria de comunicação do MPT, a partir de recomendação do procurador Jorsinei Dourado do Nascimento, expediu nota informando que a empreiteira estava sob suspeita de cometer práticas de assédio moral aos empregados. Na recomendação do MPT, a Andrade Gutierrez foi advertida para que começasse a promover políticas de esclarecimento aos funcionários relacionadas à explicação do que é assédio moral no ambiente de trabalho e orientações sobre boas práticas de relacionamento interpessoal.

Voltando à problemática da elaboração do guia básico de operação de Balbina, ocorreu que a previsão de entrada em operação da usina foi alterada duas vezes logo em seu começo, gerando poucos serviços e nenhum aditivo no projeto da empreiteira (ELETRONORTE, 1999; KUWAHARA e CARTAXO, 2004). Tudo porque a extensão do reservatório da represa foi em parte fruto de delírios do Departamento de Estado dos EUA, uma década antes, época em que João Goulart ocupava a Presidência da República, quando foram solicitados ao Hudson Institute estudos

de viabilidade da área (FIGUEIRA, 2013). E não existiam planos apenas para Balbina, mas para diversos ambientes amazônicos.

O Hudson Institute, dirigido pelo estadunidense Hermann Kahn, propunha a inundação de 600 mil km² para a construção de extensos complexos lacustres no bioma. A contrapartida seria o direito de exploração de jazidas de minério submersas na porção oriental da Amazônia Legal, principalmente em Monte Alegre (PA), com a inundação de 400 mil km², e Óbidos (PA), onde uma barragem formaria um lago de 180 mil km², produzindo supostos 70 milhões de quilowatts de energia elétrica (ID., *op. cit.*, 2013). Antes do prazo para a entrega do projeto executivo, a proposta foi desmobilizada por ação do geógrafo Orlando Valverde, que contou com a ajuda de especialistas do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, do historiador e ex-governador do Amazonas Artur César Ferreira Reis, alguns setores do Congresso e o Estado Maior das Forças Armadas (IBID. *op. cit.*).

Sobre a UHE Balbina, houve atrasos desde a construção da estrada de acesso da sede de Presidente Figueiredo ao canteiro de obras da Andrade Gutierrez, distante cerca de 80 quilômetros, até o fechamento das adufas, última etapa da obra, em outubro de 1987. A mudança não influenciou em novos estudos de campo para a avaliação dos níveis de vazão do Uatumã e represamento, tanto no contexto da descarga da usina quanto da variação da potência em função do nível do rio. Sem alterar o volume de água nas turbinas, continuaria sem modificações o projeto da usina, realizado com pesquisas insuficientes para se avaliar em que medida populações e ambiente seriam afetados e como mitigações seriam efetivadas.

As figuras 2 e 3 apresentam aspectos técnicos do problema.

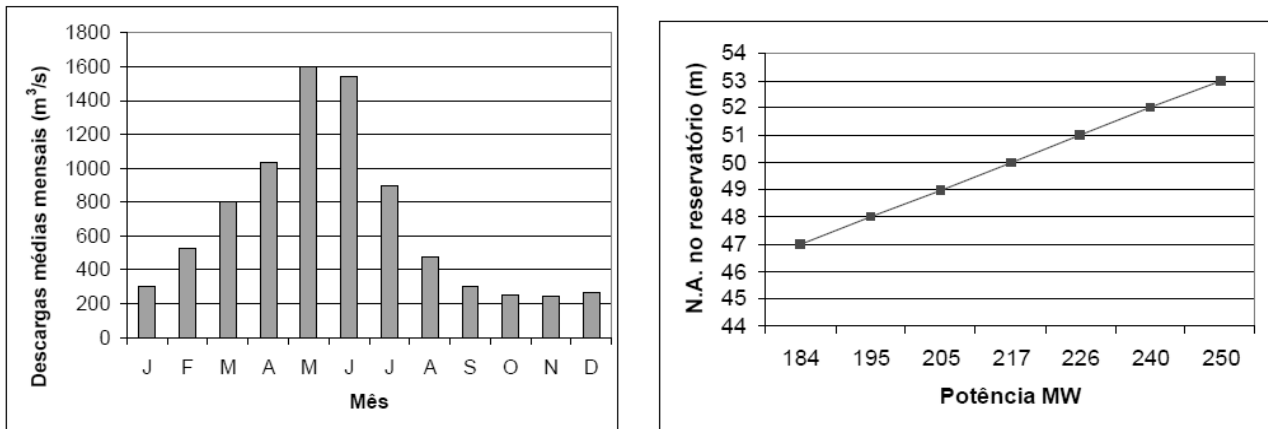


Figura 2 – Distribuição das descargas em função da época do ano e cota do lago em relação à potência instalada. **Fonte:** KUWAHARA e CARTAXO, 2004.

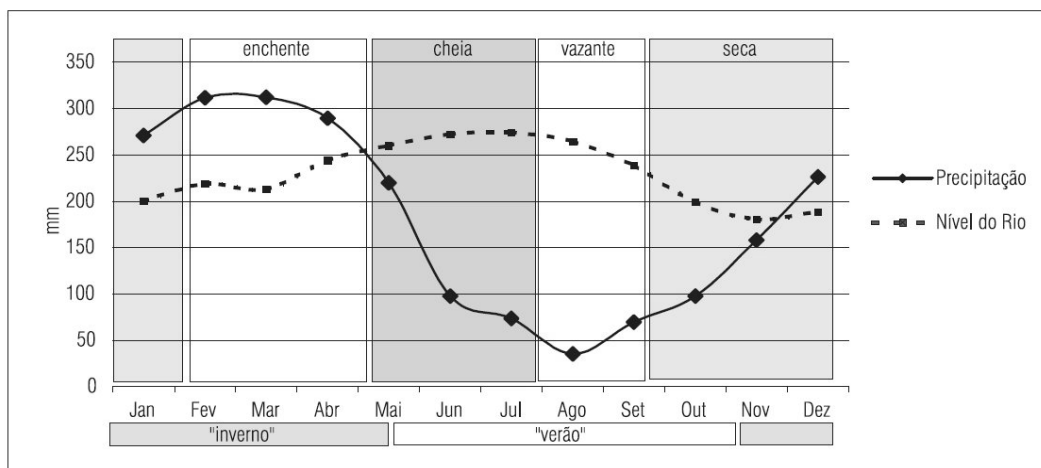


Figura 3 – De julho a setembro é estação amena no Uatumã. Fevereiro/março/abril correspondem à enchente (subida das águas) e período chuvoso, com precipitações de 250 mm mensais. **Fonte** - PEREIRA, 2007.

Na mesma época em que integrou o grupo de construção e asfaltamento da BR 174, que liga Manaus a Boa Vista e à Venezuela, a Andrade Gutierrez foi contratada para os projetos básico e executivo da UHE Balbina. A empreiteira já apresentava dificuldades em transpor a terra indígena Waimiri-Atroari devido conflitos no processo de redefinição da TI, mas mesmo assim foi firmado convênio para a construção da barragem. O Complexo Carajás - Planta de Mineração de Ferro (PA), a ferrovia de Carajás (PA), a rodovia BR-319 (AM-RR) e a linha de transmissão de energia Oriximiná-Manaus (PA-AM) também foram obras realizadas pela empreiteira, que nesse período estreitou suas atividades com o regime militar.

Sobre o estreitamento, nota-se que na década de 1980 a relação entre empresas e governo no desenrolar de uma política pública poderia ser tão mais complexa na medida em que se observava a concentração de vitórias de um único grupo de empreiteiras em licitações municipais, estaduais e federais. Marques e Bichir (2003) mostraram que “a concentração de vitórias em algumas poucas empresas privadas podia ser explicada pelas posições ocupadas por elas na rede da comunidade em cada governo” (p. 40).

A origem de tal fenômeno estaria, em sentido macrossocial, nas próprias relações entre militares e classes dominantes no Brasil, mediadas pelo personalismo, o clientelismo e a corrupção (CARDOSO, 1970; GEDDES e RIBEIRO NETO, 2000). Na esfera microssocial, a origem dos problemas estaria na presença do “individual, [...] inserido no Estado, [...] na determinação do interesse público” (GRAU e BELLUZZO, 1995, p. 7), e ainda no favorecimento a partir do mecanismo hierárquico em contraposição às leis de mercado (LANNA, 1997). De igual monta o lobby pessoal era outro problema, cujo favorecimento era direcionado a indivíduos ou grupos com determinado poder político (BEZERRA, 1995). Além disso, havia as relações sociais viciosas e antiéticas, que tornavam desigual a concorrência entre pessoas (DA MATTA, 1978).

Sobre a imbricada proximidade entre empreiteiras e militares durante o período de construção de Balbina, o pressuposto que se tende a explorar particularmente neste tópico diz respeito também às informações privilegiadas que grandes grupos empresariais detinham concernente às obras, posta a rapidez em relacionar os aspectos mais importantes das licitações e procurar capacitação para a concorrência. No âmbito jurídico, não havia cláusulas claras sobre gerenciamento e responsabilidades mediante ações de grande porte feitas por grupos empresariais para áreas de bioma.

Além do caso da extração na área no Pitinga, efetuada pela Paranapanema próxima à usina, que exportava minério para duas firmas japonesas, a Marubini e o Industrial Bank of Japan, então controladores de grande parcela da mina do Pitinga, o grupo Andrade Gutierrez agiu em

conformidade da lei, porém a primeira legislação específica sobre licitações só foi promulgada em 1986 (Decreto-Lei nº 2.300/86), portanto depois do início da construção e da abertura de concorrência para as obras de Balbina. Após o Decreto-Lei, irregularidades relacionados ao orçamento geral da União no imbróglio causado pelo caso PC-Farias/Collor forçaram alteração subsequente, em 1993, com promulgação da Lei Federal nº 8.666/93, uma ação mais restritiva e impositiva que a fixada em 1986.

Antes disso, na década de 1970, o número de empreiteiras de grande porte entre as maiores empresas privadas brasileiras ascendeu a patamar elevado, mediante acordos multinacionais de fortalecimento da construção civil na América Latina, e mantendo-se em alta até a primeira metade da década de 1980. O aquecimento só foi decair logo após legislação específica do ano de 1986, que abriu concorrência pública para grandes projetos.

Apesar dos fortes laços com o Estado brasileiro na realização de obras, o esgotamento do milagre econômico da ditadura significou uma grande perda para as empreiteiras. Contudo, elas foram beneficiadas por um rearranjo na política externa do presidente Geisel, cujo foco terceiro-mundista incentivou a participação dessas empresas em licitações e obras, principalmente na América do Sul e África (ex-colônias portuguesas), dada a cooperação entre os governos e a ausência de concorrentes nacionais para a realização de grandes projetos de engenharia. A liberalização econômica e as privatizações dos anos 90 na América Latina impulsionaram ainda mais a internacionalização desses serviços. As empresas passaram a atuar não só nas obras, como também na concessão desses empreendimentos, principalmente das estradas (COUTO, 2008, p. 86).

Nas décadas de 1990 e 2000, o estímulo financeiro às megaempreiteiras, a partir de contratos originados pelo apoio governamental à política de infraestrutura brasileira, foi perceptível. Houve diversificação nos serviços oferecidos e isso culminou em um crescimento espetacular dos conglomerados nos últimos 20 anos. Com o neoliberalismo, que fortaleceu os vínculos entre Estado e iniciativa privada, desafiando um grande número de pessoas em todo o planeta com seus problemas e com suas possibilidades, fortaleceram-se empreiteiras de grande porte (IANNI, 1999).

A situação atual é a seguinte: a Odebrecht é o maior grupo petroquímico da América, controla a empresa Braskem e possui uma bilionária subsidiária, a ETH Bioenergia, que produz etanol da cana de açúcar; a Camargo Corrêa tem sua própria fábrica de cimento, controla a

Alpargatas Calçados (Havaianas, Rainha, Topper, Timberland e Mizuno), é acionista da Siderúrgica Usiminas, da concessionária de energia do Estado de São Paulo, a CPFL Energia, e da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), controladora da Dutra (RJ-SP), da Ponte Rio-Niterói, da Via Lagos e de outras grandes rodovias em São Paulo e no Paraná, totalizando 1.452 km em concessões rodoviárias; e a Andrade Gutierrez é acionista da concessionária de rodovias CCR, da prestadora de serviços de energia Light, controla a empresa de telecomunicações Telemar (que engloba também a OI celulares) e tem a concessão do aeroporto de Quito, Equador, ainda em construção.

Grande parte das obras que impulsionaram o crescimento dessas empreiteiras de 1980 a 1995 está localizada nas regiões Norte e Centro-Oeste, as quais possuem alta representatividade para o governo — não pelo percentual que detêm dentro do volume global do Produto Interno Bruto do Brasil, mas principalmente por causa de suas posições geográficas, distantes do eixo Sul-Sudeste, o que força seu papel de relevância para o setor da construção civil. Concomitante a isso existe a hipótese de que especuladores e negociantes ligados aos setores de mineração, exploração madeireira e petrolífera, agronegócio e criação de gado exercem forte pressão na reorganização de áreas não urbanas, de floresta, o que gera consequências ao futuro sustentável de povos tradicionais que praticam o uso da terra de modo artesanal.

A pujança capitalista, os interesses em acessibilidade e a geração de energia acabaram ditando necessidades para esses grupos e isso influenciou nas negociações junto aos militares. Proprietários de megaempreiteiras, que ajudaram no direcionamento das atividades de infraestrutura nacional, subscrevendo em grande parcela o processo de expansão econômica brasileira, tiveram entre seus objetivos, em detrimento às populações afetadas, fomentar consórcios multifacetados de obras, tendo em vista aumentar lucros, aprofundar contatos intragovernamentais e ampliar a composição de carteiras de clientes em diferentes Estados do país.

Em um episódio de irregularidade ante povos impactados, por exemplo, cuja data aconteceu

em agosto de 2012, o desembargar do TRF1¹¹, Antônio Prudente, paralisou as obras de Belo Monte e sentenciou que a consulta às comunidades indígenas afetadas pela usina tinha de ser prévia e não póstuma. A Norte Energia, que reúne Eletrobras (15%), Chesf (15%), Eletronorte (19,98%), Petros (10%), Funcef (10%), Neoenergia S.A. (10%), Cemig e Light (9,77%), Vale (9%), Sinobras (1%) e J.Malucelli Energia (0,25%), considerou a decisão da justiça uma incógnita, já que, segundo ela, havia cumprido etapas de consultas com 5 mil pessoas e ressaltava que os índios eram favoráveis às obras, sendo eles os Arara, os Juruna e os Xicrin (REVISTA VEJA, 2012; BLOG BELO MONTE, 2011). Outro incidente aconteceu em um motim em Jirau, em 2011, onde trabalhadores destruíram parte dos alojamentos e o presidente do consórcio liderado pela Camargo Corrêa, Victor Paranhos, tratou o fato como caso de polícia e ameaçou de detenção operários famintos, esfarrapados e doentes (TUBINO, 2012).

No caso dos grandes grupos empresariais brasileiros [e multinacionais], como por exemplo os grupos Votorantim, Gerdau, Odebrecht e Andrade Gutierrez, todos têm seu braço financeiro, que capta recursos no mercado financeiro nacional e internacional para ser investido em empreendimentos de interesse do grupo ou para ser utilizado como contrapartida nas negociações ou disputas no mercado de megaprojetos (VERDUM, 2008, p. 14).

O PAC, em termos comparativos, é a mais recente proposta federal para incentivar grandes obras e megaprojetos em regiões de bioma, a exemplo do que o regime militar fez em planejamentos para estradas, hidrelétricas e mineradoras, com definições de desenvolvimento correlatas, nas quais a quantidade e o tamanho das obras muitas vezes tende a se confundir com qualidade e bem-estar social.

Hoje, a meta é tornar mais relevante a influência do Brasil diante de demais nações da América Latina, projetando, se possível, os efeitos do PAC para as fronteiras com os EUA e a Europa. E se o militarismo auxiliou na projeção da liberalização econômica e das privatizações ocorridas nos anos 1990 na América Latina, impulsionando a internacionalização dos serviços das

¹¹ O Tribunal Regional Federal da 1ª Região é composto por 26 juízes federais, autodenominados desembargadores federais.

grandes empreiteiras, a intenção de elevar a participação do Brasil dentro do Cone Sul, sugerida pelo regime, acabou sendo remodelada por meio da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o que mais uma vez fortificou o mercado das megaempreiteiras.

A IIRSA foi lançada no ano 2000 e tem sido um dos mais ambiciosos projetos nas áreas de transporte, energia e telecomunicações já vistos na região. É uma atualização, em escala maior, daquilo que foi pensado para a região amazônica nas décadas de 1970 e 1980, de igual modo pouco afeita a mitigar impactos socioambientais. Há ainda uma estratégia comunicacional para divulgar o desenvolvimentismo como alternativa de crescimento e oportunidade única para a região, tal como ocorreu na construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, quando se notou falta de transparência nos dados científicos sobre a obra e ausência da sociedade civil na discussão direta sobre a implantação da represa, que a priori seria essencial para sanar o problema energético do Estado do Amazonas, mas não conseguiu atingir seu objetivo (MCELHINNY, 2008; BID, CAF e FONPLATA, 2003).

1.2 A questão energética no âmbito da ditadura militar

Apesar das discussões socioambientais terem sido ampliadas nos últimos anos e o combate ao aproveitamento indiscriminado do meio ambiente estar sendo exposto em escala macro nas academias, centros de pesquisa, meios sociopolíticos e mídia, é irrefutável o fato de que o tema deve ser melhor enfatizado.

Trata-se de um assunto urgente, haja vista o que recentes avaliações ambientais destacam, por exemplo, sobre a pesca comercial marinha do mundo inteiro, a qual pode acabar em 2048 devido à captura de peixes em um ritmo maior do que os animais conseguem se reproduzir; sobre o derretimento das geleiras do monte Kilimanjaro, que podem desaparecer em 2015 por conta do aquecimento global; sobre a taxa de extinção de aves no mundo inteiro, que pode chegar a 38% na Europa e 72% no norte da Austrália, caso a elevação da temperatura da Terra atinja 1,2 °C; e sobre os 18% da Amazônia que foram desmatados, o que pode ter gerado a transmutação territorial ou

extinção de até 3% das espécies da fauna e flora do bioma (SILVA, 2001).

O que se apresenta à civilização, hoje, é uma corrida contra o tempo para reduzir e mitigar os efeitos da saída compulsória de populações de áreas ancestrais, vitimadas por projetos mal planejados, que ameaçam a todos e concorrem para elevar o percentual de alterações ambientais globais. Uma das vertentes que devem, necessariamente, ser observadas com afinco, é a energética. Falar em energia, em qualquer língua do planeta, é falar em problemas e soluções relacionadas às mudanças climáticas. Nesse sentido, energia é a palavra que mais expressa preocupação em todo o globo. E energia alternativa é um ideal perseguido nos últimos 30 anos por países desenvolvidos e em desenvolvimento.

No Brasil, historicamente, o regime militar que orientou políticas de ocupação e desenvolvimento na Amazônia, tenha sido ele presidido pelos generais Costa e Silva, Castelo Branco, Médici ou Figueiredo, de 1964 a 1985, delimitou territorialmente o bioma e elevou o potencial produtivo do país, por meio da hidreletricidade, da exploração madeireira e das culturas da soja e do gado sem se preocupar com consequências sociais inerentes. Aos militares sempre importou muito mais dar vazão aos desejos de administração e segurança nacional, seguindo o modelo da *self made society*, criado nos EUA, do que às necessidades simples e básicas dos moradores da Amazônia.

A razão disso, em parte, é salvaguardada, sobretudo por conta das ligações políticas entre Brasil e EUA (GARFIELD, 2009), porém o modelo de crescimento socioeconômico enviesado em sua concepção só vem agredindo a populações rurais e ribeirinhas, caboclos, índios, assentados, extratores familiares e pescadores amazônicos (SALLUM JR., 2003). O desenvolvimentismo é uma modalidade de ação que desvincula o ambiente da sociedade, a natureza da cultura, fragmentando relações sociais na medida em que grandes obras de infraestrutura são construídas (LOHN, 2007).

A geração elétrica via potencial hídrico na Amazônia foi planejada para fortalecer o mercado de energia, onde consumidores industriais poderiam escolher o seu fornecedor e negociar

livremente o preço da energia que consumissem, pagando a partir de contratos diretos o valor do MW/h, com variações de preços bem abaixo da média nacional dos pequenos consumidores residenciais, que são cobrados em sua conta mensal de energia elétrica valores médios de R\$ 0,28 o KW/h.

Sem fugir à regra, a Usina Hidrelétrica de Balbina, na Amazônia Central, Estado do Amazonas, foi pensada para complementar a geração de Furnas, do sistema Eletrobras, que há anos vem vendendo energia elétrica às distribuidoras a preço médio de R\$ 20,00 o MW/h, ou R\$ 0,02 o KW/h. Furnas trabalha a partir de orçamentos estatais e para viabilizar planos do governo de compra e venda de energia elétrica, tendo como horizonte o fato de, historicamente, 40% da energia do Brasil ser consumida por empresas e 25% por residências.

A correção das tarifas de energia elétrica praticadas pelo governo federal não raro tem sido reajustada cerca de 30% acima da inflação, ano após ano, a qual no montante médio das duas últimas décadas, em taxas cumulativas e fazendo a correção para valores em real, atingiu o patamar dos 184% de reajuste para ambientes residenciais e 216% para grandes consumidores industriais, isso apenas levando em consideração a alta no preço médio de KW/h e MW/h.

A energia elétrica, desde os anos 1970, quando foi iniciado o plano de revitalização no setor pelos militares e ainda se planejava a usina hidrelétrica de Balbina, vem sendo mais cara que em países ricos como Áustria, Reino Unido, Noruega, França, Suíça, EUA, Canadá e Austrália, em especial os que utilizam intensamente a hidreletricidade, como Noruega, Canadá e EUA, e tem subido acima da inflação nos últimos 20 anos, o que indica encarecimento das tarifas a partir das privatizações no setor e da ineficiência de parte das hidrelétricas na Amazônia.

Em específico sobre a geração energética na Amazônia, planejada por conta dos 177,9 mil m³/s de volume de recursos hídricos disponíveis na região, ela foi considerada prioridade pelo regime militar desde a segunda metade da década de 1960, quando a expansão do mercado de consumo do país foi projetada e começou a avançar (MACARINI, 2005, 2006), mas efetivamente

não houve estudos ordenados que reconhecessem as peculiaridades dos locais de implantação das usinas. E ainda, não se deu o estabelecimento de políticas de medição, controle e mitigação de impactos socioambientais decorrentes da construção de barragens em áreas do bioma.

Uma legislação que estabelecesse princípios do uso múltiplo dessas águas, como antigamente destacava o Código das Águas de 1934 e hoje em dia observa-se na Lei n.9.433, de 8 de janeiro de 1997, as quais definem a Política Nacional de Recursos Hídricos e os instrumentos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, serviu apenas como documento que reafirma princípios importantes, mas sem tornar efetiva a execução na região amazônica (MACHADO, 1995). Na Amazônia brasileira, as décadas de 1970 e 1980 foram pródigas em grandes construções que legaram problemas não resolvidos.

Algumas das obras de desenvolvimento da época, iniciadas pelo regime militar e seus sucessores — que as continuaram após a redemocratização do Brasil com eleições diretas para presidente, em 1985 — concentraram renda em urbes, como foi o caso da Zona Franca de Manaus (ZFM), atualmente conhecida como Polo Industrial de Manaus (PIM), fundada em 1967, e que não efetivou a distribuição de riquezas em padrão equilibrado, apesar de ter inserido no mercado de consumo uma média de 65 mil trabalhadores na década de 1980 e 100 mil nas décadas de 1990 e 2000.

O PIM resultou de um processo de desenvolvimento promovido de fora para dentro, modelo em que os interesses exógenos foram e continuam sendo mais importantes do que os interesses da própria região onde está situado o empreendimento. Tanto é que as indústrias do Polo Industrial de Manaus têm pouca relação com as potencialidades da Amazônia, apesar de haver um movimento enfático para estreitar essa dinâmica.

Em relação à Balbina, prevista para ter a construção finalizada em 1982, mas só concluída em 1º de outubro de 1987 e com o seu reservatório cheio em julho de 1989, o desenvolvimento de fora para dentro permaneceu no desrespeito ao direito das pessoas sobre a indenização da terra e no

impedimento à sociedade do entorno de participar em algum nível das decisões sobre a distribuição energética e os valores cobrados pelo serviço.

O Banco Mundial, que financiou a obra¹², já exprimia sua filosofia neoliberal, retirando dos atingidos pela barragem o direito de se fazerem ouvir e deixando a uma agência reguladora nacional, a Eletrobras, com sede em Brasília e escritórios em Balbina, Presidente Figueiredo e Manaus (Eletronorte/Amazonas Energia), garantir o retorno do capital investido, o que caracterizava o serviço como de interesse público, mas em um órgão consorciado (SUDAM, 1972). A relação de Balbina com o PIM foi notória, visto que a hidrelétrica tinha como meta suprir 50% das necessidades da capital amazonense, que em 1987 consumia 1.300 toneladas de combustível fóssil por dia a um custo US\$ 175.341,00 ou US\$ 64 milhões por ano.

Hoje, a usina hidrelétrica de Balbina consegue atender perto de um décimo do mercado de eletricidade de Manaus, que possui 1.100 MW de consumo médio, sendo 90% por geração térmica e a gás. Isso porque o consumo de energia elétrica em Manaus cresceu 97,5% na última década de 2000, passando de uma média de 427,5 megawatts demandados (MWh) em maio de 2001 para 844,4 MWh no mesmo mês de 2011 e recorde histórico em 22 de agosto de 2012, chegando a 1.203 MW. Em cinco anos, de maio de 2006 a maio de 2011, o aumento do consumo médio de Manaus foi de 33,42%.

O PIM é responsável por 1/3 da energia consumida em Manaus. Nos últimos dez anos, o setor industrial aumentou 75% a demanda por energia elétrica, o comércio 76% e o residencial 39%, de acordo com o Departamento de Operação (DOP) da Eletrobras Amazonas Energia (AMAZONAS ENERGIA, 2008). Tentando acompanhar a alta, o investimento da Amazonas Energia cresceu 57% em 2010, ante os três anos anteriores, com R\$ 489,8 milhões. Grande parte dos recursos foi direcionada ao Programa Luz Para Todos. Em 2010 foram aplicados R\$ 101,6

¹² Trata-se de um ponto polêmico a afirmação de que o Banco Mundial financiou a obra. O BM nega, mas cabe notar que o primeiro empréstimo setorial contribuiu, sim, para a construção da UHE Balbina, até porque o empréstimo era para qualquer tipo de equipamento importado para a geração de eletricidade, desde que não fosse nuclear. E os equipamentos elétricos para Balbina (que são da Siemens) só chegaram bem depois da liberação do dinheiro, embora não haja uma documentação pública em papel para mostrar se a verba do Banco foi ou não usada.

milhões na ampliação e manutenção de redes para evitar perdas técnicas e comerciais, esta última por inadimplência e ligações clandestinas, popularmente conhecidas como “gatos”.

Apesar do investimento na distribuição ter crescido 38% na comparação entre 2010 e a média dos três anos anteriores, o sistema de transmissão recebeu 51% menos de verbas em 2010, ao totalizar R\$ 36,6 milhões, ou 7% do total investido. A maior parte foi aplicada no Luz para Todos, que teve R\$ 165,12 milhões, mais da metade dos recursos de 2010, quando 22,4 mil ligações foram realizadas. De acordo com a empresa, desde 2003 foram construídos 7 mil quilômetros de rede e atendidos 308,4 mil pontos de consumo. Em 2010 foram incorporados 15,4 mil novas ligações na capital e outras 34,7 mil no interior.

Em fins da década de 1980, quando Balbina era finalizada e Tucuruí estava em pleno funcionamento, o governo José Sarney estudava a criação da Hidrobras, uma empresa pública capaz de comercializar toda a energia gerada pela usina a um custo acessível. A estatal teria como função cobrar mais barato dos amazônidas pelo consumo de energia elétrica em domicílios e não vender o excedente aos mercados externos. Por causa do preço rebaixado e da negativa de comercialização, restariam como saldo R\$ 2 bilhões livres para serem investidos junto à população nas áreas mais afetadas pela barragem.

O plano não deu certo porque o Banco Mundial se apressou em desqualificar a criação da Hidrobras, que traria consigo a universalização da energia elétrica para a população dos Estados de Amazonas, Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins e Pará, já que Tucuruí também auxiliaria na estratégia de popularizar a energia elétrica entre os amazônidas. O Banco Mundial forçou a entrada de agentes do mercado, grandes indústrias consumidoras e empresas privadas no comércio do excedente energético. A partir de 1994, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um fortalecimento no modelo neoliberal iniciado por Sarney, concretizando todo o ideal de comercialização da energia elétrica fundamentado na filosofia do Banco Mundial (GOLDENBERG e PRADO, 2003).

Em 2004, dois anos após o começo do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi anunciada a reforma no setor energético, mas agora sem que o PT fizesse referência à criação da Hidrobras. Havia a expectativa de que seria mudada a estrutura de funcionamento desse mercado, o que não ocorreu. A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff (atual presidente do país), pouco afeita às causas socioambientais, manteve a mesma estrutura institucional do setor energético dos anos de FHC. Ela adotou uma estratégia diferenciada para levar energia elétrica às áreas não urbanas, via fomento de redes de distribuição e sem mitigar custos sociais de geração e altas tarifas: o plano foi a continuidade do Luz Para Todos, sendo baseado em geração por combustíveis fósseis, relegando as gerações fotovoltaica, eólica, oceânica e por biomassa a planos inferiores.

No governo Lula, a despeito dos avanços na distribuição de energia elétrica, a lógica tarifária dos grandes consumidores continuou diferenciada da efetivada aos consumidores. Indústrias eletrointensivas como Vale, Gerdau, Alcoa, Grupo Votorantim e CSN receberam energia a preços que variaram de R\$ 0,03 KW/h a R\$ 0,05 KW/h. Consumidores residenciais e pequenos e médios empresários continuaram pagando de 700% a 1000% a mais por isso, sem que tenha sido votado o PL 630/2003, denominado Lei das Renováveis, para estimular o uso das energias solar, eólica e a construção de pequenas centrais hidrelétricas, demonstrando a falta de prioridade do governo federal para projetos específicos e de médio porte para a Amazônia.

Em relação a esses grandes projetos, na Amazônia é possível destacar a rodovia Belém-Brasília, que ligou pela via terrestre o bioma ao Brasil, concluída em 1967; o projeto Jari, voltado para o abastecimento do mercado de papel e celulose, iniciado em 1967; a rodovia Transamazônica; a rodovia Perimetral Norte; os projetos Albras, Alunorte e Alumar, de extração e beneficiamento da bauxita (alumínio), todos no Pará; o Programa Grande Carajás (PGC), detentor da maior mina de minério de ferro do mundo, no sudeste paraense; a ferrovia Madeira-Mamoré, construída para transportar o látex de Porto Velho; a BR-364, estrada convertida em rota de expansão agrícola a partir dos anos 1970; além das grandes centrais hidrelétricas de Tucuruí, no Pará, e UHE Balbina,

no Amazonas, cuja construção iniciou-se próximo à Cachoeira Balbina, no Rio Uatumã, no ano de 1981, com conclusão seis anos depois.

A usina foi empreendida em meio a controvérsias entre políticos defensores do projeto e cientistas que anteviam a problemática da instalação da usina. A barragem, a 202 quilômetros de Manaus (AM), ainda hoje causa polêmica por conta dos impactos gerados ao ambiente e às populações do entorno e de sua baixa geração energética para uma imensa área alagada. Mais de 30 anos após o início do projeto, a questão suscita opiniões acerca dos problemas advindos do empreendimento; opiniões que podem variar a partir do que os afetados pela usina pensam e sentem sobre a hidrelétrica (CHATTERS, 1988) — aspecto que será tratado no segundo capítulo.

Para avaliar o potencial hídrico existente na maior floresta tropical do mundo, ao regime militar pouco importou considerar análises técnico-científicas de viabilidade ambiental e social em localidades a serem alteradas a partir de barragens, culminando em agressões sociais e econômicas a populações (VASCONCELOS, 2009). O que mais se valorizou para as tomadas de decisão foi favorecer a política econômica do milagre brasileiro, esta alinhada às preocupações financeiras do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Constatou-se, com isso, que os militares apreciavam a consolidação de um modelo de desenvolvimento a partir de uma política energética voltada para a demanda de grandes consumidores. No entanto, esse mesmo modelo impedia a parte da população mais pobre da Amazônia de aumentar seu bem-estar e ter melhor qualidade de vida. Era uma estratégia de crescimento importada de países europeus e norte-americanos, a qual em nada condizia com a realidade do bioma Amazônia.

O alinhamento ideológico dos militares brasileiros com ideais políticos estadunidenses (AB'SÁBER, 1990), nesse período, indicava a existência de interesse em controlar recursos naturais incrustados em ecossistemas e remodelar em padrões urbanos a vida de povos do Centro-Oeste e Norte do Brasil, assim como sugeria que políticos de ambos os países estavam dedicando

pouca atenção a matrizes estruturais, institucionais e geopolíticas que embasaram a produção cultural na Amazônia (GARFIELD, 2009).

A deflagração dos acontecimentos mundiais referentes à Guerra Fria tinha suscitado interesse e envolvimento inéditos do regime militar brasileiro em assuntos amazônicos, entendidos ainda como temas exóticos relacionados a um El Dorado distante, que necessitava ser explorado. O ideal era tomar a conquista da natureza como medida do processo civilizatório, e aí incluía-se a domesticação de rios e florestas para a construção de grandes barragens, a violenta mudança territorial de populações e a inexprimível mortandade da biodiversidade.

Os militares entendiam que deveria ser levada para a Amazônia a modernização pretendida por meio da transformação da natureza em objeto de uso, enquanto estratégia geopolítica de conquista do vazio demográfico (AB'SÁBER, 1990; BORELLI, 2005; FERREIRA JR. e BITTAR, 2008). De fato a recriação da natureza amazônica a partir da proposta desenvolvimentista da ditadura prometia novas direções para a economia brasileira e o comércio interamericano; direções que não pretendiam entender o significado do trabalho tradicional dos amazônidas como ato produtivo e necessário a eles (SILVA, 2010). Idealizava-se, de outra forma, a floresta tropical, como imensa região que poderia servir tanto de campo arsenal, laboratório, quintal, fazenda ou templo.

Desde que se trabalhasse rumo à modernização da Amazônia, não importava o modo de uso da terra e das águas. Segundo Silvan (2009), ao optar por um modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, o governo brasileiro indiretamente reconheceu sua fragilidade em promover qualidade de vida à população da Amazônia. A perda relativa de controle dos militares brasileiros sobre a região foi um enorme abalo que as noções de soberania e hegemonia nacionais sofreram (SILVA, 2000). A intenção de ocupar a Amazônia estava ligada à doutrina de segurança nacional dos comandantes das Forças Armadas, que viam a possibilidade de um suposto espaço vazio ao norte do país despertar interesse e cobiça de outras nações.

A filosofia de trabalho da ditadura consistia em granjear a confiança de empresários do Sul e

Sudeste para que eles participassem do esforço de ocupação da Amazônia por meio de empreendimentos agropecuários que priorizassem o mercado de *commodities* (soja, gado e madeira como produtos mais vendáveis). Vistos em retrospectiva, esses empresários se tornaram os principais responsáveis pela degradação da região, contando para isso com incentivos fiscais enormes do próprio governo federal, que também acenou positivamente a eles no tocante à posse de terras, vendendo extensas propriedades a preços considerados irrisórios (SILVAN, 2009).

Para Morin (1999, p. 67),

[...] a ideia de desenvolvimento que, durante tantos anos, dominou o pensamento político é uma ideia terrivelmente simplificadora e mutiladora: o desenvolvimento dependia do crescimento, que era definido em termos quantitativos. Considerava-se que o crescimento econômico era a base de todos os tipos de desenvolvimento: do desenvolvimento humano, do desenvolvimento social e até do desenvolvimento psicológico. Nesta visão simplificadora, a indústria era o foco de onde partiam todos os outros processos.

A visão dos militares poderia ser compreendida, em certa conta, como estreita e tacaña pelo fato de eles se entusiasmarem com o bioma na medida em que o compreendiam de modo utilitário, como um gigantesco estoque de recursos naturais, pronto para ser esgotado até a exaustão. A atividade de desnudar a mata para extrair benefícios energéticos dos recursos hídricos sem planejamento exemplificou a noção equivocada da ditadura a respeito da Amazônia.

As ações de mitigação voltadas às populações amazônicas impactadas com as atividades não foi cogitada, e na medida em que o envolvimento do governo estadunidense na Amazônia se intensificou, durante os anos de chumbo, o mesmo acontecia com os debates sobre a necessidade de se exaurir fauna e flora para o desenvolvimento mercantilista da humanidade do lado ocidental do globo (SALLUM JR., 2003). A função da Amazônia de fornecer suprimento energético a partir de seus rios passou a ser considerada prioridade. A ordem do dia era estudar a viabilidade desses recursos de modo rápido e indicar locais que poderiam comportar usinas no Pará e Amazonas, Estados com maiores receitas da região norte e mais populosos.

No fim da década de 1970, a usina de Tucuruí, no Pará, foi proposta; em seguida, a hidrelétrica de Balbina passou a ser construída, no Amazonas. A conjuntura ocorreu por conta de uma necessidade política e não energética em dar uma resposta à população amazonense, pois já que o Pará teve sua barragem então o Amazonas também deveria ter uma (OLIVEIRA, 2000). O pensamento corrente era que, quanto mais obras em um determinado Estado da Federação mais a área seria, aos olhos do governo, vista como um imenso polo de desenvolvimento, o que poderia ser apresentado à população como fruto de um plano organizado e coeso de avanço nacional.

Em ambos os casos, Balbina e Tucuruí, a perspectiva de gerar energia limpa, de baixo custo, a partir de mão de obra pouco qualificada, respondendo a supostos anseios populares por modernização na Amazônia, foram motes trabalhados pelos governos estaduais biônicos da época para justificar os projetos (FERREIRA JR. e BITTAR, 2008). O que importava, a despeito da tragédia dos comuns¹³ implicada na região, era mostrar à população brasileira que políticas de desenvolvimento em áreas de difícil acesso estavam sendo postas em curso a partir da construção de grandes usinas hidrelétricas, mesmo deixando de lado considerações humanitárias e ecológicas.

A construção de hidrelétricas no bioma servia em princípio para beneficiar a uma classe média brasileira conservadora, que não entendia ser a ocupação da Amazônia daquela forma um ato desordenado, despreparado e mal planejado pelo regime. A visão que se tinha era barrar rios amazônicos como uma resolução célere para o problema da segurança energética nacional, sem a noção de que “denegrir os lugares dos outros é uma forma de afirmar a viabilidade e o poder incipiente de si mesmo” (HARVEY, 1996, p. 322 *apud* GARFIELD, 2009). De modo que a Amazônia, para os militares, era um lugar de pessoas feias, preguiçosas, indolentes, mal pagas, mal alimentadas, enfermas e ignorantes.

Em suma, eram pessoas marginalizadas, que clamavam para ser inseridas no maravilhoso mundo do consumismo e do comércio de produtos industrializados que se descortinava no ocidente,

¹³ O termo “tragédia dos comuns” foi criado por Hardin (1968), ao se referir a problemas de gestão de bens de domínio comum a um grupo de agentes que dificilmente possa se organizar para aperfeiçoar o uso e preservar a continuidade desses bens.

um universo em que a liberdade para a compra e venda era total e ilimitada. A visão de pobreza para a Amazônia era similar ao significado de pobreza aplicado a urbes recém-industrializadas do sudeste (OLIVEIRA, 2000), e segundo os militares era oriunda da falta de exploração econômica da região, da incapacidade dos nativos para administrar recursos naturais, e por isso havia justificativa em demasia para a implantação de sistemas hidráulicos supostamente eficientes e capazes de gerar em alta potência energia a partir de barragens de rios.

Os conservadores do período militar entendiam o ambientalismo, apesar de tímido nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, como artimanha sórdida para impor entraves sobre a indústria nacional, sendo o aquecimento global embuste orquestrado por esquerdistas e pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1992) para emperrar o progresso econômico dos países emergentes. Sob esse argumento, a geração de energia a partir de grandes centrais hidrelétricas sem qualquer respeito aos ambientes naturais passou a ser fortalecida como estratégia do desenvolvimentismo para o bioma, em contraposição aos discursos que objetivavam travar o crescimento do país.

A Amazônia, segundo os militares, deveria ser transformada de selva em fazenda pela ciência moderna que a tudo modificava sob a batuta da tecnologia. A mudança vendia um futuro democrático e com oportunidades de emprego aos moradores do bioma. As políticas públicas para a alta geração energética traziam latente um ideal romântico para a Amazônia, a qual deveria ser colonizada e a atividade partiria de um princípio redentor aos povos, entendidos como primitivos. Em parte, era reproduzida uma posição ideológica disseminada nos EUA anos atrás, na qual a Amazônia, por completo, deveria ser explorada e os povos da região reeducados.

Certamente, até que o homem faça uma investida determinada e científica nessa região, o Novo Mundo não terá realizado por inteiro seu potencial; não se poderá dizer que a América do Sul alcançou sua maturidade ou encontrou seu verdadeiro lugar como um dos grandes continentes ativos da Terra. Está aqui uma das últimas grandes fronteiras físicas do homem. Domar este grande deserto vai exigir a mais extensiva aplicação do conhecimento político e econômico, os mais avançados instrumentos da ciência e as mais nobres intenções de aprimoramento humano (BEALS *apud* GARFIELD, p. 31).

A proposta de que a Amazônia deveria ser um patrimônio ambiental mundial, ao invés de

uma área estritamente brasileira, vinha sendo difundida com firmeza, no intuito de estabilizar uma visão multinacional e oportunista. O problema, porém, dava-se no contexto da questão do uso dos recursos naturais. A riqueza do patrimônio mundial deveria ser repartida, mas as mazelas não; o volume da biodiversidade tenderia a ser explorado, mas o desastre ambiental seria de responsabilidade do Brasil. A meta era dividir os lucros entre todos e concentrar as iniquidades somente na região para que o governo brasileiro resolvesse o entrave.

A população amazônica, em dado momento, passou a ser interpretada como indolente por conta de seus costumes, conceito entendido no contexto da dimensão social dos fazeres oriundos das vivências históricas (GEERTZ, 2003; RIOS, 2006). “Na natureza não há costumes, pode-se dizer. Não há o costume de dormir, por exemplo. Temos, sim, o costume de dormir em camas, dormir à noite, dormir certo número de horas” (RIOS, 2006, p. 80). Isso mostra que o costume é algo formalizado mediante o convívio e é, sobretudo, esse convívio que possibilita uma configuração diferente a diversos grupos sociais.

Os costumes se sustentam em valores, criados também pelos seres humanos. Assim, classificamos de “bom” o que é costumeiro e estranhamos ou qualificamos de “mau” o que não é. E, assim como afirmamos que o que é costumeiro “é bom”, passamos a julgar que esse costumeiro é “o que deve ser”. Entramos, assim, no terreno do dever - instituímos regras, normas, leis e formas de comportamento que devem ser seguidas pela sociedade (ID., *op. cit.*, p. 81).

O pensamento dominante fora da Amazônia sugeria que o clima quente e a natureza induziam supostamente à preguiça, fazendo com que as pessoas trabalhassem somente o necessário para conseguir provisões às suas necessidades básicas. Na verdade, esse tipo de entendimento perpassa por aquilo que Harvey (1996) aponta como mascaramento para se fortalecer meios de produção, em que mercados complexos tendem a ocultar dos consumidores opressões e incômodos vistos em distantes regiões geográficas, conjuminados a violentas relações sociais formadas para se obterem *commodities* a baixos custos.

A necessidade brasileira de se gerar energia a partir de recursos naturais na Amazônia foi

impulsionada pelo contexto do envolvimento estrangeiro no país durante o regime militar. Os EUA, no fim dos anos 1970, davam publicidade a tendências pró-capitalistas, enaltecendo-se de que produção em massa e ganhos tinham papel fundamental na consolidação das liberdades individuais. A partir da perspectiva, passou-se a apostar que o poder de compra e venda mudaria a vida das pessoas, e junto com ele a necessidade energética seria uma constante. Por isso, possibilitar o funcionamento de hidrelétricas na Amazônia seria um passo a mais rumo ao desenvolvimento da região, com recurso hídrico farto.

Uma hidrelétrica de alto porte ou grande central hidrelétrica (UHE/GCH) é um complexo arquitetônico regido a partir de um conjunto de obras e equipamentos que possui por finalidade produzir energia elétrica por meio do aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio (VARGAS, SOUZA e LOCH, 2004). Atualmente, há no mundo cerca de 40 mil grandes hidrelétricas. Construídas com a finalidade de produzir energia, a área alagada por essas obras é estimada em 600 mil km² (FEARNSIDE, 1988; VARGAS, SOUZA e LOCH, 2004).

As usinas são responsáveis globalmente por 4% das emissões antrópicas de CO₂ (dióxido de carbono) e 18% das emissões antrópicas de CH₄ (metano), ambos gases de efeito estufa (GEEs), segundo Rosa e Schaeffer (1995). A demanda energética é tomada como referência para que mais obras desse porte sejam erguidas e dentre os países que podem usar essa forma de se obter energia, o Brasil é o primeiro país do mundo em recursos hídricos, com 19,4% do montante global. Internamente, mais de 80% da energia consumida no país é oriunda de fontes hídricas. Em capacidade instalada, o Brasil é o quinto da Terra, com 57,5 GW gerados a partir do potencial hídrico.

O país está atrás de Noruega (1º), Japão (2º), Canadá (3º) e EUA (4º), servindo-se de aproximadamente 25% de suas possibilidades de geração hidrelétrica. Os Estados Unidos utilizam cerca de 80%. Conforme Bermann (2007), as regiões sul e sudeste, juntas, detêm 59% do potencial hidrelétrico em operação, e a região norte representa 52% do potencial em estudos estimados. No

total, somando-se as áreas inundadas por todas as hidrelétricas existentes no Brasil o total chega a 34 mil km² de aquíferos mantidos por meio da engenharia humana.

A quantidade de madeira de valor comercial perdida com as obras hidrelétricas no país chegou a ser estimada entre 40 m³ e 60 m³ por hectare (JUNK e MELLO, 1990). Ao todo, a estimativa é que 170 milhões de m³ de madeira tenham sido extraviados em construções de represas de 1980 a 1995. Em Balbina, estimou-se o custo da vegetação acima da represa em US\$ 21,33 o metro cúbico de mata cortada só para exploração e transporte até a Vila de Balbina; para Manaus, custaria US\$ 34,00 o metro cúbico (UHE BALBINA - MEMÓRIA TÉCNICA, 1997). Além da madeira, a compra de 124 mil hectares de propriedades rurais acima da barragem foi calculado em R\$ 1,73 milhão.

A geração energética deve receber investimentos da ordem de R\$ 190 bilhões até 2020. Destes, R\$ 100 bilhões serão para projetos ainda não contratados, sendo 55% para centrais hidrelétricas de grande porte e 45% para biomassa, energia eólica e pequenas centrais hidrelétricas. Apesar desse horizonte de eventos, o governo crê ser preciso construir três hidrelétricas equivalentes à Itaipu para suprir a demanda de energia em 2021. Ademais, a sustentabilidade via matriz hídrica embute impactos ambientais, sociais e culturais que exigem reavaliação frente ao Plano 2015, o qual prevê a construção de 415 usinas hidrelétricas de portes variados, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O questionamento proposto é: será benéfica e estratégica para o país da dependência a um só modelo energético “limpo”? O governo responde afirmando que o consumo de energia elétrica crescerá a uma taxa média de 4,9% por ano na próxima década, saltando dos 472 mil gigawatts/hora (GWh) em 2011 até 730.073 mil gigawatts/hora em 2020 e 736 mil GW/h em 2021. O consumo anual brasileiro por pessoa passaria de 2,4 MW/hora em 2011 para 3,5 MW/h em 2020. Isso significa que a demanda em 2021 será em 56% superior à atual e que o país terá que aumentar a energia gerada em 264 mil gigawatts/hora nos próximos dez anos.

O volume equivale ao produzido por três hidrelétricas de Itaipu, a segunda maior hidrelétrica do mundo, compartilhada por Brasil e Paraguai, e que em 2011 gerou uma média de 92.245 gigawatts/hora. Parte da nova energia demandada em 2021 será atendida pelas três grandes hidrelétricas que o país está construindo na Amazônia e que poderão operar nos próximos anos: Belo Monte, Santo Antônio e Jirau. Apenas Belo Monte, uma polêmica construção sobre o rio Xingu, muito criticada por ecologistas e indígenas, oferecerá 39.360 gigawatts/hora a partir de 2015, em se confirmando sua capacidade geradora declarada.

A ilustração (figura 4) trata da evolução da capacidade instalada hidrotérmica por tipo de fonte no Brasil, partindo de 110 GW em dezembro de 2010 para cerca de 171 GW no fim de 2020, com destaque para a manutenção do perfil renovável da matriz elétrica, conforme descrição no Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 – Geração de Energia Elétrica (PDEE 2020, 2011).

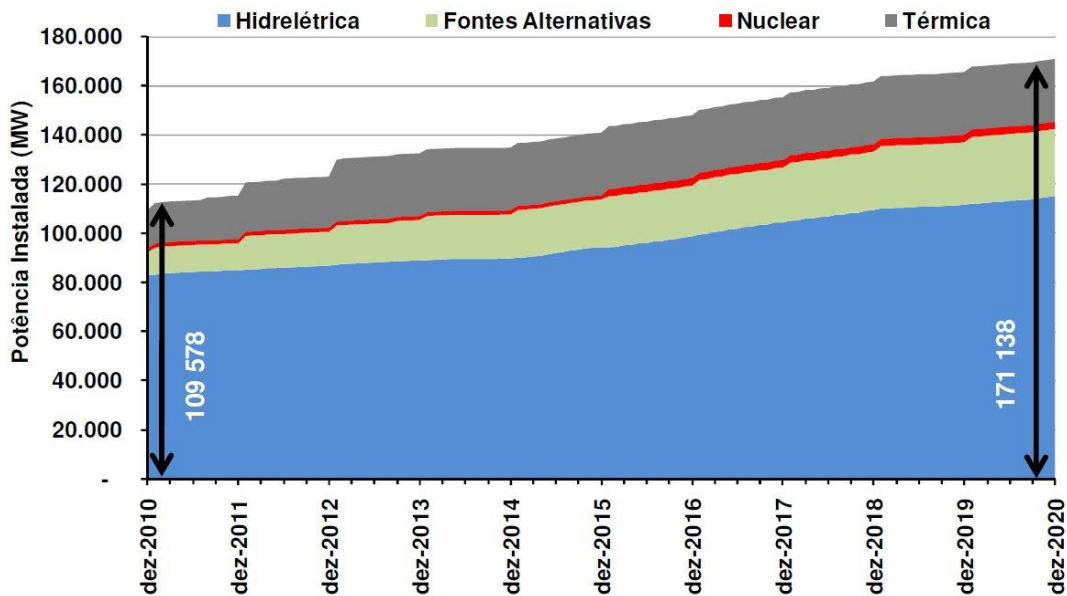


Figura 4 – Variação da potência instalada em MW no Brasil em relação aos diferentes tipos de fontes energéticas utilizadas. **Fonte** – PDEE 2020 (2011). In <http://www.dams-info.org>, acesso em out. 2011.

Os dados a seguir não significam, no entanto, que o país reduzirá a produção de petróleo; pelo contrário, esta deve triplicar, chegando a 6,1 milhões de barris por dia até 2020, embora o consumo de energia pelo petróleo deva diminuir de 38,1% para 31,9% nos próximos dez anos. A

questão é que o país se tornará um grande exportador do item, como aponta o PDEE 2020 (2011). O crescimento médio anual da carga de energia, no horizonte decenal, é de 3.200 MW, representando taxa média de expansão de 4,6% a cada 12 meses. A indústria se mantém como setor responsável por quase metade do que é utilizado em eletricidade no país até o ano de 2021.

Sobre o nível de consumo, inclusive, trata-se de uma taxa histórica: o setor industrial é o que mais gasta energia no país, o que mais fez pressão para que parques energéticos não sustentáveis sejam construídos e mantidos mesmo condições ecológicas e sociais de funcionamento. O volume de investimentos para a manutenção da potência energética nacional em níveis que consigam suportar a demanda surge muito mais a partir do que solicita de energia a indústria e não a sociedade.

O plano do governo federal para ampliar a oferta de energia no Brasil e sustentar a demanda industrial é a construção de hidrelétricas em países vizinhos. O principal projeto de integração para geração de energia será com o Peru, mas há estudos e projetos em andamento em outros países, a maioria na Região Amazônica, especificamente Bolívia, Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela. A ferramenta preferencial por trás desses planos é a capacidade de financiamento do BNDES, que já bancou variados projetos de megaempreiteiras na Amazônia.

O acordo de integração energética Brasil-Peru foi assinado pelos países em maio de 2009. A escolha do Peru como parceiro não foi por acaso: o país responde por 14% do potencial hídrico da América Latina e tem baixa demanda interna de energia. O acordo, que prevê a construção de seis usinas com capacidade de gerar 22 GW/hora — quase a potência instalada de duas hidrelétricas do mesmo porte de Belo Monte — sofre resistência por lá devido impactos a povos indígenas.

Cinco barragens de grande impacto estão associadas ao acordo energético entre Peru e Brasil (Inambari, Mainique, Paquitzapango, Tambo 40 e Tambo 60). A UHE Inambari, com custo em US\$ 4 bilhões, foi suspensa em junho de 2011 até o governo peruano entrar em acordo com indígenas e populações tradicionais. Ao todo, até 2050 há projetos para 150 novas barragens nos

seis maiores rios que conectam os Andes à Amazônia, sendo que 50% serão de alto impacto socioambiental e 80% causarão perdas de florestas (figura 5).

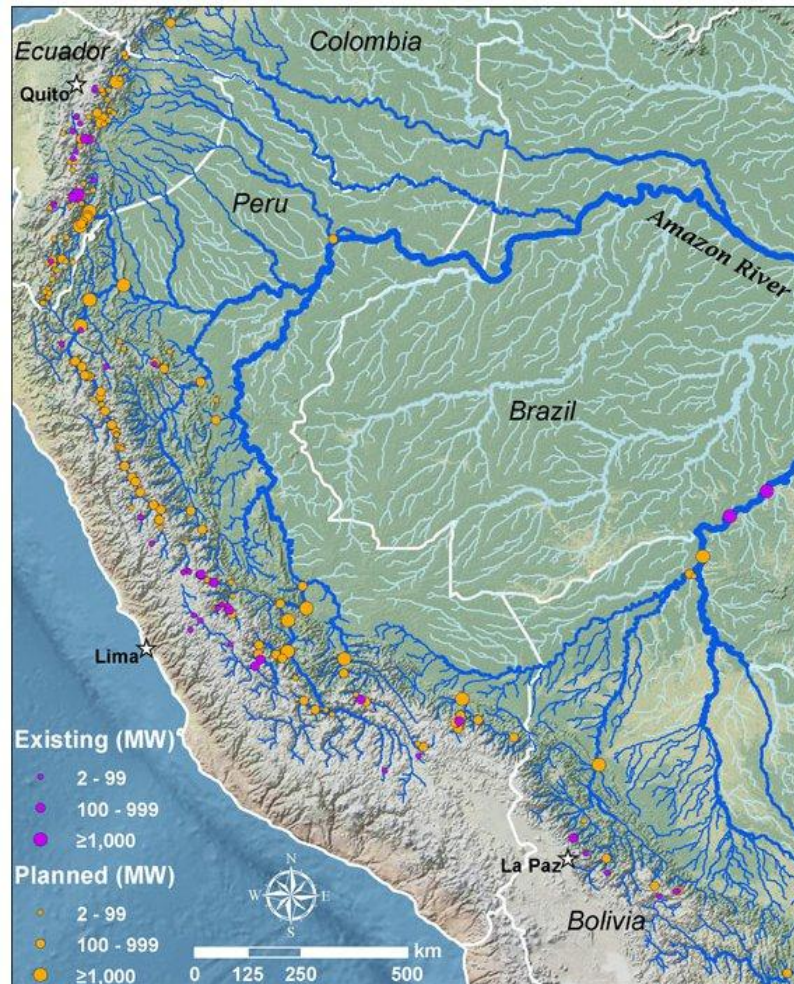


Figura 5 – Locais onde hidrelétricas poderão ser construídas, segundo governos de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru. **Fonte** – FINER e JENKINS (2012). In http://news.mongabay.com/2012/0418-amazon_mega-dams.html, acesso out. 2011.

Finer e Jenkins (2012), ao analisarem cada um dos 150 projetos previstos de GCHs na região da Amazônia brasileira e internacional, observaram que 60% deles provocariam, em muitos rios, quebra da conectividade entre as cabeceiras protegidas dos Andes e as planícies da Amazônia. Somente 19% das construções planejadas foram consideradas de baixo impacto para a biodiversidade e os moradores das áreas atingidas. Caso as barragens sejam concretizadas, haverá aumento de 300% no volume de usinas em relação à quantidade atual em uma área que se espalha por cinco países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Mais da metade das barragens não

será para PCHs¹⁴. Só 40% delas estão sendo feitos estudos para a viabilidade socioambiental.

Fora da Amazônia, o governo constrói junto com a Argentina uma usina binacional de US\$ 4,8 bilhões, a Hidrelétrica Binacional Garabi, que deve ser erguida no rio Uruguai, fronteira entre Brasil e Argentina, com capacidade estimada em 2.000 MW. Na Bolívia, é estudada a construção de outra binacional, a exemplo da Itaipu (segunda maior usina do mundo), construída com o Paraguai. Essas parcerias buscam um custo de energia mais baixo do que o registrado no Brasil. É o caso da represa na Bolívia, onde o MW/hora da Usina de Cachuela Esperanza, ainda em estudo, sairia por US\$ 58,00. No Brasil, se fosse implantada uma usina desta capacidade, o custo seria de US\$ 77,00.

A figura 6 apresenta a evolução do incremento da carga de energia das regiões brasileiras e do Sistema Interligado Nacional (SIN)¹⁵, que é o volume nacional contabilizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão que avalia quais rios tendem a ser alterados e dar lugar a UHEs.

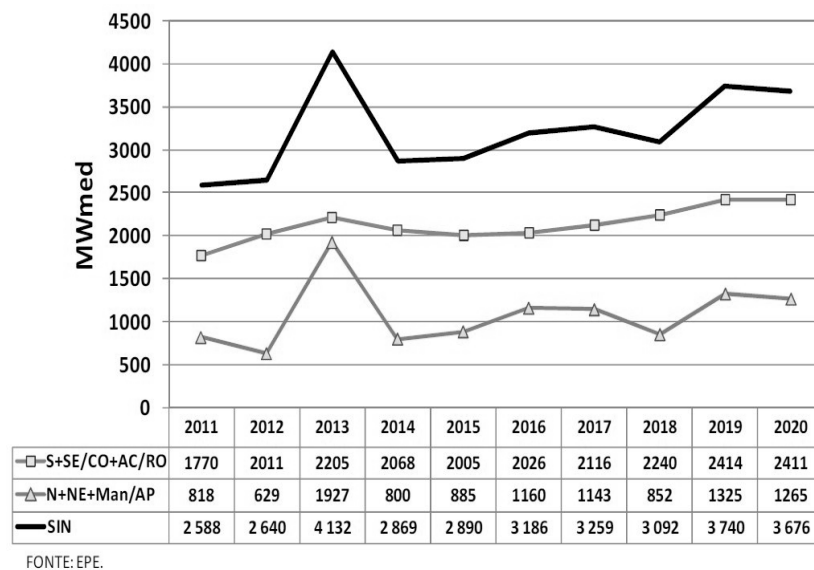


Figura 6 – Incremento da carga de energia das regiões e do SIN (SIN) em relação às regiões brasileiras. **Fonte** - PDEE 2020 (2011).

¹⁴ No contexto das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), o Brasil possui 423 empreendimentos desse porte em operação, que geram cerca de 4,1 milhões de quilowatts, 3,5% do total da energia produzida por via hidráulica no país. Além disso, há 52 em construção e outras 130 foram autorizadas em licitações desde 1998. Bem menos agressivas à sociedade e ao meio ambiente que as grandes centrais hidrelétricas, as PCHs deveriam ser prioridade e sua construção pautada pela parcimônia e necessidade regional, o que não vem ocorrendo.

¹⁵ As hidrelétricas estão conectadas pelo SIN. Cada hidrelétrica solta ou prende água segundo necessidade de energia do país. Se São Paulo precisar de energia e estiver sobrando em alguma hidrelétrica da Amazônia, a usina irá pulsar as águas conforme demanda de São Paulo e não com a hidrodinâmica do sistema naquele período do ano. Assim, cada hidrelétrica que tem esse funcionamento desvinculado do período natural irá alterar o ciclo hidrológico, porque funcionará de modo a responder uma necessidade energética.

Em 2011 a relação entre a média de MW gerados nas regiões norte, nordeste, Manaus/Amapá em comparação às regiões sul, sudeste e centro-oeste, Acre/Rondônia foi de 818 MW para 1.770 MW, o que representa 200% de diferença. Em 2020, ela deve cair de 1.265 MW para 2.411 MW, menos de 100% de assimetria. Essa queda indica sinais de que o governo brasileiro busca equilibrar a relação de potência entre as regiões do país, a qual sempre foi desigual, e revela ainda hoje que no bioma Amazônia e demais áreas onde a biodiversidade é singular há um alto custo socioambiental para o abastecimento energético de urbes localizadas entre Brasília e Rio Grande do Sul. Por isso, o sistema de geração deverá se expandir para atender a um acréscimo de 4,7% ao ano, totalizando 40.600 MW de expansão até 2020, com elevada participação da região norte na expansão de geração de energia e redução das regiões sudeste/centro-oeste (figura 7).

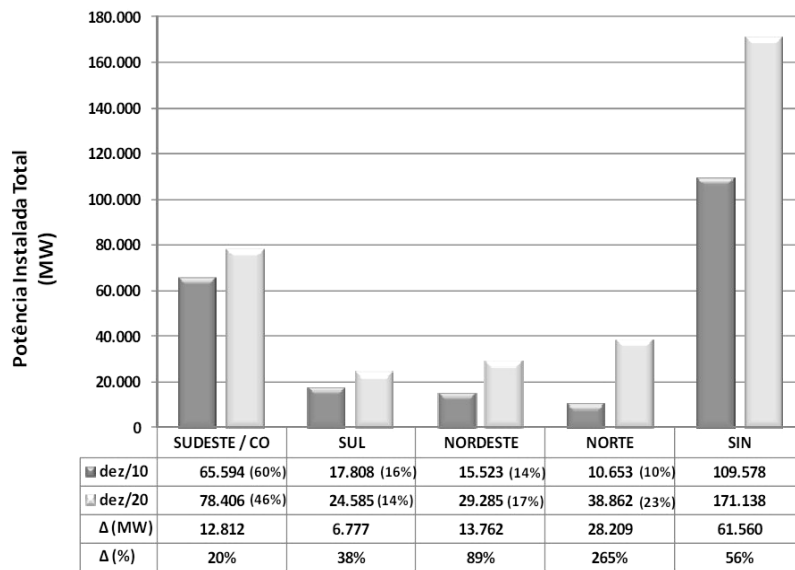


Figura 7 – Variação da potência instalada no país, comparando dez/2010 a dez/2020. **Fonte** – PDEE 2020 (2011).

Os aproveitamentos hidrelétricos de Belo Monte (rio Xingu), Santo Antônio e Jirau (rio Madeira), juntos, serão responsáveis por cerca de 10% da capacidade instalada no final do horizonte decenal. Balbina, por ter capacidade de geração abaixo do planejado (250 MW instalados¹⁶), quase nem aparece no mapa do Ministério de Minas e Energia (MME), via levantamento da Secretaria de

¹⁶ Até o ano 2000, as cinco turbinas podiam atingir 50 megawatts cada, todavia houve rebaixamento nessa capacidade instalada por causa da corrosão e envelhecimento dos equipamentos. Hoje, em tese, mesmo que cada turbina fosse totalmente aproveitada, somente 235 MW, sendo 47MW em cada turbina, poderiam ser gerados.

Planejamento e Desenvolvimento Energético. Se for comparado o total de 10.653 MW existentes na região norte, perto de 2% dizem respeito ao que há de potência instalada em Balbina e 1% de potência média. O prognóstico revela aquilo que a hidrelétrica representa hoje para o governo federal: uma barragem que rende pouquíssima carga.

A representatividade da região norte ante o volume nacional de potência instalada deve saltar de 10% para 23% a partir da construção de 20 novas hidrelétricas até 2020, impactando ambiente e sociedade. São elas as planejadas pelo Ministério de Minas e Energia e declaradas no Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 – Geração de Energia Elétrica: UHE Estreito (1.087 MW, atingindo municípios do Tocantins e Maranhão), UHE Dardanelos (261 MW, no Mato Grosso), UHE Rondon II (74 MW, em Rondônia), UHE Santo Antônio (3.150 MW em Rondônia), UHE Porto do Itaquí (360 MW, no Maranhão), UHE Jirau (3.300 MW em Rondônia), UHE Santo Antônio do Jari (373,4 MW, na divisa do Amapá com Pará), UHE Ferreira Gomes (252 MW, no Amapá), UHE Colider (342 MW, no Mato Grosso), UHE Belo Monte (11.233 MW no Pará), UHE Teles Pires (1.820 MW, no Mato Grosso), UHE Magessi (53 MW, no Mato Grosso), UHE Sinop (461 MW, no Mato Grosso), UHE São Manoel (747 MW, na divisa do Pará com Mato Grosso), UHE Foz do Apiacás (275 MW, no Mato Grosso), UHE São Luiz do Tapajós (6.133 MW, no Pará), UHE Cachoeira dos Patos (528 MW, no Pará), UHE Marabá (2.160 MW, no Tocantins), UHE Jatobá (2.336 MW, no Pará), UHE Jamanxim (881 MW, no Pará), UHE Cachoeira do Caí (802 MW, no Pará).

Outros 17 empreendimentos não foram descritos no Plano Decenal de Expansão do Ministério de Minas e Energia 2010/2020, mas estão destacados com ênfase em mapa documental divulgado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, ligada ao Ministério do Planejamento. São elas: UHE Mocotó (95 MW, no Pará), UHE Foz do Aru (40 MW, no Pará), UHE Cotingo (136 MW, em Roraima), UHE Prainha (1.600 MW, no Pará), UHE Tabajara (350 MW, em Rondônia), UHE Santa Izabel (1.080 MW, atingindo municípios do Pará e Tocantins), UHE São João da Barra (1.800 MW,

em Rondônia), UHE Cachoeirão (64 MW, no Mato Grosso), UHE Tupiratins (620 MW, em Tocantins), UHE Juruena (46 MW, em Mato Grosso), UHE Foz do Noidore (129 MW, no Mato Grosso), UHE Barra do Peixe (35 MW, no Mato Grosso), UHE Parecis (75MW, no Mato Grosso), UHE Rio Madeira (3.000 MW, na divisa do Brasil com a Bolívia, pelo Estado de Rondônia), UHE Cachuela Esperanza (800 MW, na Bolívia, no rio Beni), UHE Serra Quebrada (1.328 MW, atingindo municípios de Tocantins e Maranhão) e UHE Couto Magalhães (150 MW, na divisa de Mato Grosso e Goiás).

Para toda a região da Amazônia, incluindo países vizinhos pelos quais o bioma se estende, há 110 projetos acertados para UHEs, segundo dados da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), e mais 40 planos de expansão via hidrelétrica que não constam nos documentos oficiais da IIRSA, com grandes obras estendendo-se por Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Muitos dos empreendimentos estão em fase de construção ou arrumação do canteiro de obras para dar início aos trabalhos; outros esperam liberação socioambiental para que as atividades sejam iniciadas.

Pela quantidade de usinas planejadas, crê-se que cada vez mais represamentos hidrelétricos sejam construídos nos países amazônicos e mais o potencial hídrico dos ecossistemas venha a ser usado para a geração. Questiona-se, porém, a viabilidade das obras, os impactos que elas terão sobre animais, plantas, ecossistemas raros e isolados, várzeas e alagadiços, além de perturbações a populações ribeirinhas, rurais, indígenas e assentados da reforma agrária. Sobre a viabilidade das usinas, o discurso do Estado para defender os empreendimentos apoia-se no fato da população do Brasil estar aumentando. Entre 2010 e 2020, passaremos de 195 milhões para 205 milhões. Em 2050, serão 260 milhões de habitantes. Entre 2030 e 2040, o crescimento será de 0,5% ao ano; só após 2040 cairá para a taxa anual de 0,3% ao ano. Confirmado o prognóstico, o Brasil terá de acrescentar 4.000 MW por ano à capacidade energética instalada.

Tomando em conta a demanda, a seguir são indicados pontos geográficos onde poderão ser

implantadas hidrelétricas. Observa-se que tanto a parte oriental do continente (abrangendo os Estados do Pará, Tocantins e Mato Grosso) quanto a parte ocidental (países como Colômbia, Equador, Peru e Bolívia) têm planejadas usinas para os próximos dez anos, o que remete a uma reflexão sobre os efeitos das mudanças na floresta e nos rios, além dos efeitos nos planos materiais e imateriais das pessoas que povoam esses espaços (figura 8).



Figura 8 – Pontos indicam onde serão implantadas hidrelétricas. **Fonte** - <http://www.dams-info.org> (out/2011).

A bacia amazônica eleva a disponibilidade de recursos hídricos do Brasil (177,9 mil m³/s). A região é responsável por 20% da descarga de água doce do mundo e concentra 72% do potencial hídrico do país (SETTI, 1994). Se for agregada a vazão da bacia às disponibilidades hídricas do Brasil (251 mil m³/s), o potencial corresponde a 53% do total referente à América do Sul e 15% do montante terrestre (MACHADO, 1995). No acréscimo de potência instalada por região brasileira, no contexto da geração hidrelétrica (por MW), é a Amazônia (região Norte, em bege claro) onde há mais empreendimentos planejados até 2020, em comparação com demais biomas (figura 9).

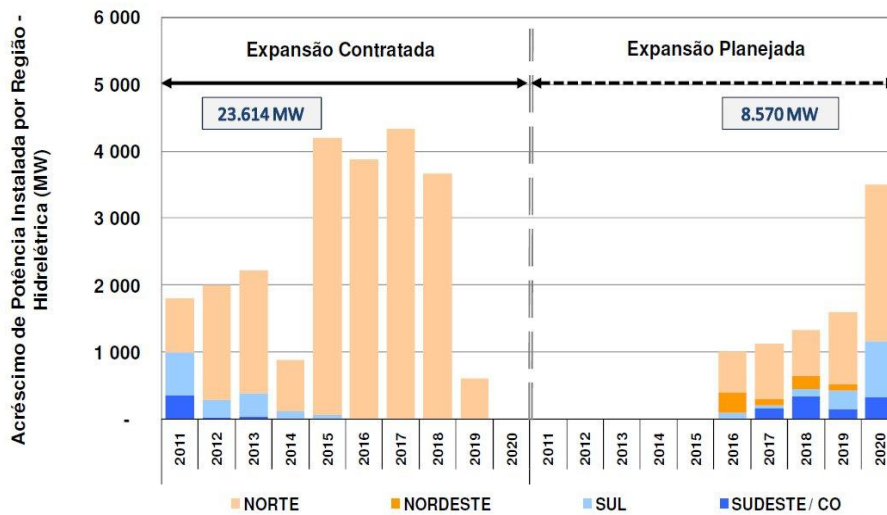


Figura 9 - Potência hidrelétrica por regiões brasileiras até 2020. **Fonte** - PDEE 2020 (2011).

Em detalhe no mapa a seguir, estão usinas existentes na bacia amazônica. Os pontos em azul indicam UHEs em funcionamento ou sendo planejadas para anos seguintes (figura 10).

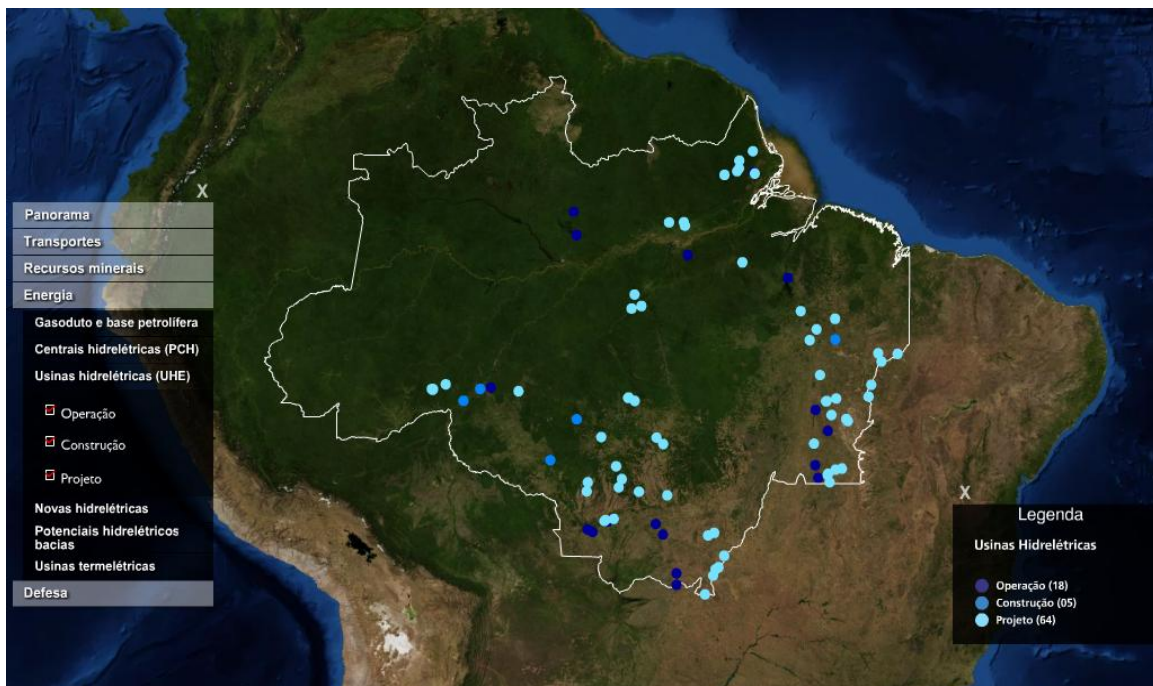


Figura 10 - Pontos em azul registram onde poderão ser implantadas hidrelétricas na Amazônia. **Fonte** - Secretaria de Assuntos Estratégicos (Ministério do Planejamento) do Governo Federal, 2010.

Retomando a discussão acerca da questão energética no âmbito da ditadura militar, é primordial sublinhar que ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 o Estado estava pressionado

pela necessidade de se alinhar com uma das correntes que dominavam o mundo: a capitalista (EUA) ou a comunista (URSS). Pela proximidade geográfica e por conta da geopolítica dominante da época, o Brasil tomou partido da perspectiva ocidental. Com isso, buscou-se pouco a pouco, por meio da liberalização econômica, a transformação estrutural e a reforma administrativa (BOTELHO, 2002). Os componentes desse processo foram: i) a quebra de monopólio estatal; ii) a abertura para o capital estrangeiro; e iii) o desmantelamento de centros de pesquisa e desenvolvimento, desestruturando importantes polos de C&T em um contexto de penúria financeira generalizada para a área de inovação.

Os grandes projetos de investimentos (GPIs) surgiram sob o discurso de contribuir para a implantação de infraestrutura. Mas, segundo Fearnside (1988) e Maciel e Ritter (2005), o plano da ditadura, em vez de elevar o percentual de geração energética, aumentou a contribuição brasileira às emissões globais de gases de efeito estufa (GEEs) (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2013; LIPINSKI, 2013). Além da alta, impactos a populações que da Amazônia foram sentidos e se mantém (OLIVEIRA, 2000; RODRIGUES, 2005; RODRIGUES *et al.*, 2010)¹⁷.

A expectativa de maior rendimento energético por área alagada foi a principal justificativa de criação da usina de Tucuruí. Construída em duas etapas, tem capacidade instalada de 8.370 MW e alagou mais de 2.800 km². A primeira casa de força, com 12 unidades de 350 MW, duas auxiliares de 22,5 MW e potência instalada de 4.245 MW, foi finalizada em dezembro de 1992. Em junho de 1998 iniciou a construção da segunda casa de força, com 11 unidades de 375 MW e potência instalada de 4.125 MW, concluída em abril de 2007. Belo Monte poderá ter uma área alagada mínima estimada entre 516 e 650 km², para uma potência instalada de 11.233 MW e média de 5.500 MW.

Amiúde, é realmente de 40% a 50% dos MW potenciais de uma usina hidrelétrica que

¹⁷ Apesar da aparente expansão recente das fontes renováveis no planeta, a quantidade de dióxido de carbono emitida por unidade de energia foi de 2,37 toneladas de CO₂ por tonelada de petróleo equivalente (tCO₂/toe) em 2010, índice quase igual ao de 1990, 2,39 tCO₂/toe. Essa é a principal constatação do relatório anual para o Encontro Ministerial de Energia Limpa (CEM), publicado pela Agência Internacional de Energia (AIE).

acabam sendo disponibilizados para a população. Essas são estimativas positivas na geração de energia elétrica na Amazônia. Há casos contrários, que por si só denotam o baixo nível de estudos técnicos para sua construção e o resultado negativo obtido a partir dos empreendimentos. As usinas de: i) Samuel, finalizada em 1996, possui capacidade instalada de 240 MW e 100 MW médios para 550 km² de área inundada; ii) Curuá-Una, inaugurada em 1977, com capacidade instalada de 60 MW e 28MW médios para 80 km² de área inundada; e iii) Balbina, finalizada em 1987, com capacidade instalada de 250 MW, 112 MW médios para 2.400 km² de área inundada (UHE BALBINA - MEMÓRIA TÉCNICA, 1997).

Balbina ocupa um lugar sombrio no contexto da geração de energia a partir de fontes hídricas, por ser a unidade de geração mais ineficiente entre as 113 hidrelétricas do país. No salão principal da usina, local onde se situam as cinco turbinas francesas da marca Kaplan, lê-se a frase “Balbina, respeito à natureza”, que pouco corresponde à realidade da usina. É preocupante notar que essas obras ocorreram apesar de pesquisas científicas e dos debates na área socioambiental terem aumentado nas décadas passadas, no Brasil e no mundo, bem como ter se elevado o combate ao uso indiscriminado da natureza. “A construção de Curuá-Una, Balbina, Samuel e Tucuruí na Amazônia resultou em grandes alterações ambientais a montante e a jusante, comprometendo ecossistemas locais e regionais e gerando efeitos na saúde humana” (TUNDISI, 2007, p. 110).

A hidrelétrica de Balbina foi planejada levando-se em consideração pressões internacionais junto à diplomacia e aos militares do Brasil (GARFIELD, 2009). Incentivos da França (que vendeu as turbinas), da Alemanha (que vendeu os equipamentos elétricos da sala de controle) e do Canadá (país sede da firma Monasa, que fez o estudo da viabilidade) foram evidentes no processo. E ainda houve ações políticas de grande parte de conservadores, direitistas e carreiristas ligados ao regime, ávidos por repartir os créditos do projeto de instalação e titubeantes em sua sensibilidade antropológica para avaliar o impacto social da obra.

A situação piorou ano após o tempo de funcionamento e hoje, duas décadas e meia depois da

abertura das comportas para a geração primordial da barragem, a capacidade de geração de potência média já não é a mesma. Os equipamentos ultrapassados, os mecanismos de geração obsoletos, a baixíssima pressão da água e o alto conjunto de sedimentos acumulados a partir do apodrecimento das árvores não retiradas acima da barragem arquearam o potencial de geração e a capacidade instalada diminuiu para 235 MW (BRITO, 2007).

A Usina Hidrelétrica de Balbina, dada a abrangência, constitui-se como um grande projeto de investimento na Amazônia. Ela é assim compreendida por se tratar de empreendimento de grande dimensão, que movimentou extraordinários montantes de dinheiro e recursos humanos para sua construção, além de enorme disponibilidade de recursos naturais existentes no bioma. A UHE teve a implantação favorecida pelos militares, os quais exerceram papel decisivo na opção pela obra, a despeito de estudos externos de pesquisadores que apontavam problemas no projeto.

Tratou-se de um megaprojeto desconectado da realidade regional onde foi inserido, pois só um décimo das necessidades energéticas do Estado do Amazonas são supridas pela usina. O total de empreendimentos de geração atualmente em operação no estado do Amazonas é de 2.175 MW, com 87,4% de abastecimento originado por geração fóssil/térmica (1.900 MW) e 12,6% (275 MW) subdividindo-se em painéis solares, biomassa, hidreletricidade e gás natural.

[os] megaprojetos são apresentados à sociedade como essenciais ao desenvolvimento da nação. Mas esse desenvolvimento fica em grande parte restrito ao centro hegemônico da economia nacional, não chegando a atingir as regiões receptoras e, conseqüentemente, não vindo a amenizar os impactos causados com a implantação desses empreendimentos (BORTOLETO, 2001, p. 55).

Os megaprojetos apropriam-se de recursos naturais e humanos e não contribuem em praticamente nada para a redução de desigualdades econômicas e sociais entre as populações atingidas. Outras variáveis existem — além da geração, da facilitação do escoamento energético para grandes regiões e do aumento da produtividade nacional — e devem ser avaliadas, até mesmo para que novos equívocos de planejamento não sejam repetidos em projetos futuros.

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)¹⁸ orientaram o projeto de Balbina desde a concepção da represa, antes do início da década de 1980, até seu funcionamento, em 1989. Com o fiasco na produção energética da usina após a derrocada do regime militar, houve reestruturação do setor energético amazonense em 1990 e a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), por meio da subsidiária Amazonas Distribuidora de Energia S.A (hoje Amazonas Energia, mas antes foi denominada de Manaus Energia), passou a deter a concessão para a exploração da atividade de energia elétrica no Estado do Amazonas.

Além da capital, a área de atuação compreende as sedes dos 61 municípios e mais 45 localidades do interior amazonense, constituindo-se o maior sistema isolado do mundo, abrangendo aproximadamente 1,5 milhões de quilômetros quadrados. É importante esclarecer que a reestruturação do setor energético amazonense se deu em função da transferência da gestão de serviços públicos para entidades privadas. Esse foi o caso da Amazonas Energia, que a partir do início da década de 1990 integrou a sociedade de economia mista em que foi transformada a Eletrobras e passou a receber recursos federais para investimentos no setor.

O repasse surgiu de um entendimento do governo federal de que a atividade de concessão aumenta a arrecadação tributária da União e ajuda a aperfeiçoar o funcionamento da máquina pública em regiões de difícil acesso. A suposição é baseada na ideia de que a gestão particular é mais eficiente que a pública. Assim, quando o serviço deixa de ser prestado diretamente pelo Estado e indiretamente por qualquer autarquia, é celebrado contrato através de licitação pública ordenada pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, ou é feita a privatização do órgão para que entidades privadas assumam, mediante remuneração, o dever de prestar serviços à população.

Até o fim da década de 1970, Manaus tinha cerca de 400 mil habitantes; já em 1987 contava com quase 800 mil moradores e em 1º de outubro daquele ano Balbina foi finalizada e seu

¹⁸ A Eletrobras é uma sociedade de economia mista, na qual há colaboração entre Estado e particulares, mas o governo federal mantém seu controle acionário. A Eletrobras é composta por um sistema de empresas formado por Eletrobras CGTEE, Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Eletronuclear, Eletrobras Eletrosul e Eletrobras Furnas; e pelas distribuidoras Eletrobras Amazonas Energia, Eletrobras Distribuição Acre, Eletrobras Distribuição Alagoas, Eletrobras Distribuição Piauí, Eletrobras Distribuição Rondônia e Eletrobras Distribuição Roraima; e ainda pela empresa de participações Eletrobras Eletropar e pelo centro de pesquisas Eletrobras Cepel.

reservatório começou a encher. Dois anos antes, a capital demandava 320 MW, segundo constatação do presidente José Sarney, que visitou a UHE Balbina em novembro daquele ano e conheceu dados acerca da geração da usina, que estava em fase de acabamento (SARNEY, 1986, 1989). Além do conhecimento *in loco*, Sarney foi interpelado por Mario Parwé Atroari e Viana Womé Atroari, dois índios da etnia Waimiri-Atroari que denunciaram ao presidente a situação dos indígenas afetados pela represa.

Após o governo de Sarney (1985-1990), os Tikiria e Piriutiti, aldeados Waimiri, nunca mais foram vistos. No médio Alalaú, margem direita, desapareceram outras quatro aldeias. Em um afluente da margem direita do Mahña, hoje igarapé Pinheiro, também desapareceu uma aldeia. Em 1989, quando a distribuição energética foi efetivada de Balbina para Manaus, a demanda beirava os 410 MW e os 250 MW prometidos nunca chegaram a ser gerados. A baixa produtividade apresentada em testes pré-operatórios na usina preocupava dirigentes da estatal, mas mesmo assim optou-se pelo funcionamento de Balbina. Estudos técnicos apontavam ser mais vantajosa a construção de uma hidrelétrica no Pará, no rio Trombetas, para abastecer Manaus de energia elétrica, entretanto a perspectiva não foi aceita, dado que Tucuruí estava instalada no Estado vizinho e o Amazonas precisava ter sua usina própria.

É valioso compreender, dentro da conjuntura de variáveis acerca da construção da represa de Balbina, aspecto das dimensões humanas não levado em consideração ao se planejar a UHE. Foi a noção subjetiva que os moradores possuíam em relação à água e as implicações dos deslocamentos compulsórios. Descartou-se o entendimento de que os corpos d'água desempenham múltiplas funções, como matar a sede de pessoas e animais, servir para banho, cozimento de alimento, funcionar como fonte de nutrientes, oferecer orientação geográfica, servir de fronteira e como canal de transporte de pessoas e cargas, além de fonte de inspiração subjetiva a cancioneros e prosadores.

A modificação na paisagem acarreta fragmentações de mundo, as quais não foram avaliadas para servirem de pauta nas discussões acerca da viabilidade da usina de Balbina, onde a convivência

à beira do rio sempre auxiliou no fortalecimento de relações afetivas com seu espaço, sendo por isso que diversas características da visão dos atingidos pela barragem mantinham interligação à questão da água, moldando suas representações sociais sobre esse recurso natural.

Representações sociais (RS) são pensamentos sobre a realidade oriundos de situações conflituosas, polêmicas ou não consensuais, de interesse comum (ABRIC, 1996, 1998; DOISE, 2003). As RS são moldadas a partir de opiniões coletivas, não significam depoimentos ao acaso e são erigidas a partir de processos comunicacionais amparados em relações de convivência construídas em razão do meio (BERGER e LUCKMANN, 1973; MOSCOVICI, 1985, 2000, 2001). As RS auxiliam na compreensão da interatividade pessoa-ambiente, pois para Santos (1998) esses dois polos significam

[...] um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo da sociedade não é independente da forma (os objetos geográficos) e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas, contendo cada qual frações da sociedade em movimento (p. 26-27).

As RS são um indicativo de que a coletividade possui e socializa informações sobre seu ambiente de modo ininterrupto. Elas constituem-se em “uma preparação para a ação, não apenas porque guiam o comportamento, mas porque constroem e remodelam o ambiente em que este comportamento irá ocorrer” (LACERDA, PEREIRA e CAMINO, 2002, p. 168). As RS não tendem a serem compreendidas como respostas a um estímulo do meio, mas como construção realizada continuamente (JODELET, 1989).

Em Balbina, o posicionamento político moldou a reestruturação produtiva, o que gerou nova orientação consumista. E aos moradores do entorno restou conviver em um espaço de tensões, recriado por uma noção dominante de futuro, imbuída na lógica assimétrica do progresso. Para os atingidos por barragem, a natureza tendia não apenas a ser uma realidade dada, posto que integrava contextos sociais e históricos, remetendo-os a agir de modo conjuntural e alimentando interações entre sociedade e ambiente. Para eles, as representações sociais da natureza sempre abarcaram

visões de mundo que sedimentavam processos de inclusão ou exclusão social.

O termo exclusão social tende a fazer referência à desigualdade social, miséria, pobreza ou privações em geral. Para Catão (2001), exclusão social é a degradação individual e também dos grupos, o que fomenta, por fim, a desintegração e a desorganização das relações sociais. A autora propõe que indivíduos e instituições sociais são elos que constituem por natureza qualquer sistema excludente. A exclusão remete a um sentido temporal e espacial, pois um indivíduo ou grupo é excluído segundo determinado espaço geográfico ou em relação à estrutura e conjuntura econômica e social (GOMES e PEREIRA, 2005; XIBERRAS, 1993; RIVIERE, 2001).

Castel (1991) interpreta a exclusão social como uma desfiliação, a qual representa uma ruptura de pertencimento e de vínculos com o real.

A ideia de exclusão social assinala um estado de carência ou privação material, de segregação, de discriminação, de vulnerabilidade em alguma esfera. À exclusão associa-se um processo de desvinculação social/espacial. O excluído não escolhe a sua condição; ela se dá numa evolução temporal como resultado das mudanças na sociedade como, por exemplo, as crises econômicas (FEIJÓ e ASSIS, 2004, p. 157).

A exclusão social pode acontecer a partir de quatro diferentes situações: econômica, cultural, territorial e étnica (CASTEL, *op. cit.*). A econômica por meio do capital e do trabalho; a cultural pela via das produções artísticas; a territorial pela apartação geográfica; e a étnica pela violência sobre etnias, castas, grupos, tribos etc.

A partir da UHE Balbina, aumentou a possibilidade de serem observadas situações de exclusão social no campo, sendo que esta, por vezes, tende a não ocorrer de modo perceptível, mas sim por meio de vieses não declarados ou simbólicos (SAWAIA, 1999). Sobre o aspecto, tanto exclusão quanto inclusão dependem de inter-relações e do desenvolvimento social, como ressalta Reigota (1994) ao indicar que a natureza é agregadora de representações sociais na medida em que interage com as pessoas. Essa interação, caótica ou ordenada, tipificava a base das relações entre sociedade e ambiente no entorno da usina.

No início da década de 1980, uma das metas do regime militar era fazer com que aquelas

populações do bioma integrassem mercados de bens materiais, de consumo. Para os militares a ideia de exclusão assinalava muito mais um estado de carência ou privação material do que uma vulnerabilidade social em decorrência da tomada compulsória do ambiente. Mas em Balbina o plano de construir a hidrelétrica foi desconectado da realidade socioambiental, o que causou exclusão. Não importou no processo de construção da UHE a desvinculação forçada com a terra e a segregação das pessoas em relação à sua casa. Essas situações só fortaleceram a discriminação contra os moradores e concretizaram a vulnerabilidade dos cidadãos.

O plano manifesto do militares com relação a Balbina não considerava a hipótese de que a exclusão social aumentaria a partir da globalização, entendida enquanto processo inerente à evolução da lógica consumista, sendo o empreendimento hidroenergético um exemplo concreto da necessidade global de consumo de energia. A exclusão causada pela UHE, porém, foi, sim, uma consequência do próprio processo de globalização, operacionalizado pela concentração de renda nas urbes.

Apesar das populações mais pobres do Brasil terem dado mostra de que estavam sofrendo com o novo modelo socioeconômico, para o regime militar a exclusão social não seria responsabilidade das instituições e menos de políticos que apoiaram a construção da usina, mas apenas da falta de vontade individual e organização dos próprios moradores da região e isso era considerado entrave ao projeto da UHE. A exclusão não era compreendida da dimensão dos grupos excluídos. Para os militares, bastava reafirmar o padrão global de desenvolvimento que a sociedade se arranjará enquanto tal, com o tempo.

Além da exclusão social, houve atos de exclusão simbólica contra os moradores de Balbina. Sawaia (1999) afirma ser esse tipo de exclusão uma agressão contra a pessoa humana em suas bases imateriais. Para ela, o processo de segregação coletiva pode ser subjetivo na medida em que a apartação social acontece sem o cometimento de violência física, mas sim com a agressão moral, como suposto por Castel (1991) ao estudar populações nas quais, mesmo não havendo contato

corporal, a psiquê do excluído foi muito afetada. A pessoa, então, entra em estado de degeneração gradual e rebaixamento moral, o que contribui em definitivo para a humilhação do acometido (ALBUQUERQUE e TRÓCCOLI, 2004).

Exemplo de exclusão simbólica ocorreu quando o regime militar agiu para desestruturar a população opositora a partir do enfraquecimento do conhecimento tradicional, popular e mítico dos atingidos pela barragem de Balbina. O conflito não tardou a ser iniciado. Logo em 1981, com as condições sociais e históricas sendo modificadas pelo início das obras na cachoeira de Balbina, propagandas utilizando-se do imaginário popular foram usadas para desacreditar situações que iam de encontro ao que os militares intencionavam (CASADO, 1989).

Foi o caso de uma propaganda em que um narrador oficial do governo exclamava: “o curupira já avisou que Balbina é segura. Se não fosse, ele não deixaria que a hidrelétrica fosse construída. Quem está contra Balbina está contra nós!”. A gravação ecoou por muitas vezes, dia após dia, todo o final de tarde, em cada um dos aparelhos de rádio que retransmitiam para os moradores de Balbina a Voz do Brasil, um programa diário que até os dias de hoje veicula as tomadas de decisão do Palácio do Planalto em relação a planos e projetos governamentais (CASADO, *op. cit.*).

Ao redor da UHE foi perceptível a alimentação de um sentimento de não pertencimento, ocasionado por conta da disfunção de grupos de moradores frente a padrões sociais vigentes da década de 1980, formados pelo contexto de Guerra Fria, da disputa capitalismo e comunismo e da reestruturação produtiva, os quais na verdade funcionaram como senhas para a exclusão das populações residentes no entorno de Balbina. O regime militar pouco se importava em ter esclarecimentos reais sobre a realidade vivida pelas comunidades que habitavam as adjacências da usina, o que teve como consequência a desintegração social das vidas então compartilhadas.

Como comunidades são entendidos agrupamentos de pessoas que moram em pequenas propriedades e se distribuem a montante e a jusante, ao longo do rio Uatumã, portanto em áreas

adjacentes à usina. Originadas a partir de um ou mais núcleos familiares e situadas em ambientes comuns que podem, em tamanho, variar de algumas dezenas para centenas de hectares, as comunidades resguardam para si relações de proximidade entre seus moradores. As habitações são caracterizadas por estilos simples e as gerações de moradores descendentes são formadas por relações entre os próprios moradores da área (PEREIRA, 2007).

A modernização operada pelo regime militar se revelou, sem rodeios, em uma exclusão que levava a termo o pressuposto de que existe diferença entre ser cidadão de fato e de direito, a partir de leis constitucionais asseguradas a priori a todos. Em outras palavras, para os militares de maneira alguma foi tomado a termo que a construção de Balbina desencadearia desigualdades sociais, econômicas e políticas e acabaria por cercear os direitos das pessoas, provocando de modo proporcional a desigualdade deles perante a sociedade e a si mesmos (NEVES, 2002).

Às injustiças do projeto somaram-se disputas por status, contendas por posição social, além de competições entre grupos. A sobrevivência econômica passou a ser prioridade na região a partir da alagação de lavouras situadas na área de abrangência da usina. Como consequência dos atos do regime militar houve a nítida impressão de que existiam pessoas inferiores dentro da sociedade, as quais seriam, supostamente, menos capazes ou menos dignas de direitos primordiais assegurados à terra e à liberdade. O barramento da Cachoeira de Balbina reproduziu uma visão elitista que ainda hoje se firma, a qual compreende de maneira marginal minorias e moradores de áreas periféricas, estejam eles em grandes cidades ou regiões rurais.

O modelo de desenvolvimento pensado para Balbina, pautado em uma UHE de grande porte com geração pífia de energia, era desequilibrado social, territorial e ambientalmente. Injustiças de toda a sorte foram anotadas, tais como: i) não houve indenização financeira digna aos moradores deslocados de suas terras para a construção de Balbina; ii) não ocorreu qualquer compensação de ordem alimentícia para quem perdeu sumariamente a plantação familiar ou roçado; iii) não houve notícias alentadoras sobre ter sido oferecido tratamento de saúde diferenciado para os milhares de

casos de doenças de prevenção possível registrados na região após o desmatamento para as obras da usina; iv) inexistiram sinais documentados de que a terra doada após o deslocamento compulsório tenha sido legalizada; v) ainda hoje em grande parte esses novos espaços criados pelo enchimento do reservatório da usina se encontram irregulares; vi) não foi observada melhoria significativa no fornecimento de energia elétrica aos moradores do entorno; vii) o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da área de Morena, a jusante da usina, faliu pouco anos após ser criado pelo governo brasileiro, fruto da falta de escoamento da produção do local; viii) e o sistema de geração de emprego e renda na região não teve implementos que assegurassem melhores condições de ganhos financeiros. Esses problemas são consequências dos processos de exclusão que vitimaram a população em Balbina.

Aos olhos do regime militar, a imposição econômica justificava a dominação pela força. A intolerância em relação às populações do entorno, incluindo moradores a jusante e a montante da barragem, foi legitimada por meio da institucionalização do descumprimento de direitos individuais e coletivos. A falta de respeito ante os direitos dos afetados resultou no enfraquecimento das interações e dos processos relacionais que acontecem diariamente em Balbina, desregrando a multiplicidade de visões de mundo existentes na região.

Isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações - em um sentido mais amplo - do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida. [...] No caso de comunidades dependentes da terra e de recursos naturais, [...] resulta na perda do acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, extração vegetal, para falar de alguns. Assim, o termo atingido, refere-se às populações que enfrentam um ou outro tipo de deslocamento (WORLD COMMISSION ON DAMS apud VAINER, 2008, p. 51).

A hidrelétrica, desde sua construção, deu vazão a um complexo sistema de fragmentação social, em que as novas representações sociais em Balbina passaram a ser, com a saída compulsória das áreas que seriam futuramente alagadas, impostas por grupos econômicos mais fortes. Houve, assim, disputa interna entre os afetados pela barragem, ocasionadas pelas enormes perdas que a sociedade sofreu. A mediação dos interesses individuais em relação aos coletivos não vingou e o

estranhamento começou a pautar as relações interpessoais (VAINER, 2008).

1.3 Conflitos e reorganizações sociais na área da hidrelétrica

Os conflitos decorrentes da saída compulsória dos moradores adjacentes à represa se iniciaram em âmbito familiar, a partir da reorganização dos grupos que tiveram de se ajustar à nova vida e procurar as próprias soluções de mundo em decorrência de Balbina, que a essa altura já estava iniciada e com planejamento proposto para alagar perto de 2.928 km² (em cota acima de 51,5 metros) e 2.400 km² (cota acima de 46 metros) de área a montante, remodelando o rio e removendo cerca de 7.000 famílias ao todo de suas terras (MAPA DA INFLUÊNCIA ANTRÓPICA DA HIDRELÉTRICA DE BALBINA, CSR, IBAMA, Brasília, 1992).

Para quem teve de deixar a casa e partir rumo a outras áreas, na busca de encontrar novos significados para a existência individual, complexos entraves relacionados à mudança na paisagem ganharam força e foram se desenvolvendo. A inserção de modelos econômicos muito próximos do capitalismo de mercado às estruturas tradicionais existentes em Balbina, estas pautadas pela sustentação autorregulatória, viabilizaram uma mudança crucial, operando por meio de um status fetichista e não de humanização, no qual pessoas passaram a ser vistas como meros objetos (SENNET, 2006).

A construção da UHE deu início ao processo de destruição dos projetos de vida das famílias, mediante a imposição da expulsão da terra. O regime militar acelerou os conflitos no campo ao não apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção das condições de reprodução aos moradores do entorno da usina, em um mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento. Ao prevalecer a noção de que a construção da hidrelétrica era fato consumado (BERMANN, 2007), cada família afetada pela barragem teve a sensação de que seu projeto de vida fora amputado e outro deveria ser repostado. No ínterim do problema, uma pergunta persistia: o que estava por trás da questão energética na Amazônia e como isso afetou as populações

que moravam nas adjacências de Balbina?

A usina foi apresentada como fonte energética limpa, renovável e barata. Mas o modelo foi instalado de modo saturado e acabou por ocupar um espaço de reprodução sociocultural. Os conflitos passaram a ser determinados pela apropriação do espaço geográfico, pela alteração econômica, pelo esfacelamento dos costumes e porque o regime militar planejou a utilização do ambiente enquanto mercadoria, tendo como propósito servir enquanto gerador de energia elétrica aos grandes centros urbanos. Os atingidos passaram a conviver com disputas, poucos direitos resguardados e considerados mero detalhe no plano de implantação da UHE.

Florestan Fernandes (2006), analisando a conjuntura econômica do Brasil das décadas de 1970 e 1980, avalia que a situação de mercado brasileira podia ser resumida a três elementos: i) preponderância da necessidade de exportação; ii) importação como mecanismo de fomento à produção agrícola e iii) dependência exterior para formar e aplicar o excedente econômico. Essas tendências confinaram o planejamento energético do país a padrões mundiais, sem que uma terceira via fosse pensada para a Amazônia, ou mesmo sem que planos de ação para a geração de energia integrassem regiões rurais muito distantes de grandes cidades e servissem como elo entre poder público e moradores de rincões amazônicos.

O processo de elevação do potencial energético no país não tinha como meta produzir a integração das economias centrais às áreas afastadas. Importava mais manter a independência das cidades em relação à zona rural e vice-versa para que o controle militar continuasse a reger a marcha do desenvolvimentismo. A partir desse quadro, as regiões de implantação da hidrelétrica de Balbina começaram a arcar com os custos dos impactos socioambientais negativos, e os benefícios, irrisórios em relação aos problemas, quase não foram sentidos nem mesmo em Manaus, capital do Estado.

Com os referenciais de identificação e produção de laços sociais triturados pelo sistema, Balbina se tornou celeiro de conflitos decorrentes de reorganizações internas e externas. Uma

grande área não atrelada à economia de mercado vigente, que trabalhava sem noção exata acerca dos processos de produção e acumulação, próprios ao mercado capitalista, foi vilipendiada pela lógica global. Dentro dessa lógica, a emergência para o tratamento dos impactos socioambientais foi nula, assim como também foi nula a capacidade de se equacionar e resolver problemas que se estenderam do contexto familiar para o dia-a-dia de produção dos deslocados pela usina.

Enfatizar apenas a elevação na taxa de produção energética brasileira na Amazônia, ampliando a matriz hidrelétrica, não foi a melhor saída para a crise de abastecimento que se avizinhava, dado que os impactos sociais dos empreendimentos foram extensos e injustificáveis. Pressionado por manter o modelo desenvolvimentista, o regime arrefeceu em seus estudos sobre os efeitos às populações, desdenhando das consequências inerentes ao projeto, e instalou uma usina em um espaço social onde eram produzidas formas de subsistência por meio da pesca e da lavoura.

Em Balbina, a existência de populações e a avaliação dos impactos sociais a elas, a retirada dos moradores, a mensuração financeira das compensações pelos deslocamentos e a execução da mitigação possível referente aos casos negativos relacionados a esses deslocamentos não foram analisadas de modo profundo porque representavam custos elevados aos investimentos e estenderiam o tempo do retorno financeiro. O maior prazo estimado de retorno do capital era, para o mercado, um risco maior ao dinheiro empenhado na construção da UHE.

Na ponderação para o início das obras, a invisibilidade das pessoas ficou manifesta em decorrência da transação político-econômica firmada para se erigir a usina. Sem negociação no tocante às possibilidades de retirada das pessoas, a implantação do empreendimento foi questionada ao se fazer uso da invisibilidade como ferramenta para a contenção dos custos de investimentos. Em tais oportunidades, não raro a imprensa se encarregava de reafirmar a predisposição das urbes em desconstruir as necessidades das minorias tendo como desculpa levar melhorias aos desafortunados do campo, os quais, ao tentarem ter reconhecidos seus direitos, passam a serem vistos como agentes de uma ação contrária à vontade das áreas evoluídas.

Em Balbina, enquanto pesquisadores de abrangência regional e nacional se revezavam alertando para os riscos de se construir um barramento em uma área pouco estudada para isso, a publicidade oficial do governo tomava conta de grande parte da imprensa, a qual foi parcialmente silenciada até 1985 por conta do regime militar, e se espalhava em inúmeros noticiários impressos, radiofônicos e televisivos falsificadores da realidade.

O impasse para se estabelecer consensos referentes à instalação da UHE Balbina foi desgastante e infrutífero de 1980 a 1987, quando então o reservatório da barragem começou a encher e os trabalhos de coleta e transporte de animais silvestres e retirada de moradores se intensificou. A partir daí, o papel exercido por terra e água na subjetividade do ribeirinho foi revirado e modificado mediante significados outros, diferentes dos que formaram o psicológico de homens e mulheres que tenderam a se ver como estrangeiros em uma área comum a todos.

O que havia de humano na relação com o ambiente declinou e o referencial formado pela sociedade em relação a árvores, água, animais, trilhas de caça, paranás de pesca, locais de roçado, de queima, de coleta de frutos, entre outros, começou a decair, dado que a mudança na paisagem afetou não apenas a visão, mas também o tato, com a modificação dos referenciais físicos; a audição, pela mudança na fauna e flora da região e os respectivos aspectos sonoros relativos a esses conjuntos de animais e plantas; a dieta alimentar, devido a mortandade de peixes e a alagação de áreas cultiváveis; e o olfato, oriundo do mal cheiro exalado pelo acúmulo de plantas no fundo do reservatório da usina. Os sentidos passaram por provações observadas dia após dia com o enchimento a montante da barragem e a interrupção parcial do rio a jusante.

A cadeia de imaginação dos ribeirinhos referente aos aspectos concretos da realidade do seu entorno, fomentada pela experimentação das coisas, dos animais, das flores e frutos, e ainda pela verificação empírica e material do mundo, mudou na medida em que foi implantada a hidrelétrica e depois no ritmo do enchimento do reservatório. Cada pessoa, individualmente, era impelida a passar por conflitos quando notava as modificações do ambiente e comparava as definições físicas de sua

área antes da usina e as novas marcações registradas após a barragem.

Os questionamentos internos, tão intensos quanto os diversos conflitos externos inerentes à construção da UHE, assolavam a população na medida em que três dos quatro elementais, água, terra e ar, eram reconfigurados. À iniciação da hidrelétrica, foram modificadas representações sociais sobre o ambiente, sendo reposicionados o valor dos objetos, a analogia da paisagem com a vida e os sentimentos de afeto e proximidade ante o meio; à iniciação da hidrelétrica, também foram modificados o tratamento endo e exográfico, com o reposicionamento da sociabilidade e da alteridade entre pessoas.

Com o condicionamento espacial e a subjacente retaliação da paisagem, forçada pela formação de lagos a montante e pela remoção de leitos e terras a jusante da barragem, houve distanciamento relativo à natureza que envolvia ribeirinhos, rurais e índios. Foram atrofiadas a produção de abstrações sobre a realidade, as reflexões concernentes à vida e as avaliações de mundo. As aspirações para o pensamento e suas extensões diversas, como o sonho e o devaneio, alimentadores de mitos e rituais, começaram a passar por um processo de involução, desembocando em disputas externas por dinheiro e poder na área da hidrelétrica.

Na primeira metade da década de 1980 a busca pela posse da água em Presidente Figueiredo começou a ser negociada mediante a construção de um empreendimento privado que viria a se consolidar a partir da virada do milênio como uma das empresas de maior lucro no ramo do comércio de água potável no Amazonas. A firma explora parcela significativa das fontes existentes no entorno da hidrelétrica, detectadas desde as margens do Uatumã até a entrada a sede do município. O bem natural é retirado a partir da cessão de direitos de exploração, mas o uso comercial é realizado após beneficiamento em Manaus, onde ocorre a adição e/ou calibragem de componentes encontrados na água, como sódio, cloreto, nitrato, sulfato, fluoreto e bicarbonatos, além de bário, estrôncio, cálcio, magnésio e potássio.

Com a apropriação, por parte da iniciativa privada, de grande volume de corpos água,

tornou-se evidente que em boa medida a construção da hidrelétrica de Balbina não trouxe consigo uma democratização na oferta de água de qualidade à população. Pelo contrário, o poder econômico de uma portentosa empresa, a Amazonas Energia, que coordenou os trabalhos de implantação da usina, sobrepujou os interesses da população. Hoje, a estatal do setor de fornecimento e manutenção de água potável à população do município de Presidente Figueiredo o faz de modo apenas regular, com falhas na interrupção e redução no tempo diário de abastecimento.

A partir de 1990, os equívocos de Balbina se tornaram tão evidentes na mídia internacional, além do que já ocorria em alguns meios de comunicação de massa de abrangência local, regional e nacional, que instituições de financiamento como o Banco Mundial vetaram o apoio a novas hidrelétricas na Amazônia. Como resposta ao encerramento de possíveis recursos do Banco no futuro, a população foi quem pagou pela falta de dinheiro: o governo enrijeceu o controle e a vigilância exercidos pela administração da UHE sobre o fornecimento de energia aos moradores do entorno da barragem, reduzindo o potencial destinado a essa população e aumentando o valor das tarifas mensais de luz.

O discurso, porém, se manteve. O governo federal apresentava na segunda metade da década de 1990 sua política de expansão dos projetos de usinas hidrelétricas na região amazônica como redenção à exclusão social e desfiliação material e cultural em que se encontravam populações do bioma. A estratégia era ocultar um problema bem maior e mais complexo do que apenas o desabastecimento energético. Tratava-se de uma situação de desconfiguração da sociedade amazônica enquanto soberana da sua região.

1.4 Limites/disfunções socioambientais do projeto

Um decreto do regime militar datado de 01/03/1977 (nº 79.321) outorgou à Eletrobras/Eletronorte (antiga denominação da Eletrobras/Amazonas Energia) a concessão do aproveitamento hídrico para formação da Usina Hidrelétrica de Balbina. Em carta à Anistia

Internacional, os diretores da Eletrobras/Eletronorte comemoraram a concessão para as obras da represa como sendo um documento “de tão grande importância quanto a preservação etnológica de nossos ancestrais”¹⁹ em um recado enviado dos militares àqueles que eram contrários aos grandes projetos de exploração dos recursos naturais na Amazônia.

A construção da barragem, situada ao norte da capital amazonense, começou em 1º de maio de 1981, com o desvio total das águas do rio Uatumã ocorrendo em 5 de novembro de 1985. A última comporta de Balbina foi fechada para o enchimento do reservatório dia 1º de outubro de 1987 e a geração comercial começou em 1º de fevereiro de 1989. Em 12 de fevereiro de 1989 foram abertas as comportas que barravam o rio, no distrito de Balbina, município de Presidente Figueiredo, a 202 km de Manaus, no Estado do Amazonas, Amazônia Central, Brasil, agravando o já existente problema da mortalidade geral da vida no entorno da área.

Para o regime militar, a necessidade de relacionamento com um único município para prover documentação indispensável a fim de legalizar o projeto da hidrelétrica foi o instrumento que viabilizou a criação de Presidente Figueiredo, com áreas desmembradas de Novo Airão e Itapiranga, em 10/12/1981. Assim como a quase totalidade dos municípios amazonenses, Presidente Figueiredo já nasceu com sua atividade econômica muito dependente dos governos estadual e federal.

Essa dependência gerou problemas tais como i) enfraquecimento do poder autônomo de decisão do governo municipal, em decorrência da falta de verbas; ii) propensão a ações pautadas pelo coronelismo político de grupos formados por partidos e/ou elites partidárias; iii) falta de representatividade política em decisões a serem tomadas pelo Executivo federal; e iv) enfraquecimento da cadeia autônoma de projetos a serem eleitos pelo Executivo federal, senão aqueles que gerem retorno financeiro às classes dominantes e empresariais da localidade.

A proposta inicial era fornecer energia confiável e de baixo custo para a população moradora da capital amazonense e às empresas que se instalaram na década de 1970 na cidade, dando

¹⁹ Para mais informações, consultar o endereço http://urubui.blogspot.com/2011_10_01_archive.html, *post* 'O Estado e lei da irreversibilidade', acessos em 6 de março de 2012.

capilaridade à Zona Franca de Manaus (ZFM) e facilitando a manufatura de produtos importados de países como EUA e Japão, dominantes do cenário comercial. Após o funcionamento da última turbina da usina, em 1989, perto de 60% do consumo de Manaus chegava a ser atendido pela UHE. Mas a relação entre a demanda de Manaus e o fornecimento de Balbina não demorou a declinar por conta do crescimento da urbe, que recebeu quantidade grande de migrantes.

Com a rápida expansão populacional da cidade a partir da vinda de pessoas dos Estados do Pará, Maranhão, Rondônia, Ceará, entre outros, a representatividade da usina de Balbina no fornecimento da cidade não se manteve como o planejado pelo regime. Já no ano de 2013, a UHE Balbina, com 112 MW de geração supre perto de 10,5% dos cerca de 1.100 MW consumidos em média em Manaus. A demanda restante, cerca de 990 MW, chega por queima de combustíveis fósseis, gás natural ou diesel, via térmicas de Manaus e Iranduba²⁰. A figura 11 mostra que Balbina é a pior do país comparando-se potência instalada com área do reservatório.

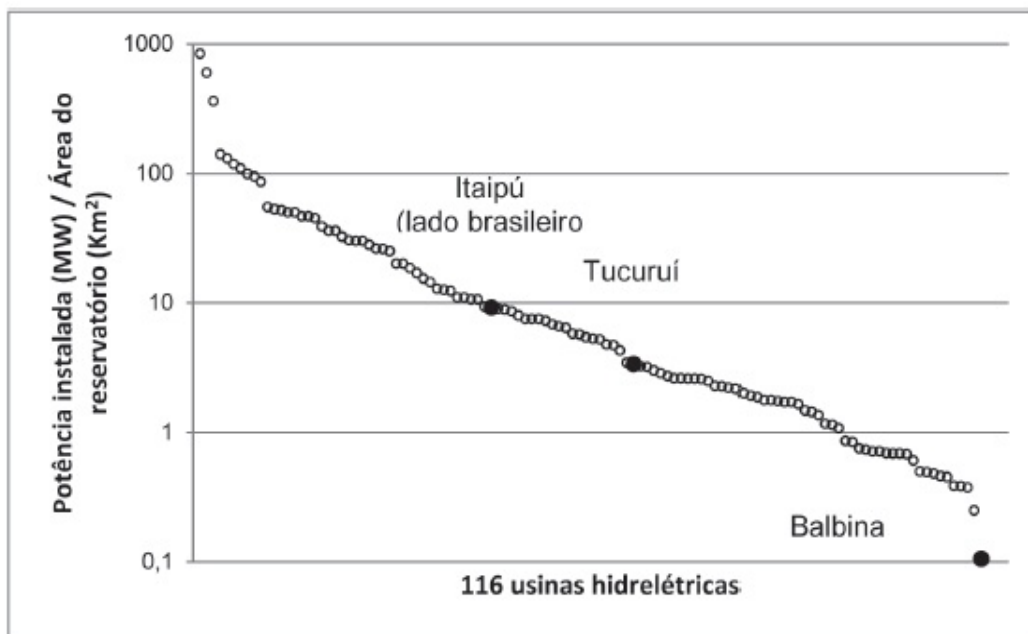


Figura 11 – Relação entre potência instalada e área alagada de 116 usinas hidrelétricas brasileiras.
Fonte – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (2009).

²⁰ O parque gerador de Manaus é composto pelas usinas térmicas de Aparecida (172,0 MW), Mauá (436,5 MW), Cidade Nova (15,4 MW), São José (36,4 MW), Flores (69,0 MW) e hidrelétrica de Balbina (250,0 MW). Para completar a geração há a usina flutuante Electron (120 MW). Isto dá uma potência efetiva de 1.099,3 MW. Para completar a demanda, é comprada energia de produtores independentes: Breitener Tabaqui (60 MW), Breitener Jaraqui (60 MW), Manauara (60 MW), Rio Amazonas (65 MW) e Gera (60 MW), totalizando 305 MW, e mais o parque de Iranduba (200 MW).

A figura 12 destaca o tamanho do lago formado pela barragem e a figura 14 dá um panorama aéreo da barragem.



Figura 12 – Região escura indica área do reservatório. **Fonte** - Composição originada de imagens capturadas do satélite Spot 4, em agosto de 2010 e julho de 2011. Google Earth, com acesso em fevereiro de 2012.



Figura 13 – Vista aérea da UHE Balbina no mês de maio/junho, quando o regime hidrológico do rio Uatumã está na cheia e turbinas da usina estão operando em nível alto. **Fonte** - UHE Balbina - Memória Técnica (1997).

No rio Uatumã, o regime hidrológico segue o mesmo padrão característico dos demais rios amazônicos, com um período de águas altas, nos meses de abril a junho, e de águas baixas de agosto a dezembro. O clima é classificado como tropical úmido, típico da Amazônia, com temperaturas elevadas (média de 36° a 38° C) e pluviosidade alta (com média variando de 2.000 mm a 2460 mm), possuindo estações seca (junho a novembro) e chuvosa (dezembro a maio) bem definidas.

Porém, se o regime do rio passaria a ser comandado por mecanismos que coordenavam a abertura e fechamento das comportas da usina, quem poderia garantir a pesca diversificada e a frutificação de pequenas lavouras com diferentes níveis da água?; a quem pedir auxílio técnico para mudar o padrão das roças familiares e do plantio em quintais agroflorestais?; quem garantiria de modo fidedigno a compensação financeira pelas perdas?

A pluviosidade anual seria mantida, mas aspectos correlacionados à cheia dos rios seriam regidos pela barragem e sua respectiva possibilidade de geração energética. O regime fluvial modificado afetaria a disponibilidade de espaços para lazer em ambientes aquáticos, fazendo com aumentasse a sensação térmica e falta de opções para o ócio. A subjetividade representada pela água, enorme entre pessoas que vivem à margem de rios, “fornece imagens relacionadas à fluidez, plasticidade, feminilidade, sensualidade, transitoriedade, ao movimento e ao tempo, representando para as pessoas contato direto com o estado fluido da matéria” (ALVES e JUSTO, 2011, p. 183).

A água é carregada de sentimentos e agrega valores associados a experiências pessoais de apropriação física e simbólica dos espaços aquáticos (BACHELARD, 1989). É nas águas que grande parte da vida cotidiana acontece e se refaz. E cabe compreender o conceito de cotidiano a partir dos estudos de Martins (2000), quando ele ressalta que o cotidiano pode ser entendido como o conjunto de ações humanas praticadas diariamente, as quais sedimentam relações sociais.

O cotidiano é a dimensão de convivência entre as pessoas e, portanto, em áreas ribeirinhas,

ele se dá mediante a dinâmica relacionada aos rios (pesca, banhos, lavagem de roupas e demais utensílios domésticos etc.). Essa dinâmica é inerente à existência de indivíduos moradores de localidades amazônicas adjacentes a rios, igapós, paranás etc. “A vida de todo o dia tornou-se o ponto de referência da sociedade. No pequeno mundo de todos os dias está o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais” (MARTINS, 2000, p. 2).

As águas formam um cenário essencial para a vida cotidiana, porque ela é basicamente determinada por motivações de caráter particular. Nos rios se repetem atividades de higiene pessoal, consumo doméstico, coleta de peixes, irrigação para a agricultura familiar e relações sexuais. A água emoldura não apenas ações, mas também paixões, fortalecendo corpo e espírito. A utilização dos rios é incorporada às representações sociais das pessoas conforme o uso daquele espaço fluido, mutável, a simbolizar a renovação.

Na construção da usina de Balbina, as relações de poder no ambiente onde foi levantada a barragem foram vencidas pela estatal, que em detrimento aos antigos moradores fez prevalecer seus interesses, achincalhando terras férteis que serviam como meio de sobrevivência a populações e vilipendiando ribeirinhos, rurais e índios que dependiam de roçados, animais, frutos e peixes para manter seu padrão histórico de vida.

Uma dessas terras transformadas foi a região do Santo Antônio do Abonari, a montante da barragem, na periferia do posto de atração da Fundação Nacional do Índio (Funai), à margem esquerda do igarapé, junto à sua confluência com o Rio Uatumã, onde havia população aldeada calculada em 300 índios. Mas além desses existiam outras aldeias nesta região. Em 1972 funcionários da Funai relacionaram as malocas dos capitães Canori, Coroinha, Abonari, Tomaz, Manoel e Pedro e outras aldeias arredias.

Após encher por completo o reservatório da UHE, a região alagada formou a montante 3.300 ilhas devido ao relevo plano e entalhamentos pouco pronunciados, com margens irregulares e grande quantidade de “paliteiros” (árvores afogadas). Estima-se que 2 mil pessoas moravam nessa

região e sobreviviam da pesca artesanal, de pequenas plantações e do comércio de farinha e mandioca. Abaixo da represa, vizinha à obra, foi criada a partir de 1987 a vila de Balbina, povoada por cerca de 4,2 mil pessoas, dois terços dela trabalhadores da usina e os demais moradores são antigos residentes da área onde a UHE foi implantada.

Ao lado da vila situa-se o ramal da Morena, com 38 km de extensão, parte pobre e periférica a jusante da represa, onde moram pessoas de classe econômica baixa, com pouca estrutura educacional e de saúde, as quais ganham seu sustento mediante extrativismo, horta familiar e pesca artesanal. Cerca de 2 mil famílias residem nessa localidade. Ao fim do ramal, situa-se o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Morena, onde perto de 500 famílias estão situadas. Ainda a jusante da usina, acessada pela rodovia estadual AM 240, de 82 km de extensão, esta surgida como vicinal a partir de 1978, está uma grande área integrante de outro assentamento do governo federal, o projeto Uatumã. A estrada AM 240 interliga o acesso de populações via BR-174 à usina e possibilita chegar às mais de 40 vilas de assentados existentes por força do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), distribuídos nos mais de 80 quilômetros de rodovia.

A montante, o lago formado em 1989, dois anos após o fechamento das comportas, ocupou uma área de floresta de 2.928 km² (estando a represa a uma cota acima de 51,5 metros) e 2.400 km² (acima de 46 metros). Portanto, 1.274 km² (44%) e 1.044 km² (36%) a mais, respectivamente, do que o governo registrou no decreto nº 85.598, de 13/04/1981. Ao ser inundada, a barragem condicionou a existência de um lago desproporcional à sua modesta capacidade energética, cuja geração média de energia é de 112 MW.

Vale lembrar que a margem de erro para cálculo da extensão da área alagada a montante não deveria jamais ultrapassar os 10% para mais ou menos, o que demonstrou a incapacidade do governo em planejar Balbina, onde o custo por kilowatt instalado é de US\$ 3.000, valor duas vezes o máximo admitido pelo setor elétrico brasileiro para demais hidrelétricas do país. Dados da Amazonas Energia dão conta de que a usina custou US\$ 750 milhões para ser finalizada, sem

incluir o custo de 170 km de linha de transmissão até Manaus (FEARNSIDE, 1988), o que elevou o valor do empreendimento para mais de US\$ 1 bilhão.

Um disparate porque uma termelétrica movida a óleo diesel, com tamanho menor que um ginásio poliesportivo, poderia dar conta e gerar o mesmo potencial médio de 112 MW, e ainda, apesar de usar combustível fóssil, não emitiria tanto CO₂ e CH₄ quanto Balbina e nem agrediria tanta gente a partir de um deslocamento compulsório desmoralizante, como ocorreu desde o início da construção da usina na década de 1980.

Exemplo disso se deu em 1983 quando a Amazonas Energia, sem meios técnicos para promover a retirada sustentável da mata do entorno da barragem, cogitava usar herbicidas desfolhantes despejados a céu aberto por aviões na área do entorno da usina como maneira de envenenar a floresta. O material nocivo (“agente laranja”) já havia sido usado na Guerra do Vietnã, onde 1808 milhões de litros foram pulverizados entre 1961 e 1971 em plantações que abasteciam civis e militares daquele país, que após o conflito teve extensas perdas genéticas em sua fauna e flora, além de consequências diretas em seres humanos expostos diretamente ao produto tóxico²¹ (SAUTCHUK, 2011; REPRODUÇÃO/RELEASE, 2005).

A ideia foi abandonada depois que um especialista em ciências florestais da firma de consultoria Structura S.A., Samuel Murgel Blanco, então contratada para executar a ação, divulgou via carta ao governo federal a intenção da estatal do setor energético. A missiva teve êxito porque relacionava o envenenamento de rios, lagos e igarapés do entorno a partir do escoamento do veneno pelo lençol freático e também relatava que a pulverização, com a ação dos ventos, iria atingir pequenas plantações familiares e áreas de extrativismo, contaminando pessoas, animais e plantas, o que fortaleceu o travamento do uso do agrotóxico.

Os militares concordaram em suspender a atividade, mas não sem antes suprimir o

²¹ O agente laranja é uma mistura de dois herbicidas: o 2,4-D e o 2,4,5-T. O 2,4-D vendido até hoje em produtos como o *Tordon*. Os desfolhantes destruíram o habitat natural do Vietnã, deixaram 4,8 milhões de pessoas expostas e provocaram enfermidades irreversíveis, sobretudo malformações congênitas, câncer e síndromes neurológicas em crianças, mulheres e homens. O nome que se popularizou vem dos galões de cor alaranjada em que o veneno era acondicionado para demarcar diferença, por causa de seu enorme potencial letal.

funcionário. Blanco foi afastado de sua função na Structura S.A. e não participou mais do projeto Balbina. Ainda assim, dois anos depois da retirada do funcionário da Structura S.A., a solução para a retirada das árvores nas adjacências da usina não chegou a ser apresentada para a sociedade e, sem pesquisar saída viável ao impasse, aproximadamente 33 milhões de m³ de madeira (cada m³ equivale aproximadamente a 1.000 kg) proveniente da vegetação localizada na região onde foi construída a hidrelétrica acabaram sendo alagadas sumariamente. Em quilogramas, foram desperdiçados cerca de 33 milhões de toneladas de madeira.

Parte desse volume de biomassa foi parar em uma imensa fogueira que tornou cinza 5.000 hectares (50 km²) de floresta amazônica no distrito de Balbina, sendo parte convertida em cavacos e queimada para gerar energia. As empresas Limoreiro, Timber e Constecca, pretensas exploradoras comerciais da madeira do reservatório, desistiram da tarefa. A estatal que planejou o barramento do rio Uatumã concedeu um prazo menor que três anos para madeireiras explorarem o potencial florestal de Balbina, sem, com isso, haver tempo hábil para a atividade ao longo da área a montante e de modo algum a ação garantiu a sobrevivência de espécies da fauna. Com a tecnologia disponível na época, ao menos dez anos seriam necessários para o trabalho, como afirmaram representantes da empresa Jaakko Pöyry Engenharia, de origem dinamarquesa, após realizarem avaliações de viabilidade econômica do projeto, destacando que o montante de investimentos para as vendas potenciais chegaria aos US\$ 38 milhões (bem menos do que a Amazonas Energia divulgava: US\$ 60 milhões), e a taxa interna de retorno seria de 46,7%, com a geração de 1.115 postos de trabalho diretos e indiretos.

Em um prazo mínimo de 30 meses, conforme a Jaakko, a atividade poderia ser concluída de modo razoável, segundo dados oriundos de debate ocorrido em Brasília, 16 de maio de 1984, no Eron Palace Hotel, com a participação do engenheiro Armando Ribeiro de Araújo, da Amazonas Energia, o representante da Jaakko Pöyry, V. Suchck, e madeireiros brasileiros interessados na exploração. A reunião teve como meta dar ciência aos madeireiros sobre os estudos realizados em

Balbina pela firma dinamarquesa e angariar sugestões que pudessem servir para formatar documentos de licitação que brevemente a Amazonas Energia abriria para desmatar e coletar árvores na área a montante do reservatório.

O edital licitatório foi aberto após o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF, antigo Ibama) ter se negado a retirar a madeira devido ao tempo hábil restante, de menos de 36 meses, para realizar a atividade antes da conclusão de 80% das obras. Na oportunidade, o representante do Sindicato dos Compensados e Laminados do Paraná, Saul Zugman, concordou com o IBDF e disse que era “antipatriótico” exportar toras de forma desordenada, mesmo quando se tinha um déficit extremo de geração de mão de obra local que poderia ser suprido em parte com o trabalho de retirada das árvores. De igual modo, o presidente do Sindicato das Indústrias de Madeira do Amazonas, Mário Moraes, fez coro às reclamações sobre o alto custo e o prazo curto para a retirada da madeira, sem, no entanto, obter sucesso. Por fim, só 8% da vegetação foram retirados e cerca de 150 km² desmatados. O restante submergiu e apodreceu.

As árvores mortas e a água putrefata continuam a assolar sociedade e ambiente na região da usina. Desde o momento da alagação primordial o governo federal não se interessou em desembolsar cerca de R\$ 15 milhões (valor estimado pela Eletrobras) para que a Agência Nacional de Águas (ANA) investigue possíveis contaminações nas áreas do entorno da barragem, dado que ela concentra um grande volume de água e está sujeita a alterações. O objetivo seria realizar pesquisas para se identificar possíveis lançamentos de rejeitos industriais e esgoto sem tratamento em nascentes e cursos de água, oriundos das casas do entorno ou da própria estação da UHE, além de escavações e minerações que passam ao largo, como ocorre com a Mina do Pitinga e a indústria de cana-de-açúcar da Jayoro, próxima à Balbina, que pulveriza semanalmente, em tempos de plantio e colheita, herbicidas e agrotóxicos em seus 4,5 mil hectares.

No país, desde que foi construída a hidrelétrica em Presidente Figueiredo até fim do ano de 2012, não existiam compêndios sobre a quantidade de solos e águas subterrâneas amazônicas que

sofrem danos ambientais a partir de UHEs e PCHs. A situação vem sendo modificada a partir da produção acadêmica em universidades e centros de pesquisa, na tentativa de identificar locais sem infraestrutura de saneamento básico, onde a contaminação esteja ocorrendo devido a usinas. Um estudo de 2011 passou a ser realizado na bacia do Rio Amazonas, considerada a maior do mundo, a leste de Balbina. Vem sendo analisadas características hidroquímicas (qualidade das águas) e hidrodinâmicas (extensão dos reservatórios e volume deles). A conclusão está prevista para fins de 2013.

Como já se destacou, desde sua finalização Balbina fornece, quando as cinco turbinas estão em condições de operação, 112 MW de potência média, ou seja, o aproveitamento da capacidade instalada, também denominado fator de capacidade da usina, é de aproximadamente 45%. Um valor modesto quando comparado com o fator de capacidade de 50%-65% da maior parte das demais usinas no país. A combinação destes dois parâmetros (custo da potência instalada e fator de capacidade) fornece o custo de megawatt/hora, valor utilizado para se comparar a eficiência do investimento do capital para a geração de energia por diferentes empreendimentos (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, 2009).

Na Usina Hidrelétrica de Balbina o megawatt/hora custa em torno de U\$ 108,00, o quádruplo do considerado aceitável pelo próprio setor energético brasileiro para usinas hidrelétricas competitivas, o dobro admitido na geração de termelétricas — para a substituição das quais se justificou a construção da hidrelétrica — e o mesmo custo de geração a partir de energia solar com a tecnologia hoje disponível. A ineficiência da geração de energia nessa hidrelétrica também é nítida quando é relacionada com a área alagada a montante.

Por exemplo, em Tucuruí se produz 25 vezes mais energia por km² alagado do que Balbina. Comparada com Itaipu a relação é de cerca de 35 vezes mais energia por km² (FEARNSIDE, 2007). Portanto, sem justificativa energética, a hidrelétrica se configura não apenas como um empreendimento polêmico na Amazônia, mas tal e qual a concretização de uma desastrosa

intervenção humana sobre um curso de água, afetando cerca de 500 km de leito natural (mais do que a distância entre Rio de Janeiro e São Paulo) de um importante rio do bioma.

Na represa, houve irregularidades desde a construção, sobretudo no que tange ao desmatamento da vegetação a ser inundada, pois foi realizada apenas uma pequena retirada florestal de 8% da parte do lago principal próximo à barragem, infringindo a lei 3.824/60 que obriga a limpeza completa de açudes, represas e lagos artificiais. A justificativa da Amazonas Energia foi de que a água seria destinada apenas à geração de energia e não ao consumo.

O problema fez com que, antes do fechamento das comportas, fosse cogitado dinamitar parte da barragem para que a construção pudesse ser refeita, ampliada e reestruturada, melhorando a geração energética e dando mais tempo para a retirada da madeira acumulada na área da barragem. Mas a intenção não logrou êxito. Logo após o represamento, a quase totalidade da vegetação terrestre alagada não sobreviveu e entrou em decomposição pouco tempo depois do enchimento do lago, produzindo altas taxas de emissões de GEEs, principalmente dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄).

Hoje, as emissões de GEEs em Balbina são dez vezes maior que o de uma termelétrica a carvão, levando-se em consideração a produção energética. Só ela emite 3 toneladas de carbono por megawatt/hora. Por ano, são emitidos 3 milhões de toneladas de carbono. Em uma térmica, o índice é de 0,33 tonelada de carbono por megawatt/hora (KEMENES *et al.*, 2007). Se todo o metano que passa pelas turbinas da hidrelétrica fosse aproveitado para gerar energia, aumentaria o potencial médio em 100% e seriam anotados cerca de 224 MW de potencial pelo método proposto, possibilitando abastecimento às populações afetadas.

O Brasil emite cerca de 60 toneladas de gás carbônico para gerar um gigawatt/hora (GWh), em média, enquanto o mundo, no mesmo comparativo, emite em torno de 500 toneladas para gerar um GWh. Balbina, por sua vez, emite 3.000 toneladas por GWh, ou seja, seis vezes mais que a média mundial e 50 vezes mais que a média nacional. Apesar disso, dos 71 principais países do

mundo, o Brasil aparece na quinta posição, depois da Suíça, Noruega, Suécia e Islândia. Em comparação aos países que integram os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil está bem posicionado, uma vez que emite 11 vezes menos GEEs que a média dos países destacados.

Os valores médios das emissões totais de metano e dióxido de carbono encontrados em reservatórios amazônicos são resumidos a seguir (quadro 2). O levantamento foi realizado na primeira década dos anos 2000, por cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), de modo pioneiro, haja vista que no Brasil esse tipo de atividade não tinha sido realizada em barragens da Amazônia, o que ampliava incertezas relacionadas à construção desses empreendimentos no bioma, no tocante à emissão de GEEs (KEMENES, FORSBERG e MELACK, 2007). A partir do estudo, debates relacionados aos métodos para dar conta da mensuração das emissões passaram a ser avaliados. Reuniões organizadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para tratar do tema foram realizadas no Pará, em 2007, e no Amazonas, em 2009. A meta era revisar os dados encontrados e ponderar sobre eles.

Estatísticas para emissões superficiais totais de metano e gás carbônico nos reservatórios amazônicos			
<i>Reservatórios</i>	<i>CO₂</i>	<i>CH₄</i>	<i>Idade*, anos</i>
Balbina (Brasil)	3.777	49	25
Tucuruí (Brasil)	3.681	17,6	28
Samuel (Brasil)	2.863	12,3	16
Curuá-Una (Brasil)	790	49	35
Petit Saut (Guiana Francesa)	1.005	54	20

Quadro 2 - Emissões de metano e gás carbônico de UHEs amazônicas, além de uma usina francesa. * Idade do reservatório (a partir da instalação da última turbina) na época do estudo (2012). **Fonte** – Kemenes *et al.* (2007).

Os valores de carbono, consideram tanto CO₂ quanto CH₄ e a soma dos gases em equivalentes de carbono em Balbina correspondem a cerca de 50% de todo o dióxido de carbono liberado pela queima de combustíveis fósseis originados de escapamentos de carros que circulam pela cidade de São Paulo, a maior do país, com 6 milhões de automóveis. Somando-se a esses efeitos negativos já registrados, cabe ressaltar que os impactos ambientais da obra não estacionaram no tempo, mas sim vem se mantendo em meio à existência das pessoas que residem no entorno da

hidrelétrica e evoluindo para pior porque são cumulativos.

Além dos malefícios aos recursos naturais, o reservatório impactou o ambiente de populações amazônicas que vinham conseguindo viver e trabalhar na área do entorno da barragem. A usina interferiu nas suas vidas nos últimos 30 anos — desde 1981, quando a construção começou; e de modo mais intensivo desde 1987, quando a última comporta foi fechada — dando margem para que se ratificasse, empiricamente, a visão estreita do desenvolvimentismo na Amazônia.

O saldo atual do problema recai sobre uma população que sobrevive com severas dificuldades, pouquíssima ajuda governamental e sem perspectivas de melhoria. Da mesma forma que Balbina, ao todo o Brasil contabiliza a cifra aproximada de 200 mil famílias expulsas de suas terras com a inundação de 34 mil km² após a construção de usinas hidrelétricas, sendo que os barramentos para a formação de lagos a montante e a abertura de comportas a jusante fizeram aproximadamente meio milhão de pessoas vítimas de equivocados planos socioambientais de crescimento (BERMANN, 2007).

Na UHE situada em Presidente Figueiredo problemas diversos foram notados, tais como doenças pela alta quantidade de mosquitos após as obras, falta de assistência social para alimentação de qualidade e apoio médico para o tratamento de males inerentes ao desmatamento que antecedeu à construção da usina tenderam, juntamente com a saída compulsória das terras, a concorrer para o rebaixamento da qualidade de vida dos atingidos pela barragem.

Além desses infortúnios, o intenso fluxo de deslocamentos na área da hidrelétrica acarretou instabilidades sociais e realocações populacionais enormes e erráticas dentro do distrito. Após o enchimento do lago, a incerteza sobre a instalação em novos ambientes, a preocupação acerca do cotidiano de trabalho em áreas até então não conhecidas e a premente descaracterização social foram evidenciadas.

Na região da Hidrelétrica de Balbina estima-se que as bases materiais e culturais dos ribeirinhos tenham sofrido impactos profundos, além de entraves de ordem prática, o que teria

afetado o modo de vida, o trabalho cotidiano e a dinâmica dos comportamentos individuais e coletivos (QUINTERO *et al.*, 1996).

Por bases materiais e culturais, entende-se o conjunto de fazeres e saberes, respectivamente, a partir dos quais os seres humanos formam a si mesmos enquanto constroem seu mundo. No caso das populações atingidas pela barragem de Balbina, trata-se de um conjunto tradicional de crenças, atitudes, valores e modos de vida que delinearão a organização social em um sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes, responsáveis pela formação física e psíquicas de populações (MENDONÇA *et al.*, 2007).

De acordo com a setorial Amazonas do Movimento dos Atingidos por Barragem, organização que mantém dados atualizados acerca da quantidade de pessoas que atualmente reside no entorno da usina de Balbina, há perto de 800 famílias com residência fixa hoje em dia a montante, sem contar com os Waimiri-Atroari, população indígena severamente prejudicada, e outras 5.000 a jusante.

No tocante a essas populações, todos os indivíduos enfrentam o mesmo problema: de ter de conviver ao largo da hidrelétrica e em uma constante situação de alerta, que em diferentes épocas do ano aumenta ou diminui, conforme a subida do rio Uatumã e ainda de acordo com o nível de assistência social que a direção da usina dispensa aos atingidos pela construção.

Gribel (1989) destaca que sem assegurar as mesmas condições de vida às populações deslocadas, desde 1981 a Amazonas Energia vem acumulando problemas éticos em relação aos brasileiros que vivem dentro da maior e mais importante floresta tropical do planeta, em sua região central, e possuem uma relação de proximidade afetiva com o bioma.

Baines (1996, 1996b, 1999, 2001) e Fearnside (1988, 2007, 2012) indicam que no entorno da hidrelétrica de Balbina o que se viu após a barragem não foi apenas a modificação nos modos de produção e distribuição das riquezas da terra, gerando estratificações sociais, nem somente uma

diminuição da fauna e flora disponíveis para alimentação e comercialização do excedente extraído, mas também um sentimento de desamparo em face ao governo, tutor da usina, que impôs mudanças na ressignificação de mundo a rurais, ribeirinhos e indígenas às margens do Uatumã.

[...] a Manaus [Amazonas] Energia mantém aqueles povos ribeirinhos abaixo da hidrelétrica sem uma condição de vida à altura que eles merecem, mantém aqueles povos acima da hidrelétrica de Balbina do mesmo jeito, e aquele povo dentro daquelas vilas que hoje é um depósito de postigo das penitenciárias. Eu digo isso como historiador e me dá uma tristeza grande de ver tudo isso dentro das ilhas de Balbina [região a montante da represa]. É um depósito de pessoas fora da lei. (J.S.N., caboclo, morador tradicional da vicinal que atravessa a estrada BR-174, próximo ao distrito de Balbina, autointitulado 'historiador', pesquisa de campo, 2010)

É suposto por Rodrigues *et al.*, (2010) que a não identificação dos atingidos por barragem com projetos de grandes hidrelétricas na Amazônia é uma forma, por parte dos investidores, de tomar como inaptas e inoperantes essas populações. O que dá a entender que o uso de tal estratégia de arrogância tem sido a mais eficiente maneira de negar os direitos e deveres do próprio agente investidor para as famílias afetadas, mostrando claramente que “a atual política energética é essencialmente voltada para o lucro dos agentes privados” (CARVALHO, 2002, p. 112), enquanto efeitos socioambientais derivados da instalação de usinas são apenas custos extras que diminuem a velocidade das taxas de retorno dos projetos hidrelétricos para o Estado.

Conceituando Estado em suas bases primordiais, vemos que para Smith (1988) o Estado é um regulador moderado das ações econômicas dos indivíduos, sendo sua função ratificar e confirmar a dinâmica econômica da sociedade. A visão do conceito em Hegel possibilitou a noção de luta de classes, posto que ele destaca ser Estado um organismo com a meta de promover o bem social e não apenas regular atividades econômicas, as quais, em si mesmas, geram enormes desigualdades sociais e miséria (FERNANDES, 1981; RESTREPO, 1990; RAMOS, 1993).

O Estado como aparelho ideológico, como unidade conflituosa de interesses classistas, surge em Marx, o qual entende que o capitalismo influencia no funcionamento estatal e se fortalece em Lênin, cuja contribuição ao tema se situa na formulação de uma concepção complexa de organização específica das classes trabalhadoras para a ascensão ao poder. Lênin amplia visão

marxista de Estado e reafirma que o povo (proletário) deve coordenar e impor ações estatais de sua conveniência (LENINE, 1917; RESTREPO, 1990).

A linha teórica utilizada na pesquisa, porém, embasa-se em Gramsci (2000), quando o autor destaca que Estado é a própria sociedade organizada de forma soberana enquanto corpo constituído de instituições públicas e privadas, articuladas entre si. Essa articulação é benéfica, acrescenta ele, mas faz nascer uma série de dinâmicas contraditórias que embotam as relações de poder entre setores, os quais se articulam pela busca da hegemonia dos seus interesses (GRAMSCI, *op. cit.*).

Para ampliar essa visão difundida, tome-se o contexto brasileiro das décadas de 1960/70/80, quando a vida social era regulada a partir da “concepção do Estado centralizado, lógica das nossas ditaduras, que enquadra, tutela e dirige a sociedade [...] Vencida a ditadura, o Estado se tornou liberal ou retornou ao seu liberalismo de base municipal e localista” (MARTINS, 2000b, p. 272-73). O que se destaca é que cada vez mais o Estado vem subjugando a sociedade por força coercitiva e distanciando-se exponencialmente daquilo que deveria ser: um organismo a serviço de uma sociedade consciente e pluralista.

Concernente à hidreletricidade como meta para o crescimento do potencial energético no Brasil, não deveria ser vista como um problema pela sociedade, caso as condições de manutenção territorial das populações do entorno das usinas fossem obedecidas ou fossem dadas condições de vida e trabalho dignos aos realocados compulsoriamente. O modelo de barragens para a geração hidrelétrica, se executado de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável, seria uma alternativa para a sustentabilidade. Mas as peculiaridades amazônicas são tamanhas que sem sólidos estudos científicos torna-se inaplicável a proposta das grandes centrais hidrelétricas, sobretudo no tocante a impactos sociais aliados a deslocamentos no bioma.

De tal modo que uma vida baseada em parâmetros sustentáveis — em que populações agrícolas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, entre outras, mantenham relação territorial tendo cautela frente a recursos naturais e pretendendo um modo de vida solidário e pleno em

potencialidades — deve ser orientada, na região amazônica, a partir da criação de programas socioambientais que induzam ao crescimento do potencial energético na mesma medida em que se avolume a conservação e geração de riquezas. Para isso, a efetiva participação das populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos no processo de decisão dessas obras se constitui no principal desafio e apresenta problemáticas de difícil superação (BERMANN, 2007).

Em Balbina, a ausência de uma política governamental negociadora, com interlocutores legitimados por parte do governo federal, prontos para recuar a partir de evidências de impactos negativos socioambientais causados pelo barramento de rios, fomentou o descontentamento com estatais e líderes dos empreendimentos. A desconsideração de peculiaridades socioculturais e a falta de planos objetivos de auxílio às relocações foram causas que fortaleceram o sistema cruel de implantação da hidrelétrica.

A modificação na estimativa das áreas alagadas a montante após o fechamento das barragens foi um dos problemas caóticos que modificaram a realidade das populações atingidas pela construção da usina, porque tiveram de sair de suas terras para dar lugar a uma grande hidrelétrica (ACSELRAD e SILVA, 2004). As incertezas sobre áreas afetadas e em relação ao abandono financeiro geraram constrangimentos pelos quais amiúde passaram e ainda passam os atingidos por Balbina, os quais foram deslocados de sua casa devido uma obra hidrelétrica.

Essa mobilidade inesperada e obrigatória fez com eles vivenciassem processos de deterioração da própria imagem enquanto seres humanos, uma vez que, da parte dos planejadores da usina, não houve um mínimo de negatividade da certeza científica dos fatos, de que Balbina geraria energia elétrica para todos. A obscuridade das informações em que a construção de Balbina se deu fez com que quase nada se soubesse acerca de como seria a vida após a barragem.

Schama (1996), ao realçar dimensões simbólicas das paisagens e sua produção social em função das ações humanas, considera que as visões do ambiente comportam lembranças, mitos e significados complexos, de modo que ambiente e indivíduos são inseparáveis, conjugam

experiências, socializam informações e compartilham afetos donde se moldam representações sociais. Os militares não perceberam isso e abordaram a problemática de maneira simplista, descontando os impactos sociais que seriam (como foram) causados pela barragem.



Figura 14 – À medida que as máquinas iam avançando na área de Balbina, a desterritorialização se configurava com a abertura de clareiras nas matas. **Fonte** - UHE Balbina - Memória Técnica (1997).

Ao longo dos anos, rodovias, ferrovias, minerações, pastagens, retirada florestal e pesca em larga escala assolaram amazônidas de diversas origens étnicas. O regime militar planejou grande parte de suas ações de ocupação dentro da região amazônica baseado não na figura de rurais, ribeirinhos e índios, mas sim a partir de necessidades contingenciais de megaempresários do Brasil, orientados a partir de uma sociedade de consumo que toma os recursos naturais como inesgotáveis e as populações do bioma como incapazes e selvagens sem utilidade e sem história.

Seja por conta da má administração do complexo de Balbina ou devido a ineficiência das geradoras a diesel do Estado, a Eletrobras anunciou em agosto de 2011 que iria avaliar uma possível privatização da Amazonas Energia. O caso foi debatido na Assembleia Legislativa do Amazonas, após divulgação feita por dirigentes da estatal. Entre os questionamentos elencados, a Amazonas Energia foi apontada como ineficiente tanto na geração quanto na distribuição de eletricidade,

situando-se entre as seis federalizadas que estariam passando por mudanças para evitar prejuízos ao governo federal.

A UHE Balbina, de maneira inequívoca, foi tomada como exemplo dessa ineficiência. O indicativo da privatização seria o caminho para melhorar a qualidade do serviço prestado pela distribuidora aos amazonenses. No entanto, a atividade idealizada apenas viria a confirmar a falta de planejamento da Amazonas Energia acerca do funcionamento da pior hidrelétrica do país.

CAPÍTULO II

VIDAS DESPEDAÇADAS

“Já teve vez que o pessoal do Ibama chegou a tirar da panela a paca de um amigo nosso. Ele tinha matado pra comer e tava fervendo o bicho na casa dele quando um fiscal chegou e disse que se ele não tirasse do fogo ia ser preso. Fiquei indignado, porque não vi justiça aí, nenhuma justiça. Ninguém queria vender o animal, ganhar dinheiro com ele, era para matar a fome de uma família”.
(S. R., 54 anos, ribeirinho, pesquisa de campo, 2009).

Os grandes projetos de desenvolvimento que diferentes modelos de governo no Brasil realizaram na Amazônia ao longo da história tiveram pouca proximidade com as necessidades das populações do bioma. Isso gerou, na maioria dos casos, embates entre o poder público e todo um contingente de pessoas que consegue seu sustento na região. As disparidades e a falta de diálogo do Estado com populações afetadas pelo desenvolvimento industrial e das grandes urbes funcionaram como catalisadores para insatisfações de comunitários e indígenas em relação a ações governamentais. Além disso, anos de exploração de riquezas e mais de um século de indiferença e violência contra amazônidas fizeram declinar a confiança ante o governo.

São histórias de vida modificadas por causa de contratos empresariais de retirada mineral; famílias falidas e separadas após a implantação do comércio madeireiro, de soja e de gado; culturas extintas após a abertura de estradas e a queima florestal; lavouras perdidas com o enchimento de hidrelétricas e toda uma má sorte de infortúnios em função do progresso de poucos e da involução

de milhares.

No capítulo, procurou-se relatar histórias de vida alteradas por força de situações de desmandos do Estado em razão da necessidade de progresso. Esses desmandos causaram impactos por estarem ligados a uma imensa cadeia de modificações infraestruturais no bioma. Tal cadeia sempre foi e ainda vem sendo alimentada por dinheiro público, sobretudo, viabilizando grandes projetos de construção civil em amplos espaços de convivência populacional, mas que pouco contribuem para a melhoria de vida dos habitantes da Amazônia.

Para auxiliar na compreensão dos depoimentos coletados, conceitos tratados no estudo estão descritos a seguir. São realizadas reflexões acerca de questões relacionadas a território, territorialidade e desterritorialização, buscando implicações das teorias que resguardam esses conceitos junto ao contexto social dos atingidos pela barragem de Balbina. São utilizadas descrições de campo, pautadas na observação participante e em relatos ancorados na história oral dos moradores do entorno da usina.

A proposta foi correlacionar a teoria às situações observadas junto às populações moradoras das adjacências do empreendimento hidrelétrico de Balbina, investigando situações a partir das quais houve o despedaçamento da vida dos rurais, ribeirinhos e índios por causa da UHE. A meta se situou em abstrair e interpretar pressupostos conceituais, relacionando-os com exemplificações empíricas coletadas junto a moradores dos ambientes amazônicos, suscitando discussões referentes às diferentes maneiras como foram enfrentadas pressões provenientes da saída compulsória das terras, bem como as privações advindas do deslocamento, durante e depois da construção de Balbina.

2.1 O território e a territorialidade dos atingidos

A partir da década de 1970 passou-se a pesquisar com ênfase a problemática da espacialidade no Brasil. O espaço enquanto ambiente de fenômenos e a terra enquanto chão

povoado ganharam relevância dentro da academia e conceitos antes trabalhados especificamente na área da geografia humana passaram a ser incorporados de forma geral às ciências sociais (CHELOTTI, 2010). O momento histórico fortaleceu investigações na área e a questão interdisciplinar de entendimento de ambientes naturais e/ou construídos vem se concretizando cada vez mais a partir da popularização de estudos. No trabalho, foi enfatizado o conceito de território e as relações das pessoas com o ambiente, o que implicou na averiguação dos conceitos de territorialidade, desterritorialização e reterritorialização.

Etimologicamente, Corrêa (1996) afirma que a palavra território é de origem latina e quer dizer “terra pertencente a alguém”. O pertencer não diz respeito à propriedade da terra, nessa exemplificação, mas sim à apropriação de um espaço particularmente diferente, tanto individual quanto coletivamente, tendendo este a ser compreendido como território com conteúdos particulares, referentes a construções psíquicas e sociais das pessoas.

O conceito de território tem sido abordado por diferentes autores de diversas filiações teóricas. Ponto em comum é a interpretação de que se tratam de locais de conflitos, estabilidades, organizações e desorganizações. Para Andrade (1995), a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação e os domínios sobre ele.

Eu moro longe daqui, tô indo pra lá hoje [...] sou o único que tenho todos os meus hectares de mata virgem preservada. Eu criei meus filhos lá, moro lá há 28 anos. Então, eu consegui viver e sobreviver porque eu fazia horta, essas coisinhas todas, e eu vivia de horta o tempo todo. (E.N.N, 67 anos, caboclo, BR-174, cruzamento com estrada de Balbina, pesquisa de campo, 2009.)

Por meio da narrativa, além de haver a possibilidade de se exemplificar o que Andrade (1995) relatou no tocante a território, é possível vislumbrar interpretações referentes ao que Soja (1993) entende acerca do mesmo conceito, incluindo o fato de território ser um ambiente marcado por relações funcionais e simbólicas e ter influência nas questões sociais e psíquicas dos indivíduos.

[...] Eu prefiro vender o meu imóvel e morar na beira de uma praia e viver minha vida. Eu já lutei muito, já briguei, já fiz tanta coisa que já tô enfadado. É difícil você conscientizar o ser humano naquilo que é certo e conscientizar naquilo que tá errado, porque ele vai naquilo

que tá na cabeça dele, dos caprichos dele e não na realidade. Ele vai nos caprichos que têm na cabeça dele. O ser humano é o pior animal que tem (E.N.N, 67 anos, caboclo, BR-174, cruzamento com estrada de Balbina, pesquisa de campo, 2009).

O depoimento destaca a dimensão do quanto se pode ser afetado por causa de grandes empreendimentos de geram mudanças no uso da terra e modificações na oferta de recursos naturais, tais como água, plantas, frutos, peixes, animais silvestres. É a problemática da reforma territorial influenciando em a vida e mexendo com a psiquê, tornando as pessoas mais rancorosas, amargas, menos afetivas e retirando delas uma parte importante da vida: a propensão à cooperação e entendimento ante grandes projetos de governo.

Santos (2002) pontua que a afetividade com a terra se fortalece quando o lugar onde se vive é assimilado como componente primordial do cotidiano, o que remete a possibilidades de irmandade com essa própria terra. Esse processo de proximidade afetiva, sustenta Santos (1998), funciona como um veículo inconsciente de tomada de consciência, por meio do qual se desenvolve assemelhamento com aquilo que está externo a si, sendo que se toma o algo externo, de certa forma, como se fosse parte de si mesmo. “Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, é sempre mutável e se molda a cada instante, a mesma paisagem e a mesma configuração territorial nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes” (p. 77).

Raffestin (1993) salienta o caráter político do território a partir de sua compreensão sobre o conceito de espaço e dominação. Ele afirma que o espaço é um substrato preexistente ao território, que o ambiente existente molda e acompanha a noção de pertencimento. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, [...] o ator ‘territorializa’ o espaço” (p. 143). Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder, um poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território.

Poder e território, apesar da autonomia de cada um, no presente estudo foram pensados conjuntamente no intuito de consolidar o conceito de território. Entende-se que o poder é relacional,

pois está intrínseco nas relações sociais e em boa medida é imanente do território habitado, como no depoimento a seguir.

[...] lá existe uma delegacia, existe um posto médico, existe escola, muitos professores daqui, se você conversar com eles que já lecionou lá embaixo, eles podem até te dizer melhor que eles não querem sair de lá porque são bem tratados. Professor que vai pro Maracanã eles não querem voltar atrás, eles não querem vim no Macaca-Bóia, eles não querem vim mais pra baixo porque fica isolado, todos preferem lá e de lá vem subindo (A.S., 61 anos, ribeirinho, comunidade do km 36 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Na mesma linha, Souza (2001) sugere que território é espaço definido e delimitado por relações de poder e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Uma das contribuições do autor para o tema está definida em afirmações acerca da existência dos múltiplos territórios dentro do macro território na nação.

A multiplicidade territorial, aponta Souza (ID. *op.*, *cit.*), possibilita que diversos modos relacionais de poder, com inúmeras facetas, conjunturas e variações podem ser encontrados tanto maior e mais complexo for o Estado, que deve ser compreendido principalmente a partir de suas complexidades em termos de ação frente à dificuldade para se ganhar visibilidade perante a sociedade.

A gente que mora aqui conversou e fundou o MAB, que não tem personalidade jurídica. Ele existe de fato, mas tem essa diferença [...] os movimentos se apoderam do caráter sindical porque os sindicatos não tã dando resposta, mas na verdade o papel de brigar, reivindicar, denunciar, protestar é sindical. É fazer valer os direitos, reivindicar novos direitos. Isso é sindical. Só que os movimentos se apoderam disso porque os sindicatos estão num marasmo no Brasil e aí chega a hora de acionar judicialmente e eles não podem acionar um movimento porque não tem personalidade jurídica. Aí eles começam a perseguir uma ou outra pessoa, num vê que primeiro eles marginalizam depois eles matam, né! Eles querem criminalizar a pessoa, dizer que não presta, que é isso, que é aquilo, que roubou, que matou. (F. M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

A emersão citada indica que fazer parte de um território é participar de uma sociedade que dialoga entre si, que trata de seus problemas, seja de forma coerente e organizada ou mesmo instintiva e controversa, dentro de um contexto em que consegue dar voz a anseios a partir de agrupamentos estruturados politicamente, como é o caso do MAB.

O Movimento dos Atingidos por Barragens entende que apesar de todos os problemas existentes no atual modelo energético nacional pelo menos não há uma piora na situação atual. Isso porque setores conservadores dentro do governo e grupos empresariais queriam a privatização desta parte da energia que hoje, na sua maioria, está nas mãos das empresas estatais e com o custo de implantação já pago pelo povo brasileiro. Neste ponto, os setores conservadores foram derrotados e houve contribuição do MAB de Balbina para que o fato ocorresse.

Em setembro de 2011, quando o governo federal anunciou a queda no preço da energia elétrica, e em 2013 quando o anúncio foi ratificado, concretizou-se em parte o reconhecimento governamental acerca do que o Movimento denunciava há tempos: o Brasil possui, através da energia hidrelétrica nas atuais condições, uma das fontes mais baratas e o povo brasileiro paga uma das tarifas mais caras do mundo. O MAB de Balbina, que possui vínculo com a direção nacional do movimento, destacou que a diminuição do preço para famílias do entorno da UHE deveria e poderia ser maior ainda se fossem, de fato, enfrentados os setores que estão ganhando dinheiro usando a água, os rios e explorando a situação.

A energia, essa energia aqui eu to esperando já vim ligar pra mim essa luz. Eu to dependendo até da "Luz Pra Todos". Eu fui lá pra fazer a ligação de luz, o município tem uma situação tão cômoda pra gente morar aqui, aqui faz parte da área urbana e eu fui pedir minha ligação de luz e eles diz: não!, mas lá ainda é área rural tem que esperar a 'Luz Pra Todos' passar (J.S.A, 38 anos, caboclo, comunidade do km 11 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2010).

O depoimento vai ao encontro de afirmativas de Lefebvre (1991), quando ele entende manifestações sociopolíticas como modalidade de apropriação de territórios dominados, não sendo apenas uma possibilidade às pessoas que desenvolvem pertencimento afetivo e simbólico em relação ao ambiente, mas sim um direito imanente a elas e que deve ser respeitado. O autor afirma que a apropriação do território reforça práticas sociais e políticas junto aos povos dele habitantes; internaliza o relacionamento intergrupar e a convivência social para os moradores; fomenta alegrias e tristezas, ações e contrações, sonhos e desejos de indivíduos. Portanto, não há apenas uma ou

outra característica formadora da ideia de território, mas sim múltiplas vertentes.

Opinião similar à difundida por Lefebvre (1991; 1991b) é reafirmada por Saquet (2004) quando o território é analisado mediante as perspectivas política, econômica e cultural. Ele crê que, via relações de poder, determinado grupo social molda seu cotidiano. Além disso, é ressaltada a abordagem da natureza, pois esta faz parte do território e dele é indissociável. O autor compreende que um conjunto de atitudes, sejam individuais ou coletivas, molda e caracteriza o território, fazendo com que a população nele inserida seja identificada a partir dos mesmos preceitos os quais se utilizou para fortalecer a territorialidade.

Seria como uma gratificante relação de troca, em que tanto a territorialidade sairia fortalecida quanto a população, a qual teria sua representação de mundo concretizada mediante o ambiente.

Devido a esses anos de experiência que eu tenho, que vou adquirindo aqui na área rural nessa comunidade, eu vou observando que a política tem muita influência aqui dentro do município. Dependendo de que lado tu tá ou como tu mexe tuas coisas tu pode ser perseguido por isso ou então tu pode ser descartado também [...] a política é um dos assuntos muito polêmicos que tem dentro do município de Presidente Figueiredo (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do MAB/AM, pesquisa de campo, 2009)

O entrevistado, afetado pelo processo de desterritorialização com a construção da usina de Balbina quando ainda era criança, observa a inserção da política nas atividades do cotidiano dos atingidos pela barragem. Em Andrade (1995) essa imbricada relação é estudada de maneira intensa, com definições incisivas sobre o tema, sendo o território retratado a partir de uma abordagem política e econômica de ocupação do espaço. A partir de sua óptica, o território é uma área onde anseios sociais e necessidades capitalistas estão em disposição lado a lado. A perspectiva indica implicitamente que cada pessoa vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território, o qual regula convivências.

Haesbaert (2001) observa o tema a partir de uma tríade: primeiro, existe a questão jurídico-política, conforme a qual o território é visto como um espaço delimitado, controlado, e sobre ele se

exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; na sequência, há a problemática da priorização das dimensões simbólicas e subjetivas, segundo as quais o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através das representações sociais sobre o ambiente; e por fim é enfatizada a perspectiva econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (SPOSITO, 2004, p.18).

Presidente Figueiredo, pô![...] Presidente Figueiredo tem mais de oito milhões por mês de reais, mais de oito milhões só de fundo de participação do município, com essa pobreza, meu! E aí, que loucura é essa? Fora os convênios que chega. Presidente Figueiredo chega a uma renda de quase vinte milhões por mês e cadê a porra [sic!] desse dinheiro? (E.N.N, 67 anos, caboclo, BR-174, cruzamento com estrada de Balbina, pesquisa de campo, 2009).

A narrativa dá enfoque ao território como ambiente que se firma a partir do embate entre forças sociais e anima polêmicas de formas diversas. Para ajudar na definição de território como espaço moldado a partir de apropriações motivadas por razões particulares e/ou grupais, depoimentos dão margem para que exemplificações de campo referentes ao sentimento de pertencimento à terra em Balbina possa ser analisado e interpretado mediante relatos colhidos por exemplo entre moradores a jusante da hidrelétrica, como mostrado a seguir.

Um antigo residente da comunidade de Macaca-Bóia, um dos últimos povoados localizadas a jusante da usina, ao largo do ramal da Morena, no km 37 de uma extensão de 38 quilômetros de estrada, próximo ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Morena, descreve um fato relacionado às pressões que o governo federal exerce no âmbito nutricional das populações, por meio de uma cobrança legalista e regular, mas ao mesmo tempo não oferece alternativas viáveis e concretas aos comunitários, desregulamentando costumes sedimentados ao longo de anos e, com isso, desrespeitando a história dessas populações e do próprio território.

Já teve vez que o pessoal do Ibama chegou a tirar da panela a paca de um amigo nosso. Ele tinha matado pra comer e tava fervendo o bicho na casa dele quando um fiscal chegou e disse que se ele não tirasse do fogo o bicho ia então ser preso. Se fosse comigo eu não sei o que faria [...] fiquei mesmo com muita raiva disso, indignado, porque não vi justiça aí, nenhuma justiça. Ninguém queria vender o animal, ganhar dinheiro com ele, era para matar

a fome de uma família. (S. R., 54 anos, ribeirinho, comunidade do km 37 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Sem poder se apropriar do território devidamente e do que nele está inserido e habita, como são os casos de animais e plantas, além das áreas aquáticas e em parte o que provem delas, a dominação simbólica do ambiente sobre os comunitários, operada pelo Estado, é potencializada ou pelo menos ganha contornos fortalecidos a partir de determinações que antes não existiam para os atingidos pela UHE. E um dos pontos a se destacar no âmbito nutricional trata-se do impacto na alimentação silvestre da qual as populações — incluindo principalmente índios Waimiri-Atroari, localizados a montante da barragem, além de ribeirinhos e rurais do entorno da represa — serviam-se para preencher suas mesas, além é claro do pescado, das hortas e dos frutos coletados.

A caça de animais silvestres para subsistência, para as populações da Floresta Amazônica, é importante na obtenção de proteína alternativa ao pescado e à farinha, que são de longe os principais alimentos dos habitantes de um modo geral, sobretudo pela facilidade de coleta ou fabricação. A falta de animais silvestres para a caça, portanto, tende a gerar incomparável déficit nutricional aos amazônidas e ainda a modificar costumes relacionados à disponibilidade de víveres dentro do universo familiar.

O território abarca uma faceta multiuso, posto representar um espaço mantenedor e ser usado como repositório de alimentos, onde homens, mulheres, adolescentes e crianças podem se servir e, com isso, realizar a coleta de nutrientes para suas famílias, auxiliando na sobrevivência do grupo. Na área de Balbina, antes da usina não era preciso percorrer longas distâncias para se conseguir a subsistência a partir do extrativismo em pequena escala, em nível familiar, bastava identificar locais onde ocorria a abundância de itens e realizar o trabalho de captura e transporte. A mudança da paisagem, entretanto, transfigurou as condições de existência e as práticas alimentares, caracterizadas enquanto

[...] sistema cognitivo e simbólico que define qualidades e propriedades dos alimentos e dos que se alimentam, qualidades e propriedades estas que tornam um alimento indicado ou

contraindicado em situações específicas, que definem o seu valor como alimento, em função de um modelo pelo qual se conceitua a relação entre o alimento e o organismo que o consome e que definem simbolicamente a posição social do indivíduo (WOORTMANN E WOORTMANN, 1997, p. 27).

Ainda hoje é necessário caminhar bem mais do que se fazia antes da UHE para realizar o trabalho de extrativismo e coleta artesanal. A diminuição drástica da quantidade e disponibilidade de alimentos fez com que modos de se viver em meio à zona rural fossem alterados. Na maioria dos casos, homens adultos conseguem víveres provenientes da natureza por conta das dificuldades em se identificar áreas onde é razoável a disponibilidade de alimentos possíveis de coleta. No caso de mulheres que vivem sozinhas, são separadas de seus companheiros e ainda criam filhas e netas, a situação é degradante.

[...] eu vim fazer uma visita, de vez em quando eu venho fazer uma visita na casa de um morador, e eu cheguei na casa de uma senhora que tem 33 anos e uma filha de 14, uma de 12 e um netinho de um ano. Essa filha de 14 ela teve neném com 13 anos. Cara, tem uma fruta mato, o uixi, uma fruta que tem no mato, que dá no mato mesmo. Ela pegou essa fruta, bateu no liquidificador, botou na mamadeira e tava dando pra criança tomar, entendeu! Eu vi aquela cena e fiquei muito triste, meu coração amoleceu naquele momento. Lá na casa dela ela não tem esposo é só ela. Ela é pai e mãe e também com esse neto, com essa criança [...] eu olhei pra dispensa dela e num tinha nada, nada, nada! (S.P.S., 52 anos, ribeirinha, comunidade do km 23 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

A entrevistada contou o que viu em uma visita corriqueira realizada a uma antiga conhecida sua, moradora do entorno da UHE, a qual desde há muito também teve seu território modificado por causa da barragem e hoje reside no quilômetro 13, a jusante da hidrelétrica, ao largo do rio Uatumã. A dificuldade relatada está longe de ser um caso isolado. É, na verdade, uma constante a assolar os diversos moradores que foram deslocados com a alteração no ambiente e viram a paisagem mudar, o território ser repovoado e seus costumes redefinidos à força em um curto espaço de 48 meses.

Eles tiveram de acompanhar essas modificações com maior estranhamento a partir de 1987, quando as comportas foram fechadas e o enchimento do lago começou e até hoje deixou marcas críticas. As provações alimentares a jusante de Balbina não são difíceis de serem percebidas. Basta percorrer ao menos uma parte dos 38 quilômetros de ramal que margeia o rio e diversas pessoas tenderão a relatar mudanças na vida em decorrência da diminuição de frutos e carne de caça

encontrados pela natureza, além é claro de peixes e animais domésticos de pequeno porte.

[...] quando eles abriram as comportas em 1989, aí meu filho foi um caos, apodreceu o mundo, deu tudo [...] antes num tinha carapanã, não tinha nada, era todo mundo saudável, comida com fartura a vontade. A gente andava nas canoas e não precisava pescar não. Sabe quando alaga a canoa? E aí quando ia desalagar tinha dois, três peixes. Fazia assim com farelinho de comida, de farinha, os peixes pulavam e caíam dentro da canoa e a gente nem precisava pescar. A gente conta isso hoje o pessoal pensa que é mentira. (S.P.S, 52 anos, ribeirinha, comunidade do km 23 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Além da mortandade de peixes originada pela grande concentração de material pútrido depositado no fundo do lago e entorno da UHE, após a abertura inicial das comportas houve o extermínio em massa de grande parte da fauna e flora na área da hidrelétrica de Balbina, o que contribuiu para a redução na quantidade de alimentos disponíveis à população, ocasionando problemas de anemia e desnutrição crônica.

Para se ter noção da ordem de grandeza das populações de animais silvestres afetadas em grandes barragens que alagam florestas primárias, como foi o caso de Balbina, notem-se os números astronômicos da operação de resgate em Tucuruí I (PA), cuja área alagada é similar à de Balbina: naquela ocasião foram resgatados, pela operação Curupira, cerca de 280 mil animais, entre os quais 28,7 mil preguiças, 11,9 preguiças reais, 9,7 mil tatus, 9,3 mil porcos-espinho, 5,8 mil cotias, 3,7 mil tamanduás-mirim, 19,5 mil macacos guariba, 2,5 mil macacos prego, 48,6 mil jabutis e 20,9 mil iguanas, entre outros. Em Balbina, menos de 10% desse montante foi resgatado com vida. Foram 26 mil animais, 70% a montante e 30% a jusante, e não há registro por espécies coletadas e transferidas da região para outra localidade do Uatumã, conforme decreto-lei n° 086/2002.

Dividindo a biomassa total dos mamíferos resgatados em Tucuruí pela área alagada, é obtido aproximadamente 150 kg de mamíferos por km², valor inferior ao calculado para florestas tropicais. Portanto, mesmo considerando os números da Operação Curupira, apenas parcela dos mamíferos da área foi resgatada. Em Balbina, o número de animais capturados na operação de resgate foi dez vezes menor do que em Tucuruí, não porque necessariamente lá houvesse menos animais, mas sim porque dificuldades de se locomover em barco em um lago com as características de Balbina foram

grandes e o governo liberou recursos reduzidos para possibilitar o trabalho.

Com base em informações via estudos do Inpa (GRIBEL, 1989) e depoimentos de moradores tradicionais que residem às margens do rio Uatumã (RODRIGUES *et al.*, 2010) acima e abaixo da usina duas situações se estabeleceram ao longo dos anos. Uma, positiva, referente à crescente fiscalização do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que tornou menos predatória a caça à fauna silvestre com intenções comerciais; outra, negativa, relacionada ao impedimento indiscriminado às populações de se alimentarem de carne de caça, mesmo em situações de penúria alimentar, necessidade extrema e insegurança nutricional. Os afetos e sentidos empíricos arraigados ao território, nesse caso, possuem papel fundamental dentro do âmbito nutricional.

Evidencia-se um conteúdo representacional ancorado à dimensão socioafetiva, em que a pessoa possui proximidade de relação com o meio, mantendo sentimentos ante o território onde mora, indicando que, no espaço amazônico, as percepções tendem a se situar não só como reflexos simplificados da realidade, integrando contextos históricos e sociais, abrangendo sistemas de conduta e imaginário popular. O mesmo ocorre quanto à autoestima da coletividade, dado que esta é formada pelo conjunto de percepções das pessoas sobre o ambiente onde moram, sobre seus costumes e cotidiano.

Fragmentar a autoestima é enfraquecer o sentimento de orgulho em relação ao território ocupado e às práticas sociais próprias àquele território. Exemplo da problemática pode ser identificado em relação ao próprio endereço onde os moradores a jusante da hidrelétrica, hoje, estão localizados. Trata-se do ramal da Morena, onde famílias moravam antes da represa e persistem no local até hoje, apesar dele ter sido modificado em sua constituição física e funcional para aqueles que ajudaram a moldar esse ambiente. As representações sociais sobre o ramal e o que o extenso pedaço de floresta e terra batida significa para seu povo começaram a ser vilipendiados após o funcionamento da UHE Balbina.

Devido o ramal ter altos e baixos, algumas partes dos ramais elas alagam e as famílias que ficam pra cá [nas partes baixas] elas ficam isoladas. Então o meio de transporte passa a ser fluvial, pelo rio; então a gente fica tipo assim limitado. Esse ano e no ano retrasado aconteceu, e foi coincidência de novo ano passado acontecer [2008, 2009]. Dois anos seguidos. Esse negócio do efeito estufa, aquecimento global, isso tudo interfere para que a gente sofra essas coisas. (J.S.A., 38 anos, caboclo, comunidade do km 11 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2010)

O ramal da Morena, aberto ao largo do rio Uatumã, abaixo da barragem, é de risco e está transtornando a vida dos amazônidas que ali vivem e trabalham para seu sustento desde 1990, por conta das cheias que têm sido verificadas ano após ano, sobretudo na década de 2000, por causa do avanço da concentração de GEEs na atmosfera, fruto das alterações ambientais verificadas nesse território.

As saídas das pessoas das residências localizadas no ramal da Morena se tornaram mais frequentes a partir do pico anual das águas e também porque não tem havido planejamento para a abertura da estrada que dá acesso às comunidades, no sentido de que o trajeto serviria para entrada e saída de moradores.

[...] esse ramal foi criado pra tirar um minério daqui, eu tava até conversando essa semana sobre isso, esse negócio que faz o cimento, eles tavam extraindo uma coisa daqui, eu não sei exatamente, mas eu tenho amigos que sabem disso, eu posso checar com precisão [qual é] esse minério, então eles na verdade tinham um projeto inicial de fazer do outro lado, mais devido ter muitos igarapés ficou melhor o acesso por aqui, então eles foram e fizeram o ramal. Uma vez que fizeram já tinham famílias aqui. Eles dizem que tinham indenizado as pessoas, mais as pessoas antigas se queixam que não houve indenização, até então eu nunca vi eles se apresentarem com documento nenhum, tanto as famílias antigas quanto a empresa, porque essa é a desculpa da empresa. (J.S.A., 38 anos, caboclo, comunidade do km 11 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2010)

Com as possíveis ocorrências minerais no ramal da Morena, trabalhadores começaram a afluir em maior número para o canteiro de obras de Balbina até antes de 1987. Eles foram precedidos por equipes de geologia, compostas por até dez operários, que se deslocavam de um acampamento de base na floresta e dirigiam-se ao ramal. O principal instrumento de trabalho era a sonda geológica, equipamento que pesava entre 180 a 220 quilos e às vezes os trabalhadores andavam dez quilômetros num único dia com este material, cada um com uma parte dele. Além da sonda, os trabalhadores tinham que levar suas próprias provisões, o que significava um peso total

extra de 20 a 25 quilos por pessoa.

A não confirmação da existência de minério que pudesse ser extraído em grande escala na área da Morena fez com que a meta de revirar o solo e retirar riquezas do local fosse deixada de lado. Aquele ambiente, a jusante da represa, foi destinado à implantação de residências aos moradores tradicionais do Uatumã. Em Pitinga, a 240 quilômetros da hidrelétrica de Balbina, a extração mineral foi confirmada. Desde o início da retirada, em fins da década de 1970, o solo da área passou a ser analisado por especialistas contratados por megaempreiteiras e até os dias atuais a jazida é considerada a maior mina polimineral do mundo.



Figura 15 – Região do entorno de Pitinga, onde terra começava a ser preparada com retirada de madeira, para o levantamento do subsolo e exploração mineral. **Fonte** - UHE Balbina - Memória Técnica (1997).

A extração teve seu auge antes do ano de 1985, quando o regime militar enfraqueceu e houve a redemocratização do Brasil. Foram descobertos 28 tipos diferentes de minério no local, sendo os principais e mais valiosos a cassiterita, da qual se extrai o estanho para fabricar solda, a zirconita, para compor ligas metálicas, e as terras raras, usadas na fabricação em larga escala de monitores de microcomputadores pessoais, muito comercializados com a abertura ao mercado internacional brasileiro aos importados nos anos 1990.

As atividades mostraram que o território onde predominava o cultivo familiar, os quintais

agroflorestais, as coletas de víveres para a subsistência, as congregações intergrupais em horários de almoço e os longos diálogos de fim de tarde à beira do rio estava prestes a ser remexido por pessoas estranhas à sua realidade. Essas pessoas, em busca de lucro a partir da depredação da natureza e das populações que habitam espaços não-urbanos, desrespeitariam um território exógeno a si mesmas, infringindo a autoestima da coletividade. Subjugando os costumes e o cotidiano dos povos, isso representou uma fragmentação dos valores estabelecidos, enfraquecendo o sentimento de orgulho em relação ao território ocupado e as práticas sociais (CATÃO, 2001).

A avaliação do participante é crítica em relação ao retorno financeiro proveniente da obra. “Eles dizem que indenizaram as famílias. Eles tinham interesse de não ter famílias aqui, mas as pessoas antigas se queixam de que não houve indenização. Eu nunca vi eles (Amazonas Energia) apresentarem documento nenhum” (R.S.P., 42 anos, ribeirinho, comunidade do km 27 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

A narrativa vem ao encontro do que é debatido em relação ao território, posto que quando se observa a falta de comprovação relacionada à indenização pela retirada dos moradores do entorno da UHE fica evidente a inexistência de compromisso da estatal energética a partir da apropriação de um território historicamente possuído por populações com tradições arraigadas.

O descompromisso tende a ser fruto de orientações políticas, conforme destaca um dos líderes do Movimento dos Atingidos por Barragem no Estado do Amazonas. “A política tem muita influência aqui dentro do município, dependendo de que lado tu tá, ou como tu mexe tuas coisas, tu pode ser perseguido por isso ou então pode ser descartado também” (R.S.P., 42 anos, ribeirinho, comunidade do km 27 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

A ênfase dada pelo morador do ramal da Morena, área ao largo da barragem, a jusante, onde ano após ano enchentes resultam em problemas como perda de produção, escassez de alimentos, estrago de eletrodomésticos e mobília caseira, desvalorização de roçados, aniquilação da infraestrutura de residências e apodrecimento de estoques de víveres, denota indignação relacionada

ao funcionamento da política dentro do distrito de Balbina e em Presidente Figueiredo.

O interesse era ganhar dinheiro e todo mundo sabe disso. No projeto, Balbina seria um porto intermediário. Eles iam fazer essa ligação elétrica para Manaus da Cachoeira da Porteira [queda d'água próxima à Balbina]. Mas não chegaram a fazer isso, só que a intenção deles era essa. Eu observei assim, eu observava essas coisas porque eu já tinha trabalhado na outra barragem (R.S.P., 42 anos, ribeirinho, comunidade do km 27 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

No contexto de esmaecimento da malha infraestrutural existente em áreas onde são implantadas barragens e mediante a narrativa do morador da adjacência da usina, pode-se inferir que a construção de grandes centrais hidrelétricas, geridas sem responsabilidade e para atender a porções populacionais e industriais residentes em urbes, afeta comunidades comprometendo as perspectivas de futuro e a sobrevivência física e psíquica dos atingidos.

Em Balbina, repetiu-se a mesma situação de abandono e desprezo por parte do Estado, que sem oferecer acessibilidade e estrutura física interferiu nos costumes socioculturais e na dinâmica econômica da população. Além dos ribeirinhos, destaca-se ainda a situação de rurais e povos indígenas desconsiderados na implantação destes projetos e que se encontram também em ampla situação de risco.

Os estudos de impacto ambiental (EIA) e os relatórios de impacto ao meio ambiente (Rima), como se conhecem hoje, simplesmente não existiam na época. O que no período podia se comparar ao EIA/Rima de atualmente eram documentos constantes na Memória Técnica de Balbina (UHE BALBINA - MEMÓRIA TÉCNICA, 1997), cujo teor aponta sobretudo para o potencial energético e não para os riscos inerentes ao projeto, comprometendo a verificação dos reais impactos e prejuízos aos povos.

Por outro lado, os empreendedores ofereceram compensações que, na prática, não mitigaram os prejuízos, geraram sérias divisões de classe e se utilizaram de estratégias de sedução de lideranças com a intenção de enfraquecer movimentos populares. O desrespeito aos direitos dos povos expressa-se na falta de acesso às informações sobre os reais prejuízos desses projetos, na não efetivação da consulta livre, prévia e informada, como prevê a Convenção 169 da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), na realização de falsas audiências e oitivas e no descumprimento das condições determinadas pelos órgãos ambientais para o licenciamento das obras.

O governo brasileiro, que deveria ser o defensor dos territórios e dos direitos dos povos ribeirinhos, rurais e indígenas atingidos por barragens vem sendo um dos principais responsáveis pela violação destes direitos na medida em que protela demarcações de territórios, falseia relatórios sobre impactos sociais, criminaliza populações opositoras às barragens e permite a sistemática invasão de terras demarcadas em áreas a jusante e montante.

Órgãos federais, como Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ibama, via pareceres e licenças, muitas vezes atropelam direitos constitucionais, favorecendo e legitimando a implantação de projetos de UHE, deixando de cumprir, inclusive, convenções das quais o Brasil é signatário. Diante dessa realidade, há a necessidade de fortalecer as práticas tradicionais de cada povo no relacionamento com a terra, de reafirmar que os amazônidas têm outra visão de desenvolvimento, passando, necessariamente, pela integridade dos territórios onde se moldam reais possibilidades para o bem-estar.

Apesar das dificuldades em se regularizar a adaptação e mitigação dos efeitos da implantação de usinas hidrelétricas de grande porte dentro do bioma, a meta até o ano de 2020 por parte do governo federal é “promover o aproveitamento sustentável dos potenciais hídricos não explorados (mais de 100 GW), concentrados na Amazônia” (MOTTA *et al.*, 2011, p. 155).

Antes disso, indica o estudo, o Estado pretende “promover um melhor entendimento e comunicação à sociedade sobre os benefícios das usinas hidráulicas, que hoje representam a base do setor elétrico brasileiro” (ID., *op. cit.*, p. 154). Sobre o impacto em territórios, não se vislumbra nenhuma alternativa fixada enquanto meta pelo governo. Pelo contrário. A ideia é, de acordo com levantamento de Motta *et al.*, (2011),

[...] a criação de um selo de energia elétrica renovável e um selo de energia elétrica sustentável, reconhecidos internacionalmente. O primeiro certificará os produtos nacionais criados com um percentual expressivo de fontes renováveis. Já o segundo certificará produtos criados com energia fóssil gerada com sequestro de carbono. Desta forma, estar-

se-á contribuindo para a competitividade da indústria brasileira e, ao mesmo tempo, divulgando nossa condição de matriz predominantemente renovável (IBID., *op. cit.*, p. 154).

É problemática a proposta do governo, haja vista a despreocupação com populações que tenderão a ser deslocadas para dar vazão à enxurrada de centrais hidrelétricas em planejamento e que, se depender do Estado, vão entrar em funcionamento para abastecer grandes urbes, mediante transmissão da energia gerada por linhões elétricos. Mas não há no documento de origem estatal fundamentado em planos para a expansão energética no Brasil até 2020 um indicativo robusto que se relacione com a diminuição de riscos às populações afetadas por tais empreendimentos. Esse problema recai sobre a Amazônia de maneira objetiva.

Em contraposição à exigência da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas complexos, buscando desenvolvimento com a floresta em pé, está a meta governamental de enquadrar o bioma para que ele sirva a uma pseudoglobalização, a partir da qual os recursos hídricos são dilapidados ou servem de mercadoria para privatizações absurdas, a partir das quais populações moradoras de áreas onde há interesse pelos recursos são agredidas em sua privacidade, física e psiquicamente; são açoitadas pela escassez de recursos e falta de oportunidades sustentáveis de vida (BORELLI, 2005).

A construção parcimoniosa de pequenas hidrelétricas (PCHs, caracterizadas como usinas de até 30 MW) se apresenta como opção profícua à geração convencional basicamente em localidades isoladas, evitando o uso de geradores que poluem globalmente, evitando catástrofes relacionadas ao deslocamento compulsório de territórios já ocupados historicamente e minimizando impactos à natureza. Além de ser bem menos agressiva que termelétricas, não apresenta formação ampla de metano e dióxido carbônico como nos grandes lagos tradicionais de geração hidráulica.

A capacidade total instalada no sistema elétrico brasileiro em 2011, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), é de cerca de 112.500 MW. Para o crescimento previsto de 5% ao ano no consumo há a necessidade de adição na capacidade do sistema interligado de 63% no

decênio. Isto significa a impressionante adição anual de capacidade equivalente às duas usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau (BORELLI, 2005), onde cerca de 10 mil famílias estão sendo retiradas de seus territórios atualmente.

É possível de se imaginar uma apropriação, a cada 12 meses, de 530 km² de área, em uma atividade fortemente desterritorializadora? Seria um evento significativo, em termos conjunturais, dentro de um ambiente povoado e funcionando conforme normas de conduta e regras específicas. São 53 mil hectares (cerca de 53 mil campos de futebol profissional, fazendo-se uma comparação estimada, dado que um hectare, 10 mil m², corresponde ao tamanho aproximado de um campo) de territórios reutilizados para a geração energética.

A Comissão Mundial de Barragens em 2000 (CMB, 2000) afirmava que existiam 80 milhões de tingidos por obras hidrelétricas, mas atualmente é indicado que há perto de 472 milhões de pessoas na Terra que já foram ou estão sendo afetadas direta ou indiretamente por enchimentos de reservatórios (INTERNATIONAL RIVERS, 2013). No Brasil, as quase 2 mil UHE desterritorializaram perto de 1 milhão de pessoas, sendo a quantidade gerada de empregos com empreendimentos hidrelétricos em áreas na média dos 80 mil, a compensação financeira aos municípios da ordem de R\$ 600 milhões e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) recolhido pelo governo federal de R\$ 1,7 milhão/ano.

Valores cobrados em termos brutos, referentes a pagamentos de royalties por ocupações e modificações na paisagem, nem sempre são revertidos em benefícios sociais ou econômicos para os atingidos por barragens. A burocracia do sistema tende a retardar o processo, além do mecanismo de cobrança e averiguação relacionado ao dinheiro empregado ser igualmente falho. Além disso, escândalos envolvendo corrupções se repetem no Brasil, o que implica em mais empecilho para as compensações.

Conceito fundamental relacionado ao objeto de pesquisa é o de territorialidade, que, segundo Haesbaert (1994), por ser oriundo da noção de território, é compreendido como sendo uma

característica intrínseca e natural dos povos que detém para si área ante a qual possuem afeto, a partir de atividades concretas, pautadas na convivência e mediante relação sentimental. A territorialidade serve para manter o status quo, a ordem, as hierarquias e a disciplina, dando significados a ações particulares (HARVEY *apud* GARFIELD, 2009; HARVEY, 1992).

O conceito diz respeito a um emaranhado de práticas sociais em suas expressões material e simbólica, as quais garantem e fortalecem a apropriação e permanência em um dado ambiente por determinados grupos sociais (SILVA, 2010). O território, nesse sentido, ao ser compreendido como ambiente de domínio psíquico e físico de um ou mais grupos, passa a apresentar elementos que dão forma ao sentimento de territorialidade dessas pessoas. Trata-se de uma apropriação complexa, que incorpora as dimensões simbólica e material.

[...] é muito difícil uma pessoa que gosta de trabalhar ver toda a sua produção, sua casa, sua forma de sobreviver, vir por água a baixo [...] O 'Mão Branca' por causa disso morreu [...] O seu Raimundo ainda vive lá na Morena, mas a mãe dele morreu. A 'Maria Curandeira' também morreu, ela fazia cura, fazia garrafada. A dona 'Luiza Merendeira' mora lá ainda, mas o marido dela morreu um dia desses. [...] Eles [Amazonas Energia] sabiam dos estragos e não era prevista essa inundação, não foi prevista... (R.M., 72 anos, ribeirinho, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Para quem tem de deixar sua casa, a identidade — conceito que abrange a informação social transmitida pelos indivíduos de si para o mundo e ancorada na condição de domínio territorial (GOFFMAN, 1988) — passa a ser algo esquivo, que se desvanece, arisco, algo transformado continuamente em função de pressões sociais, de modo que os atingidos por barragem assumem identidades diferentes em diferentes momentos por causa da condição contraditória de retirante dentro de sua própria terra (HALL, 2003, 2006).

O conceito de identidade possui sentido amplo e no estudo foi focado enquanto unidade de correlação identidade-território, sendo essa unidade a própria territorialidade. A perspectiva foi fundamental para a compreensão sobre a composição humana dos núcleos reagrupados após a desterritorialização, dado que o território é o eixo físico de composição da vida em sociedade e a malha que agrupa valores.

A identidade, entendida em sua associação ao território, e portanto territorializante, geradora de influxos e refluxos em diferentes direções, desloca costumes e reinventa continuamente o cotidiano pessoal, mental. O mesmo sentimento que personaliza a territorialidade auxilia na criação de uma consciência de confraternização ou de guerra entre os povos. A partir da noção de territorialidade se traduzem paixões e angústias que moldam a identidade. É mediante a conscientização grupal que se constrói o convívio entre as pessoas de um território, fortalecendo a troca de experiências cotidianas e a interação contínua.

A relação identidade-território, justamente o que configura a territorialidade, contribui para regular cadeias econômicas, mudar perfis produtivos e consumidores e reconfigurar a ordem política do lugar habitado, além de forçar modificações em grupos sociais e ambientes familiares, conforme cada perspectiva individual que vai ajudando a compor com o passar dos tempos (SOJA, 1993).

Devemos distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. [...] A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (ID., *op. cit.*, p. 210).

A territorialidade é uma característica das populações que mantém relação íntima com sua morada, sua casa, suas ruas, esquinas, becos, bares e restaurantes, seu trabalho, enfim, onde convivem e trocam relações de confiança; onde estabelecem laços afetivos e identitários no âmbito dos respectivos grupos sociais em que estão (DELEUZE e GUATTARI, 1992; GUATTARI, 1999). A conexão entre as pessoas está posta efetivamente quando o pressuposto da territorialidade é observável.

Para exemplificar a perspectiva, tome-se como marco o que Andrade (1995) sugere em sua especificação sobre território, quando afirma que o conceito associa-se à ideia de integração de uma área ocupada pela população, apropriada pelo fazer da economia, da produção, do comércio, dos

transportes, da fiscalização etc. E tudo isso gera a estabilização na terra, o fortalecimento do sentimento de agregação, a consolidação da identificação com o ambiente. O território necessita de um chão material para existir enquanto tal, mas a territorialidade, aquilo que guarda a identidade das pessoas, é animado pela dimensão simbólica que não obrigatoriamente existe de forma concreta e tende a se ressignificar de modo contínuo.

[...] tem muitas pessoas que plantam no quintal e eu sou um exemplo, só que tem muita coisa em que parei de investir, mas eu quero voltar. Agora com toda a força, quero fazer [refazer] a nossa casa, quero morar aqui definitivamente, não quero mais ficar em movimento por aí (R.C.S., 49 anos, ribeirinha, comunidade do km 22 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2010).

É no território que relações familiares, sexuais e trabalhistas, orientadas por crenças, atitudes, valores e ideologias, são fortalecidas a ponto de tornarem-se relações de cumplicidade. O território engloba áreas que passaram por uma ocupação humana efetiva, física e emocional. A territorialidade, portanto, tende a ser entendida como a tradução própria do sentimento de integração com eficiência para uma área povoada espiritual e simbolicamente, de onde se faz uso contínuo.

A territorialidade, enquanto conceito que implica na noção de identidade e território, importa para o entendimento não apenas das questões éticas e morais que abarcam a problemática dos lugares construídos e ocupados, mas também das práticas econômicas e familiares então realizadas em conjunto, dando vazão a um efetivo projeto humano de libertação de vontades e desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de subjetividade e abstrações humanas (DELEUZE e GUATTARI, 2002). Se território é todo lugar marcado por relações funcionais e simbólicas, a territorialidade, por sua vez, tende a ser caracterizada a partir de condições pelas quais dada população se apropria e busca exercer domínio sobre o território.

A cada novo projeto de construção de usinas hidrelétricas, práticas e conhecimentos simbólicos de ribeirinhos, rurais e indígenas do bioma tendem a ser fragmentadas. É a partir dessa ação que a territorialidade é invadida. O resultado disso é que, sem assegurar as mesmas condições

de vida às populações deslocadas, estatais responsáveis pelas usinas não subsidiam de maneira coerente os tradicionais, causando empecilhos à continuidade de suas vidas tal qual a conceberam durante décadas e até mesmo séculos (no caso dos indígenas).

A questão da territorialidade, a partir do entendimento, caracteriza-se como fenômeno psicológico formado por multidimensões. Mediante a intensidade de interação identidade-território, característica primordial para o fortalecimento de competências individuais e coletivas em áreas tradicionais, que se expande e impulsiona a capacidade para a tomada de decisões e escolhas conscientes, auxiliando na orientação para a busca de formas de existência emancipadas e autônomas.

Em meio a retomada dos grandes projetos nos diferentes biomas brasileiros, e em especial na Amazônia, avalia-se que a diluição das identidades em sua ancoragem ao território é um fenômeno manifesto na atualidade. Com o desenraizamento debilitando populações de diversas matrizes no país, em vez de identidades marcadas e historicamente geradas, fluidez e instabilidade são os tópicos de definição.

[...] a Amazonas Energia, por todos esses danos que ela causou e causa até hoje pra gente, poderia dar assistência social o máximo aqui porque se você andar numa comunidade entre outras que tem na beira do Ramal a nossa é a mais desenvolvidazinha que tem. É uma que tem um telefone, um postozinho [de saúde], uma escola e as outras não tem isso entendeu? Cadê o social? A gente não tem um projeto voltado pra área rural e eu falo a nível de todas a comunidades, de geração de renda [...] a gente precisa de uma coisa que gere renda, que dê emprego e que faça as coisas acontecerem aqui e também na área do social, a parte de esportes, a juventude, essas coisas toda a gente sempre reivindica, mas na verdade o interesse maior teria que vim dela [Amazonas Energia] (J.T.C., 31 anos, ribeirinho, comunidade do km 2 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2010).

A falta de assistência por parte do Estado é refletida na estrutura oferecida aos atingidos por barragem após a construção das usinas. Aquilo que antes era terra apropriada pela população — também com suas restrições estruturais, é certo —, organizada a partir de um modo de vida simples e coerente com a realidade local, sustentada em bases comuns a todos, passava então a ser uma área modificada até certo ponto desconhecida. São criados mundos antagônicos dentro de um mesmo ambiente após a desestruturação da territorialidade, dada a infiltração do modelo de grandes

projetos nos sistemas de produção em vigor.

Atividades costumeiras do passado se justapõem e se misturam ao presente, agora modificado por circunstâncias externas às pessoas, afetando o íntimo das populações, suas projeções de vida, seus sonhos. Com a corrida pelo lucro e o acúmulo de dinheiro, as diferenças se acentuam e o posicionamento social de grupos específicos tende a mudar em velocidade acelerada, de modo a desestruturar harmonias existentes, alterar confraternizações populares e enriquecer contrastes.

A reivindicação de um direito que outrora era naturalmente observado na vida cotidiana dos moradores do entorno de Balbina, o da manutenção alimentar dentro da comunidade, com víveres produzidos ou coletados no entorno da residência, passa a ser algo impositivo, haja vista a não satisfação plena das necessidades a partir da implantação de UHEs mal planejadas. Por causa de assimetrias resultantes dos deslocamentos de populações, práticas de trabalho são realocadas e reconfiguram novos ambientes, então desconhecidos e ainda não explorados pelos moradores.

Em relação à territorialidade, a mobilidade é desarmônica e instável com quem se aventura rumo a novas plagas, sobremaneira se a viagem não ocorrer em condições dadas pela necessidade coletiva ou por vontade própria. Em ambos os casos, há um agente interno que ajuda na aceitação do deslocamento. Quando se trata de imposição, fruto de planejamento exógeno, impulsionado por contingências distantes das aspirações sociais, dá-se o emaranhamento e a confusão de conceitos, sendo a resignação fator determinante para a aceitação da realidade consumada.

O concreto torna-se fugidio, as denominações das coisas passadas não se conciliam com o mundo presente e noções modeladas por fenômenos conhecidos na atualidade ficam opacas, repartidas e catatônicas. É a ruína do habitus enquanto conceito que exprime a dimensão sociohistórica de vida (BOURDIEU, 1999), enquanto ação dialógica produzida pelo passado em confronto com histórias de vida do presente. E, se passado e presente se fundem no habitus, segundo Bourdieu (ID., *op. cit.*), o que ajuda a construir a sociedade se faz contemporâneo a ela e se

renova mediante reinterpretações que adquire.

[...] hábito, do latim *habitus*, se configura em um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1999, p. 65).

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Morena, localizado a 38 quilômetros da usina hidrelétrica de Balbina, a jusante da barragem, foi uma tentativa raquítica de assentar, à força e de uma só vez, moradores desterritorializados por contra da UHE. O governo planejou a construção de um ramal que pudesse servir de estrada para o escoamento da produção por detrás do PDS; planejou também o repovoamento a partir de um contingente significativo que fosse deslocado após o barramento do Uatumã com pouco auxílio técnico para agricultura e pesca; e planejou o acesso dos comunitários pobres à vila de Balbina, onde a economia estaria supostamente menos estagnada, mas fez isso sem um meio eficaz e rápido. Naturalmente, não houve êxito.

O Estado não atinou para o fato dos valores grupais, das crenças, atitudes e simbolismos estabelecidos, dos afetos e das proximidades sentimentais com a terra serem internalidades na retomada das vidas despedaçadas com a enchente do reservatório de Balbina. O PDS Morena, em verdade, foi uma tentativa de construção da nova comunidade dentro de uma comunidade já existente, o que, em certa medida, ressaltava o aspecto colonizador do planejamento estatal para a mudança de território por parte dos atingidos pela barragem.

O idílico estava sendo prometido. Era a terra sem mágoas, uma nova área, desprovida de incertezas e com ampla gama de oportunidades a serem exploradas. Seria uma colônia não separada da terra original, mas nela incluída para a exploração a partir de um processo de povoamento mediado pelo Estado, com inúmeros impedimentos e restrições à liberdade de ação no trabalho, na exploração do ambiente e na reprodução de costumes: restrições relacionadas com o imaterial do lugar e as representações dele.

A desconsideração das peculiaridades socioculturais dos atingidos pela represa e a ausência

de programas de apoio ao reposicionamento dessas pessoas a um ambiente estranho só concorreram para reduzir o tempo de permanência dos indivíduos no PDS, dado que as condições psíquicas dos coletivos tinham sido atordoadas pela transferência abrupta de ambiente. A ruptura social pela qual estavam passando extratores vegetais, pescadores artesanais e agricultores de roças familiares configurou-se em uma base frágil de resiliência, a qual não suportou o fardo.

A mutação territorial inesperada a que foram submetidos os desterritorializados de Balbina — pois de repente estavam inseridos em um descampado e a meta era semeá-lo e tentar colher dele a sobrevivência — levou-os ao fracasso produtivo. Um fracasso, a bem da verdade, esperado em consequência de fatores de risco como infertilidade do solo, distância excessiva dos centros consumidores e carência técnica para conhecer os plantios próprios ao lugar.

O PDS capengou por conta da falta de estrutura física para a população produzir em coletivo, da inércia referente às linhas de escoamento, do baixo volume de víveres internos comercializados no lugar, além da discutível competitividade no mercado externo ao ramal da Morena e a reduzida qualidade dos produtos gerados pelos rurais do PDS. Sem essas condições, longe das consultorias de técnicos vinculados ao Sistema S (Sebrae, SESCOOP, SENAR, SENAI, SENAT, SENAC, SESC, SESI, SEST e IEL), iniciativa que proporciona apoio administrativo, comercial e contábil a famílias ou associações com pequenos montantes de produção, o declínio tão logo seria sentido. Como ocorreu. Menos de dez anos após a redistribuição de moradores do entorno da barragem, o PDS registrava alta mobilidade de pessoas, todas deixando a terra.

Não há um número preciso de pessoas que abandonaram o PDS, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragem, até mesmo porque muitas vezes se tratam de saídas temporárias e migrações internas esporádicas, mas a informação repassada por diversos ex-residentes do local sinaliza para contingentes expressivos (até 40% dos assentados pelo Estado inicialmente) que largaram suas residências em busca de melhores condições de vida. Essas incertezas foram reflexos de um processo de desqualificação das características humanas dos apartados de Balbina, que

dentro de um hesitante e frouxo projeto de realocação viram necessidades serem negligenciadas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão organizador e promotor do PDS, realizou a atividade e a consolidou como o primeiro projeto de assentamento de desenvolvimento sustentável do Brasil. O PDS Morena é composto de uma agrovila, cujo conceito abarca a ideia de aglomerado de residências no meio rural onde moradores se ocupam de atividades agrícolas (FIGUEIREDO *et al.*, 2007), com porções de hectares destinadas a plantios familiares em lotes no estilo de condomínio agroecológicos e área de convivência comum (MAYOR, 2004).

Uma agrovila também pode ser entendida como uma forma de conceber o ambiente rural buscando melhorias para a organização e produção do trabalho e da existência em comunidade, objetivando a efetivação de um conjunto de práticas socioeconômicas coerentes com a realidade dada, desde a produção até a comercialização, com atividades coletivas (D'AQUINO, 2011). Na agrovila, os vínculos de associação e integração, primordiais para o sucesso de qualquer empreendimento, podem ser conseguidos

[...] pela via do parentesco, das trocas e das rezas. O cimento que une o grupo é a solidariedade. A escolha do padroeiro, as quermesses e o comércio revelam a concepção do mundo rural. As festas são uma forma de ajuda mútua. Face à dificuldade de algum vizinho, um grupo se reúne para ajudá-lo na colheita ou plantio, tentando viabilizar sua permanência no lote. Na agrovila, o intercasamento entre filhos de assentados é festejado por todo o grupo, simbolizado a possibilidade de reprodução da família assentada (ID. *op. cit.*, 28 p.)

No caso do PDS Morena, o projeto surgiu com a ajuda e incentivo dos próprios moradores atingidos pela barragem, em 1989, após a primeira enchente que assolou o distrito de Balbina e marcou as trajetórias dos comunitários entre o antes e o depois da represa. A liberação das águas de modo açodado causou alta mortandade de plantações familiares e roçados individuais e coletivos, além de animais e colheitas estocadas, por conta da elevada acidez contida no material liberado pelos administradores da usina hidrelétrica.

Instituto de Pesquisas Ambientais do Estado do Amazonas (Ipaam), junto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (SDS), participaram da criação do

PDS e acompanharam a fundação da área para funcionar como espaço de condutas sustentáveis, as quais serviriam de exemplo para outros PDSs a serem criados na Amazônia brasileira. A ideia não vingou por falta de solidariedade com os assentados, espelhada na desassistência e incredulidade da Amazonas Energia no tocante aos moradores do entorno de Balbina.

Quando ocorrem enchentes em áreas a jusante da usina, ocasionadas pela abertura brusca das comportas em decorrência das cheias do rio Uatumã, a região do PDS Morena é a primeira a ficar isolada. A distância de sete quilômetros, do fim do ramal da Morena para o assentamento, fica alagada e impraticável para automotores trafegarem. Há, então, a necessidade do uso de embarcações, as quais muitas vezes não estão disponíveis durante o dia. Os moradores ficam sem conexão por terra com demais áreas e isso causa prejuízos aos produtores que resistem às intempéries e continuam a tentar a vida dentro do PDS.

A territorialidade fica abalada. As características de mobilidade que se ajustam ao conceito de território apropriado ficaram fragilizadas em decorrência da abertura da barragem. Desde que o assentamento foi criado, no início da década passada, a cada ano os problemas se repetem com igual ou maior intensidade, sem que se trate de remanejar pessoas, realocar famílias definitivamente, dando assistência digna para que o sentimento de insegurança reduza ou acabe e ainda sem atentar para o fato de que o isolamento social e as dificuldades de manutenção alimentar são problemas inerentes à área, que não serão resolvidos enquanto não houver uma ação criteriosa e organizada de ajuste socioeconômico, comparável à violência sofrida a partir da implantação da UHE.

Organizar um espaço e tentar fazer dele um lugar de convivência e trabalho comum, no qual deveres e obrigações fossem compartilhados de forma conjunta, foi um ato ousado por parte do governo federal, apesar disso o planejamento deixou a desejar. A primeira iniciativa do porte no Brasil, o PDS Morena, deveria ter sido melhor organizada, a despeito de não haver experiências similares em todo o país que podiam ser copiadas nem modelos a servirem de base para orientar um projeto de assentamento sustentável de populações atingidas por barragem.

O ambiente destinado não era propício à atividade e o Estado, por sua inércia, deixou ainda de apresentar condições básicas para a estabilidade dos moradores na região, tais como escola de qualidade, posto médico equipado, acesso facilitado a centros urbanos e comunicação com outras comunidades de atingidos por barragem, tendo em vista o comércio de produtos oriundos da agricultura familiar e a própria prática de troca intergrupos de mantimentos.

Parte do PDS Morena está localizada em uma área de risco para enchentes e segundo moradores do local a Amazonas Energia tem conhecimento do problema desde 2000, quando as consequências tornaram-se impossíveis de serem imperceptíveis. Os moradores são afetados quando há o aumento da vazão da UHE e alguns necessitam abandonar as casas pelo menos durante três meses por ano, aguardando baixar as águas. A partir de 2006, todavia, a estatal definitivamente entregou à própria sorte os residentes do PDS, deixando de reconhecer o local como área de risco e forçando moradores a deslocamentos na intenção de fugir de uma possível tragédia.

[...] a Amazonas Energia não tá querendo reconhecer mais a área de risco a qual ela teria de reconhecer. Era para ser 50 [áreas de risco reconhecidas somente na área a jusante], de acordo com a Manaus Energia, mas depois ficou pra 30 e agora a Amazonas Energia tá querendo ressaltar apenas uma área de risco de dez metros ou até menos que isso. O fato é que de superintendente para superintendente, a Amazonas Energia foi diminuindo essa área de risco, a qual a empresa tem de se responsabilizar pelo o que acontece nesse local. Isso é um problema, porque eles não dão as informações corretas e cada vez mais as áreas vão diminuindo. Esse montante, esse volume de área vai diminuindo e não há uma explicação plausível. (P.C.S., 31 anos, ribeirinho, comunidade do km 18 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Não somente a área do PDS deixou de compor a lista das áreas com risco de alagação e isolamento, mas também diversas zonas baixas do ramal da Morena, a jusante, e as ilhotas a montante da usina, onde a subida das águas da mesma maneira causa estragos, foram retiradas da categoria de áreas onde existe a iminência de enchentes avassaladoras mediante a cota do lago da represa atingir seu nível máximo de suporte e a UHE ter de abrir as comportas. A estatal, assim, busca isentar-se de culpabilidade referente a problemas de falta de planejamento estratégico para amenizar dificuldades de mobilidade e seguridade dos comunitários.

Com a territorialidade maculada, a população vê o sentimento de revolta ser acrescido pela

impunidade. Para a Amazonas Energia, não atender às demandas dos atingidos por barragem se trata de uma economia no orçamento. Menos investimento social é sinônimo de economia para grandes corporações, o que é bem visto pelos investidores; já para os comunitários ficar sem recursos financeiros e não ter meios para consegui-los, garantindo a subsistência, significa ter de enfrentar decadência alimentar que os atinge física e psiquicamente. Sem ter como se sustentar, a recorrência a meios violentos e ilegais para conseguir manter um padrão de vida que não beire o miserável é notória.

Sobre a problemática da violência, um viés é evidente a montante da barragem. Em inúmeras das 3.300 ilhas que permeiam o entorno de Balbina, escondem-se pessoas que cometeram ou são acusados de delitos como furtos, assaltos, estelionatos, estupros e assassinatos etc. São procurados da Justiça, ex-presidiários ou mesmo suspeitos de crimes ocorridos em Presidente Figueiredo ou Manaus. A Polícia Civil tem informações e a possível localização de parte desses indivíduos, mas devido à dificuldade de locomoção e acesso a busca fica comprometida.

Para além da necessidade de manutenção da ordem e seguridade, estão implicações por detrás dos delitos. Em muitos casos, os fugitivos da polícia são na verdade ex-pais de família, antigos moradores de regiões afetadas pela UHE. Sem apoio, afundados pelo desespero de não garantir a subsistência de mulher e filhos, abandonam o lar e passam a viver na clandestinidade. Sem um projeto de vida consciente, à margem do poder do Estado, sobrevivem a montante alheios ao contexto social onde estavam inseridos antes da implantação da usina.

Frequentemente sem trabalho regular, por certo tempo conseguem levar a vida por meio de “bicos”, nos quais a diária de serviço lhes rende em média de R\$ 30,00 a R\$ 40,00. Entretanto, a situação instável, mas ainda legal perante a ordem jurídica, dura pouco e depois implode. A maioria migra para a sede do município ou vai a Manaus em busca de ambientes onde consigam trabalho. Sem qualificação, porém, é conseqüente a perda de referenciais e a entrada no universo da criminalidade.

Antes da usina, a territorialidade exercida pelos rurais e ribeirinhos, além de indígenas, moradores das adjacências da usina de Balbina, congregava-se com o contexto social. A terra, nesse sentido, estava modelada pelo tempo segundo desejos, necessidades e vontades das populações que habitavam toda a extensão do rio Uatumã, com suas diversidades culturais e variações de crença e valores. A UHE, ao regular a vazão da água na altura do distrito de Balbina, em uma embocadura 80 quilômetros a leste de Presidente Figueiredo, interceptou o diálogo entre sociedade estabelecida e ambiente.

Veiculou-se a promessa de trazer o novo, o extraordinário, aquilo que era o fruto incontestado do progresso redentor, em uma entorpecente ideia que apresentava a realidade maravilhosa, fantástica, uma realidade estrangeira, contrária a tudo aquilo até então vivido pelas populações que seriam afetadas. Avizinhava-se a reprodução local daquilo que a globalização excludente já ocasionara em milhares de bicos, ruas, bairros, vilas, lugarejos, cidades e metrópoles: a disparidade mutiladora entre ricos e pobres, limpos e sujos, empregados e desempregados, saciados e famintos, esperançados e desamparados, inseridos e excluídos.

Com a hidrelétrica, o povoado que habitava o distrito de Balbina se fragmentou em um conjunto de grupos diferentes, segundo formas de pensamento, linhas de trabalho, modos de agir, cosmovisões, costumes e noção temporal. As diferenças foram acentuadas pelo condicionamento de uma estrutura grupal na qual o fundamental não era mais a tríade amor, trabalho e família, mas sim a manutenção das raízes em contraposição ao apagamento das propriedades, além de todo um agrupamento de crenças e atitudes estabelecidas, tais como as representações sociais da terra, o habitus, a promoção do sustento, as plantas coletadas, os animais domesticados, a natureza selvagem para a caça, as casas, as roupas, os cânticos, as danças, a sexualidade, o componente místico do rio, a comida e o lazer associados ao bem-estar natural e contemplativo da vida.

Garantir a territorialidade implica em ações coletivas voltadas para dois bens comuns: a pessoa e o ambiente. Mas ao se imporem dificuldades em Balbina a jusante e a montante para se

construir um acordo multilateral de combate à contaminação do rio Uatumã, à poluição de matas ciliares, à degradação florestal do entorno da usina, ao empobrecimento alimentar das populações, à redução na disponibilidade de terras para o plantio familiar e à desagregação de costumes, o Estado preferiu impor atos insustentáveis de realocação de comunitários e indígenas. De fato, acordos coletivos não são fáceis de mediar e nada rápidos de se conseguir. Porém, outras três problemáticas incidiram sobre o sentimento de poder sobre o território. Elas influenciaram em uma só temática, a da cooperação a preservação do ambiente e por consequência dos modos de vida das pessoas.

Primeiro, sendo o rio Uatumã um recurso comum, os direitos de uso são abertos a todos. Disso resultaria uma ação conjunta para se exigir benefícios grupais. Dessa forma, foram criadas oportunidades para que uns “tomassem carona” nas ações dos outros, aproveitando-se dos supostos benefícios coletivos que a usina traria. Como o “efeito carona” não pode ser detido, reduziu-se a chance de cooperação.

Segundo, apesar de comum, a distribuição dos benefícios da usina foi desigual. Logo, os que ganharam menos esperaram que os mais beneficiados fizessem mais. Se a distribuição dos benefícios foi incerta e percebida diferentemente por cada um, como por exemplo no valor da conta de luz no fim do mês ou na área arrendada após a finalização da represa, mais uma vez reduziu-se a chance de cooperação.

Terceiro, houve um problema de equidade, em que as compensações pelo deslocamento forçado não foram distribuídas de modo igualitário. Se houve desacordo sobre estas diferenças de responsabilidades e beneficiamentos, fica difícil a divisão equânime dos esforços e, portanto, a cooperação abalada em seus esteios.

A territorialidade, sendo engendrada pelo instinto humano, a noção de territorial se fundamenta na posse, ocupação, uso, controle e identificação do ambiente. O que leva a crer que se da terra emana a força simbólica que constitui o sujeito, a apropriação territorial também passa a ser uma apropriação do poder, assim como a apropriação familiar e social dos recursos naturais

disponíveis no entorno da hidrelétrica era a ação que animava o processo de subordinação territorial.

Com a desigualdade social ampliada pelo tratamento marginalizado que a territorialidade recebeu a partir do projeto da UHE Balbina, a constituição dos grupos do entorno da usina perdeu singularidades essenciais e tendeu a ver referenciais pasteurizados pelo empreendedorismo governamental na Amazônia, pela industrialização e outros modismos históricos que construíram verdades na crista da destruição da natureza. Com a implantação da barragem de Balbina, o modelo primordial de subsistência e geração de renda foi ressignificado.

A montante, a hidrelétrica construída nessa região amazônica começou a modificar a vida cotidiana dos micro e pequenos produtores que viviam à margem do rio Uatumã a partir do impacto que a malha hidroviária sofreu. Com a formação do aquífero e o desmembramento da terra em ilhas e ilhotas, o sistema de coleta e processamento de agriculturas foi alterado, primeiro pela escassez do pescado e segundo pela diminuição das áreas para o plantio. A redução do volume de peixes ocorreu com a queda do nível de oxigenação da água. Como as taxas de metano e dióxido de carbono se elevaram, a variabilidade de espécies caiu de modo vertiginoso.

O plantio foi sacrificado porque comunidades que mantinham relações de trabalho a partir de meios artesanais, com projeção manual, foram obrigadas a se adequar ao comportamento dominante: o tempo da colheita mudou, o espaço para a disposição das experiências sociais foi alterado e os meios de transporte para os produtos teve de ser adaptado à viabilidade lacustre dos povos, agora separados em porções de terras esparsas e longínquas. Os espaços de uso comum estavam fragilizados.

Ao ser impactada a economia vigente, territórios historicamente ocupados por agricultores familiares e minorias étnicas (índios Waimiri-Atroari) tiveram de ser refundados de modo que a população pudesse se adaptar à vida em ilhas. “Nessa medida, o que se tem é a conformação de zonas de conflito onde as assimetrias de poder que atravessam as relações entre os segmentos em

disputa resvalam em processos violentos de expropriação das populações locais” (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p. 121).

O estranhamento das populações em face à mudança social causada pela necessidade de reestruturação do trabalho artesanal, da pesca e do plantio para a subsistência e o ganho de dinheiro com o excedente culminou no surgimento de uma posição dicotômica dos povos em vista de seu trabalho. Os afetos do trabalhador diante de seus afazeres passaram a ser negados na medida em que “quanto mais o trabalhador produzia, menos tinha para consumir; quanto mais valores necessitava criar, mais sem valor e indigno ele se tornava; quanto melhor formado o seu produto, tanto mais deformado ele ficava” (MARX, 2004, p. 82).

Valores econômicos voltados à acumulação de produtos, até então pouco usuais na área de influência do distrito de Balbina, foram incorporados com rapidez, o que concorreu para a fragmentação da relação pessoa-ambiente, resultando em remodelamento de laços emotivos com a terra e no entendimento da ocupação laboral como sendo atividade negativa e não prazerosa. A UHE Balbina contribuiu para a ampliação das formas de estranhamento do trabalho entre os atingidos pela barragem. O que existia de animador e estimulante na produção familiar tornou-se mecânico, alienado, insensato e fútil.

A jusante, o que se viu durante os dois primeiros anos de funcionamento da usina, 1989 e 1990, foi um leito de rio que apenas serviu, sobretudo, como imenso escoadouro de peixes mortos ou contaminados, bem como plantas em estado de putrefação. Abaixo da barragem, foi perceptível o desarranjo das áreas produtivas e a desregulamentação na organização social das comunidades distribuídas nos 38 quilômetros de ramal da Morena, ao largo do represado rio Uatumã. Mesmo atualmente, desocupações compulsórias desses territórios por imperícia no trato social com os atingidos por barragem não são raras.

Em julho de 2008, as comunidades Céu e Mar, São José do Uatumã, São Jorge do Uatumã, Macaca-Bóia e Cocó, todas localizadas dentro do ramal, foram inundadas porque a Amazonas

Energia teve de abrir às pressas duas das quatro comportas da hidrelétrica e acabou deixando muita gente isolada e amedrontada. A ação foi executada quando a água represada pela usina alcançou o nível de 50,9 metros e os desabrigados foram colocados em uma escola pública. Nesse mesmo ano, o pico do nível das águas chegou a 51,6 metros, causando o afastamento de seis passos das comportas e gerando uma vazão de 2 mil metros cúbicos de água (2 mil litros por segundo), o que resultou na alagação total em um raio de 20 quilômetros.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não foi informado da ação por parte da empresa estatal, que tentou mitigar a desterritorialização gerada disponibilizando pequenos botes (deslizadeiras e rabetas), com rotas preestabelecidas e número estipulado de viagens, às pessoas que ficaram isoladas em áreas submersas. Quem perdia o horário de saída ou chegada da lotação, tinha de esperar o ouro dia.

Nos anos de 2009 a 2012, a história se repetiu e um problema de ordem monetária somou-se à desterritorialização, gerado no âmbito das compensações financeiras às populações por conta do arrasto das plantações e a saída em decorrência da cheia. O governo do Estado, em conjunto com a Amazonas Energia, entregou cartões de crédito e abriu contas-correntes aos atingidos pela barragem para que recebessem verba pública para amenizar as perdas. Cada família ganhava um cartão, que deveria ser usado na retirada do dinheiro em qualquer caixa eletrônico disponibilizado por um banco privado contratado para a finalidade. O auxílio, R\$ 1,2 mil, seria pago em quatro parcelas mensais de R\$ 300 enquanto permanecesse a situação de afastamento compulsório das populações de suas áreas, estimada para durar 120 dias.

A intenção foi boa, entretanto o dinheiro não chegou à conta dos desterritorializados além do primeiro mês, gerando insatisfação entre os que receberam o cartão, além de uma situação vexatória para quem tentava retirar o dinheiro no banco. “A gente chegava ao banco fim do mês e tinha só três ou quatro reais. Nunca recebi o que disseram, só consegui tirar a primeira parcela dos R\$ 300” (P.C.S., 31 anos, ribeirinho, comunidade do km 18 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

“Eles deram um cartão do Bradesco pra gente, mas o dinheiro eu não ganhei” (S.R.V., 54, ribeirinho, comunidade do km 18 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009). “O dinheiro não apareceu. Alguém ficou com ele eu acho” (M.A.R., 49 anos, ribeirinha, comunidade do km 5 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Nos quatro últimos anos, populações do entorno tiveram de ser deslocadas e não receberam indenização ou ajuda de custo, tendo, ainda, de assinar termo de aceitação de que o governo não teria obrigação de repassar auxílio adicional a quem perdesse plantações com a subida das águas. A enchente gerou perdas não quantificadas pela estatal, até porque a empresa não tinha a intenção de ajudar financeiramente os atingidos pela barragem. A documentação de não obrigatoriedade do governo em assumir a culpa pela enchente avassaladora foi entregue de casa em casa, poucos dias antes da enchente, para as famílias que seriam afetadas.

Não deu tempo de reivindicar, protestar, entrar com ações judiciais ou pensar em agir de forma legalista contra a agressão orquestrada pelos poderes públicos estadual e federal. Restava juntar objetos de mobília, eletrodomésticos, roupas e alguma comida porque as águas não dariam trégua, como não deram, e afundariam tudo no caminho. A liberação da torrente, com seu curso de água em grande velocidade, arruinava mais uma vez o planejamento familiar.

2.2 A desterritorialização da vida

O entendimento de que territorialidade evoca pertencimento e afeto também produz a percepção inversa, da desterritorialização, que significa o início de um complexo processo de ressignificação de crenças, atitudes e valores. De modo que, partindo da premissa de que território remete à ideia de ambiente estável e organizado, a ação de desterritorializar é um ato voltado à desordem e fragmentação do ambiente.

O movimento denominado desterritorialização viria para esvaziar o território e os espaços ocupados de seu conteúdo relacional e particular, que promoveria identificação entre os indivíduos

e as organizações. A desterritorialização pode ser vista como estratégia dos grupos dominantes para conter, restringir e até excluir pessoas, isto é, como um movimento de (re)apropriação do território, dos espaços físicos e simbólicos (PEREIRA e CARRIERI, 2005).

Ser desterritorializado é sair, por vontade própria ou à força, de um território, perdendo em parte ou por completo contato com aquela dada realidade antes vivida e se incorporando a um novo cotidiano (GUATTARI e ROLNIK, 1996). Sofrer com a desterritorialização é ser vítima de uma desapropriação material e simbólica, sobretudo porque a territorialidade diz respeito a um conjunto de projetos e representações sociais nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, estéticos, cognitivos (ID., *op. cit.*).

A desterritorialização, sendo o ato de subtrair um território, pode ser entendida como uma violência material e simbólica. Ao ser uma ação obrigatória e forçada, o que advém dessa subtração territorial muitas vezes pode se tornar um problema, seja econômico, psíquico, social, ético ou religioso, entre outros. Um problema que, por sua própria natureza, no caso impositivo, é individual ou coletivo e pode atingir populações em proporções maiores ou menores, dependendo do processo em que se construiu a territorialização e os meios pelos quais se deu a desterritorialização.

[...] eu acho que [era necessário] mais assistência nesse ramal. Uma vez que eles não quisessem essa situação, que eles tomassem uma providência. Se eles não quisessem nenhuma família aqui, nenhuma comunidade no ramal, que eles chamassem todo mundo pra uma negociação ou que fossem indenizar. É que chegou num nível que não sei se tem como fazer isso agora, pelo tanto de gente que tem aqui no ramal (E.N.N, 67 anos, caboclo, BR-174, cruzamento com estrada de Balbina, pesquisa de campo, 2009).

Como foi descrito no depoimento, a desterritorialização implica em choque de interesses, pois ela ocorre quando o domínio territorial é perdido e aquilo que antes era concreto cede lugar ao sentimento de perda afetiva e desvinculação com a terra. A fragmentação se dá gerando enfraquecimento nas relações intra e intergrupais, além de afetar individualmente os sujeitos desterritorializados (HAESBAERT, 1999).

Haesbaert (2004, 2001) afirma que a desterritorialização molda não apenas a paisagem

notada pelo olhar, mas também aquilo que não se vê diretamente. Defende o autor que a perda ou o desaparecimento de territórios é “mais do que uma desterritorialização desenraizadora, [pois a partir dela] manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (HAESBAERT, 1994, p. 214).

O sol e a lua, o plantio e a colheita e o dia e a noite não mais ditam o ritmo da vida. Tampouco a terra se mede pelo caminhar ritmado do homem ou animal através do campo. O relógio, o horário do coletivo e a televisão praticamente aboliram as balizas do tempo. Mesmo longe do fornecimento ideal, a eletricidade, por sua vez, tendeu a abolir a noite. O ser humano não mais é acordado pelo canto do galo ou pela luz da aurora, mas pelo despertador ou telefone celular. Com a energia elétrica, os horários de sociabilização foram mudados e os espaços alterados. É a desterritorialização operando ressignificações.

Deleuze (*apud* GUATTARI e ROLNIK, 1996) sinaliza para uma metáfora que ajuda a fixar o conceito. É enfatizado que nossa espécie modificava sua animalidade em um processo antes lento, mas que agora foi acelerado de modo exponencial. Segundo ele, hoje vivemos um dos momentos mais problemáticos da humanidade, fomos e somos influenciados pelas diversas instituições. É claro que depois que estamos no topo da montanha precisamos nos adaptar, queiramos ou não, com esta altitude, diz Deleuze (ID., *op. cit.*). Faremos isto através de medicamentos, ou passamos mal. Ainda que descêssemos ao nível do mar, o mal da altitude não cessaria rapidamente. E o mais notório é que depois de conhecer a altitude, ainda que com sofrimento não queremos deixá-la para sempre, pensamos de vez em quando em ir ao nível do mar, mas voltamos à montanha.

Ao ser desterritorializado, o morador tem suas representações sociais modificadas e fica menos suscetível à natureza (canto de pássaros, fluir de águas, ruídos noturnos da mata, gotejar da chuva etc.), já que as contingências existenciais foram mudadas e implicaram em reestruturações nos modos de ser e agir. Aumenta a vontade de adquirir coisas, objetos, bens de todo tipo, acompanhar inovações da moda, ter utensílios, possuir e acumular, aparentar ser uma pessoa que

não existe.

O bem viver tende a se transformar em necessidade de posse, riqueza e consumo, com a finalidade consciente ou inconsciente de dominar o outro, a natureza e o próprio tempo. Pela situação de estranhamento vivida pelos comunitários atingidos pela barragem, estabelece-se uma fronteira rígida e intransponível entre os de dentro e os de fora, culminando em situações de individualismo e corporativismo. Com a coexistência pacífica com o ritmo do ambiente parcialmente solapada, acompanhada de justiça e solidariedade, a ânsia humana de posse se recia e fortalece, impactando níveis diversos do ambiente e a sociedade.

A privatização da atividade de fornecimento de água para o entorno da barragem e a continuidade da precária situação energética de Balbina e Presidente Figueiredo foram duras realidades consolidadas pouco depois que a hidrelétrica começou a funcionar no município e gerar energia. Os exemplos dão embasamento à ideia de que “[...] os projetos de barragens são guiados pela lógica do mercado, não se contabilizando outros custos advindos da obra, como os ecológicos e os danos pessoais, em suas estimativas...” (VAINER, 2008, p. 47), em um claro processo de mercantilização da natureza e comercialização dos recursos naturais, em que a valorização da diferença e o respeito à diversidade são rebaixados (LEFF, 2000, 2001).

O comércio, a partir da exploração da água, iniciou com o interesse de uma empresa particular, situada em Manaus, na década de 1990, de obter concessão para vender o recurso natural aos moradores da cidade de Presidente Figueiredo. Com pompa publicitária, apoio político e auxílio de boa parte da mídia amazonense foi concretizada a atividade sob alegação de melhorias na qualidade de vida dos interioranos (ALVES e JUSTO, 2011). A globalização dos recursos naturais estava sendo impressa com brutalidade na região.

Junto com ela se instalaram empresários do sudeste e construíram uma indústria de beneficiamento de cana-de-açúcar, passando a explorar o melaço a partir do plantio dessa cultura, tendo água fornecida pela parceira e utilizando agrotóxicos e herbicidas para acelerar a colheita, em

plena Amazônia, de 4,5 mil hectares da cultura ano após ano. A iniciativa seria benéfica não fossem denúncias de uso ilegal de agrotóxicos na aérea e trabalho escravo, ocasionando disseminação de doenças de pele e contaminação do lençol freático, além de desrespeito social a agricultores familiares vizinhos à área, respectivamente, bem como a emissão de CO₂ por queimada de cana e supostas irregularidades nos termos de aquisição do terreno onde está situada, ainda hoje, a empresa e sua plantação — parcialmente bancada pela filial da Coca-Cola em Manaus, sua principal cliente.

No ano de 2008, o Ministério Público Federal (MPF) pediu investigação, por meio de Procedimento Administrativo, a partir da Portaria 046/2008, para avaliar o uso de agrotóxicos no fortalecimento da plantação de cana-de-açúcar da empresa Agropecuária Jayoro Ltda., maior agroindústria de cana do Estado do Amazonas, situada no município de Presidente Figueiredo (a 112 km de Manaus). Por ano, em média, o grupo produz 320 mil toneladas de cana, gerando 18 mil toneladas de açúcar e 8 milhões de litros de álcool.

O açúcar usado na sede urbana amazonense pela Recofarma, indústria de produção da base do refrigerante da marca Coca-Cola que se consome no Amazonas, sai da cana produzida naquelas glebas. O açúcar é transformado em corante e vira um dos ingredientes do concentrado químico (de fórmula não divulgada pela multinacional) que dá base ao refrigerante de cola mais famoso do planeta. Sai das plantações da Jayoro também o extrato de guaraná que a Recofarma utiliza para a produção do refrigerante da marca Kwat em Manaus, também adoçado e comercializado pela empresa Coca-Cola.

A Jayoro é uma firma de fachada [...] Só quem é beneficiado é a Coca-Cola, que emprega meia dúzia e meia de pai de família aqui de Presidente Figueiredo. Num sei dar conta do tamanho do desastre ecológico que tá jogando no solo e no subsolo, e eu não tô falando dessa contaminação de resíduos, só! É o tamanho de desastres de pessoas que adoecem lá com o veneno que eles injetam no produto. Como aqui é um lugar que venta muito, tá escrito na lata do veneno que se jogar aquela fumaça do veneno a trezentos metros distante do redor do lugar onde ele está sendo aplicado os animais são atingidos. Toda a fauna e a flora são atingidos de uma maneira dolorosa, é um desastre tão grande, mas fica a vista grossa diante disso aí das autoridades que não tem compromisso com Presidente Figueiredo (J.B.S, 57 anos, morador tradicional da BR-174, a cerca de 3 quilômetros da indústria da Jayoro, pesquisa de campo, 2010).

De acordo com levantamento do MPF, a polêmica da contaminação parte dos agrotóxicos e herbicidas lançados de avião pela Jayoro sobre os 4,5 mil hectares de cana para exterminar pragas daninhas nos campos da plantação, os quais estariam acabando por matar também pequenas roças de produtores rurais familiares e assentados da reforma agrária brasileira. Essas pessoas moram em áreas imediatamente vizinhas à plantação da empresa, que detém no total 59 mil hectares de florestas na região.

Segundo o Ministério Público Federal, os hectares de cana-de-açúcar da Jayoro crescem vistosos e servem muito bem para fazer o corante do extrato, mas ao mesmo tempo essa plantação gera prejuízos e perdas aos microprodutores e donos de cultivos familiares que moram no entorno da usina e plantam em sua maioria banana, melancia e jerimum, além de criarem patos e galinhas para ajudar a matar a fome e vender o que às vezes sobra em feiras livres de Manaus ou Presidente Figueiredo.

Além de investigar o controle nas pulverizações de agrotóxicos, cuja consequência afeta a vida de agricultores familiares do entorno da lavoura de cana da Jayoro, o MPF solicitou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado (Mapa/AM) para que informe periodicamente, nos termos do art. 16, II e III, da Lei nº 11.105/2005, se a empresa vem realizando o plantio de cana-de-açúcar transgênica nas proximidades do projeto de assentamento Canoas, localizado na Vicinal Urubuí 2, km 14, em Presidente Figueiredo.

Para lavouras de cana transgênica, segundo Medida Provisória 327, aprovada em âmbito federal em 2007, é necessária a manutenção de distância mínima de 500 metros para o cultivo desses organismos em proximidade à Floresta Amazônica. A Portaria do MPF não afirma qualquer evidência de que o herbicida usado pela Jayoro no borrifo da cana-de-açúcar contenha elementos transgênicos, apesar da distância da lavoura de cana da empresa para a floresta não ter mais que 50 metros. Assim, caso seja comprovado o plantio de cana transgênica ao fim do processo de avaliação do Ministério Público Federal, a proximidade iria contra o que rege a MP 327.

O Ipaam foi acionado pelo MPF, via portaria, para prestar informações acerca do licenciamento para o manejo de agrotóxicos por parte da Jayoro na região. Além disso, ao órgão estadual o Ministério Público pediu a inspeção *in loco* para verificar a veracidade de que as pulverizações estariam causando danos às plantações e pessoas. À Comissão Executiva Permanente de Defesa Animal e Vegetal (Codesav) e ao Ministério da Agricultura a avaliação do uso de herbicidas foi solicitada no mesmo documento.

De acordo com a então diretora técnica do Ipaam, Aldenira Queiroz, o licenciamento da empresa para a produção de cana estaria legalizado. Para Codesav e Ministério da Agricultura, o levantamento sobre o suposto uso irrestrito e sem ordenamento de agrotóxicos pela Jayoro necessitaria ser mais bem avaliado. A atividade que o MPF continua a investigar é consequência do ato de a empresa despejar por via aérea agrotóxicos e herbicidas no fim das tardes sobre os hectares de cana-de-açúcar que o grupo possui em Presidente Figueiredo.

A defesa da Jayoro, em análise por parte do Ministério Público Federal, é que os compostos venenosos são químicos que ajudam a impedir o mal da broca da cana (*Diatraea saccharalis*), considerada a praga mais nociva a atacar a cultura no Brasil. Porém, como investiga o órgão federal, esse borrifo estaria afetando as plantações e a água consumida por parte da população de assentados do entorno, sendo a maioria rurais e ribeirinhos habitantes dos ramais Brava Gente e Santa Terezinha, à direita no quilômetro 126 da BR-174 (Manaus-Boa Vista).

Sobre a dispersão de químicos em plantações, estudo feito pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) mostrou que o diuron, herbicida de uso comum para plantações de soja e cana-de-açúcar na Amazônia, provocou câncer na bexiga de ratos. A pesquisa foi realizado na Unesp e envolveu pesquisadores da Faculdade de Medicina e do Instituto de Biociências do campus de Botucatu, do Instituto de Química do campus de Araraquara, da United States Environmental Protection Agency (EPA) e da University of Nebraska. A perspectiva é que o efeito possa ser

extrapolado para humanos a partir de futuros estudos e que as descobertas constituam alerta para autoridades sanitárias (ARANTES, 2013).

O despejo dos agrotóxicos e herbicidas para matar pragas microbacterianas é feito da altura de 20 a 30 metros, de avião monomotor, pilotado por duas pessoas, geralmente das 17h às 18h nas terças e quintas-feiras. A empresa que realiza a atividade é a Agropec e os profissionais que fazem o trabalho são oriundos de Boa Vista (RR), onde antes arroteiros ameaçavam a concretização da TI Raposa Serra do Sol, cuja disputa pela terra rendeu mortes dos dois lados. Em 20 de março de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa aos indígenas Taurepang, Macuxi, Wapixana, Ingaricó e Patamona. Os arroteiros tiveram de deixar a área.

Formalmente, os cortadores de cana possuem carteira de trabalho (CTPS) assinada, equipamento para trabalhar, podem pedir demissão quando quiserem e não sofrem cerceamento da liberdade. Mas mesmo sem estarem submetidos a irregularidades que caracterizam o trabalho escravo, a condição subumana de vida e de trabalho às quais enfrentam por não encontrarem alternativa de renda, a duração da jornada durante o corte de cana, a estafa física e mental a que estão sujeitos e os agentes contaminantes provenientes do borrifo têm provocado debate entre segmentos da sociedade civil organizada (entidades de representação dos trabalhadores, academia, organizações de defesa dos direitos humanos, etc.).

[...] tá escrito na lata do veneno que ele joga aquela fumaça do veneno a trezentos metros distante do redor do lugar onde ele está sendo aplicado. Os animais são atingidos, toda a fauna e a flora são atingidos de uma maneira dolorosa. É um desastre tão grande, mas fica a vista grossa diante disso aí, das autoridades que não tem compromisso com Presidente Figueiredo (J.B.S, 57 anos, morador tradicional da BR-174, a cerca de 3 quilômetros da indústria da Jayoro, pesquisa de campo, 2010).

Por conta da parceria de atividades desenvolvidas na UHE Balbina, na Mina do Pitinga e na Jayoro, diversos problemas são registrados. Em meados de 1995, por exemplo, houve uma contaminação de médias proporções na água do Uatumã bombeada para o fornecimento aos moradores da Vila de Balbina. Os moradores estimam que tenha ocorrido vazamento de chorume proveniente do terreno usado para depósito de lixo doméstico e industrial nas imediações da usina, e

ainda contaminação do leito do Uatumã pela extração de cassiterita pela Paranapanema e supostamente do ato de borrifar herbicidas e agrotóxicos na plantação de cana da Jayoro. Teria sido um conjunto nocivo de atividades e o problema gerou casos de diarreia e vômito entre a população durante cerca de dois meses, após o lençol freático ter sido atingido.

Ao serem informados da contaminação, dois engenheiros-chefe da usina de Balbina decidiram vedar o fornecimento à população a partir dos tanques locais e contrataram empresa para trazer água própria ao consumo humano de Presidente Figueiredo em carros-pipa. O uso para banhos e asseio doméstico só foi liberado para a vila após uma canalização provisória ter sido construída a montante da barragem e direcionada aos comunitários. Durante os quase 60 dias em que a contaminação foi percebida, o filtro de carvão ativado da estação do Centro de Preservação e Pesquisa de Quelônios Aquáticos (CPPQA), implantado pela estatal como ação mitigadora em face aos efeitos causados pela usina, foi retirado e levado até a vila para ajudar no tratamento emergencial da água.

Por causa disso, peixes-boi de cativeiro, mantidos pela UHE Balbina, que dependiam da limpeza de seus tanques para sobreviver, acabaram morrendo por surto de fungos. Por fim, perto de fevereiro de 1996, equipamentos adquiridos do Governo do Estado do Rio de Janeiro foram transportados para Balbina e o chorume foi controlado. Em seguida, por pressão da associação de moradores, o setor de engenharia da usina teve de se explicar sobre o problema, pois até então nenhuma informação havia sido dada aos comunitários durante o período de contaminação. Foi dito que as empresas supostamente envolvidas na contaminação não tinham responsabilidade, já que apenas o chorume de um lixão das proximidades é que teria causado o problema.

No que concerne ao fornecimento de energia, que em tese era para ter sido fortalecido e barateado a partir do funcionamento de Balbina, o caso se deu de maneira inversa. Para os moradores do entorno da hidrelétrica, foi posta em vigor taxaço energética comum a áreas urbanas e, como há pouquíssimas condições financeiras para o pagamento por parte dos povos afetados pela

hidrelétrica, alguns custos das contas de luz atrasadas estão no patamar dos R\$ 500 ou R\$ 600.

De acordo com o vice-coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem em Balbina, morador do km 13 do ramal da Morena, na comunidade de São José do Uatumã, já houve ensaios para uma negociação das dívidas contraídas com a estatal, mas os valores ainda estão além das possibilidades dos comunitários. “Tem essa questão da gente pagar energia. A gente mora dentro da usina. Tentamos negociar para ver se vinha luz de graça ou por um custo simbólico de R\$ 5 ou R\$ 10 por mês, mas eles falaram que tiveram de gastar com a fiação do ramal” (J. S. P., 32, morador do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Um morador da Vila Atroari — localidade identificada por ser a parte periférica da Vila de Balbina (popularmente conhecida por ter o lado dos pobres, a Atroari, e o lado dos ricos, a Waimiri) — afirmou que paulatinamente os preços cobrados por mês pelos gastos em energia elétrica de cada família do local estão aumentando. Ele fortalece a afirmativa do vice-coordenador estadual do MAB, também morador da Vila de Balbina, o qual ressalta ainda que uma das justificativas para a cobrança foi fundamentada no programa Luz Para Todos, do governo federal, que tem como meta levar eletricidade a áreas rurais do país.

O pessoal da Amazonas Energia disse assim: se o Luz Para Todos do Lula cobra, porque não podemos cobrar? Daí avisaram pra gente que ia subir o preço da energia naquele mês para R\$ 34 das casas de tamanho médio e R\$ 18 das pequenas. Teve gente que não pagou uns meses e a conta quase foi cortada, mas depois negociaram. (S.A.O., 46 anos, caboclo, vila de Balbina – porção Atroari, campo da pesquisa, 2009)

Desde que a UHE Balbina foi construída uma incômoda situação de apartação à terra, por parte dos atingidos pela barragem, tem sido exacerbada por desserviços do governo. Um deles é a irregularidade nas escrituras de posse dos terrenos ocupados por rurais e ribeirinhos por causa de entraves burocráticos. O trabalho deveria ter sido realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em 1989, quando se deu o início do funcionamento da usina e houve alteração humana no regime hidrológico do rio Uatumã e das áreas ocupadas ao largo do seu leito, mas até o ano de 2011, mais de duas décadas depois, a situação estava inalterada.

O governo do Amazonas, por meio do Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), a partir de 2007, tentou tornar célere a liberação dos documentos de posse que pudessem ser expedidos no âmbito estadual às populações, todavia apenas parte do problema foi resolvida. Como somente os atingidos a jusante pela barragem, localizados na margem direita do rio Uatumã, estavam sob regimento estadual, o benefício se estendeu a eles. Aos moradores situados na margem esquerda, cresce a cada dia a percepção de que a Amazonas Energia — que poderia interceder junto ao Inca para agilizar a demanda — não pretende ajudar no processo de regularização da terra, cujo marco local, o PDS Morena, situa-se na mesma área de influência e guarda problemas de igual monta.

O PDS Morena, uma das primeiras ações concretas de desenvolvimento sustentável para assentamentos do Brasil, teve sua criação efetivada em 06/09/2000 pelo governo federal. Ele ocupa área de 50.091,13 hectares e a capacidade oficial de assentamento, segundo dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, é de 160 famílias. O PDS foi resultado da ação de diversas entidades, sobretudo da Prefeitura de Presidente Figueiredo, das associações comunitárias dos moradores das áreas de risco da usina hidrelétrica de Balbina e do Inca. A meta era regularizar a ocupação da terra por parte das famílias que viviam a jusante da barragem.

Localizado no km 38 do ramal da Morena, o projeto foi uma tentativa de minimizar problemas decorrentes da desterritorialização ocasionada pela usina. Todavia, a área onde foi instaurado o PDS é considerada de alto risco em função da ocorrência de inundação provocada pela abertura das comportas da represa em época chuvosa ou de fenômenos climáticos (por exemplo, nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012). Além disso, existe a possibilidade de grandes alagações em decorrência de acidentes que resultem em vazamento da barragem. Ademais, constituindo-se como uma área de utilidade pública federal, com destinação à preservação dos recursos naturais e ecossistemas do entorno, existe o impedimento para se regularizar a posse da terra, o que desestimula investimentos e plantios duradouros.

No PDS Morena a proposta seria combinar a conservação ambiental com o uso sustentável

da terra, utilizando os recursos naturais para a melhoria na qualidade de vida dos povos. Mas o projeto pouco veio a melhorar a situação das pessoas que tiveram de sair de seu local de origem por causa da usina. Não houve efetividade do seu Conselho Gestor, que serviria para organizar as atividades produtivas e o escoamento da produção excedente. Assim, a relação entre o entendimento e a aceitação das atividades de manejo dentro do PDS enfraqueceu dada a descontinuidade no auxílio técnico e acompanhamento de trabalhos de plantio e colheita junto à população.

Hoje, a dificuldade em se efetivar projetos rurais é vigente na área, tanto pelas distâncias a vencer quanto pela escassez de recursos, inclusive de água para irrigação. Também é perceptível o fato de existirem relações díspares de produção entre grupos, os quais, muitas vezes, são formados por tão longínquas similaridades geoeconômicas que somente ações pontuais e direcionadas dos governos municipal, estadual ou federal para cada problemática específica poderiam abarcar a disparidade. O resultado é a exclusão do trabalho executado, ou seja, o produto do trabalho passa a não representar um vínculo relacional com o trabalhador. A exclusão, mesmo tácita, não deixa de deformar, fragmentar e pulverizar as pessoas.

Ainda que a hidrelétrica não seja, a rigor, uma modalidade direta de privatização da água, há associação entre esse tipo de usina e a privatização do rio, como demonstram o movimento social mundial de atingidos por barragens e a pressão de grandes corporações do setor de água interessados em grandes obras. Há uma relação entre mercado de água e grandes obras hidrelétricas, justamente pela imobilização dos espaços ao livre acesso (IARA, 2007, p. 38).

O acesso aos serviços públicos (saúde, saneamento, educação) e a melhoria das condições de integração da produção familiar ao mercado (transporte, crédito etc.) sempre estiveram entre as principais reivindicações dos desterritorializados, que constituíram associações na tentativa de fazer valer direitos fundiários e conseguir financiamentos estatais ou não-governamentais para ajudar no plantio ou pesca. Todavia, ao tentarem se organizar para resolver de forma duradoura os problemas que derivam da situação de desamparo, houve tendência a serem reproduzidas relações de dominação entre elas por conta da necessidade pragmática de obterem meios para sobreviver.

A luta pela vida, dificultada pela escassez de recursos naturais desde o enchimento do reservatório em 1989, passou a gerar conflitos interpessoais, afetando da mesma maneira o valor imaterial da floresta. Esse custo em geral não quantificável pelas vias monetárias, um custo amiúde oculto, foi rebaixado a níveis rasteiros. De tal maneira que a ideia de quem visita o rio a jusante é de que a assistência social fornecida pela Amazonas Energia às populações afetadas é insuficiente perante a magnitude da tragédia que se estabeleceu na área; a impressão é que a estatal não reconhece sua responsabilidade na ruptura social imposta aos povos desterritorializados após a construção da barragem, gerando recrudescimento na autoestima coletiva por causa do processo de desfiliação com o território.

O Estado não quis compreender que o modo de vida daquelas famílias é relacionado à proximidade e disponibilidade da água e do peixe do rio, da terra e da horta no quintal de casa, e ainda foi ativo no processo de desintegração de costumes e reconfiguração de novas percepções de si e do mundo, a partir de referências angustiantes e nocivas para os afetados por Balbina. As pessoas que deveriam ser agentes de um projeto federal sustentável de desenvolvimento, por não estarem preparadas para reconhecer incongruências na proposta inicial e refletir sobre melhorias possíveis a essa proposta, incorreram na perpetuação de processos de exclusão.

A parcial impossibilidade daquelas comunidades de se utilizarem de produtos básicos para sua sobrevivência, devido consequências graves da barragem ao ecossistema — onde, por exemplo, hoje poucas espécies de peixe são encontradas com menor dificuldade a jusante e a montante —, deveria justificar uma ação social muito mais efetiva do que os auxílios pontuais e emergenciais efetuados até então. Tratando-se de um empreendimento com custos ambiental e social elevados, além do valor financeiro ter sido de US\$ 750 milhões e mais US\$ 250 milhões para as linhas de transmissão, deveria ser destinado no mínimo um percentual do total para a assistência concreta, direta e constante às populações desterritorializadas.

Foi um ato covarde a desterritorialização da terra sem que fossem apresentadas

compensações para assegurar a manutenção das condições de vida em níveis parecidos àqueles verificados antes da implantação do empreendimento em Balbina. Ribeirinhos, rurais e índios, ao verem a desintegração do universo primordial onde estavam inseridos, reconheceram a destruição de seus próprios projetos de vida (BERMANN, 2007).

Entre os problemas ocasionados pela UHE Balbina, deve-se incluir a desinformação e os preconceitos nos métodos de persuasão e convencimento da opinião pública, estes contidos nas propagandas da Amazonas Energia. O material pode ser encontrado em arquivos na UHE e bibliotecas públicas de Presidente Figueiredo e Manaus, além de arquivos de jornais impressos de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como vídeos gravados.

Em uma propaganda de rádio, que visava direcionar a opinião pública contra os que questionavam a obra em 1985, uma voz falava “Quem está contra Balbina está contra você”, seguida por um coro com pessoas gritando “Balbina é nossa!”. Por causa do anúncio, a Amazonas Energia foi acusada em fóruns de debate de aplicar o dinheiro público em métodos fascistas de propaganda, em que modificações polissêmicas eram planejadas para dar impressão de que havia consenso sobre a construção da usina hidrelétrica (GRIBEL, 1989, p. 5).

Em outra oportunidade viu-se que foi utilizada uma metáfora de imitação sonora para o curupira, figura mitológica existente no imaginário de lendas da população amazônica. Um curupira defensor da floresta dizia “[...] se Balbina não fosse boa para os animais e para a floresta eu não deixaria que ela fosse construída [...]”. Expressões como “defendendo Balbina você estará defendendo a vida”, “Balbina é vida” etc. estão presentes em vários anúncios publicitários da Amazonas Energia na primeira metade da década de 1980 (CASADO, 1989).

A contrainformação e a negação de fatos na época da implantação da hidrelétrica, relacionados ao que ocorria no canteiro de obras e sobretudo aqueles negativos para o consórcio construtor de Balbina, são detectadas em relatos orais de entrevistados que viveram o período e presenciaram a história. Narrativa instigadora foi coletada em 2011 junto a um ex-funcionário da

Mineração Taboca, a respeito do massacre de um grupo de 11 operários ocorrido nas proximidades da vila de trabalhadores montada pela empresa Andrade Gutierrez, ao lado da barragem. O ano era 1989, o mês era março e o lugar era popularmente conhecido como Casa da Luz Vermelha, uma pequena taberna adaptada para funcionar como bar, onde era possível conseguir mulheres de programa. E para os trabalhadores que ficavam de um até três meses em regime intensivo na obra, ali era o paraíso.

O local ficava a cerca de três quilômetros da usina e era frequentado por operários. A denominação da casa noturna era uma referência a um bordel homônimo adaptado na novela *Tieta*, folhetim romanesco embasado na obra de ficção do escritor Jorge Amado e que estava sendo transmitido todas as noites pela Rede Globo de Televisão, no horário nobre. Os assassinatos ocorreram em um fim de semana, à noite, quando trabalhadores estavam de folga e bebiam no local. O álcool subverteu os ânimos e a confusão que originou o massacre iniciou entre uma e outra dose, a partir da disputa por uma prostituta entre as muitas que desfilavam pelo bar.

No relato do ex-funcionário da Mineração Taboca ele afirma que houve desentendimento entre operários que queriam ficar com a mesma mulher no mesmo instante, o que gerou descontentamento e isso desencadeou uma briga generalizada. Colegas de trabalho interferiram e acabaram ampliando a confusão. Como grande parte dos trabalhadores da obra andava sempre com um facão à cintura pela necessidade constante da abertura de picadas (vielas) na mata, o derramamento de sangue foi grande naquela noite. Muitas famílias sofreram com as mortes e a “Casa da Luz Vermelha” fechou após o atentado, porém a matança foi silenciada.

Não houve notícias sobre o massacre entre trabalhadores da usina em nenhum jornal de Presidente Figueiredo ou Manaus e os operários envolvidos na confusão foram demitidos de modo sumário por justa causa pela megaempreiteira responsável pela construção da UHE. O apagamento do fato da história foi executado a partir da contrainformação e o relato detalhado do massacre da Casa da Luz Vermelha está perdido no tempo. Talvez boa parte do depoimento do ex-funcionário da

Mineração Taboca nem seja próximo à verdade, mas é uma das únicas narrativas acerca do episódio que sobreviveu ao tempo.

Os casos indicam métodos coercitivos utilizados pela estatal para incutir na população entendimentos acerca da obra e referentes ao reservatório, sem compromisso com impactos sociais resultantes, mostrando despreparo do governo em reconhecer falhas e exercitar a autocrítica. Para garantir que o discurso do crescimento como remédio para todos os males fosse engendrado — contrapondo-se à defesa e proteção do ambiente, ao bem-estar social e à justiça econômica — não houve um ajustamento do ritmo da civilização humana ao ritmo do universo e da natureza. O planejamento foi direcionado ao progresso e ao crescimento, e à partilha e equidade.

De acordo com o art. 231, par. 3º, da Constituição Brasileira de 1988, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos potenciais energéticos, pesquisa e lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. Entretanto, a Amazonas Energia não obedeceu ao disposto e, sem discussão com ribeirinhos, rurais e indígenas para perceber potenciais impactos, construiu a Usina Hidrelétrica de Balbina inundando terras habitadas por moradores tradicionais e uma reserva dos Waimiri-Atroari ou povo Kinja/Kiña (BAINES, 2001).

A hidrelétrica serviu de pretexto para reforçar a existente exploração de minério na área indígena, com a instalação de uma gigante do setor privado. De modo que, nos últimos 20 anos, a situação dos Waimiri-Atroari tem sido marcada por pressões do Grupo Paranapanema. Mais recentemente, a repetir o que fora feito no passado, nota-se a publicidade em função do discurso oficial. Eletrobras e Fundação Nacional do Índio divulgaram em dezembro de 2011 relatório ressaltando a existência de 1,5 mil índios Waimiri-Atroari, com uma taxa de crescimento de 6% ao ano, a montante da usina.

O documento eletrônico segue ressaltando que “a situação dos índios antes do início do

programa (convênio com a Funai), em 1988, era totalmente diferente. A população contava com 374 pessoas, havia pequenas roças e dependência alimentar externa” (ver <http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/meioAmbiente/programasIndigenas/waimiri/>, acesso em 5 de março de 2012). No site oficial da Eletrobras (www.eln.gov.br) é destacado também que “a cultura estava em processo de perda de valores, não se realizando mais as principais manifestações de seu patrimônio cultural. Na educação, as escolas não existiam e eles desconheciam a escrita” (ID., *op. cit.*). O documento, com elogios à gestão da TI Waimiri-Atroari por parte da Amazonas Energia, segue ressaltando que

[...] no campo da saúde, o quadro era de epidemias. A terra não estava delimitada e havia situação fundiária irregular. Hoje é totalmente diferente. Na produção observam-se grandes roças, estoque de animais para abate (peixes e gado) e total independência alimentar. Houve o resgate de todas as práticas culturais e de sua dignidade como povo indígena. Na educação, são 21 escolas com 60 professores indígenas, 63,4% dos Waimiri-Atroari alfabetizados e o restante em processo de alfabetização (IB., *op., cit.*).

O programa de auxílio social ao Waimiri-Atroari (PWA, Funai/Eletronorte) foi criado em 1988 para ser uma ação afirmativa da estatal em face aos impactos à TI, mas os dados acerca das atividades desenvolvidas na aldeia são controversos e de difícil acesso devido ao controle informacional exercido pela Amazonas Energia. A fragmentação dos relatórios impede a verificação da veracidade das informações, o que dá margem a suposições de que a política indigenista praticada pela estatal é falha.

A empresa de geração e distribuição energética já foi acusada, inclusive, de manipular indígenas e cooptar lideranças da aldeia, além de expulsar pesquisadores do local, a fim de modelar opiniões a respeito dos supostos benefícios que estariam sendo oferecidos por meio de promessas para a etnia em razão da hidrelétrica e de empresas mineradoras do grupo Parapanema, que abriram a escavação de Pitinga, uma das maiores minas de estanho do mundo, numa área que foi desmembrada da reserva indígena através de atos oficiais do regime militar (BAINES, 1999; MAREWA, 1987).

Nós fomos que fizemos a primeira alfabetização na língua deles, porque a Funai teve mais de 20 anos lá dentro e nunca se interessou por alfabetizá-los nem deixou funcionário aprender sequer a língua. O único linguista que a Funai tinha na época (1985-1986), durante o processo de avaliação da área e do nosso trabalho, porque ele foi lá pra fiscalizar nosso trabalho, esse linguista acabou fazendo um relatório totalmente favorável a nós, insistindo com a Funai que desse a nós a organização de todo o programa [educacional] da aldeia... mas pouco depois fomos expulsos [...] Stephen Baines foi expulso como nós. (E.S., educador social, 76 anos, morador há mais de 25 anos de Presidente Figueiredo, sede de Presidente Figueiredo, pesquisa de campo, 2009)

A expropriação da Terra Indígena Waimiri-Atroari alicerçou novas e mais incisivas tentativas de amealhar áreas de populações tradicionais e indígenas na Amazônia a partir da implantação de grandes projetos. Em 1987, época de preparação para a Constituição, que viria a ser consolidada um ano depois, um forte lobby de empresas privadas fez com que fosse acertado que a mineração em terras indígenas estava liberada para disputa por empresas privadas, bem como a alagação a partir de barragens por estatais, medidas que agrediram a soberania indígena e facilitaram a inserção de empresas de capital estrangeiro na Amazônia.

Nesse período, os educadores Egydio Schwade e sua esposa, Doroti Schwade, bem como os antropólogos Stephen Baines, da Universidade de Brasília (UnB), e Márcio Ferreira da Silva, do departamento de Antropologia da Universidade de Campinas (Unicamp), trabalhavam com pesquisa na área e tiveram de sair da aldeia sob ameaças. Não puderam completar seus estudos etnográficos e foram convidados a deixar a TI sob pena de prisão, caso não obedecessem às determinações. “Não havia escola capaz de 'compensar' os prejuízos causados àquele povo pelo projeto hidrelétrico em questão. O lugar da escola deveria ser o da crítica às práticas do órgão tutelar do setor elétrico” (SILVA, 1994, p. 40).

O cientista social, ao avaliar a interposição do Estado na educação indígena, criticou o posicionamento governamental em relação ao trato com membros da etnia e complementou sua posição destacando que “julgava (e ainda julgo) que os Waimiri-Atroari estavam pagando um preço muito alto por uma escola, por melhor que fosse. Minha autorização de pesquisa foi cassada após me recusar a aderir ao convênio (FUNAI/Amazonas Energia),” (SILVA, *op. cit.*, grifo do autor, p. 40-41).

A análise do autor se pautou na espécie de truncamento da etnia a opiniões externas que não corroborassem os planos do PWA. E mesmo que tivessem sido propostos pela Amazonas Energia novos interesses ao Estado de direito indígena, à boa governança, à democracia e aos direitos humanos dentro da aldeia, a autodeterminação estaria comprometida pela ressignificação de mundo imposta ao aldeados.



Figura 16 – Comunidade indígena dos Waimiri-Atroari assinou convênio com Funai para ações de mitigação aos impactos advindos da construção da usina hidrelétrica de Balbina.

Fonte – Governo Federal, Eletrobras, In <http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/meioAmbiente/programasIndigenas/waimiri/>, acessos em 05/03/2012.

Em estudos relativos ao impacto do reservatório na vida dos índios Waimiri-Atroari, Márcio Silva é um dos precursores da noção de que as redes sociais fundadas pelo parentesco e pela amizade dentro dessa etnia importariam para o resgate da educação.

Observava na escola Waimiri-Atroari algo muito diferente. Dois irmãos consideravam natural um fazer a tarefa do outro. Um pai e um filho, da mesma forma, não se sentiam obrigados a fazer, cada um, o seu dever. Paralelamente, minha pesquisa sobre parentesco revelava uma série de práticas sociais (fora da escola) do mesmo tipo: entre os Waimiri-Atroari, um homem solteiro tem acesso sexual às esposas dos irmãos, sem que isto seja considerado adultério. Analogamente, duas irmãs podem, se quiserem, casar com um mesmo homem. Como era possível então que dois irmãos pudessem fazer juntos um filho e não pudessem fazer juntos o dever da escola? (SILVA, *op. cit.* p. 42).

O pesquisador não obteve sucesso junto à Funai/Amazonas Energia com a proposta de

instituir a organização escolar aos moldes que a de parentesco. Ele foi rechaçado e a educação escolar indígena voltada aos Waimiri-Atroari, segundo o próprio antropólogo, entrou em um sistema no qual a prática social dos povos foi tomada como modelo em atraso, a ser expelido pela piedosa atividade civilizatória. “A questão não era mais abolir grosseiramente a diferença, mas sim domesticá-la. Não se tratava mais de negar às populações indígenas o direito de se expressarem em suas próprias línguas, mas de impor-lhes o dever de adotar normas e sistemas ortográficos gerados *in vitro*” (SILVA, *op. cit.*, p. 44).

Baines (1996, 1996b), com a mesma opinião que Silva, afirmou que os Waimiri-Atroari passaram a adotar *habitus* estranhos ao que levavam no passado, seguindo regimes de trabalho e modelo social que não pertenciam à sua história tradicional; seguindo também uma dinâmica comportamental ocidentalizada, orientada pela produção e não pela necessidade de socialização e bem viver. De maneira que a interiorização do sistema social aplicado pelo convênio Funai/Amazonas Energia teve viés psíquico negativo porque adotou o modelo de índio ocidentalizado e não autônomo (BAINES, 1996).

As escolas tradicionais astecas formavam sacerdotes e guerreiros porque a sociedade asteca dependia de sacerdotes e guerreiros para o seu funcionamento e sua continuidade. Assim também, nossa escola produz médicos, advogados, técnicos agrícolas etc. porque nossa sociedade depende destes trabalhos. Pensar a escola indígena sem a consideração da relação entre esta instituição e a divisão do trabalho tal como se define na sociedade em que está inserida (o seu projeto social) é algo que me parece de uma ingenuidade comprometedora (SILVA, *op. cit.* p. 51).

Em relação ao problema da alagação dos milhares de hectares dos Waimiri-Atroari, o governo federal, hoje, utiliza-se de imagens arquivadas do PWA, o Programa Waimiri-Atroari, para justificar a expansão dos projetos de usinas hidrelétricas na região amazônica que, se aprovados em sua totalidade, atingirão um grande número de sociedades indígenas até 2020 e não chegarão nem perto de resolver o problema energético brasileiro, que aumenta em função das metas do Produto Interno Bruto do país.

Essas afirmações sobre o PWA, devidamente editadas, mostram o pretensioso e marqueteiro

sucesso do programa educacional organizado entre os Waimiri-Atroari a partir da desterritorialização ocasionada pela UHE Balbina, e ainda servem de desculpa para que o governo planeje elevar em 5% seu PIB a cada 12 meses nos próximos anos, atingindo 2015 com alta de 20% no comparativo com 2009, a custa da construção de hidrelétricas em novas áreas indígenas.

É crível de se supor que houve certo reducionismo da problemática relativa às ações afirmativas para as populações indígenas por parte do governo federal no caso de Balbina. Como se fosse uma questão comum, o Estado lidou com os índios usando-se das mesmas estratégias que poderiam ter sido pensadas para diálogos com posseiros, grileiros, capatazes ou garimpeiros de territórios amazônicos. A tática de cooptação a partir de favores e/ou pequenos benefícios ganhou um lugar de destaque ao invés da ponderação equilibrada.

Com o objetivo de integrar a economia nacional, a usina comprometeu o modo de vida dos Waimiri-Atroari por ter degradado de imediato não apenas o recurso hídrico, mas também parte do tradicionalismo espiritual, dos costumes, crenças e dos comportamentos ritualísticos e grupais em razão da territorialidade assimilada ao longo de uma existência comum. O modo com que foi imposta a barragem marcou os índios e atualmente, em meio à manipulação simbólica da imagem, eles tentam se recompor a partir da reconfiguração territorial que a usina gerou, procurando juntar raízes enfraquecidas e encontrar o ritmo de seus corpos e mentes, ajustando-se física, emocional e espiritualmente.

A aceleração dos acontecimentos, ocasionada pelo processo civilizatório, foi fatal para uma outra revolução, esta indígena, ocorrida internamente, quase que imperceptível aos olhos da sociedade capitalista, sempre preocupada com a ânsia de consumo e realização pessoal a qualquer custo. As crenças e atitudes dos Waimiri-Atroari adquiriram ritmo próprio ao longo da história, porém elas foram se diferenciando conforme seu patrimônio imaterial era deformado, sua metafísica expurgada, sua estética pasteurizada e sua ética comprada a peso de dólar.

Modificou-se para sempre a concepção de espaço e de tempo, como se uma modificação

essencial viesse sobrepor a ordem natural, só que dessa vez tratou-se de uma imposição pelo capital e pela necessidade de se gerar energia elétrica. Também a mente e o corpo indígenas adquiriram uma segunda natureza, forçada pela transformação do idílico e do mítico dos Waimiri-Atroari no real e fugaz dos não indígenas de urbes distantes, sob o patrocínio dos novos padrões de vida e de uma reinvenção do cotidiano.

É possível afirmar, sem incorrer em um saudosismo estéril e retórico, que a relação com a mãe terra mudou e o convívio coletivo ficou avariado. Houve o prevalecimento do individualismo ante ações grupais, a despeito de qualquer tipo de preocupação em recriar o espírito e a sabedoria indígena em face à contemporaneidade contingente. A importância da história oral foi reduzida em relação ao que se praticava no passado.

É comum aos governos sustentarem que um país, Estado ou município está se desenvolvendo se sua economia cresceu ou se aumentaram as vendas no comércio e mais pessoas puderam gastar dinheiro durante o ano consumindo produtos muitas vezes sem utilidade. O PIB, a inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outras inúmeras siglas de mensuração econômica tem representado mais do que qualquer avaliação de campo que observe a indiscutível miséria nas nos campos, cidades, ruas, avenidas, becos, vielas, lugarejos etc.

Foi justamente partindo desse tipo de visão, fechada, enclausurada em números e demandas externas, que a UHE Balbina foi construída e apresentada aos Waimiri-Atroari. Essa postura de desenvolvimento clássico, pautado no capitalismo industrial, acumulador, não expressa a condição social de inúmeros grupos que fora do eixo do sistema de mercado são mostras reais da vilania humana sobre a própria pessoa humana.

Um questionamento incidente, relacionado com a questão antropocêntrica, diz respeito ao desenvolvimento atual, direcionado somente em função daquilo que possui utilidade prática para as pessoas, significando que afetos e emoções de multiformes tipos são apenas aspectos perdidos e secundários. Nesse sentido, os saberes tradicionais dos povos indígenas, em parte desajustados por

conta da UHE Balbina, são ingredientes fundamentais para se realizar uma profunda reflexão sobre as diferentes razões que explicam a vida em sociedade.

É necessário considerar uma estrutura multidimensional para entender a diversidade de valores da população indígena atingida pela represa de Balbina. Esses valores não devem ser relacionados a objetos específicos, pois perpassam situações e condições dadas, servindo de guia para comportamentos e costumes dos Waimiri-Atroari. Na estrutura multidimensional, corpo e espírito tendem a servir para explicar as necessidades dos indígenas e não apenas condicionamento material.

A hidrelétrica, ao fortalecer o paradigma cartesiano de que a humanidade era a senhora da natureza, pronta para dominar e reordenar o ambiente, compreendeu a própria natureza como externa às pessoas e subjugada a vicissitudes humanas, deixando de incorporar a história às próprias pessoas. Para a comunidade indígena afetada com a UHE, mais do que o bem-estar do consumo, buscava-se a harmonia entre a matéria e a alma, tal qual um bem-estar integrado, holístico e harmônico. A postura adotada apresenta um toque de austeridade para a ação, já que a meta da estatal deveria ser a vida em sua completude. Entretanto, o conceito de viver bem, para as práticas Waimiri-Atroari, não significava viver melhor a custa de outras pessoas e do ambiente.

Com a desterritorialização, o espaço de convivência foi alterado. Pessoas, animais e plantas passaram a disputar território e não a dividi-lo. Onde antes não existia forte dualidade que separava a sociedade da natureza, foram estabelecidas concorrências desleais e inúmeras mudanças nas representações de mundo. A paz doméstica foi enfraquecida por uma mal planejada intervenção humana, originada da necessidade de se gerar energia para a indústria e não às pessoas.

É tipo um cachorro de rua abandonado que você leva para casa. Foi exatamente isso que a Paranapanema e a Eletronorte (Amazonas Energia) fizeram com os Waimiri. Eles conseguiram com isso fazer com que o território fosse vigiado para a empresa, com direito a “cães-de-guarda” para a defesa do território, no caso [os cães eram] os indígenas Waimiri-Atroari. (D. S., 51, pesquisador, ex-funcionário da empresa Mineração Taboca, pesquisa de campo, 2012)

Ao encontrarem abrigo no contexto da proposta de integração do índio à sociedade urbana,

como defendia o general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Funai na década de 1970, os Waimiri-Atroari foram embotados na sua condição de domesticados, no sentido em que viviam a irrealidade de aceitar uma política indigenista nacional não alinhada às suas contingências. Com o programa Funai/Amazonas Energia, prosseguiu-se a um esforço de pacificação pautado na cooptação de lideranças pela força do dinheiro e da segregação social alicerçada em vantagens pessoais a caciques da aldeia.

O censo mais recente da Funai na reserva Waimiri-Atroari, realizado em conjunto com a concessionária Amazonas Energia, datado de 31 de dezembro de 2011, apontou a existência de 750 homens (49,5%) e 765 mulheres (50,5%) na reserva. Os 1.515 índios, distribuídos em 19 aldeias, estão divididos em dois eixos territoriais. No eixo-rio, estão localizadas oito aldeias: Curiaú, Cacau, Mamany, Karatina, Iana, Samaúma, Kareb Syna e Pardo. No eixo-estrada, são 11 aldeias: Iawara, Xeri, Kisiwe, Anahkwa, Maikon (alto rio Alalaú), Xará, Alalaú, Paryry (baixo rio Alalaú), Mynawa, Waba e Arine (lago Abonari)²².

Em 4 de novembro de 2011, nasceu Ketamyna Atroari, a indígena de número 1.500 da comunidade Waimiri-Atroari. Houve comemoração e divulgação publicitária desse nascimento, assim como anteriormente havia sido alardeado o nascimento da criança de número 1.000. Trata-se de uma tática propagandística apoiar-se no fator reprodutivo dos indígenas para obliterar a condição imposta aos índios. A propaganda justifica-se da perspectiva de mostrar a opinião do Programa Waimiri-Atroari acerca do aumento da quantidade de pessoas na aldeia, sem levar em consideração a questão histórica que levou os indígenas a uma situação de penúria moral.

Além da evolução na taxa de natalidade, a Amazonas Energia afirma que há inúmeros pontos considerados positivos no programa de mitigação socioambiental na TI Waimiri-Atroari. São eles, os dez principais: i) reconhecimento da legitimidade da ocupação dos milhares de hectares inundados pela UHE; ii) indenização das benfeitorias e roças dos índios existentes na área de

²² Os nomes das aldeias que estão escritos em itálico foram atribuídos pelos Waimiri-Atroari e os nomes de aldeias escritos em formato normal foram atribuídos por não-índios participantes do programa da estatal naquela unidade territorial.

influência do reservatório; iii) busca de alternativas para a produção de alimentos, sem quebrar a harmonia natural do processo produtivo já existente; iv) reconstrução dos postos de apoio da Funai para assistência em saúde; v) financiamento da demarcação da terra indígena, atualmente composta por uma área de 2.585.611 hectares; vi) introdução de cultivares que se adaptem a condições climáticas adversas e sejam incorporados pela comunidade no seu processo produtivo; vii) incentivo ao plantio de sistemas agroflorestais baseados em frutíferas; viii) alfabetização dos Waimiri-Atroari na língua materna e implantação da forma escrita de comunicação; ix) promoção de cursos de capacitação e formação de professores indígenas, visando ao aperfeiçoamento das ações educativas; e x) valorização da medicina tradicional e repasse de conhecimentos das outras formas de medicina.

Tradicional e moderno tiveram embate após a implantação da hidrelétrica, donde o simbolismo indígena se mesclou com o sistema capitalista. Só que apenas o lado positivo dessa mescla é destaque em relatórios governamentais. Resta saber onde estão os relatos das polêmicas relacionadas à desterritorialização, porque o moderno, enquanto dissolução de hierarquias, homogeneidade e tradições, concorre para refundar a realidade (HARVEY, 1992). “O moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo — e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1982, p. 15).

A transitoriedade domina o sentido do moderno e produz rachaduras em estruturas históricas formadas ao longo de décadas, séculos e milênios porque as desrespeita a partir do momento em que não se importa com elas. O fugidio, caracterizado pela pulverização de passados e presentes, tem como consequência a desordem e a continuidade das rupturas sociais. A incoerência é moldada pela própria realidade do ambiente e o esgotamento dos seres (HARVEY, 1992).

Contextualizando o conceito de esgotamento, que remonta à finitude do ser humano como ser de vontade e decaimento pelo qual enfrenta a pessoa em confronto com a sociedade e consigo mesma (CARLOTTO e CÂMARA, 2008), importa sublinhar que os Waimiri-Atroari tiveram de

passar por situações de tensão ao terem de se adaptar a uma nova ordem, o que os levou a um ajustamento de conduta. Esse trauma não dependeu da extensão do problema, mas da sensibilidade afetiva e das experiências subjetivas de cada índio.

O moderno é isso: a impossibilidade de definições conceituais herméticas é tão profunda por conta do turbilhão de mudanças estruturais e infraestruturais da sociedade que há implacáveis rupturas (BERMAN, 1982). A comunidade indígena a montante de Balbina viveu essa transformação irremediável com a construção da usina e a dilapidação de suas terras para a retirada de minérios (figura 17), ao se verem frente à frente com práticas contraditórias àquelas aprendidas por eles, com contingências estranhas ao cotidiano que possuíam como base.



Figura 17 – Áreas onde ocorreram expropriações da TI Waimiri-Atroari para o aproveitamento mineral, em registro feito na década de 1980, quando obras estavam começando. **Fonte** – SCHWADE (1980). Arquivo da Casa da Cultura de Urubuí.

O problema dos Waimiri-Atroari terem se tornado cativos do sistema é que essa domesticação tendeu a atrofiar a autossustentação do povo. A procura inata por sustento, segurança e abrigo foi encerrada quando o convênio Funai/Amazonas Energia passou a custear essas contingências, oferecendo retorno financeiro e pouco aparato para o livre pensamento. O sistema autêntico de busca pela sobrevivência recuou a níveis drásticos.

A preocupação do Estado desconsiderou a superação da ânsia de algumas organizações e lideranças indígenas em salvar financiamentos e aparentar uma produção em escala, em detrimento à valorização do modelo indígena, então apoiado em saberes milenares. Para os Waimiri-Atroari escapava-lhes, a partir do programa estatal, um meio eficaz de recuperar e manter históricas experiências de vida; escapava-lhes a possibilidade de animar e reanimar o povo em uma política tradicional para a produção com variedade e orientada para atividades locais, visando a melhoria da qualidade de vida e bem-estar.

Eu posso dizer que as mesmas mentiras, os mesmos absurdos continuam, os mesmos problemas para a população a jusante e os mesmos problemas para os índios também. Eles foram transferidos e hoje o programa Waimiri-Atroari está posto e nem mais a política oficial é a mandante ali, mas sim uma empresa que dirige a política indigenista totalmente à sua maneira. (E.S., educador social, 76 anos, morador há mais de 25 anos de Presidente Figueiredo, sede de Presidente Figueiredo, pesquisa de campo, 2009).

Ângela Maria Baptista, antropóloga da Divisão de Identificação e Delimitação/DGPI/FUNAI, encarregada de fazer o levantamento da área Waimiri-Atroari ainda em 1981, no seu parecer conclusivo, questiona sobre como dar ou tirar a terra de um grupo indígena se não havia o conhecimento de sua realidade social, econômica, política ou cosmológica. Como justificar uma área se não se sabe que locais os indígenas utilizam para caça, pesca e agricultura de subsistência? (BAPTISTA, 1981). Ao final do relatório, posicionou-se contra o plano da Funai de desmembrar a parte nordeste-leste da reserva para a Mineradora Paranapanema explorar pedras preciosas. No dia seguinte à entrega de seu documento avaliativo foi despedida de suas funções. O plano seguiu e é o que hoje vem sendo implantado junto aos Waimiri-Atroari.

A Funai como órgão do governo nunca foi a favor do índio. Nunca lutou pela garantia de suas terras, contra os grandes projetos que o Governo implantava em áreas indígenas. Nunca foi a favor de sua autonomia e nem de sua cultura. Sua política sempre foi integracionista. Toda a vez que o Governo cria um grande projeto na Amazônia em terras indígenas, o índio é visto como “empecilho” e como tal, afastado do caminho. E a Funai sempre colaborou nesta ação do Governo. Da BR-174, Mineração Taboca e Hidrelétrica de Balbina em terras Waimiri-Atroari, aos tempos de Belo Monte em terras Kayapó, a atitude dos dirigentes da Funai não mudou. (SCHWADE, 2012, documento eletrônico)

Ao inundar milhares de hectares da TI dos Waimiri-Atroari e forçar a realocação de duas aldeias da área do reservatório para outra parte da terra indígena, com reflexo nas áreas de uso de outras aldeias existentes, a estatal do setor energético brasileiro acabou gerando indiretamente epidemias de sarampo, leishmaniose, verminoses, malária e gripe, impulsionada pela subnutrição e diarreias crônicas (KATSURAGAWA *et al.*, 2008). Antes disso, entretanto, dois grandes empreendimentos já tinham desterritorializado a população e suas práticas sociais.

A rodovia BR 174, estabelecida dentro da terra indígena e construída a partir de um projeto militar denominado “Norte da Amazônia”, que na década de 1970 buscou o reconhecimento geológico e geoquímico de 1.051.840 km² do bioma, e a instalação do Projeto Pitinga, do grupo Paranapanema, de extração de cassiterita e outros minerais, que reteve 526 mil hectares da TI original dos Waimiri-Atroari, serviram para dar apoio logístico a megaempreiteiras que buscavam ganhar licitações do setor energético, como Monasa/Enge-Rio e grupo Andrade Gutierrez.

Hoje, a Amazonas Energia resiste às pressões da comunidade acadêmica para liberar a entrada de pesquisadores independentes que verifiquem a situação dos Waimiri-Atroari. Segundo relatório oficial de José Porfírio Fontenele de Carvalho, coordenador técnico do Programa Waimiri-Atroari (Convênio Amazonas Energia/Funai), desde 2000 há o controle de doenças respiratórias, boa nutrição, manutenção de ritos e mitos culturais, controle de malária e boa vida pelos 2.585.911 hectares demarcados e homologados, além de uma ação de vacinação que abrange hoje 100% da população indígena contra doenças imunopreveníveis, como o sarampo.

Mas a veracidade dessas informações é questionável, uma vez que durante a maior parte do período do regime militar ele ocupou cargos de confiança dentro do sistema. Porfírio foi subchefe

da Coordenação da Amazônia (Coama), órgão da Funai, e também superintendente no Acre e delegado regional no Maranhão. Ele reprimiu o indigenismo independente, em especial no Acre, confrontando membros da Operação Amazônia Nativa (Opan) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), retirando-os da aldeia Santo Amaro, dos índios Madiha, entre eles Rosa Monteiro, única enfermeira que trabalhava junto a esse povo. Como subcoordenador da Coama, Porfírio se integrou, no seu estilo, à política dos militares junto aos Waimiri-Atroari.

Os militares sempre impediram o acesso de pesquisadores e jornalistas a esses índios para manter o controle sobre a informação e barrar qualquer crítica aos seus atos e Porfírio colaborou com o regime na época e deu continuidade a esse esquema repressivo e de segurança da informação sobre os acontecimentos na região, tanto durante a ditadura como na nova República, e agora como funcionário da Amazonas Energia, à frente do Programa Waimiri-Atroari, a atitude se repete.

Em seu livro “Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada” (CARVALHO, 1982), Porfírio revela documentos comprobatórios do uso de armas de fogo pelas Forças Armadas contra os índios. O próprio autor que declara o fato foi conivente com a violência, sem denunciar a demonstração de força bélica do Exército contra os índios, por meio de rajadas de metralhadoras, explosão de dinamite e de granadas, numa tentativa de amedrontar os nativos.

O Porfírio de Carvalho é uma figura emblemática porque conseguiu transformar aquele grupo de pessoas que estava à mercê de sua própria sorte em um grupo que teve condições de sobreviver e que de uma maneira ou de outra para eles foi benéfico. Só que do ponto de vista do Estado de Direito e da dignidade da pessoa humana, com a capacidade de decidir sobre sua vida, isso foi colocado em segundo plano. Eles não tem autonomia, não tem uma vida mesmo (D.S., 51, pesquisador, ex-funcionário da empresa Mineração Taboca, pesquisa de campo, 2012).

O depoimento do ex-funcionário da mineradora Paranapanema destaca que a exclusão simbólica dos Waimiri-Atroari é notada na medida em que são identificados sinais inerentes dos coletivos e considerada mediante a situação de tempo e espaço destes, ocorrendo em sociedades guardadoras de correlações psicossociais multifacetadas, as quais entram em conflito por condições sociais e históricas.

A exclusão simbólica dos indígenas desterritorializados foi operada pela subjetividade das ações e orientada pela disputa tácita de poder entre grupos empresariais e o Estado. Ela se configurou ao longo dos últimos 25 anos como taxativa e agressora, pois foi formada a partir de um sentimento constante de vulnerabilidade dos Waimiri-Atroari perante o atual processo civilizatório, cujo legado forjou o despedaçamento subjetivo dos índios e o imediato remodelamento a partir de artefatos típicos da sociedade de consumo.

Esse tipo de ação excludente se molda pela assimilação do referencial hegemônico, com a consequente renúncia ao seu referencial originário (BOURDIEU, 1990). A exclusão simbólica dos indígenas foi alimentada pelo sentimento de não pertencimento, ocasionado de disfunções de indivíduos ou grupos frente a padrões sociais vigentes, os quais na verdade são como senhas para a inclusão. A exclusão simbólica foi sustentada na aldeia mediante a desintegração social e pode ser entendida como uma espécie de consonância para que elementos do cotidiano não fossem compartilhados em busca do autoconhecimento e do reconhecimento do outro.

Para haver exclusão simbólica, é presumível a existência de cidadania simbólica. Esse tipo de exclusão leva a termo o pressuposto de que existe diferença entre ser cidadão de direito, a partir de leis constitucionais asseguradas a priori, e ter essa cidadania regimental viabilizada junto à sociedade e reconhecida de fato em meandros materiais e simbólicos. De forma que ser cidadão por direito estabelecido, por si só, não é ter sua cidadania simbólica reconhecida. Reconhecer o espaço da igualdade perante as leis, em que pese a valorização do não-dito, da mística e da realidade histórica, é afirmar a cidadania simbólica.

A negação da pessoa indígena, orientada pela desterritorialização, trilhou a fragmentação das populações ao longo das últimas duas décadas: aumentaram índices de natalidade e melhorou a educação formal, bem como a sociedade do não-índio no seio dos Waimiri-Atroari. Faltou, porém, enterrar o estigma do novo índio, surgido após uma barragem que apareceu para apoiar a necessidade de abastecimento a uma mina de exploração e posteriormente de uma grande plantação

de cana-de-açúcar, além de atender a um grupo de médias empresas urbanas e a projetos políticos de governo e não de nação.

Após 1985, o antagonismo indígena frente aos dois grandes projetos efetivados em suas áreas, um mineral e outros hidroenergético, foi acirrado depois que o presidente José Sarney deu continuidade à política do regime militar ao nomear Romero Jucá, homem de confiança da ditadura e um ilustre desconhecido na área antropológica e indigenista, presidente da Funai. Jucá, que já foi líder do PT no Senado Federal, designou Sebastião Amâncio superintendente dos escritórios do Amazonas e Roraima, para lidar com os Waimiri-Atroari. Amâncio planejou usar de truculência e por isso foi afastado do cargo.

O próprio Jucá, supostamente contra a violência, chegou a assumir a autoria da expulsão dos professores Egydio Schwade e Doroti Alice Müller Schwade da aldeia Yawara, em dezembro de 1986. De modo calunioso, ele acusou os professores de estarem a serviço de um cartel de empresas estrangeiras de mineração, cooptando índios e realizando biopirataria na Amazônia. “Para desviar o foco dos interesses motivadores da expulsão, ao longo do ano de 1987 foi promovida uma campanha difamatória contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e seus apoiadores, incluindo o casal de professores e o pesquisador Stephen Grant Baines” (SCHWADE e REIS, p. 69, 2012).

Quando Sarney passou a reserva indígena à administração da Amazonas Energia, em 1987, foi nomeado José Porfírio Fontenele de Carvalho para dar continuidade à política oficial da força repressora e das ameaças armadas. Porfírio tinha estreitas ligações com os militares e o que se seguiu foi a ausência de uma política negociada de relacionamento entre estatal e indígenas. Ações impositivas foram executadas.

A implantação do Programa Waimiri-Atroari, em junho 1988, foi verticalizada: o governo pagou a uma equipe multidisciplinar e interinstitucional de técnicos, representados por Fundação Nacional do Índio, Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, Fundação Instituto de Medicina

Tropical do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas e Amazonas Energia, que organizou um plano de ação centrado em moldes urbanos para os índios.

As avaliações dos profissionais, no entanto, importou menos que a propaganda de divulgação do PWA, mantida a partir de estratégias publicitárias que não permitiam o acesso livre à TI, o que desencadeou suspeitas de segregação étnica, conforme reportagem transcrita pelo jornalista Pedro Del Picchia, da Folha de São Paulo, que fez a cobertura do evento, em 1988. Segundo material jornalístico, critérios apontados pela Fundação Nacional do Índio como indicadores de “indianidade” dos Waimiri-Atroari eram perigosos, ideologistas e racistas.

A denúncia foi relatada a partir de entrevista com a presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Eunice Ribeiro Durham, professora da Universidade de São Paulo (USP). Durham e Lux Vidal, também docente da USP, analisaram documento oficial da Funai denominado “Indicadores apontados pela comunidade científica”, utilizado pelo órgão como baliza segundo a qual pessoas ou comunidades podiam ser reconhecidas como indígenas pelo Ministério do Interior, uma pasta de governo que, na época, liberava orçamentos para ações socioambientais em aldeias indígenas afetadas por grandes empreendimentos.

De acordo com Durham e Vidal, a comunidade científica não fora consultada de maneira democrática, apesar do documento citar que a ABA havia participado da avaliação aos Waimiri-Atroari. A reportagem relatou o espanto das antropólogas ao receberem a notícia que pesquisadores da Associação Brasileira de Antropologia teriam concordado em identificar os índios como detentores de “mentalidade primitiva” e “características biológicas, psíquicas e culturais indesejáveis”, existindo somente a partir de um “elemento sociocultural específico e distinto da sociedade nacional” e podendo ser identificados “examinando-lhe as nádegas à procura de uma mancha mongólica ou sacral” ou ainda “medindo-lhe a forma ou o perfil do nariz” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1988).

Após rechaçarem os “indicadores de indianidade” elencados pelo programa

Funai/Amazonas Energia aos Waimiri-Atroari, Durham e Vidal foram enfáticas ao afirmar que não havia lógica interna na avaliação e tais descrições tinham sido destacadas de forma disparatada, sem sentido algum. A ABA sublinhou que nenhum dos três funcionários (na reportagem apenas os nomes de dois são citados) que assinaram os indicadores tinha formação em antropologia ou áreas correlatas para executar o trabalho.

Foram Otávio Ferreira de Lima e João Carlos Nobre da Veiga os nomes que apareceram descritos no ofício polêmico da estatal. Nas palavras de Durham, reconhecida por sua produção científica na área, “eles [Funai/Amazonas Energia] tiveram a intenção de utilizar os indicadores como instrumento político de repressão às comunidades indígenas reivindicantes [de seus direitos]” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1988).

A revolta, entretanto, não bastou para que o governo reconhecesse o erro. O Estado refez a atividade de levantamento etnográfico e a chancela da Funai foi dada ao documento, mesmo após a demissão no fim do ano de 1980 dos antropólogos que trabalhavam no órgão e da contratação de militares da reserva de competência questionável para exercerem a atividade de etnógrafos indígenas. De maneira que mesmo sem colocar um cientista social independente para fazer o trabalho de campo junto aos Waimiri-Atroari, a Funai teria conseguido forjar um documento antropológico e considerá-lo como científico, supostamente retratando comportamentos e modos de pensar dos indígenas.

Durante o período de implantação da empresa Paranapanema e no corrente tempo de construção da hidrelétrica, especialistas em análise e avaliação de habitus e costumes indígenas pouco contribuíram para a construção de conhecimentos relativos ao povo kinja, para quem a terra é muito mais do que um lugar onde se ergue a sua morada. É espaço de deuses, é território sagrado. Mesmo assim, continua cheia de meandros a história recente de resistência à desterritorialização por parte dos Waimiri-Atroari. Se não, vejamos: i) como pode ser considerado equivocado um programa estatal que conseguiu reverter o quadro de 20% de mortes entre os aldeados por ano para uma taxa

de natalidade de 5,7% ao ano?; ii) em que medida uma reserva onde há 19 postos de saúde e oito laboratórios pode não ser entendida como saudável?; iii) por que, entre as 19 escolas, os 54 professores Waimiri-Atroari e os 7 não-índios, tendem a pairar dúvidas sobre a afirmação do resgate social dessa população?

As respostas para esses questionamentos residem na interpretação dos planos desenvolvimentistas do governo federal para a Amazônia, apoiados em ações de estatais como a Eletrobras. Planos estes, aliás, que ao forçarem a desterritorialização de contingentes humanos reduzem pessoas a boletins demográficos e *clusters* estatísticos. Com isso não se quer dizer que o Programa Waimiri-Atroari é no todo equivocado, precipitado, mas há de se entender que existe um ritmo natural para cada um dos diversos tipos de vida inscritos na Terra, assim como há diferentes corpos humanos com diferentes conjunções físico-metabólicas.

Pretende-se enfatizar, doutro modo, que imbricadas relações sociais de povos e nações adquirem ritmos próprios conforme ambíguas formas de ser e viver diante da realidade; e também de acordo com situações de exclusão por meio de represas gigantescas. No entanto, o moderno, pautado em tecnologias de informação que massificam os meios de conexão entre as pessoas é avassalador contra populações indígenas.

Nesse sentido, a melhoria na qualidade de vida dos índios não deve ser confundida com posse de riqueza, acúmulo de bens e conforto factual, com a finalidade consciente ou inconsciente de dominar o outro, o tempo e a natureza. A problemática perpassa por essas contingências mas não se resume a elas. A autodeterminação e a liberdade de escolha são essenciais, assim como a própria qualidade de vida, que para Leff (2000) é o resultado de ações socioambientais concretas em que são modificadas abordagens, entendimentos e relações com o meio, auxiliando populações a terem melhor satisfação em face à própria existência.

O governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo, mantém grande parte de sua base de desenvolvimento alicerçada em produtos naturais,

extraídos do ambiente. Dessa maneira, as populações indígenas são vistas como um incômodo para os novos coletores das “drogas do sertão”, institucionalizados e orientados pelo aparato do Estado e com base política de apoio no Congresso. Além disso, há uma série de pontos que não atendem às reivindicações dos indígenas, dentre elas citamos: a falta de garantias de que o processo de desenvolvimento não tenderá a precarizar costumes e reduzir histórias milenares a cinzas.

O PAC, de viés muito mais desenvolvimentista que sustentável, parece entender as terras indígenas como um grande depósito de produtos a serem explorados. Basta observar que em terras de índios Cinta-Larga e Enawenê-nawê, no nordeste e centro-oeste, há invasões incitadas para dar lugar à mineração e a plantações de soja e cana-de-açúcar; notar a especulação imobiliária que ameaça os Guarani e Pankararu das regiões sul e sudeste; avaliar como o plantio de culturas para a exportação assola os Kaingang do território catarinense; e na Amazônia toda a sorte de etnias são, amiúde, ameaçadas pelo avanço da soja, do gado, pela retirada de madeira e por causa da grilagem especulativa, além da mineração, das queimadas e da biopirataria.

A atenção dada aos povos indígenas do Brasil está distante de corresponder à grandeza dessas vidas pregressas. Como acontece quase sempre quando o tema é Amazônia, só em momentos de altos conflitos e anormalidade entre os índios é que a sociedade brasileira se interessa pelo que acontece com esse imenso contingente populacional que foi formado junto com a tradição de mundo brasileira. O dia a dia de quem vive nas urbes, em geral, é de ignorância perante os indígenas e com os Waimiri-Atroari não foi e não é diferente. Eles enfrentaram uma despersonalização, a qual ocorreu quando o PWA passou a tratá-los como clientes, de forma distante e impessoal, com insensibilidade frente às mazelas vivenciadas (CARLOTTO e CÂMARA, 2008).

Os brasileiros reagem se um estrangeiro manifesta interesse pela região onde vivem indígenas ou se alguma pessoa se revolta e comete um ato de violência desproporcional, mesmo que isolado e pontual, contra um índio. Uma vez cessado aquilo que se presume ser ameaça à soberania nacional, a Amazônia volta ao seu lugar, distante, esquecida e alheia dos centros de decisão do país.

Todavia, problemas com complexidades continentais, alimentados por sanhas históricas e grandiosas, continuam a se multiplicar no bioma e a sociedade pouco se movimenta para agir em defesa de comunidades tradicionais.

O legislativo, por obtusidade, pouco se importa; o judiciário, por lentidão e legalismos burocráticos, tende a encastelar-se; o executivo usa a mídia pasteurizada para divulgar alguma ação quando isso lhe interessa, mas mantém-se distante o bastante da Amazônia, sobretudo quando destina 42% do seu orçamento (R\$ 900 bilhões) para o pagamento da dívida pública brasileira²³ e apenas R\$ 71,7 bilhões para educação, R\$ 87,7 bilhões para a saúde e R\$ 5 bilhões para a reforma agrária.

A luta dos Waimiri-Atroari, que tiveram parte das terras alagadas pela área de influência do reservatório da usina hidrelétrica de Balbina, não se difere em nada das tantas lutas hoje em curso no país. Em nada se mostra diferente das lutas travadas por sem-teto, sem-terra, ribeirinhos, rurais e quilombolas, entre tantos outros. Por isso, há a necessidade de se contar essas histórias, porque são na verdade as nossas histórias.

²³ Dívida pública é quanto o governo deve para entidades e para a sociedade. O governo toma dinheiro emprestado para financiar parte dos seus gastos que não são cobertos com a arrecadação de impostos. Os maiores credores da dívida pública são os bancos. Investidores individuais, que têm dinheiro em fundos de investimentos, também são credores. FMI (Fundo Monetário Internacional), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Banco Mundial, além de fundos de pensão, também emprestam dinheiro. Se antes havia a dívida externa, hoje a maior parte dos gastos se refere à dívida interna, sendo uma nova face da dívida externa e continua retirando recursos dos mais pobres (por meio dos tributos sobre o consumo e os salários) para privilegiar rentistas e especuladores (In “Orçamento federal de 2013: 42% vai para a dívida pública. Entrevista com Maria Lucia Fattorelli”. <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?boletim=1&lang=PT&cod=70521>. Acessos em 19 de set de 2012.).

CAPÍTULO III

OS NOVOS SENTIDOS DA VIDA

“A Amazonas Energia, por todos esses danos que ela causou poderia dar assistência social ao máximo. Nossa comunidade [no km 18 a jusante da represa], entre essas outras que tem aqui na beira do ramal, é a mais desenvolvidazinha: é uma que tem um telefone, um postozinho, uma escola e as outras não tem isso, entendeu!” (P.C.S., 31 anos, ribeirinho, pesquisa de campo, 2009).

Até a década de 1970 no Brasil, o fluxo migratório mais destacado do país provinha de áreas rurais e era direcionado a grandes centros urbanos. Porém, esse modelo não é mais o mesmo. Grande parte dos migrantes não só vem de áreas urbanas como também se dirige a elas. O autor defende que a migração rural-urbana arrefeceu e quase se iguala, em números, ao processo denominado ‘rurbanização’ (movimento de habitantes da cidade para o campo). Para a região de Balbina, é importante destacar que essa migração ocorreu dentro do próprio âmbito rural, por força da construção da hidrelétrica. Deu-se a redistribuição espacial da população daquele ambiente internamente. A mudança ocorreu em espaço de tempo curto e motivada pela desregulação econômica, social e cultural da sociedade atingida pelo represamento.

A partir da consideração, o capítulo abordou ressignificações individuais e coletivas da vida após a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, enfatizando a procura da população atingida pela barragem por novos modos de existir em meio à realidade modificada. O reviver para si e para o outro foi abordado na perspectiva de relatos orais, tendo como pressuposto a relação teoria e prática. Pretendeu-se fornecer base coerente de interpretação dos impactos que a UHE gerou sobre

moradores do entorno da usina. A descrição de depoimentos visou explicitar situações reais da dinâmica cotidiana operada por conta da reterritorialização.

Casos relacionados a modificações parciais ou totais de crenças e atitudes estabelecidos a partir da desterritorialização foram especificados e implicações em relação à problemática da reterritorialização dos comunitários foram investigadas. Foi intenção neste capítulo identificar emersões referentes a problemas relacionados com a saída obrigatória dos territórios alagados pela represa e interpretar em que medida o reordenamento territorial afetou a existência das pessoas que tradicionalmente viviam e ainda vivem nas áreas afetadas pela grande hidrelétrica.

3.1 Ações cotidianas da reterritorialização

Estudos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas usam a terminologia desterritorialização seguida de seu complemento, a reterritorialização. O conceito remonta à obra dos filósofos Deleuze e Guattari (1997). A contribuição dos autores indica que não existe uma desterritorialização desconectada de uma posterior reterritorialização. Portanto, processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) são ações conjuntas, formadas a partir de complexos atos e não devem ser pensados de forma separada.

Santos (1998), entendendo território como espaço de estabilidade e organização, sugere que a ação de desterritorializar é ação de desordem, de fragmentação para encontrar novos saberes, menos instituídos, adotando uma noção diferenciada, pronta para descobrir novas ideias além das previstas. Ele afirma que a sociedade produz-se ao produzir o seu espaço e o modo de produção da sociedade é o modo de produção do seu espaço. Para ele, a desterritorialização une a dimensão simbólica com a geográfica, compreendendo o vivido junto ao percebido, revelando relações marcadas pelo poder, pela disputa de opiniões.

O processo de destruição, resistência e reconstrução de valores tende a servir de base e sustentáculo para se explicar o fenômeno da desterritorialização, que em si mesmo também é uma

reterritorialização. Haesbaert e Limonad (2007) atentam para o fato e situam que a reterritorialização não é apenas um processo de mudança no pensamento dos atingidos pela desterritorialização, mas também nas atitudes dessas pessoas. O comportamento se modifica e a dinâmica das ações cotidianas passa a ser processada de maneira incerta.

A reconstituição dos desterritorializados enquanto sujeitos, ainda que não dominem a nova paisagem onde estão inseridos, é uma forma de procurar o remodelamento pessoal e coletivo, de reviver para si e para o outro aquilo que antes não se cogitava (ID., *op. cit.*). A complexidade da tarefa dos povos removidos à força de seus territórios e que estão em processo de reterritorialização está exatamente no procedimento de retomada das vidas e do cotidiano dos grupos afetados, que não apenas mantêm inúmeros fragmentos conceituais e empíricos dos espaços onde antes habitavam, mas possuem, com as novas habitações, outras maneiras de significação de mundo a partir dos sentidos e das abstrações do próprio mundo.

[...] Essa Macaca-Bóia foi uma comunidade que ela começou ser criada por uma família, né, só por uma família lá. Era de uma pessoa conhecida por Cocó. Era um cara, um velho que foi o fundador da comunidade e aí passou pro filho e aí o filho seguiu. Eles tem esse ciclo de união baseado mais na base da família, por eles serem a família maior de lá e quem vai chegando no lugar fica (A.S., 61 anos, ribeirinho, comunidade do km 36 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

No depoimento, a procura pelo simbolismo que a terra carrega para as pessoas é constante, ao ponto de uma comunidade inteira ser formada a partir da força de vontade de um pequeno agrupamento de pessoas, constitutivas de um mesmo grupo familiar. No entanto, desterritorializar significa apenas o início de um processo de ressignificação de crenças, atitudes, valores e ideologias para os afetados, a partir de um desencadeamento longo, complexo e muitas vezes infeliz de negação e descontentamento ante a vida.

[...] aqui não era pra gente pagar água, também. Essa água aqui, essa fonte de água aqui, essa área todinha seria da prefeitura e não de terceiros, de empresas que só querem levar. Vão fazer um engarrafamento de água mineral aqui na frente pra essa água que acho que não vai nem vender... é tudo para ir pra fora... é para exportar. Vai gerar ICMS pra cá, tudo bem; vai gerar renda pra cá, tudo bem; mas será que essa renda é uma renda que corresponde à realidade do município? [...] Por isso que eu to vendendo isso aqui, pra ser muito franco. Eu desacostumei, apesar que aqui eu tô em cima de um lençol de água

mineral. Se eu meter um poço aqui, dá na água mineral. Ali na frente, tem água mineral. [...] Aqui não tem carapanã, não tem nada aqui, é um paraíso. Mas aí o que acontece? Dá pra investir com essa política do município desse jeito? Nunca (A.S., 61 anos, ribeirinho, comunidade do km 36 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Nesse estágio ocorre um choque vívido de interesses. Quando o domínio territorial é perdido e aquilo que antes era concreto cede lugar a um sentimento de perda afetiva e desvinculação com a terra a fragmentação se observa, gerando enfraquecimento nas relações intra e intergrupais, além de afetar individualmente os sujeitos desterritorializados (CANDIOTTO, 2004). Mas a resistência ante a situação de desengano e desvinculação com a terra coexiste ao sentido de vinculação com o ambiente. O estágio da reterritorialização decorre da apartação territorial e dá sequência ao primeiro momento, o de choque em relação à nova situação estabelecida, da desterritorialização (SPOSITO, 2004).

Resistir, para as populações desterritorializadas, é um ato socialmente construído que intermedeia processos de negação e aceitação da nova realidade instaurada, em que os atingidos vivenciam recentes mudanças, sem, entretanto, perder as raízes; eles incorporam acepções adjacentes às suas práticas e isso gera modificações estruturantes e funcionais. É preciso compreender, todavia, que não se trata de um processo simétrico, no qual um imediatamente é seguido ao outro (LEFEBVRE, 1991b).

A descontinuidade dos eventos que compõem a reconstrução de saberes e fazeres é observada. Trata-se de uma etapa dentro do processo de desterritorialização, que inicia com a desestruturação de um habitus, passa pela resistência à estruturação de novos habitus e se concretiza pela sublimação em relação à situação fragmentária inicial e a reconstrução de crenças, atitudes, valores e ideologias ora pressionados e parcialmente pulverizados (ID., *op. cit.*).

[...] Nós somos vítimas desse erro deles e quando alagou nós perdemos casa, perdemos poço. Eu tô falando nós todos e a nossa família também, que lá o terreno é da família, agora [...] Quando eu falo atingidos por barragem, eu não falo só do ramal da Morena, não. É toda a extensão do Uatumã. Eu passei a ser uma estudiosa de barragem. Por isso eles me odeiam, eles, que continuam mentindo descaradamente (F.M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2011).

O discurso da desterritorialização, quando imposto, tende a servir a exigências de interesses escusos, os quais, muitas vezes, estão a serviço do capital especulativo. A reterritorialização forçada, por sua vez, é a consequência de ações operadas em grande monta pelo Estado. No depoimento anterior, porém, o que ficou registrado enquanto experiência da reterritorialização foi uma dinâmica de violência e intolerância, debate cuja matriz teórica é investigada por Lefebvre (1986) quando se trabalha na perspectiva do espaço entendido enquanto tríade. As espacialidades, ao serem postas em determinados lugares, aniquilam espacialidades presentes (desterritorialização), mas não as encerram porque os resíduos geram resistência, o que por sua vez acumula novas espacialidades (reterritorialização).

O ato de reterritorialização não pode ser visto como simples e objetiva perda fundamental. Ele é também o ganho de uma nova configuração, um novo ambiente, uma nova vida para se moldar, construir e ressignificar em função das experiências adquiridas (OLIVEIRA, 2000). Reterritorializar é uma reação em função de algo ou alguém.

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

A estabilidade territorial ajuda a fortalecer o processo de reterritorialização dada a facilidade em recompor desenhos fronteiros antes estáveis. Reterritorializar engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação e enraizamento e aquilo que é mobilidade (HAESBAERT e LIMONAD, 2007). Durante a mudança de um modo de vida para outro não se deve admitir que ocorra destruição dos traços históricos observados. Há propriamente uma reinvenção das tradições, uma recriação e mesmo uma reconstrução dos saberes e fazeres, dando novos usos a antigos materiais (HOBSBAWM e RANGER, 1984).

Acontece o processo de recriação continuada com itens ora usados no cotidiano, o que

aproxima as pessoas de sua relação com a história pessoal e coletiva, e essa ação minimiza as dificuldades inerentes à construção social do ambiente ocupado. “A tradição inventada é um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visa inculcar comportamentos via repetição, o que implica, automaticamente, em uma continuidade em relação ao passado” (ID., *op. cit.*, p. 9).

O que eu posso dizer é que as mesmas mentiras, os mesmos absurdos continuam, os mesmos problemas para a população ainda estão no espaço a jusante. Os mesmos problemas para os índios também foram transferidos e dependendo do aspecto algumas coisas mais graves ocorrem [...] é uma empresa que dirige a política indigenista hoje, totalmente a sua maneira (E.S., educador social, 76 anos, morador há mais de 25 anos de Presidente Figueiredo, sede de Presidente Figueiredo, pesquisa de campo, 2009).

Segundo Becker (2010), a reterritorialização afeta diferentes escalas do processo de ocupação no novo ambiente, desde trocas pessoais e cotidianas até complexas relações sociais. No tocante à Amazônia, as incertezas quanto aos modos de transformação dos territórios são muitas dadas extensão e aceleração da dinâmica regional, alavancada por instituições ou pelo Estado, como no caso do Programa Waimiri-Atroari, citado no depoimento. As novas territorialidades têm, assim, que ser reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional.

Se, na reterritorialização, as práticas são reconstruídas por subjetividades individuais e coletivas, fomentando o pertencimento a partir da troca coletiva de ideais e atitudes, é difícil pensar a desterritorialização desconectada de uma posterior reterritorialização (CHELOTTI, 2010). A reterritorialização engloba dimensões materiais e imateriais. As dimensões materiais dizem respeito às questões de infraestrutura, de aportes físicos, das coisas palpáveis do entorno e que geralmente são precárias. No plano da dimensão imaterial, entram em cena aspectos sociais, a questão da afetividade com a terra, estranhamento e isolamento, dentre outros (IANNI, 1995). Sobre aspectos do isolamento originado no processo de reterritorialização, note-se o destaque.

[...] [os Waimiri-Atroari] são o único povo indígena hoje no Brasil separado, que tem sua própria casa, mas não tem a casa do índio, não participa da casa do índio nem nada; separado com sua estrutura própria, mas é muito mais como uma prisão. É como eu digo muitas vezes pro cidadão, ele fica lá daquele mundo dele, o cidadão, pensando que é o homem mais livre do mundo, quando é o maior escravo (E.S., educador social, 76 anos,

morador há mais de 25 anos de Presidente Figueiredo, sede de Presidente Figueiredo, pesquisa de campo, 2009).

Ao se entender que a sociedade engendra suas condições de libertação e autodeterminação (SANTOS, 1998), é importante destacar que a reterritorialização não é apenas um processo de mudança no pensamento dos atingidos pela barragem, sejam indígenas, ribeirinhos ou rurais, mas também nas atitudes dessas pessoas (HAESBAERT, 2004). Assim, a formação de um território dá aos indivíduos que nele habitam a consciência de sua participação, e ainda, a reterritorialização socializa os povos a partir do novo ambiente, o qual passa a ser visto mediante o prisma das tradições de antes, mas com a possibilidade de inserções oriundas de significações adquiridas (ANDRADE, 1995).

Em relação às tradições e à modificação no sentimento de estabilidade, moradores denotaram aquilo que, para os comunitários, vem a ser uma das consequências reais da chegada da hidrelétrica: o aumento na criminalidade. Segundo relato, com a abertura das comportas e a posterior inundação e formação de pequenas ilhas acima da represa, esses locais foram transformados em esconderijos para bandidos, modificando a representação sobre a segurança do entorno.

Ninguém fiscaliza nada e aí o quê que acontece [...] ali é um reduto de traficante, bandido, matador, estuprador, tudo isso existe lá dentro então morar num lugar desse o quê que Balbina trouxe? O quê que a hidrelétrica de Balbina trouxe? Qual foi o benefício que trouxe pro povo? Pra mim não existe benefício nenhum [...] de jeito nenhum (S.A.O., 46 anos, caboclo, vila de Balbina – porção Atroari, campo da pesquisa, 2009).

Os ascendentes índices de criminalidade e a intranquilidade não estavam só relacionados com assaltos, estupros, invasões, roubos etc. A segurança alimentar, envolvendo a qualidade da água consumida pelos comunitários, por exemplo, tornou-se assunto rotineiro durante o processo de reassentamento e reorganização do cotidiano. Água ruim é sinônimo de doenças e paralisação no plantio, na colheita, na pesca etc.

A Amazonas Energia, quando começou a criar problemas, eles foram lá pra fazer os poços e

em algumas casas eles até colocaram a caixinha d'água, pequena mas colocaram e aí só isso. Depois encheu e eles nem fizeram mais poços artesianos, eles fizeram os cacimbós e aí depois a gente põe aquela bomba, sabe. Mas, eles mesmo, preocupados se você ia comer? Se ia morrer? Isso não! Eles passavam pra vistoriar porque eles sabiam dos estragos e não era prevista essa inundação, não foi prevista... pra eles isso tudo ia abrir sem inundação (T.B.A, 43 anos, cabocla, moradora da primeira ilha da porção leste a montante da UHE, campo da pesquisa, 2009).

Outra problemática a fomentar o descontentamento dos atingidos pela barragem se relacionou ao volume de dinheiro destinado à realocação das pessoas, por parte da Amazonas Energia. A necessidade de compensação financeira para a reterritorialização não foi atendida pela estatal. Posições individuais e grupais que criticavam a falta desse tipo de mitigação não foram atendidas. A situação se mostra presente na emergência da temática da indenização financeira cogitada pelos atingidos.

Esse aí uma vez falou numa reunião lá [...] o Jorge Cláudio, que nós tínhamos recebido indenização e o pessoal “ei, calma lá!”, o pessoal nessa hora, quando fala em dinheiro, o povo reage logo. O nosso povo aqui não gosta de lutar, quer tudo na boca. Mas quando fala de dinheiro, eles reagem, aí eles reagem no sentido de “ei, calma lá! a gente nunca recebemos dinheiro nenhum aqui!”. Só um recebeu, o seu Mão-Branca. E tipo ele tinha direito a dez milhões e recebeu setenta reais, sabe, como se fosse essa exorbitância de diferença (F.M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2011).

A reterritorialização se caracteriza como fenômeno de origem psicológica e formado por dimensões sociais e políticas relacionadas às ações do Estado. Por isso, recompor o cotidiano, reformar a prática social diária e rearranjar os métodos de trabalho são tarefas difíceis de empreender quando mecanismos de suporte governamental não existem ou são altamente falhos, como ocorreu em Balbina, onde a governança no decurso da reterritorialização concorreu para a negação de valores antes compartilhados e o fracionamento de práticas sociais e sentimentos de pertença. Saúde e educação, bem como atividades econômicas e políticas voltadas para propósitos coletivos, tenderam a ficar debilitadas com cooperação interpessoal dificultada a partir da precarização das condições de vida.

Os equívocos no processo de reterritorialização no entorno da usina modificaram aquilo que Bauman (2003) denomina de segurança comunitária, que é a propensão das pessoas de uma mesma

sociedade para: i) privilegiar interesses de grupo em detrimento a individuais; ii) programar o trabalho conjunto objetivando o alcance das metas comuns da comunidade; iii) se organizar e se associar tendo como pressuposto o fortalecimento da cadeia de produção; e iv) compartilhar valores, normas e gestão das organizações comunitárias.

Sem a devida indenização e fora de seus ambientes conhecidos de plantio e pesca, a busca por trabalho levou muitos atingidos por barragem a saírem de seus locais de origem e se aventurem à procura de melhores perspectivas para suas vidas e de suas famílias. Uma população que se mantinha, em sua maioria, da economia de subsistência, na informalidade, passou a conviver com a insegurança da não inserção no mercado de trabalho após verem suas atividades laborais descaracterizadas e não conseguirem se organizar para o enfrentamento da situação.

Com poucas chances de realizar atividades artesanais em decorrência do afastamento territorial e da reinserção não planejada, a falta de qualificação técnica tendeu a dificultar o posicionamento dentro do ambiente. E apesar do conhecimento profundo sobre a natureza e de manterem um vínculo estreito com o rio, restou à maioria deles subempregos em áreas de serviços (por empreitada), nos quais a remuneração é baixa e as condições de jornada são em geral degradantes.

Algumas razões para o baixo índice de empregabilidade dos atingidos pela hidrelétrica de Balbina decorrem justamente da impossibilidade financeira das pessoas realizarem cursos técnicos para se adequarem à nova realidade do mercado de trabalho, o que mais uma vez remonta a questão à falta de indenizações e da desorganização para a resistência.

[...] Já tinha as famílias aqui e eles dizem que tinham indenizado as pessoas, mas as pessoas antigas se queixam de que não houve indenização. Até então eu nunca vi eles [Amazonas Energia] apresentarem documento nenhum, tanto as famílias antigas quanto a empresa, porque essa é a desculpa da empresa, quando tem algum movimento, uma audiência, sempre a gente tá nessas coisas por aí e eles alegam que indenizaram algumas pessoas. (T.B.A., 43 anos, cabocla, moradora da primeira ilha da porção leste a montante da UHE, campo da pesquisa, 2009)

Sem dinheiro para se qualificar de forma específica e buscar inserção no novo e exógeno

mercado de trabalho que se apresentou aos atingidos a montante e a jusante da represa, a produção agrícola, de base familiar, mas com vistas ao excedente para a comercialização, voltou a ser necessária e fundamental para a sobrevivência. Aquilo antes realizado, as pequenas hortas, a plantação caseira e a pesca artesanal, seriam a contenção dos anseios de sobrevivência. Todavia, após a identificação de uma possível saída para a crise de recursos financeiros, a acessibilidade tornou-se o mais recente entrave às comunidades produtoras.

Tanto acima quando abaixo da represa, as áreas possuem poucas rotas de acesso, o que dificultava e muito, como ainda hoje se dá, a chegada de benefícios ligados aos setores de educação, saúde e trabalho. As populações reconheceram esse obstáculo de proporções nada insignificantes — e quem já experimentou as distâncias a serem percorridas em áreas da região Amazônica sabe bem como é a locomoção no bioma — e tentaram minimizar a contenda, mas poucos auxílios ininterruptos advêm da estatal responsável pela manutenção da UHE Balbina.

Fizemos uma reunião e nessa reunião, que eu considero a única que a gente teve algum ganho, eles [Amazonas Energia] ficaram meio receosos, porque alugaram duas lanchas lá no Rio Negro e queriam colocar gente sem nenhuma experiência [para guiá-las no Uatumã] e aí nós brigamos: não a gente tem que andar com os nossos, além de estar dando emprego, dando renda. Porque eles nem pegaram os nossos do Ramal, pegaram os lá da Vila, que praticamente só vivem do defeso, alguns são funcionários da Amazonas Energia ou da prefeitura e aí eles deram [as lanchas para eles guiarem] (F.M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2011).

Na área do entorno da usina, a desterritorialização, por si mesma, compreendeu insalubres mecanismos separatistas das raízes sociais e simbólicas da população. A acessibilidade dificultada, explicitada nas palavras da participante da pesquisa, foi uma das consequências. A resignificação, a partir do reposicionamento dos povoados no entorno da UHE Balbina, devido alagações de áreas vizinhas à usina, veio corroborar para a criação de vínculos interpessoais em substituição aos perdidos ou esquecidos, transformando simbologias e atualizando laços emocionais das pessoas com as coisas e os seres do mundo em volta.

Para a participante que teve seu depoimento capturado e destacou indignação quanto à falta de transporte adequado aos moradores tradicionais de Balbina, intrinsecamente uma alternativa foi

indicada: a contratação de um morador ou moradora do ramal da Morena para guiar o barco de transporte de passageiros, prestando assistência às pessoas, auxiliando na locomoção, tentando ampliar o direito de ir e vir. A posição da empresa, no caso descrito, foi ponderada mediante as contingências da população, mas em outras situações de calamidade, como a ocorrida com a grande cheia de 2009, exemplos de desrespeito foram bastante incisivos por parte da estatal.

A Amazonas Energia chegou a ser suspeita de assédio moral aos moradores do Ramal da Morena que ameaçavam denunciar a empresa por conta da falta de informações sobre o nível do reservatório, por falta de dados nos quais eles pudessem confiar e ainda por causa da irresponsabilidade da estatal na mitigação de efeitos da cheia.

Naquele ano de 2009 o governo [via Amazonas Energia] fez com que a população assinasse um termo de compromisso em que nós não teríamos nenhum apoio caso perdêssemos a plantação ou a casa. Eles [os diretores da estatal] não teriam nenhuma responsabilidade com as perdas. Tivemos de assinar, né! (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do MAB/AM, pesquisa de campo, 2009)

Ações feitas pela população no intuito de forçar a realização de melhorias no entorno da UHE também aconteceram por meio de organizações sociais para a prática de manifestações violentas em campo. Quando não tinham seus direitos garantidos, algumas vezes integrantes do MAB realizavam mobilizações para chamar a atenção de autoridades ou mesmo para ganhar notoriedade junto ao Estado.

Houve oportunidades em que se observou a recorrência a métodos que geraram polêmica e em ocasiões mídia e autoridades do setor energético tenderam a classificar rurais, ribeirinhos e indígenas de baderneiros. Mas atitudes extremas são necessárias em situações com características iguais.

Depois do ramal o nosso problema maior é a legalização fundiária, é a questão da terra. A gente vive numa área tipo assim de risco e a gente tem prioridades e direitos que nos assiste entendeu. A hidrelétrica, pelo que eu vejo, existe má vontade da parte dela, porque o Incra, a gente já teve uma conversa com o Incra, e o Incra disse que depende dela (da usina — Eletrobras). A hora que liberar a terra ele (o Incra) é o primeiro a entrar aqui e fazer o cadastro. [...] Mas agora, por esses dias, eu estava tendo uma conversa com um grupo de amigos e falando pra a gente fazer uma mobilização, tipo quebrar uma ponte, colocar umas faixas, entendeu? Porque tá em ano eleitoral e eles não vão querer nenhuma confusão, eles

querem tá de bem com o eleitor porque eles precisam do voto. Mas aqui se a gente não tiver organizado, um grupo organizado, a gente vai preso, porque a gente é um grupo forte, de 30, 40 pessoas (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do MAB/AM, pesquisa de campo, 2009).

A dimensão socioafetiva do depoimento é justificada e emergiu pela necessidade da permanência no lugar de origem, como já foi comentado. Essa necessidade, modificada a partir da instalação da represa, traduz-se em desejo de reassentamento dos valores ligados ao ambiente, de reorganização dos afazeres. Existe uma postura firme por parte desses moradores em relação à legalização da terra onde vivem, do local onde nasceram e foram criados, do território que garantiu e garante o sustento de cada morador da comunidade. Todavia, quando o diálogo cessa ou não chega a ser firmado, atitudes mais enérgicas acabam sendo tomadas, ocasionando prejuízos aos envolvidos.

Uma das causas de ações de protestos desse tipo foi o fato de que, durante a reterritorialização, todos os lotes com mais de 100 hectares estabelecidos na área a ser afetada pelo lago a montante sofreram interferência do enchimento do reservatório (UHE BALBINA - MEMÓRIA TÉCNICA, 1997, pp 160-162) e não houve qualquer indenização para seus proprietários, cujo loteamento primordial foi feito em 1970, sendo que cada naco de área distribuída media 30 km².

O valor das terras para a negociação com a Amazonas Energia foi fixado em Cr\$ 100,00/ha, primeiramente, e acabou sendo modificado para Cr\$ 124,00/ha, o que na atualidade não passa dos R\$ 14,00/ha ou algo em torno de US\$ 7,00/ha se considerarmos a estabilidade da moeda em relação ao dólar e ao euro, bem como os custos dos encargos, das taxas e dos impostos brasileiros, os mais altos do mundo²⁴.

Já tinha as famílias aqui, eles dizem que tinham indenizado as pessoas, mais as pessoas antigas se queixam de que não houve indenização, até então eu nunca vi eles se apresentarem com documento nenhum, tanto as famílias antigas quanto a empresa, porque essa é a desculpa da empresa, quando tem algum movimento, uma audiência, sempre a

²⁴ Acesso para conversão da moeda, de Cr\$ para R\$ ou US\$, pode ser feito por meio do endereço eletrônico www.geocities.com/portaldefinancas/index.html. Acessos em 13/02/2012.

gente tá nessas coisas por aí e eles alegam: 'não essa parte a gente indenizou'. (S. R, 54 anos, ribeirinho, comunidade do km 37 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009)

Receber pagamento pelos lotes que seriam alagados foi um problema aos atingidos pela grande central hidrelétrica. Ter o documento definitivo para apresentar à direção da UHE comprovando a titulação era quase impossível, porque em parte os moradores locais estavam assentados sobre terras de espólio de empresários do sudeste do Brasil na década de 1970 e tituladas sem demarcação física, ignorando margens de rios e sem a certidão negativa da presença indígena na área, documento necessário para empreendimentos na Amazônia (NETO, 2011).

O pedido de certidão dessas terras já fora rejeitado pela Funai porque as áreas, na década de 1980, faziam parte da TI Waimiri-Atroari. Portanto, a rigor, eram títulos frios e nulos. Mas havia, no imbróglio, a questão do uso de fato da terra ou usucapião, porque parte das áreas estava submersa desde 1989 pelo lago de Balbina. Apesar disso, nos últimos anos 27 possuidores de titulações dessas terras inundadas ainda requeriam da União indenização. O Ministério Público Federal (MPF), em relatório de 95 páginas, questionou a concessão da indenização, afirmando a nulidade e ilegalidade dos títulos concedidos pelo Estado do Amazonas por “fraude no processo de outorga de títulos e busca de enriquecimento ilícito em prejuízo ao erário” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, relatório de 28-2-07).

Só no município de Presidente Figueiredo, entre áreas da sede e regiões à montante da usina, mais de 2 mil famílias foram impedidas de terem título de propriedade de suas posses por estarem sobre terras que correspondem aos chamados “títulos paulistas”, um esquema de titulação de terras que se iniciou na década de 1970, durante a construção da BR-174. Nesse período, um grupo do Estado de São Paulo, liderado pelos irmãos Fernando e Sérgio Vergueiro, promoveu, juntamente com o governador do Amazonas, Danilo de Matos Areosa, ocupação de terras pertencentes ao território Waimiri-Atroari (NETO, *op. cit.*).

O esquema beneficiou famílias consideradas tradicionais na política de São Paulo com propriedades com mais de 12 mil hectares, como Lot Papa (com 15.000 ha), Paes de Almeida (com

24.000 ha), Telles (12.000 ha), Vergueiro (12.000 ha) e Costa Lima (30.000 ha), além de famílias como a Piva, que recebeu também mais de 30.000 hectares em lotes espalhados pelo território tradicional Waimiri-Atroari. Alguns dos lotes foram alvos de exploração madeireira e agropecuária, mas grande parte encontra-se ocupada por posseiros e capangas que conseguiram se apossar de forma truculenta e reocuparam a área a partir da década de 1980 (FLÔRES, 1971; SANTOS, 1971, 1971b; MELLO, 1971; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002; COSTA, 2007; SCHWADE, 2009; SCHWADE, 2012; ITEAM, 2012).

A maioria destes títulos questionáveis de terras estaria hoje em mãos da empresa Precious Woods (Mil Madeiras). São 560 títulos de 3.000 hectares cada, que foram adquiridos da União antes da década de 1970 a toque de caixa, por oportunistas do sudeste brasileiro disfarçados de empresários, no intuito de especular a terra e vendê-la no futuro. Se legalizados, os títulos fariam desta multinacional do ramo de madeiras uma das maiores, se não a maior, proprietária de áreas para o beneficiamento madeireiro desordenado do Brasil.

No que se refere à medição dos terrenos, à disponibilidade de titulação legal da área para apresentar à estatal, à mensuração da biodiversidade e ainda no ante a quantidade de madeira disponível nos lotes e a quantificação do volume de perdas com a plantação, a situação se apresentou desfavorável às comunidades de uma maneira geral. O registro dos lotes era errático, falho, e apenas parte dos terrenos foi catalogada, a montante da usina, o que representou ameaça à soberania dos comunitários, os quais em pouco tempo se viram desnorreados pela falta de assistência e com o sistema falho de indenizações da Amazonas Energia.

Depois do ramal [da Morena] o nosso problema maior é a legalização fundiária. Aqui é a questão da terra. A gente vive numa área, tipo assim, de risco e a gente tem prioridades e direitos que nos assiste entendeu. Da hidrelétrica, pelo que eu, vejo existe má vontade da parte dela, porque o Inca [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] a gente já teve uma conversa e o Inca disse que depende dela. A hora que liberar a terra ele o primeiro a entrar aqui e fazer o cadastro. Já tem uma conversa com o pessoal da Amazonas Energia, do setor jurídico de Manaus, e que de boca os caras já tinham falado que eles iam liberar a terra pro Inca legalizar. Só que a gente tá sempre cutucando, né? Temos de marcar uma audiência, lá, pegar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um representante do povo, um vereador, alguém que possa dar suporte pra gente, pra gente, tipo, dar uma cutucadinha lá. (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do

MAB/AM, pesquisa de campo, 2009)

A figura 18 referenda em boa parte a distribuição inconsistente de lotes a montante do represamento e apenas do lado frontal em relação ao ramal da Morena, à vila de Balbina e à TI Waimiri-Atroari.

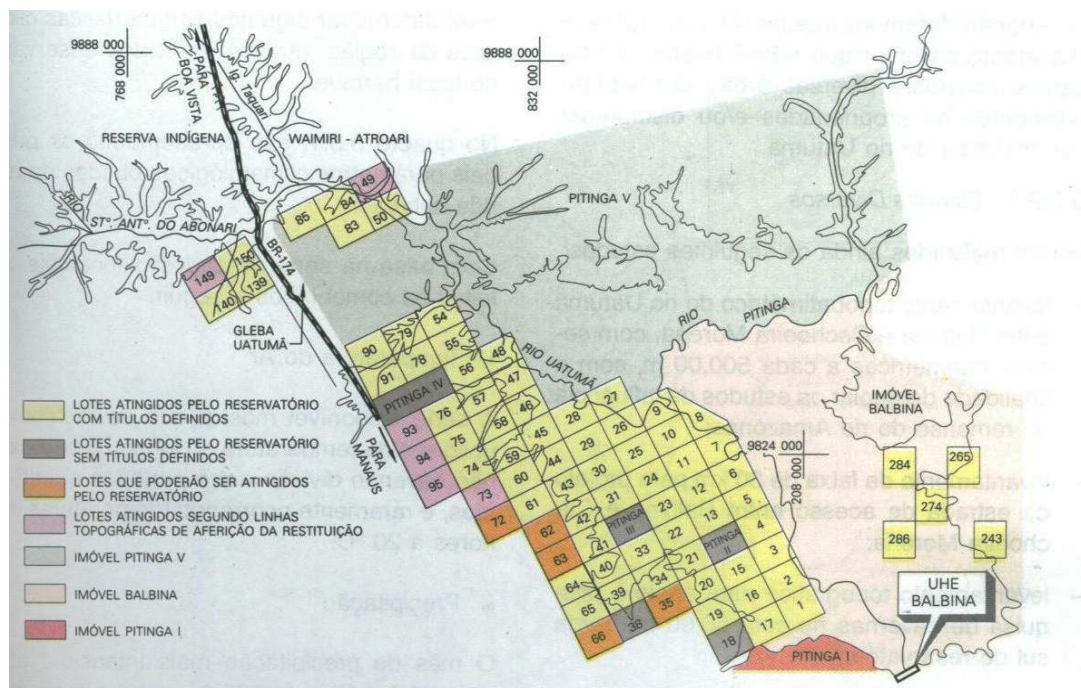


Figura 18 – Numerados, estão alguns dos lotes adquiridos de modo compulsório da população que residia acima da represa. **Fonte** - UHE Balbina - Memória Técnica (1997).

Para verificar o número real de lotes inundados a montante e propor retorno financeiro para quem teve a área alagada, foi necessário que a estatal recorresse ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), órgão contatado para o levantamento de glebas de 100 até 3.000 hectares na região de Balbina.

A área próxima à mina do Pitinga também foi explorada para a verificação de possíveis indenizações. Entretanto, acima da represa, a situação quase não foi alterada e não houve retorno de dinheiro para os antigos donos dos imóveis, visto a pouca alteração do pulso de inundação do rio Uatumã, impossibilitando a mensuração das terras.

A inundação acabou sendo pouco modificada durante todo o ano (entre seca e cheia), o que significa que quando os lotes reaparecem, mesmo que apenas em parte durante o mínimo de 45 e o máximo de 90 dias a cada 12 meses, há sinais de revolta por parte dos antigos moradores, os quais ameaçam a Amazonas Energia para tentar reaver as terras perdidas. Em alguns casos, a repetição dos protestos tem como meta afastar engenheiros e gerentes da hidrelétrica que não buscam resolver pendências de forma civilizada com moradores do entorno da UHE, não havendo registro oficial de acesso público da Eletrobras de que ao menos uma devolução tenha sido efetivada.

Antes era o Roland [Roland Céspedes Arteaga, gerente do departamento de Geração Hidráulica para a UHE Balbina], mas graças a Deus foi embora. Nós fizemos um movimento na surdina e sei que foi embora. Agora veio esse Milton [Milton Menezes, gerente da UHE Balbina], ele é assim: é desses cabocão, que não compreende, não sabe conviver com as situações, então ele vem querer agredir a gente. Ele agrediu a mim no meio de todos os atingidos (F.M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2011).

Antes do fechamento das comportas, os serviços cadastrais a jusante foram realizados em dois trechos, com objetivo de fornecer elementos para a caracterização das ocupações existentes à época. O serviço ocorreu: i) nas áreas onde hoje ficam a vila de Balbina e o ramal da Morena e ii) na área que vai da confluência do rio Abacate com o Uatumã. No primeiro trecho, 55 ocupações foram cadastradas. Em todas, os ocupantes estavam envolvidos com cultivo e plantio para a subsistência. Na segunda etapa, 41 ocupações foram cadastradas e da mesma maneira cultivo e plantio eram a base da alimentação doméstica, servindo para abastecer as famílias da região.

O cadastro foi feito para que o Plano de Contingência para Alagações da UHE fosse executado, como vem ocorrendo nos últimos dez anos. Na atividade, todas as comunidades do ramal da Morena, área habitada a jusante, foram informadas da ação de abertura acentuada das comportas — procedimento que acontece quando o nível do lago chega à cota de 50,50m, representando risco para as populações situadas abaixo do represamento do rio.

As comunidades que vivem no local receberam, com antecedência, o comunicado de alerta sobre a data exata da liberação dos vertedouros de água. O objetivo seria chamar atenção dos

comunitários daquele extenso trecho alagadiço de 38 quilômetros para minimizar transtornos morais, físicos e materiais. Mas o aviso não é tão gratuito e responsável quanto parece à primeira vista. Caso ocorra a inundação do ramal da Morena, os moradores recebem somente auxílio de transporte (embarcações) para se deslocarem até as áreas de terra firme onde utilizarão as linhas de ônibus.

De acordo com um dos líderes da comunidade Céu e Mar, situada na área de influência da inundação, alagar o ramal não é novidade alguma, já que o cotidiano dos moradores é, há muito, afetado pela usina e transtornado por falhas na comunicação entre UHE e população. “Como temos experiência nessa situação vamos utilizar nossos meios, como as rabetas (pequenas canoas motorizadas) para continuar nossas atividades”, diz o agricultor A.C.N., 39 anos, caboclo. Em Céu e Mar vivem 54 famílias e a principal atividade é o cultivo de cupuaçu e a agricultura familiar.

A realidade da Céu e Mar pouco difere das demais localidades situadas abaixo do reservatório, inclusive o PDS Morena, área doada pelo governo federal para a implantação de uma ação pioneira no Brasil, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável para regiões sob influência de barragem. O PDS não vingou nos moldes em que foi planejado, quando se visava fortalecer e vincular a produção das populações a uma região de reserva florestal, mas inúmeros moradores continuam na peleja por melhores condições de trabalho e renda.

O trabalho no local depende de iniciativas particulares e consorciadas, nas quais o produtor não deixa de eliminar diferentes riscos de perder boa parte da colheita, e os serviços prestados de consultoria técnica pelo Estado são precários, concorrendo para elevar a probabilidade de ver a plantação perdida seja por desastres naturais, falta de conhecimento, negligência da Amazonas Energia ou más condições de escoamento da safra.

Então vamos se dizer assim, cadê o social? A gente não tem um projeto voltado pra área rural e eu falo a nível de todas as comunidades, de geração de renda [...], então a gente precisa de uma coisa que gere renda, que dê emprego e que faça as coisas acontecerem aqui e também na área do social, na parte de esportes, na juventude. Essas coisas todas a gente sempre reivindica, mas na verdade o interesse maior teria que vir dele [do governo federal]

(P.C.S., 31 anos, ribeirinho, comunidade do km 18 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

No contexto do armazenamento da produção, em que o abastecimento energético é fundamental para preservar a qualidade dos alimentos, moradores do entorno da usina, os quais tiveram de modificar suas práticas de cultivo, enfrentaram problemas não apenas no passado. Atualmente, por conta da cobrança de valores abusivos na tarifa de energia elétrica, determinada pela Empresa Eletrobras/Amazonas Energia, uma disputa judicial foi travada. O caso foi denunciado dia 27 de janeiro de 2012 por um grupo de representantes comunitários da vila de Balbina.

De acordo com o denunciante do problema, o presidente da Associação de Pais Mestres e Comunitários da vila de Balbina, mensalmente as cobranças na conta de luz da região estavam variando em torno dos R\$ 45,00 por contador. Segundo ele, há décadas os habitantes do lugar não pagavam pelo serviço, por se tratar de uma vila hidrelétrica, onde todas as residências pertencem à concessionária Amazonas Energia. Conforme o líder comunitário, sem ter condições financeiras os moradores deixaram de pagar as faturas, o que provocou o corte em massa do fornecimento da eletricidade no local, deixando centenas de pessoas por semanas no escuro, entre elas crianças, idosos, pessoas doentes e com necessidades especiais.

Chamado em março de 2012 mediante a Comissão de Gestão e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (CGESP/ALEAM) para explicar os apagões em Manaus, na vila de Balbina e comunidades do entorno da UHE, como o ramal da Morena, o diretor de operações da Amazonas Energia, Tarciso Estefano Rosa, foi lacônico em explicar que investimentos de R\$ 1 bilhão em 2012 e R\$ 1,3 bilhão em 2013 seriam realizados para evitar novos cortes no fornecimento e uma forma de ressarcimento à população estava sendo avaliada. O diretor-presidente da Amazonas Energia, Marcos Aurélio Madureira, confirmou que a estatal faturou pela média grande parte de suas unidades consumidoras no início de 2012, devido a problemas com a empresa terceirizada responsável pela aferição dos contadores.

Em muitos casos essa média é calculada para cima, deixando consumidores insatisfeitos com contas de valores altos e sem relação alguma com seu consumo mensal. Durante visita a Brasília em fins de março de 2012, o diretor-presidente da Aneel, Nelson Hubner, reconheceu que a Amazonas Energia cometeu irregularidades. No mesmo mês, o Procon-AM, à pedido da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (CDC-Aleam) e quase 120 dias depois de Manaus, Presidente Figueiredo e Iranduba terem sofrido um “apagão” em cadeia, conquistou sua primeira vitória contra a Amazonas Energia. Foi lavrado em 7 de março de 2012 auto de infração que multava a concessionária em R\$ 3 milhões.

A população aqui da Morena [Ramal da Morena, área a jusante da represa] comeu comida estragada em algumas ocasiões porque a luz ficava indo embora e não teve como guardar a comida. São cerca de 5 mil pessoas em todo o ramal e ele está todo quebrado [...] Depois de alguns protestos, em 27 de outubro desse ano o presidente Lula reconheceu a legitimidade do nosso movimento [Movimento dos Atingidos por Barragem] (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do MAB/AM, pesquisa de campo, 2009).

Além da cobrança considerada abusiva na tarifa de energia elétrica, os líderes comunitários solicitaram na ação que a Eletrobras/Amazonas Energia cumprisse promessas feitas na época da implementação da barragem, garantindo fornecimento elétrico de qualidade e sem interrupções bruscas e longas. As reivindicações foram: i) a construção de uma vila para os pescadores; ii) a reativação do setor de responsabilidade social na comunidade e iii) a viabilização de soluções para a alta taxa de desemprego que atinge a localidade.

Há 3.500 habitantes da vila, sendo cerca de 1.000 em idade economicamente ativa²⁵, mas apenas 450 são empregados. Os demais vivem com aposentadoria ou com o que ganham do Programa Bolsa Família, do governo federal.

A energia, essa energia aqui, eu tô esperando virem ligar pra mim essa luz. Eu tô dependendo até do “Luz Para Todos”. Eu fui lá pra fazer a ligação de luz, mas o município tem uma situação tão cômoda, né? Eu fui pedir minha ligação de luz e eles dizem: “lá ainda

²⁵ A população economicamente ativa, ou simplesmente população ativa, compreende pessoas com 10 anos ou mais de idade, que constituem grupo de consumo no país, e abrange adultos empregados e empregadores, trabalhadores autônomos e trabalhadores temporariamente desempregados etc. Em 2010, a população ativa do Brasil era de 130,4 milhões de pessoas aproximadamente, segundo o IBGE.

é área rural, tem que esperar o ‘Luz Para Todos’ passar”, mas como eu tenho um bom relacionamento com meu vizinho aí ele disse: “oh, você não vai ficar sem luz, não. Até tu ligar, eu vou mandar ligar pra ti um bico de luz” (J.T.C., 31 anos, ribeirão, comunidade do km 2 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2010).

A cobrança da taxa mensal de energia começou a ser feita a partir do momento em que o Programa Luz Para Todos, voltado para a instalação de rede elétrica em zonas rurais e ribeirinhas pelo interior do Brasil em geral, começou a ser executado na região. A partir dele, já que o governo federal começava a cobrar pela alimentação energética, a estatal trabalhou a mesma metodologia de custos e decidiu pela taxa flutuante no abastecimento energético das populações do entorno da usina. Com o custo mais caro da energia, a situação de produção dos comunitários mudou para pior, porque se tratava de um gasto a mais no volume já existente.

O povo vai trazer [a energia] de Tucuruí, vai trazer de lá. Ou vai trazer de Tucuruí ou vai continuar com geradores, o que é um absurdo e tu já sabe o tanto de corrupção que já gerou aqui [o desvio de diesel]. Talvez até com o gás melhore um pouco. Olhe só, nós temos 25% [de produção energética oriunda de Balbina] e ficam mentindo. É governador, é esses deputados, até a presidenta tá mentindo quando diz que vai botar luz para todo mundo (S. R., 54 anos, ribeirão, comunidade do km 37 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Prejuízos relacionados ao problema energético dos que moram no entorno da represa foram descritos de maneira objetiva nas narrativas coletadas. Os depoimentos não se resumiram somente às opiniões factuais dos comunitários, daqueles que se organizaram para fundar o MAB, que denotaram de modo claro suas experiências. Eles também se estenderam à realidade subjetiva do cotidiano e às relações de poder como um todo dentro da estrutura do Estado, uma estrutura que privilegia corporações a pessoas.

Não conheço isso, mas o desvio de recursos certamente ocorre por conta dessas obras mal acabadas e esses adicionais ocorrem em quase todas as obras dessas empresas que a gente conhece que são de empreiteiros ligados à Prefeitura de Presidente Figueiredo. As empresas mais conhecidas são a Delta e outras empresas mais que ganham a maioria das concorrências aqui (J.B.O., 40 anos, caboclo, vila de Balbina, pesquisa de campo 2009).

Um drama tipicamente desenvolvimentista é aquele assinalado por processos ilegais, geradores de uma criação destrutiva, em que o Estado, a partir de sua estrutura burocrata, funciona como agente de antagonismos e controvérsias. O contexto de desigualdade entre os que protagonizam o problema e os afetados pela usina sofreu interferência do governo e indivíduos que ocupavam diferentes posições na escala social manifestaram essa desigualdade dentro do próprio sistema social onde estavam inseridos. Eles passaram a reproduzir as iniquidades junto a seus pares e sua família, contrariando práticas sociais estabelecidas e forçando assimetrias relacionadas ao grupo de convivência.

Foi notória a representação dos danos sociais que tiveram com a reterritorialização gerada após o estabelecimento da UHE. Uma das perdas mais lamentáveis, na visão deles, foi não poder caçar, pescar e plantar como antes se fazia: a necessidade de adaptação reestruturou sentimentos de pertença ante a natureza. O modo de vida tradicional teve de ser reinventado a partir da construção da usina e da complexificação do cotidiano. O problema se deu por causa da observância de lugares diretamente afetados pela abertura das comportas da hidrelétrica.

Quem vem pra área rural, ele vem com uma finalidade, de sair da cidade, ter mais sossego, uma vida mais pacata, fugir da violência. Aqui é um lugar pra produzir, pra plantar, pra ter mais sossego. Mas muitas vezes a pessoa que vem da cidade ela não se dá muito com o trabalho rural. Então, é uma coisa que ela vai se adaptando. No início, é muito doloroso, difícil. Essa coisa de adaptação. É por isso que eu tava te falando de um incentivo, um projeto de geração de renda. Essas famílias acabam voltando ou então sofrendo, tipo assim, praticamente vivendo num nível muito baixo, entendeu? (S. R., 54 anos, ribeirinho, comunidade do km 37 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Quando eles abrem as comportas chega a alagar lá em casa. Alaga. Pra você ter uma base: o rio tá baixo hoje, ele tá abaixo dois metros do barranco, mas ele subiu ao nível do barranco e mais ou menos um metro pra cima. Chegou a entrar na minha casa. Lá é assim. A água subiu uns três metros e a escola, lá embaixo, não se via a escola [...] os barqueiros levavam as crianças para aquela escola lá em cima. O diretor da escola pede pra fazer uma reunião com os pais e é a maior dificuldade. Vai dois, três, no máximo quatro pessoas. Um não tem gasolina, outra diz que é longe e outra porque tem problemas de se locomover (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do MAB/AM, pesquisa de campo, 2009)

O sentimento negativo da perda de casas e plantios é aditivado pela perda do ambiente antes abundante e do recurso hídrico, doutra época rico e limpo, o que gera resultados negativos para a educação de crianças e adolescentes residentes em áreas de alagação. A água, componente social de

agregação, passou a ser entendida como motor energético, o que foi em parte positivo, mas com a redução de espécies de peixes e com as impossibilidades de acesso o pesado viés negativo se confrontou com o cotidiano das pessoas. O sustento das comunidades passou a ser mais escasso e difícil de ser obtido.

A mudança social causada pela necessidade de reestruturação das formas de produção dos pequenos e médios produtores amazônidas residentes em áreas adjacentes à UHE Balbina culminou no surgimento de uma posição dicotômica das populações com o seu trabalho. A discrepância entre o antigo posicionamento, construído sob a égide da subsistência familiar ou grupal, e o novo estado de representações e necessidades, imposto por uma precisão da sociedade de consumo, tendeu a obrigar médios e pequenos investidores em produção das comunidades rurais e ribeirinhas a se questionarem acerca do seu potencial produtivo.

As narrativas dos comunitários foram apontadas como resultado da reterritorialização no ambiente, a qual implicou no reagrupamento de interesses diferentes e objetivos díspares, que não necessariamente estavam sendo negados, mas colidiam devido a multiplicidade. Os afetados, em processo de reorganização, precisavam de aliados que os ajudassem a se orientar, a fazer-se enquanto seres humanos, porém, esse auxílio foi uma fonte de tensão que ameaçou a continuidade e manutenção dos vínculos interpessoais.

Para os atingidos pela barragem a ideia de que o cidadão era visto como superior, afortunado, morador do barulho, amante do movimento, dos prazeres e do ócio em meio a ambientes tecnológicos confrontava com a noção, então surgida após a construção da represa e do convívio com pessoas de todo o país, de que a vida fora da urbe era uma existência de solidão, de gente pobre, desatualizada, bronca, gente da roça. A confusão que os sentimentos geraram, no momento da reterritorialização, pode ter sido responsável pelo baixo grau de altivez que por tempos assolou os atingidos pela UHE Balbina.

Se de um lado os desterritorializados receberam a influência de ideais da metrópole, através

da dominação político-administrativa que a estatal energética brasileira exercia sobre a população, de outro o processo de reocupação do território, diferenciado no tempo e espaço para cada pessoa que saiu de sua antiga casa, os pressionou a não deixar por completo as raízes, as quais expeliam a necessidade de rechaçar em parte aquilo que lhes foi oferecido no âmbito da reterritorialização, pois nem tudo devia se dobrar a um progresso único para todas as populações.

Eles [Amazonas Energia] ofereceram uma casa para mim lá na vila, mas pra mim não interessava a casa porque ficava longe da produção e das plantas que eu tinha. Acabei conseguindo um lugar pra trabalho no posto de saúde. Era só para atender uns casos de malária, disenteria, por contaminação da água, então eu fiquei trabalhando lá. Não havia totalmente gravidade, na época, não eram tantos casos de malária, eram aqueles de sempre (S. M., 68 anos, caboclo, vila de Balbina, *pesquisa de campo*, 2011).

A mudança social causada pela reestruturação dos meios de produção dos pequenos trabalhadores agroflorestais e pescadores do entorno da usina culminou no surgimento de uma relação de aversão das populações com sua atividade laboral. A discrepância entre o antigo posicionamento, construído de modo social e histórico sob a prática da subsistência familiar ou grupal, e o novo estado de representações e necessidades, imposto por precisão da realidade estruturada, tendeu a obrigar a pequenos produtores de comunidades adjacentes a se questionarem acerca do seu potencial produtivo. Perguntas como “quais seriam os produtos que agora deveria ser cultivados/pescados?”, “como a relação com o Estado poderia ajudar a fomentar a produção/pesca?” e “o que fazer para sustentar a produtividade?” se tornaram constantes e assimiladas como ponto pacífico da polêmica para a continuidade da produtividade.

A segurança alimentar não foi compreendida como prioritária dos pontos de vista fisiológico, nutricional e nem enquanto ação política, ética e humanística de afirmação da existência. O desenvolvimento histórico da produção de víveres dos atingidos pela barragem de Balbina enfrentou um reordenamento social, dado não somente de maneira física, mas também nos conteúdos particulares e coletivos dos comunitários afetados. O processo de reterritorialização deixou de ser compreendido no contexto do abastecimento e das provisões.

Não houve atenção ao domínio ocupacional e à apropriação que incorporava dimensões simbólicas e afetivas. Com a indecisão para a escolha de itens a produzir, a quase impossibilidade de extração nas proximidades da represa e as incertezas referentes à articulação de saberes sobre a alimentação do lugar, a população viu cair o volume de elementos simbólicos que regiam, historicamente, regras dietéticas gerais e constituíam indicadores sociais dos próprios atingidos pela barragem.

A comida, nesse aspecto, passou a ser um marco de diferenciação (ROMANELLI, 2006).

O PDS Morena é o primeiro que se isola [em épocas de cheia do reservatório] porque do Ramal da Morena pra lá dá uns seis, sete quilômetros. Aí, não dá para ir pra lá. E como é que eles vão? Ou eles vão a pé ou eles arrumam alguma coisa que ande lá dentro e que dê para passar pelo Ipiranga, que é uma lameira só. Daí, eles ficam sem comida. [...] Eu sou amazonense, nascida nas barrancas do rio Solimões e tenho 61 anos de vida e de luta porque lutei até para nascer. Então por que eu vou ficar aqui esperando e vendo as coisas acontecerem. Não! Eu não tenho mais paciência! (F.M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2011).

A queda na taxa de produção para o autoconsumo e na diversidade de alimentos cultivados, evidenciadas na redução no plantio de tubérculos (cará e mandioca/macaxeira) e na baixa quantidade de hortaliças, resultou em modificação na dieta dos moradores das margens do Uatumã. O aumento no consumo de carnes (especialmente de gado) e, sobretudo, o também aumento da participação da comida de mercado no cardápio cotidiano das famílias (como enlatados e alimentos com conservantes ou aditivos) foi forçada pela acessibilidade à urbe de maneira não planejada e a falta de programas educacionais de alimentação saudável. A pesca, principal componente da dieta, foi afetada a partir do momento em que o número diferenciado de espécies declinou no lago a montante da represa e no leito a jusante.

Fora o aspecto físico dos víveres, as comidas que antes carregavam em si mesmos marcos da educação ribeirinha (representadas por populações a jusante da barragem) e da história indígena (por populações a montante) foram se tornando escassas. Não se tratava apenas de uma questão de escolha, mas de sobrevivência, já que as áreas de trabalho haviam sido mudadas ou ainda estavam passando por modificações sensíveis, agora já não mais pautadas somente pelo ciclo natural, mas

também por um ciclo técnico de necessidade energética de geração por meio da usina.

A comida, enquanto marcadora de valores e mantenedora do vigor cultural de um povo, apesar de ter sua força diminuída após a instalação da UHE Balbina, não deixou de ser um motor funcional tanto de alegrias quanto de crises internas familiares. Mas a conservação e a vigência da memória alimentar dos comunitários não eram e não mais seriam as mesmas. Primeiro por causa da reterritorialização, a qual em razão da migração e pela própria condição de pobreza forçou com que a família nuclear se desarticulasse e deixasse de prover a alimentação. Segundo em consequência não só da qualidade da comida, mas da quantidade, já que poucos víveres significam estado de fome latente e crônico, sem resolução aparente. Terceiro por conta do isolamento causado pela fome: “a alimentação não mais estrutura o ritmo cotidiano, as pessoas não comem juntas e a alimentação perde seu papel de promotora da convivência: não dá para convidar os vizinhos ou comer com eles” (SAGLIO-YATZIMIRSKY, 2006, p. 124).

Muitos não tendo onde ficar, comida, essas coisas, então foi muito dificultoso nesse sentido. Muitas das vezes a gente chegava lá [junto à administração da usina] e a informação era passada diferente: ah!, passa amanhã. Era aquele negócio, então isso gerou muito transtorno aqui no Ramal. (S. M., 68 anos, caboclo, vila de Balbina, pesquisa de campo, 2011).

A dieta monótona e pobre dos atingidos pela barragem, em diversas situações de exclusão, teve de ser expressa por meio de diferentes vieses. No depoimento selecionado, o participante relatou que a estatal deixava de atender às pessoas que buscavam informações sobre seus lotes, sua indenização ou mesmo sua conta de luz que estava muito cara. Eram inúmeras as ações em que a Amazonas Energia estava sendo interpelada por moradores em busca de soluções para os mais diversos problemas.

A comida ou a falta dela, entretanto, sempre perpassou de maneira diferenciada, porém observável e repetitiva, por todos esses casos. O fato se dava de modo frequente porque, como se trata de uma necessidade básica e inerente aos seres humanos, o receio de não conseguir se alimentar representava premissa preocupante, ancorada no desrespeito da estatal fornecedora de

energia elétrica.

Os moradores do entorno do Uatumã, antes de serem atingidos pelo barramento do rio, eram pessoas cercadas por habitus e crenças particulares. E não os perderam de modo sumário e imediato após a construção da represa, obra que os repeliu à globalização alimentícia, por assim dizer, a partir da qual a produção familiar cedeu espaço a produtos industrializados. A alimentação diária, pautada por um conjunto de crenças sociais adquiridas, continuou inserida em um corpo substantivo de simbolismos derivados das experiências de vida, no entanto parcialmente enfraquecida em suas raízes por causa das reconstruções originadas a partir da reterritorialização.

Manter os tipos de comida e a atividade simbólica de comer com familiares como reflexo do aprendizado comportamental significava muito para as comunidades do entorno. A reunião proporcionada pela ação grupal de se alimentar à mesa tinha significado essencial (MINTZ, 2001). Para objetivar a situação, exemplifica-se o caso de um encontro entre lideranças indígenas, ocorrido na área a montante da UHE e organizado por um indigenista não alinhado às normas impostas pelo programa da Funai na terra Waimiri-Atroari.

A alimentação serviu de animação para o diálogo, base para a conversa, marco para o estabelecimento de afeição. Não fosse a comida e o uso que dela os tradicionais fizeram e fazem durante anos, bem menos pessoas dentro da área dos Waimiri-Atroari teriam a possibilidade de unir forças e debater em torno de problemas comuns, visando encontrar soluções práticas para os dilemas do cotidiano, como a própria construção da hidrelétrica.

[Havia] dois tuxauas de duas aldeias que não se conheciam e foram muito usados pela Eletronorte (Amazonas Energia). Em um deles foi feita até uma lavagem cerebral no final dos anos setenta [...] e quando menino ele foi praticamente sequestrado e trazido durante dois anos para o regime de funcionários da Funai. Levaram ele até para a prostituição. Aí ele foi devolvido pra aldeia como sendo chefe geral do povo Waimiri, o que nem existia, uma figura que nem existia. Então de repente ele voltou sendo o mais importante [índigena da aldeia]. Então eu convidei eles pra vim comer um peixe pra se conhecerem porque tem como se entender, né? Aí eles já ficaram numa alegria. (E.S., educador social, 76 anos, morador há mais de 25 anos de Presidente Figueiredo, sede de Presidente Figueiredo, pesquisa de campo, 2009).

A narrativa mostra o quanto uma pausa para o almoço, a partir de um convite, pode

significar uma nova amizade. Na ocasião, dois índios que não se conheciam, mas participaram de modo distinto e em distintos anos do Programa Waimiri-Atroari, gerido pela Amazonas Energia na área de influência de Balbina na terra indígena, identificaram similaridades e semelhanças a partir de uma conversa amistosa, mediada por uma alimentação comum a ambos e servida por um ex-professor que atuava na TI Waimiri. Eles nunca tinham se encontrado para conversar sobre suas raízes étnicas antes, a não ser em seminários temáticos, mas mesmo assim sem o aprofundamento necessário que o tempo à mesa propicia.

Muito menos haviam produzido em conjunto cestarias que tradicionalmente os homens da etnia confeccionam para as mulheres e ensinam o ofício aos jovens em idade de se casar. Eram lideranças de suas famílias, no entanto não percebiam claramente o quanto práticas sociais e culturais poderiam ser fortalecidas a partir de um diálogo aproximado. O ponto de vista de cada um deles admitia, sobretudo, a cooperação endofamiliar, mas a probabilidade da interdependência enquanto fator de união só foi assimilada a partir de um simples ato ressignificado: o comer junto e o repartir a mesma refeição.

As lembranças coletivas, ao serem formadas também pela própria comida e pelo ato de comer, foram ponderadas sob aspectos variados por esses indígenas. O almoço forçou a situação, a qual teve implicações importantes, como a arrumação de estratégias para novos encontros indígenas nos quais a interpretação das formas de viver e trabalhar a montante da UHE Balbina seria estudada, como ocorreu entre os anos de 2006 e 2010. Foi possível notar que, por meio da narrativa das histórias indígenas, o conhecimento social tendeu a se tornar efetivado e observável, bem como as representações do passado e as apresentações da vida no presente.

Talvez os membros da etnia Waimiri nem tivessem se dado conta de que a comida os animara a trocar informações a respeito de seu povo e das provações pelos quais passaram e ainda passam por causa da usina. Mesmo assim, intrinsecamente, sentiram algo de empático entre eles sendo transmitido na principal base de alimentação do bioma, o peixe. O oferecimento da refeição

por parte de um amigo em comum auxiliou na cerimônia corriqueira. A oferenda ajudou a solidificar o fato de que a comida define um domínio de opções, manifesta especificidades, estabelece valores, molda crenças e vivifica atitudes. Ela é o alimento transformado pela cultura (DA MATTA, 1987; AMON e MENASCHE, 2008).

Note-se que a concepção de cultura abordada aponta para um conjunto de significações de mundo e fazeres sociais (GEERTZ, 1978), em que o conceito não é uma referência a marcar dada civilização, mas sim a maneira de viver de uma pessoa, grupo, sociedade ou país. A cultura funciona como um mapa, um receituário, um código através do qual cidadãos de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmos (DA MATTA, 1987; LARAIA, 1996).

A comida, enquanto voz que comunica, permitiu a narrativa de histórias entre os indígenas e a revelação de tópicos essenciais de suas culturas e dos comportamentos individuais e coletivos na aldeia Waimiri-Atroari. A escolha pelo peixe para servir de prato principal mostrou que certos tipos de alimentos são carregados de um simbolismo próprio, são portadores de grande valor agregado (CONTRERAS, 2007). Por à mesa um peixe amazônico representa um ritual de celebração do dia, da data, de um acontecimento em especial. É uma tradição, uma reafirmação do vínculo existente entre as pessoas e sua terra.

No processo de reterritorialização a comida é item importante para as representações sociais porque possui proximidade no tocante à tradição. A imigração para áreas distintas em casos de construção de represas, a realocação de casas, a ação de refazer territórios e postular novos significados de vida afetam a alimentação diária e isso se reflete nos costumes básicos das pessoas que têm de sair de suas áreas para dar lugar às grandes barragens.

3.2 Vidas intraterritoriais na vila de Balbina

A exclusão social é observada nas áreas de influência de barragens por causa da rejeição à cidadania das pessoas. Reconhecer a cidadania, porém, não se restringe a proteger o direito à igualdade nos âmbitos legalista e jurídico. É no plano das representações sociais que a cidadania aos

desterritorializados se consuma, pois não existe algo que seja um bem comum unicamente determinado: para diferentes indivíduos e grupos o bem comum significa diferentes coisas (SCHUMPETER, 1984). Ninguém tem condições de definir precisamente o interesse comum ou coletivo, a não ser confundido interesses de grupo ou particulares (BOBBIO, 1986).

A cidadania parcial — válida para uma maioria de excluídos e não para todos, igualitariamente — dá vazão a injustiças sociais. Promover a cidadania plena aos desterritorializados é fortalecer não apenas a prática da inclusão, mas também visões de mundo que dão margem e sedimentam depoimentos acerca da vida. “A cidadania dos grupos populares não foi plenamente reconhecida pela sociedade, impedindo que as mobilizações ocorridas no país se traduzissem em direitos de fato” (NEVES, 2002, p. 210).

Uma condição para o reconhecimento seria quando o Estado entendesse tais grupos não apenas enquanto um conjunto de pessoas sem opiniões determinadas, movidas por impulsos e vontades sem ordenamento, mas sim como populações com senso apurado sobre a realidade e dotadas de concepções próprias de mundo (SCHUMPETER, 1984). No entanto, por ser falseada e forjada conforme interesses políticos e/ou institucionais, a cidadania formada nas áreas às margens do rio Uatumã, após a UHE Balbina, situa-se no campo da dualidade. A discursividade referente à cidadania não atinge o campo das ações.

Em construções de barragens na Amazônia os processos de saída e reinserção territorial agregam dimensões múltiplas relativas não apenas a modificações nas áreas de produção e distribuição de riquezas da terra, gerando desigualdades e estratificações sociais, mas também tornam explícito que o sujeito humano se constitui e reconstitui enquanto tal, modificando o mundo e a si mesmo, criando e inventando novas necessidades e possibilidades, complexificando a vida em grupo, o que torna a integração da cidadania difícil em curto prazo (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

Sendo por meio desse processo dialético que a pessoa humana reproduz relações sociais e

incorpora valores, funções, hierarquias e formas de sociabilidade, a partir de sua territorialidade é possível desenvolver capacidades criadoras, orientar-se para novas possibilidades, impulsionar-se para tomadas de decisões e escolhas conscientes, para a busca de formas de ser mais emancipadas e autônomas. Dentro da perspectiva, os sujeitos que pleiteiam a reterritorialização devem ser protagonistas da construção da própria história, ativos, participantes pulsantes dos processos de reintegração ao território (SEMEGHINI, 2009). Estar excluído, de igual modo, é não fazer parte do sistema econômico. É estar alijado do comércio e da sociabilidade que se desenvolve por meio dele.

[...] A pessoa que tem uma produção ainda tem a dificuldade pra chegar lá fora do ramal e vender essa produção. Mas tem uma feira que é feita aqui mesmo no quilômetro 13 dia de sexta-feira. Às vezes tem. Ela é do pessoal que planta, que produz e precisa vender seu produto {...} Então é assim, as coisas vão se encaixando (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do MAB/AM, pesquisa de campo, 2009).

Sobre o processo de reordenamento social, como foi descrito na narrativa da liderança do MAB, foi meta analisar impactos socioambientais que a construção da UHE gerou no contexto das pessoas que moravam e ainda moram na vila de Balbina, lugar constituído no início das obras da represa para abrigar operários. A vila foi planejada para ser a sede de Presidente Figueiredo. Todavia, em virtude de um processo político no final dos anos 1970 a centralidade foi realocada para as margens da BR-174. Atualmente, a vila representa uma comunidade composta de diferentes grupos oriundos dos alojamentos levantados ao lado do canteiro de obras, da década de 1980 até o início dos anos 1990.

Trata-se de um lugar modesto, com cerca de 3,5 mil habitantes. Não dá a impressão de estar inserido dentro de uma extensão total de 560 mil hectares, com 429 km de perímetro. O acesso é feito pela BR-174 (rodovia Manaus-Boa Vista), partindo-se da capital amazonense em sentido à Roraima, com sua cultura e história inseridas no contexto amazônico. As principais comemorações populares do lugar estão fora de lá, a 81 km, em Presidente Figueiredo: são a Festa do Cupuaçu, o Carnaval do município e o Torneio de Pesca ao Tucunaré.

Na vila de Balbina, 25 anos após o fechamento das comportas, a realidade é que a vida segue em uma velocidade diferente da observada nos centros urbanos. Os dias e noites representam o que a paisagem construída denota a quem chega ao lugar pela primeira vez: ruas com pouca gente, bares e restaurantes quase vazios, poucos carros e motocicletas a zunir, poucas pessoas andando sem pressa sob o silêncio das horas, no asfalto solitário, por entre as calçadas povoadas por quase ninguém.

A vida em ritmo lento acompanha os moradores do lugarejo, dividido em sua geografia física e humana entre patrões e empregados, mandantes e mandados: os primeiros moram na porção Waimiri da vila, onde há casas maiores, melhor construídas, todas de alvenaria, calçamento e pintura novos; os demais residem na porção Atroari, onde as moradias são rústicas, feitas a partir de orçamentos modestos e não reformadas há anos.

A mesma vila de Balbina do final do século 20, construída pela mão humana, ainda está lá. Atraente por um lado — com aparatos modernos medianos, bucólica e acolhedora; agressiva por outro — porque abriga uma das maiores mazelas produzidas pela necessidade energética de uma Amazônia desarranjada, pautada pela virulenta orientação produtiva industrial. Hoje, duas décadas depois, sentimentos coletivos de desfiliação provados por desterritorializados que tiveram quase que esmolar para conseguir trabalho em subempregos dentro da mesma hidrelétrica que antes os expulsou de casa, cedeu lugar a um aglomerado de opiniões justapostas, confundidas com a própria história dos moradores da vila.

Conversando com diferentes habitantes de Atroari e Waimiri, alguns falam com inexatidão, sem peso nas palavras, sobre como era diferente o tempo em que a vida se resumia à paisagem da natureza; outros elogiam a situação atual, em que a acessibilidade é melhorada e os ares de cidade urbana são notados. A paisagem de antes da usina tinha aspecto diferente, moldado pela diversidade de sons paridos da floresta. Hoje a mesma paisagem é arrumada em tons diferentes, acinzentados pelo cimento das ruas escaldantes da vila, onde o odor morno da chuva resfria o concreto e toma o

lugar do cheiro da mata molhada após a chuva.

Hoje se você chegar na hidrelétrica de Balbina a gente vê uma vila parecida com uma cidadezinha controlada pela estatal, administrada em alguns pontos pelo município, mas com o povo dividido. Parte daquele povo mora em mansões e casas de lá e outra parte daquele povo, a parte inferior, mora em casas longe da realidade, até passando altas necessidades e com certeza muitas famílias passam alta necessidade, sem nenhuma definição do amanhã, essa é a realidade de Balbina (R.M.S., 47 anos, caboclo, morador da vila de Balbina, pesquisa de campo, 2010)

Relembrando o passado, moradores de Atroari tendem a descrever antropogênicos mitos da floresta. Relembra porque é isso o que lhes resta, depois de uma transformação territorial ter passado a fazer parte de suas existências desde a década de 1980. Na época, as chuvas torrenciais amazônicas eram algo simples e ao mesmo tempo dadivoso aos ribeirinhos. Algo natural, que não causava preocupação. Com a implantação da obra, hoje água em demasia é sinônimo indissociável de preocupação por causa do aumento no nível da barragem, levando-os a pensar que cedo ou tarde algum funcionário da hidrelétrica poderá alertar sobre a cota máxima do reservatório e até uma necessária abertura às pressas das comportas.

A vida dos situados na vila se diferenciou com o passar dos anos em relação ao uso e as representações sociais do rio Uatumã para eles. Eles viram o leito desse importante manancial de diferentes maneiras: passando de farto de peixes até fétido e decadente na diversidade biológica; após a década de 1990 e o início da recuperação do Uatumã com a criação de uma Unidade de Conservação na área, a noção em relação às águas melhorou. A reserva surgiu depois de debates ocorridos no ano de 1986, quando devido aos impactos ambientais cientistas do Inpa, da Universidade Federal do Amazonas e demais instituições regionais apresentaram proposta de mitigação e compensação ambiental.

Daí foi notificada a primeira recomendação para a criação e implantação da reserva ambiental. Desde então, moradores começaram a transformar suas percepções em um misto de ressentimento e saudade do passado, porém com confiança no futuro. O Uatumã deixou de ser apenas o escoadouro de esgoto da usina para de novo fluir água em suas margens, ainda que não de

maneira ideal, mas já se vislumbra uma perspectiva de recuperação das práticas que moldaram o território dos comunitários.

A pescaria ocorre na maior parte no verão amazônico, de agosto a dezembro, podendo ser modificada dependendo da sazonalidade do rio Amazonas, do qual o Uatumã é afluente. Os peixes para a pesca esportiva são: tucunaré, sardinha, matrinxã, dourado, pescada, aruanã e piranha. Entretanto, a atividade tem exercido pressão negativa sobre os recursos naturais da unidade, em comparação com a renda gerada. Existe ainda o risco de rompimento da bacia de rejeito da mineração Taboca a jusante da bacia do rio Pitinga, o que agrediria à fauna aquática de Balbina.

No âmbito da questão humana, com cerca de 75% da população do Amazonas morando na capital, Manaus é, de longe, a cidade com maior concentração populacional do Estado. Essa alta concentração demográfica em relação ao interior gera problemas à urbe, como o surgimento de favelas, o crescimento da pobreza e aumento da criminalidade, além de problemas de infraestrutura como a falta de água encanada e a inexistência de rede de esgoto na imensa maioria dos bairros periféricos.

De forma oposta, os municípios e distritos do interior do Amazonas, que convivem com a estagnação econômica de mais de meio século, tiveram a população reduzida em termos percentuais, de 75,7% na década de 1960, para 50% no ano 2000 e bem próximo a 25% em 2010. Balbina não foge à regra, pois praticamente ninguém que mora na vila mantém atividades de geração de renda que não sejam ligadas à hidrelétrica, atrelando dessa forma suas vidas à usina.

Os moradores de Atroari realizam, em geral, trabalhos braçais e tem rendimentos baixos, em relação aos moradores de Waimiri, que ocupam cargos no médio e alto escalão da hidrelétrica. A divisão, estabelecida por duas décadas e meia, culminou em uma territorialidade dualista, que encerra problemas econômicos fortalecidos no fim da década de 1980 e início de 1990. De modo que, tendo as ocupações laborais limitadas pelos afazeres disponíveis em função da usina, os moradores veem seus horizontes relacionais com a natureza reduzidos pelo pragmatismo dos lucros,

o que concorre para a atrofia do pensamento em razão dos recursos naturais do entorno.

Para além da dualidade, os que conseguem manter ganhos com o comércio se valem para buscar certa independência em relação aos empregos-de-chão-de-fábrica na usina ou mesmo na administração da vila, ainda que os lucros venham de orçamentos pagos pelo governo federal aos usineiros. A acumulação de riqueza dentro da vila não corresponde ao ideal de ostentação vigente em grandes cidades, mas ainda assim o ideal da acumulação está presente e deixa entrever disparidades geradas a partir de ganhos desiguais entre funcionários da empresa.

A situação reforça à noção de que existem duas vilas dentro de uma mesma vila de Balbina, a começar pela localização das casas, seu distanciamento, estrutura arquitetônica, acessos, quintais, ruas onde se localizam e condições de moradia. A própria manifestação da espiritualidade é diferente entre as populações das duas porções da vila.

Sobre o legado energético, cerca de 15% da eletricidade gerada por Balbina é direcionada para a indústria amazonense, que na década de 1980 era a principal razão para a construção da usina. O dado sugere, primeiro, que a renúncia popular em aceitar na época a obra de implantação da hidrelétrica se justificava pela taxa de megawatts gerados em relação à área alagada e os impactos às populações afetadas; mostra também que desde o ano de 1993 — portanto, quatro anos após o enchimento do aquífero de Balbina — o consumo médio do setor industrial no Amazonas já representava um quarto do consumo doméstico e 70% da energia utilizada pelo setor comercial.

Acerca da vila, a taxa mensal de energia varia para os moradores de Waimiri e Atroari, girando em torno de R\$ 45,00 e a barragem consegue destinar energia suficiente para arcar com necessidades do local. Aproximadamente 10% da tarifa cobrada aos consumidores da vila vão para pagar despesas de manutenção das turbinas da hidrelétrica, que possuem uma taxa de corrosão alta, em comparação à Curuá-Una, por exemplo, hidrelétrica instalada no Pará. A qualidade da água e os entraves referentes à corrosão em Balbina são piores que na UHE paraense.

Na vila, não há problemas graves, por exemplo, de racionamento ou apagões constantes,

diferente do que acontece em relação à telefonia móvel: de três serviços de operadoras disponíveis em Presidente Figueiredo, a 80 km da localidade, apenas um pode ser usado pelos habitantes, o que tende a dificultar a comunicação a médias e longas distâncias.

Como na região de Pitinga, área de mineração, dentro da vila de Balbina os afazeres trabalhistas estão direcionados a ações de sustentação da UHE, o que concorre para o recrudescimento de qualquer cadeia produtiva que se queira lá desenvolver. Vale ressaltar que o Estado tem oportunidade de aproveitar culturas no local como a da andiroba, do açai e do guaraná, além do próprio cupuaçu, que empresta o nome à festa famosa do município de Presidente Figueiredo.

Modelos consorciados para a manutenção de trabalhos remunerados poderiam ser realizados na vila de Balbina, dado que as cadeias de produção são muito conhecidas pelas comunidades rurais e ribeirinhas da Amazônia. Todavia, não há planos consolidados para iniciar um processo de diversificação na geração de renda dos moradores, cujo teor seria bastante benéfico e serviria de alternativa para a complementação orçamentária (SILVA e CAVALIERO, 2001).

3.2.1 A sociabilidade na vila

Resistir, para as populações desterritorializadas e reterritorializadas em decorrência da usina, tende a ser um ato social e político que intermedeia processos de negação e aceitação da realidade instaurada, em que os atingidos vivenciaram mudanças, sem, entretanto, perder as raízes. Para os moradores da vila que vieram de outros Estados integrar quadros funcionais da UHE Balbina houve a incorporação de acepções adjacentes às suas práticas sociais e isso gerou modificações estruturantes e funcionais, ou seja, no habitus formado. De modo que a reconstrução de costumes passou a ser uma constante que influencia na reprodução humana dentro dos espaços de Aroari e Waimiri, assemelhados em sua paisagem, mas diferentes quanto se toma como referencial a atividade relacional das pessoas, sem distinção de idade, sexo ou posição financeira.

Dados coletados da maternidade da vila dão conta de que a quantidade de casos de jovens mães, em idade adolescente, são mais observados entre a população do lado Atroari da comunidade ante os moradores da parte Waimiri. A relação é de três por um, segundo registros do centro de atendimento médico da vila, obtidos em 2010 e 2011 e ponderados para bebês nascidos nos últimos dez anos. A questão suscita interpretação referente ao modo de vida na região, qual seja: com um emprego fixo, na usina, os moradores da vila tendem a fazer planejamento familiar e possivelmente a ação melhora a educação sexual de filhos e filhas adolescentes.

A partir do que se notou via registro de nascimento de bebês, é possível inferir, à primeira vista, que a população residente em Waimiri tem tido maiores preocupações nesse sentido, em detrimento aos familiares de Atroari, que por terem menos acesso a informações sobre educação sexual acabam subutilizando preservativos e contraceptivos. Ou então, levando em conta variáveis externas à situação, cabe enfatizar que não é somente a desinformação a causa da crescente taxa de gravidez entre adolescentes da parte Atroari da vila, mas também as mudanças de comportamento experimentadas pelos adolescentes em geral nas duas últimas décadas, dentro da comunidade, os quais estão influenciando padrões da atividade sexual dos jovens.

É possível que um preditor interveniente, como o tempo de residência na vila, possa justificar parte do quantitativo de mulheres grávidas com menos de 18 anos oriundas da porção Atroari, no comparativo com Waimiri. A familiaridade com o local e a confiabilidade manifesta em relação aos parceiros, mesmo em se tratando de relacionamentos efêmeros surgidos mediante a fixação prévia das pessoas na região — o que ocorre mais com trabalhadores de Atroari —, é tópico expressivo para a compreensão da gravidez entre adolescentes. Pirotta e Chor (2004) indicam que na sociedade brasileira a fecundidade apresenta um declínio sistemático, porém a faixa etária das adolescentes constitui exceção, o que significa dizer que a vila soma-se à tendência.

Ao lado do aumento da taxa de reprodução entre as adolescentes e jovens adultos, com idade variante entre 15 e 20 anos, pesquisas indicam a concentração da fecundidade em diferentes

intervalos do período fértil das mulheres, o que sugere registros mais efetivos da presença de jovens mães entre 20 e 24 anos. O fenômeno tem sido denominado de rejuvenescimento da fecundidade (PAIVA, 1996) e é explicado a partir de um conjunto de fatores psíquicos e sociais abrangentes, indo desde comportamentos cotidianos desenvolvidos por jovens até a malha de crenças individuais e coletivas que compõem opiniões de senso comum das pessoas.

A independência econômica, dentro da vila, é exibida como um prêmio conquistado, de valor inestimável, pois raro são os empregos formais existentes. A usina é a maneira mais concreta de se conseguir uma carteira de trabalho assinada e um salário fixo fim do mês. Mas é difícil se arranjar dentro do núcleo central da UHE. No tocante aos mais novos, além da questão da ocupação, há de se avaliar a autoafirmação individual. São os jovens pais que, uma vez tendo de desafiar a escassez de trabalho fora da hidrelétrica e os baixos salários, enfrentam as poucas possibilidades de conseguir parceiras a partir das regras de conduta do jogo da sedução e sexualidade, o qual perpassa por relações de poder vinculadas a dinheiro, que por sua vez é um símbolo de status.

De maneira que a concepção da paternidade na faixa etária pode ser uma afirmação do quão viril um homem em idade jovem é capaz de parecer ao círculo social ao qual pertence e que lhe cobra atitudes adultas, e que no caso a paternidade pode ser uma delas (CARVALHO *et al.*, 2009). A paternidade tende a significar ainda um realce na masculinidade dos adolescentes, que também tendem a identificar como “sua propriedade” — aos olhos dos outros do grupo, principalmente — aquela mulher com quem consegue se relacionar e procriar.

Os conflitos vivenciados pelos(as) adolescentes com a descoberta do sexo não são fenômenos particulares da vila de Balbina, onde em um mesmo território, apesar de dividido, há pelo menos duas percepções diferentes da realidade. É comum, na busca de prazer, conhecimento de si e autoafirmação jovens terem acentuado comprometimento de humor, até mesmo para fortalecer posturas individuais em relação ao endogrupo ao qual pertencem (MOREIRA *et al.*,

2008). A demarcação territorial, nesse sentido, ajuda a concretizar o posicionamento dentro da comunidade, que mantém relação a partir da formação da família, de modo que ter ou demonstrar ter laços afetivos é indicativo de responsabilidade, credenciando o jovem a participar do mundo adulto.

Em Balbina, a predisposição do homem a assegurar seu lugar em meio ao grupo, ancorada pela imposição social de aceitação, parece ser fator positivo quando apreciada no sentido da construção da cultura e dos elos familiares. Por esse viés, ser pai é tornar-se pessoa respeitada e ter o direito de poder juntar desejo e liberdade, unindo o individual ao social. Os desejos dos(as) adolescentes da vila são parte de uma arena que é um espaço político e pertence à esfera da soberania para os jovens, que tendem a identificar-se junto à sociedade perante os próprios desejos (BENSUSAN, 2004).

A gravidez na adolescência, porém, tende a provocar frustração entre mulheres moradoras da vila quando é oriunda de um projeto existencial de autoafirmação dos homens e por causa da mudança na perspectiva de vida delas. Muitas vezes, tendo de lidar com um relacionamento instável com o pai da criança, elas se veem em um estado de impotência e angústia por necessitarem criar uma criança sem preparo para a tarefa. Daí que a recorrência à família é a mais comum base de apoio e o principal caminho para a resolução de conflitos entre adolescentes que se relacionam em Atroari, parte pobre de Balbina.

Assim como em inúmeras sociedades globais, a afirmação identitária e a cultura na vila são norteadas pelo trabalho, relações amorosas e familiares. Só que na localidade os grupos moldados em torno desse habitus subjacente buscam apenas o resultado prático dessa tríade: obter soldo e procriar. As consequências de longo prazo ligadas a saberes subjacentes, referentes às necessidades de saúde e principalmente à formação educacional e ética, são deficitárias e destratadas no seio das estruturas familiares.

A vida na vila é uma vida regrada economicamente, medida a partir de um exercício de

liberdade condicionado à usina. Há os que trabalham em função direta ou indireta da barragem e há os que não trabalham. A subdivisão entre i) pessoas produtivas e ii) pessoas improdutivas se fortalece na medida em que o tempo faz se solidificarem concepções típicas de centros urbanos, em detrimento a processos interpessoais antigos, afeitos a sistemas rurais e/ou ribeirinhos, que priorizam a coletividade no trabalho.

Segundo Petreire (1992), as pescarias artesanais na Amazônia, trabalho tradicional no bioma, empregam 70 mil pessoas, mantêm 250 mil pessoas e geram entre US\$ 100 e R\$ 200 milhões de dólares por ano. Todavia, a construção de hidrelétricas na região amazônica demanda profundas alterações no ciclo hidrológico, na biodiversidade aquática, no ciclo hidrossocial e hidroeconômico da região, inviabilizando o esforço de pesca de muitos trabalhadores e causando déficits orçamentários.

O estranhamento das populações em face à mudança social causada pela necessidade de reestruturação dos meios de se conseguir pescar culmina no surgimento de uma posição divergente dos moradores da vila ante seu trabalho. Valores estritamente econômicos, voltados à acumulação de produtos, até então pouco usuais na área de influência do distrito de Balbina, passam a ser incorporados com rapidez por causa do receio de não conseguir renda em determinadas épocas do ano, o que concorre para a fragmentação da relação pessoa-ambiente, resultando em um remodelamento dos laços afetivos com a terra e a ocupação laboral.

A desregulamentação na organização social dos profissionais, na vila de Balbina, veio em conjunto ao trabalho contemporâneo que os moradores encontraram na usina. Marcada por contratos temporários, flexibilização de horários e condições em que o trabalhador deve assumir deveres que lhe cabem como responsável por sua empregabilidade, a situação pode tanto oferecer formas para o crescimento pessoal como se constituir em fonte de opressão, exploração e exclusão dentro do espaço da vila, já reconhecidamente assinalado pela subdivisão socioeconômica e a apartação territorial (PASSET, 2002).

A crise do trabalho em regiões de influência de barragens distancia as pessoas de sua realidade, tendendo a deixá-las depressivas e com reduzidas expectativas para projetos de vida duradouros. Na vila de Balbina há algumas oportunidades de ocupação laboral, porém na área do ramal da Morena e nas ilhotas a montante da represa o problema é de difícil mitigação. As expectativas de muitos homens e mulheres ante o futuro são dificultadas pela falta de emprego formal e a maneira com que inúmeros comunitários lidam com a realidade imposta a eles é operando atos de inércia.

A lógica do mercado de trabalho, na qual vigora, dentre outros aspectos, a ideia de que a responsabilidade pelos próprios sucessos ou fracassos é apenas dos próprios indivíduos, unida ao fato de as instâncias políticas e sociais serem cada vez menos protetoras, fazem com que a juventude, muitas vezes, careça de orientações que facilitem suas escolhas e possíveis caminhos a serem seguidos. Diante da aceleração desenfreada do ritmo da vida, da fugacidade dos (des) encontros, do peso de ter que alcançar o sucesso arcando com toda a responsabilidade pelo resultado de suas empreitadas, o sujeito contemporâneo encontra-se, muitas vezes, acuado no cotidiano (MAIA e MANCEBO, 2010, p. 377).

Estar acuado e permanecer em estado de entrega diante das adversidades, em situação catatônica, indiferente, tende a ser consequência da falta de experiências socioculturais concretas inerentes à vida em coletivo. Dentro desse processo de desfiliação em face ao ambiente de trabalho, instituições como família e escola se desgastam e sofrem pressão para serem desagregadas. O saber tradicional passa a pertencer a um plano inferior de importância e qualquer planejamento que poderia ser estipulado deixa de existir.

“Construir o projeto de vida num contexto de exclusões requer reflexão sobre as contradições dessa realidade, tomando-se como referência as próprias diferenças que dão completude e compreensão ao mundo e às coisas” (CATÃO, 2001, p. 23). A partir da afirmativa, nota-se que a realidade é variada, não se constrói de fora para dentro, do mundo para os indivíduos, mas também ao contrário. A realidade se funde e se molda a partir de um movimento dialético. Projetos de vida não são reflexos simplificados de uma realidade dada ao indivíduo e construída em meio à ordem grupal de determinações. Eles integram contextos sociocognitivos e sociohistóricos.

O fenômeno da reterritorialização revela um profundo corte com os desdobramentos adquiridos nos planos material e simbólico, embora se deva dizer que os cortes não signifiquem sinal de apagamento das representações sociais, mas reelaboração e ressignificação de laços, percepções e orientações dos atores implicados, produzindo reorientação dos sentidos. Esses sentidos, porém, fragmentam-se por terem sido construídos a partir de uma modernização excludente ou tardia (GIDDENS, 1991, 2000), que desloca pessoas como um grande amontoado de seres sem história e referência, desmanchando formas híbridas de solidariedade.

A realidade dos habitantes da vila de Balbina faz parte de um processo geral de estratificação rural e ribeirinha da Amazônia, que em sua configuração caótica e precarizada encontra ligações no modelo capitalista; em sua dinâmica esquizofrênica reterritorializa sem parar com uma mão o que estava desterritorializando com outra (DELEUZE e GUATTARI, 2002). Só que o processo de retirada das populações deveria considerar as especificidades dos grupos, sobretudo, tomando como medida de bem-estar o grau de dependência com a terra expropriada, pois nesses ambientes estão articuladas redes sociais, formas de solidariedade e níveis de identificação.

Sem essa observância, no entanto, conflitos em torno da posse do ambiente e o uso dele para a materialidade da vida, em seus afetos e realizações, tendem a se repetir. Diversas contendas surgiram por causa de imposições a moradores, tais como: queda nos níveis salariais dos que trabalhavam na UHE em cargos básicos e isolamento social decorrente de distâncias geográficas para quem ganhava menos de dois salários mínimos por mês. A estatal não tenha planejou a situação, mas ela foi agravada com a falência do Centro de Apoio Psicológico da vila de Balbina, em 2009, o que acabou se projetando em contornos de calamidade, já que estados de ansiedade e depressão eram avaliados no local.

3.2.2 Vila de Balbina: centro social dos desterritorializados?

A vila de Balbina guarda ares de uma minúscula urbe desabrigada, do tipo fantasma. À

noite, o horário de recolhimento das pessoas não ultrapassa às 22h ou 23h, exceto em fins de semana quando são organizadas algumas festas populares. Apesar do ambiente de aspecto solitário, noturno, o lugar é tido como centro de apoio social para moradores a montante ou jusante da UHE que são acometidos por qualquer tipo de dificuldade educacional, saúde ou alimentar.

Funcionar como um centro social abarca uma multiplicidade de representações sociais que tendem a fortalecer a visibilidade da vila de Balbina enquanto polo agregador dos atingidos pela barragem e como local para a recepção das demandas dos desterritorializados.

A gente recebeu algumas cestas básicas da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). A Defesa Civil entregou uma vez só, depois distribuiu pra algumas outras pessoas, mas foi uma coisa mais desorganizada. Aí eles criaram um órgão da Defesa Civil, mas aqui que é a situação, o problema tá acontecendo aqui [na área de influência de Balbina]. Eu acho que a Defesa Civil poderia ter ficado na Vila de Balbina, aí no porto, como base. Mas não. Toda vez que a gente precisa de uma posição a gente tem que se deslocar daqui pra sede do município, com custos (R.M.S., 47 anos, caboclo, morador da vila de Balbina, pesquisa de campo, 2010).

Em Balbina existe pista de pouso e decolagem para aviões, escola, posto médico, pousadas, restaurantes, casas de confecção e vestuário, de informática, rádio amadora e abriga a sede do sindicato dos operários da UHE. A vila funciona como uma “cidade-central” para moradores das adjacências da represa, apesar da concentração populacional notada pelas ruas não demonstrar exatamente isso. Na realidade, porém, basta entrar em contato com alguma pessoa ou família que more a montante ou a jusante da barragem e a vila é citada como ponto de referência.

Com o preço do deslocamento sempre em alta por causa de custos variantes do valor pago pelo litro de óleo diesel para pequenas embarcações do tipo deslizadeira ou rabeta, ou mesmo ao comprarem passagem em ônibus de linha intermunicipal, o fato é que os atingidos pela barragem constituída pela hidrelétrica são pessoas que mantêm relação diferente com o tempo. Ao precisarem ir até a vila, a perspectiva é que muitas vezes eles passem a noite naquele lugar e só retornem no outro dia. Para viajar até Presidente Figueiredo, o pernoite também é exigido.

Na vila, a agitação da cidade grande, da urbe frenética, dos modelos mecânicos de locomoção encontrados em diferentes pontos da metrópole em que hoje Manaus se transformou

contrasta com a quietude e a vagareza com que uma vez por dia o ônibus que sai daquela localidade cumpre seu itinerário do entorno da usina até o município de Presidente Figueiredo, recolhendo desterritorializados aos montes, transportando outros tantos descendentes indígenas e rurais para áreas afastadas do município.

Perder o coletivo é ter de esperar até o dia seguinte. Táxis particulares que transportam passageiros que não alcançam cumprir os horários também possuem horários fixos de partida e chegada. Rabetas e deslizadeiras são os meios de transporte democráticos e acessíveis a quem mora acima ou abaixo da represa. Em sua maioria particulares, pois algumas famílias tem uma ou mais rabetas em casa, elas servem de auxílio em momentos difíceis, como em casos de doenças, situações para entregas de encomendas alimentares urgentes, conexões com pessoas em margens diferentes do Uatumã e transporte escolar.

Ser a sede funcional, enfim, a sede de fato dos desterritorializados, faz com que a vila, apesar de pacífica e com uma quietude manifesta, situe-se entremeadada de disputas ou polêmicas sociopolíticas, envolvendo benefícios financeiros às populações adjacentes à usina, como houve em fins do ano de 2009, quando um cartão magnético, o SOS Enchente, foi distribuído na vila de Balbina com pompa e fogos de artifício pelo então governador do Estado, Eduardo Braga. Moradores a jusante e a montante da represa que tinham direito ao benefício foram até a vila para receber o cartão, que daria acesso a R\$ 1,2 mil (R\$ 300,00 por mês) durante quatro meses, para amenizar efeitos da perda da plantação e animais criados para servirem de alimento (porco, pato, galinhas etc.).

O cartão só funcionou no primeiro mês. Nos seguintes o dinheiro não foi depositado pelo governo, o que frustrou a expectativa dos atingidos pela barragem, mas é interessante notar que a vila de Balbina foi o centro da reunião que visava mitigar os efeitos da cheia devastadora de 2009, a mais elevada da história do Amazonas. Foi na vila onde centralizou-se o processo de discussão acerca do benefício. Quem poderia receber o cartão? Quem não estaria apto a obter o depósito?

Quais as famílias que primeiro receberiam o dinheiro? Foram indagações debatidas ao longo do encontro.

Depois dessa última enchente que teve em 2009 o governo Eduardo Braga veio aí na vila de Balbina e teve uma mobilização. O pessoal daqui foi acionando. A defesa civil foi. Fomos todos nós. Disponibilizaram transporte e tudo, e aí a gente conseguiu chegar pra lá. Fomos através da lancha. Os homens ficaram lá na ponte e aí a gente foi pra lá. O governador veio com aquele negócio todo e lançou esse cartãozinho, o SOS Enchente. Eu até tenho esse cartão se precisar de alguma coisa... a promessa era que esse dinheiro ia ficar disponibilizado até que amenizasse a situação [da cheia], mas como começou acontecer várias situações tipo simultâneas a essa, a nível de Estado, eles precisaram dar socorro pra outros municípios também por causa da cheia. (R.M.S., 47 anos, caboclo, morador da vila de Balbina, pesquisa de campo, 2010)

Outra oportunidade em que a vila foi o centro de uma peleja se deu em fins da década de 1990, quando o engenheiro Roland Céspedes Arteaga, naquele momento gerente do departamento de Geração Hidráulica para a UHE Balbina e então responsável pela coordenação geral da usina, ameaçou construir um muro de concreto para fazer a divisão entre Atroari (a vila dos pobres) e Waimiri (a vila dos ricos). Na verdade sua intenção, segundo uma das organizadoras e fundadoras do Movimento dos Atingidos por Barragem em Balbina, era segregar os moradores da vila de Balbina porque estes estariam criticando a administração da usina. O motivo da separação por meio de um muro foi um ruidoso protesto feito por moradores de Atroari que pediam a revisão das estruturas da usina, as quais estariam supostamente rachadas, e a consequente saída do engenheiro da diretoria da UHE devido sua conduta antidemocrática no cargo.

Ela relatou que a segregação partia de preconceitos étnicos e econômicos e se fortalecia em meandros geográficos e por fim sociais e territoriais das populações. Primeiro, o muro tenderia a separar os incultos (caboclos, ribeirinhos, rurais e descendentes de indígenas) dos inteligentes (engenheiros, sulistas, galegos, aloirados); segundo, a separação populacional tenderia a levar em consideração a posição econômica, os ganhos mensais das pessoas, que seriam condicionadas e apartadas entre ricos e pobres, patrões e empregados; terceiro, indivíduos de fora, não nascidos na Amazônia, seriam diferenciados daqueles que na floresta tropical haviam sido concebidos e criados; por fim, a segregação socioposicional tomaria a contento os que tinham bens e os que não possuíam

bens considerados de valor da sociedade urbana, como carro, casa, roupas da moda etc.

A intolerância marcaria a construção do muro, caso a ideia tivesse sido levada a termo, e esse mesmo sentimento desagregador sedimentaria o colapso da vila de Balbina. A divisão territorial de tijolo e cimento, na lógica do Estado patrimonialista, cuja sociedade mantém sua herança escravocrata, reforçaria a falsa pretensão de que a igualdade social, em si mesma, ganha força na medida em que ganhos financeiros globais são revertidos para a população e esta cria, individualmente, condições para consumir bens em escala global. A fenomenal capacidade humana de gerar sociedades desiguais, com tensões imanentes impulsionadas pela gradativa hierarquização monetária, foi o combustível que aqueceu a ideia do muro.

Enquanto proposta de segregação territorial e afetiva, a perspectiva de construção do muro era descabida e não foi aceita pelas pessoas que residiam e ainda residem na porção Atroari da vila de Balbina. Porém, a negociação para o desmonte da ideia de levante da divisória de concreto não foi simples e fácil. O traço discriminatório dos padrões que moravam na vila de Balbina se manteve, por exemplo, em relação à maioria dos moradores que dependem da extração artesanal, da agricultura familiar e da pesca em pequena escala no lago da usina hidrelétrica.

O professor R.M., 34, e o produtor rural D.V.P., 55, que integram o Movimento dos Atingidos por Barragens, afirmaram que tentaram negociar de várias maneiras as dívidas que se acumulavam com a Amazonas Energia por causa de contas de energia elétrica não quitadas por eles e só obtiveram respostas negativas. Esses moradores desconfiam dos medidores de energia retirados dos postes de Manaus e implantados em cada um dos domicílios da vila de Balbina.

D.V.P. diz que há contas de luz que chegam a valores de R\$ 500 e R\$ 600 e uma família de Balbina não tem condição para pagá-la (BLOG DA FLORESTA, 2012). Os moradores conseguiram reunir inicialmente com a diretoria da Amazonas Energia, a qual se comprometeu em investir para gerar postos de trabalho e renda na região, além de rever o valor das contas de energia. Mas, posteriormente, as promessas da diretoria ficaram pelo meio do caminho.

O muro ter sido planejado aponta indícios de um moral segregadora que, na época, aos moldes do que regimes totalitários, tinha por objetivo forçar a população a viver em uma sociedade com restrições e normas, sem consultas prévias e consentidas. O fato do engenheiro Arteaga não ter se disposto a explicar o problema da suposta rachadura de uma das estruturas da parede de concreto da UHE mostra o quanto o diálogo entre estatal e desterritorializados era mal praticado.

Ele [Roland] foi muito cruel, ele chegou a mandar seguranças na minha casa, lá na Morena [...] Sempre eu tô sozinha quando eu chego [...] Ele mandou lá e pra mim foi represália. Ele mandou lá derrubar a casa. Eles [a Amazonas Energia] mandaram o segurança lá em casa dizendo que eu tava difamando a empresa, que a empresa tinha rachado tudo [...] aí eu falei: isso não é minha praia, não; minha praia é organizar os atingidos por barragem. (F.M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Pressões de inúmeras ordens surgiram entre a população moradora das margens do Uatumã e a estatal ao longo dos anos. A jusante foi evidente que a situação ultrapassou os limites e o próprio depoimento cita que houve violência física. Ameaças, como a relatada pela moradora do ramal da Morena, foram praticadas por membros da estatal que não admitiam o fato dos comunitários estarem reivindicando melhorias em sua condição de moradia e se organizando para usar a vila de Balbina como base de suas reivindicações.

O concreto armado não foi posto para formar um muro repartindo a vila de Balbina, mas a divisão imaginária subsiste no local e persiste em ser lembrada sempre que se pergunta sobre essa separação às pessoas que residem ali. A discriminação é velada. Moradores da porção Waimiri tem melhores casas, mais condições de saneamento, fornecimento regular de energia elétrica, ruas alargadas, limpas, arborização frondosa, empregos dignos, bons salários e possuem melhor educação e acessibilidade à cidade de Manaus por meio de carros particulares ou ônibus da estatal. Quem vive na porção Atroari possui casas menores, menos ventiladas, ruas sujas, mal iluminadas e mal acabadas, sobrevive de subempregos, com condições educacionais duvidosas e depende da condução da empresa Aruanã Transportes para chegar à sede de Presidente Figueiredo ou a Manaus, que opera com custos acima da média e ônibus intermunicipais lotados.

Por diversos motivos, a situação de abandono persiste na vila e em outras localidades no entorno da UHE Balbina. Homens e mulheres lembram episódios da desterritorialização e a vontade de encontrar um lugar para viver após a saída forçada das terras é declarada.

[...] é como se você arrancasse o seu coração, você sair de uma coisa que você viveu trinta anos [...] trinta e poucos anos. Como é que você vai ficar? Se a gente vive cinco ou seis anos com uma coisa, já é difícil a separação, a perda. Imagine ali, que a gente enraíza. Às vezes, eu penso em vender. Aí eu penso: poxa vida, não dá pra fazer isso não (F.M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

A narrativa da moradora do ramal da Morena, moldada por sentimentos de pertença e relação de proximidade com o território, exprime em que medida a identificação com a terra remete a pessoa desterritorializada a uma condição de vítima em ações de barramento. O depoimento força a uma reflexão pautada na realidade de que na Amazônia, bioma privilegiado dentro de contextos de riqueza sociocultural e abundância de biodiversidade, a mobilidade populacional se torna problema por ser forçada pelo Estado.

A vila de Balbina está longe de se configurar, em sua essência, como um ambiente que foi destruído por um processo de desterritorialização. Sobretudo por ter sido erguida para abrigar operários que trabalharam na barragem. No entanto, a recriação do local, em sua cultura, deu-se a partir do processo de reterritorialização. Eles são visitantes assíduos da vila, conhecem seu dia a dia, pautam seu cotidiano, formam suas estruturas, ajudam a organizar serviços básicos de saúde e educação etc. De maneira que pensar a vila enquanto ponto de apoio social é observar aquele ambiente como cidade em meio a esparsos territórios desnaturalizados pela hidrelétrica.

3.3 A condição inumana dos Waimiri-Atroari

O Brasil tem 608 terras indígenas demarcadas, são 109 milhões de hectares (13% do território), 98% na Amazônia Legal. Segundo levantamento do IBGE de 2012, a população indígena cresceu 11% no comparativo com o ano 2000, e agora é de 817 mil pessoas, com 42% do total

vivendo fora de aldeias. Mas ser índio no país é um desafio, pois a elite econômica e do agronegócio, sem contar mineradoras e toda a sorte de negociantes inescrupulosos, acreditam que as áreas indígenas são desproporcionais em razão da quantidade de habitantes. Trinta anos atrás, a situação era a mesma: índios e pobres eram a escória da sociedade, a parte desprezível da população, a xepa da humanidade.

Na segunda metade da década de 1980, depois de ampla repercussão na América Latina e Europa acerca das mobilizações contra os impactos causados pela Hidrelétrica de Balbina, o Banco Mundial condicionou o financiamento da obra da usina de geração energética, que alagou terras dos Waimiri-Atroari, à fundação de um programa de mitigação dos efeitos do reservatório ao ambiente dos indígenas, denominado Programa Waimiri-Atroari (PWA, ELETRONORTE/FUNAI).

Em 1988 teve início a atividade de fazer com que as consequências da alagação fossem amenizadas via ações sociais e programas de assistência social pró-indígenas, com financiamento de instituições bancárias. O PWA teve assinalada a duração para 25 anos, sob gestão da Amazonas Energia. Pela primeira vez na história brasileira havia se passado a condução da política indigenista oficial de um povo, os Kiña, a uma empresa. O prazo para a execução do convênio expira neste ano de 2013, caso aditivos não sejam feitos.

Firmado o convênio, o acesso à terra dos Waimiri-Atroari mostrou-se bastante complicado para quem não era funcionário contratado pela estatal. A tentativa de coleta de depoimentos de forma autônoma no local foi travada, emperrada, desde então. A coordenação do programa Waimiri-Atroari passou a negar a execução de trabalhos de pesquisa na área que fossem contrários aos interesses da Amazonas Energia ou mesmo que buscassem questionar o modo de ação da estatal em face às práticas indígenas.

Apenas com o acompanhamento da direção do programa e a partir de perguntas previamente verificadas por membros da estatal tornou-se possível realizar atividades de investigação, o que tende a inviabilizar em parte a autenticidade dos dados. Por conta disso, a opção pela análise via

fontes secundárias e a apreensão de relatos orais de pessoas que viveram e/ou trabalharam próximo aos Waimiri-Atroari nos anos em que a UHE foi implantada e barrou o rio Uatumã tem sido alternativa viável para se acessar conhecimentos referentes ao modo de vida desse povo.

Um dos mais importantes pesquisadores sobre a etnia do país, o indigenista e ex-missionário Egydio Schwade, afirma que o problema dos Waimiri-Atroari começou em 1967, quando o interesse do governo pela construção da BR-174 (que liga Manaus a Boa Vista) aumentou. Isso ocorreu em pleno regime militar. Os índios tinham que ser retirados do roteiro da estrada e da mineração, conforme enfatizava o Estado ditatorial, que traçava a política de desenvolvimento do país naquela década.

Em função dos interesses no subsolo, nas fontes de energia e na especulação fundiária foram elaborados decretos-leis que reduziram o território indígena Waimiri-Atroari. Inicialmente, o território tradicional dos vários grupos que compunham o povo Waimiri-Atroari abrangia todo o vale do Rio Jauaperi (limites oeste e norte); todas as cabeceiras do Rio Urubu e médio curso desse rio, chegando às cabeceiras do Rio Preto (limite sul) e médio e alto curso do Rio Uatumã, chegando ao rio Jatapu (limite leste), conforme destacado na figura 19.

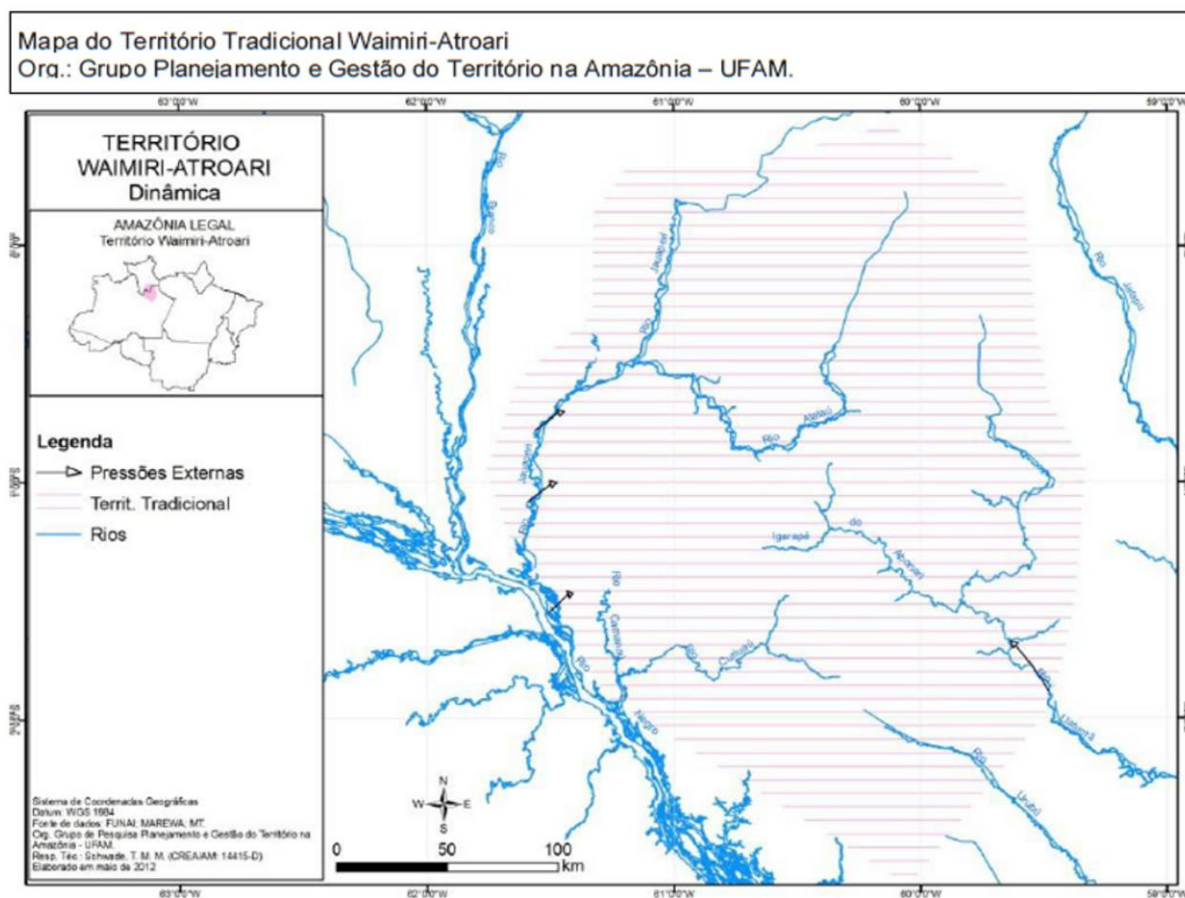


Figura 19 - Território original dos Waimiri-Atroari. **Fonte** – Schwade e Reis (2012).

Schwade e Reis (2012) apresentam o território original que os Waimiri-Atroari possuíam, antes do general Emílio Garrastazu Médici criar a “Reserva Indígena Waimiri-Atroari” por meio do Decreto nº 68.907, de 13 de julho de 1971 (MÉDICI e CAVALCANTI, 1971). No reordenamento militar da TI, houve perdas territoriais no sentido norte-sul de 300 quilômetros, restando menos de 50 quilômetros lineares na travessia da rodovia, demonstrando o encurralamento do povo indígena durante a construção da BR-174. As perdas foram sentidas também por causa de ações ilegais, o que mostra “a autoridade que os grileiros tinham dentro do governo, pois os limites da terra indígena se aproximam muito dos limites apostos das terras griladas poucos meses antes, excluindo áreas ocupadas por indígenas sobreviventes” (SCHWADE e REIS, p. 31, 2012)²⁶.

Na figura 20, nota-se mapa da redução da TI e área grilada por empresários.

²⁶ Dados acerca da grilagem na TI Waimiri-Atroari foram adquiridos recentemente junto ao Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), portanto tratam apenas dos lotes grilados no Estado do Amazonas, cabendo estudo específico para investigar se o mesmo processo de roubo do território Waimiri-Atroari ocorreu no lado do Estado de Roraima.

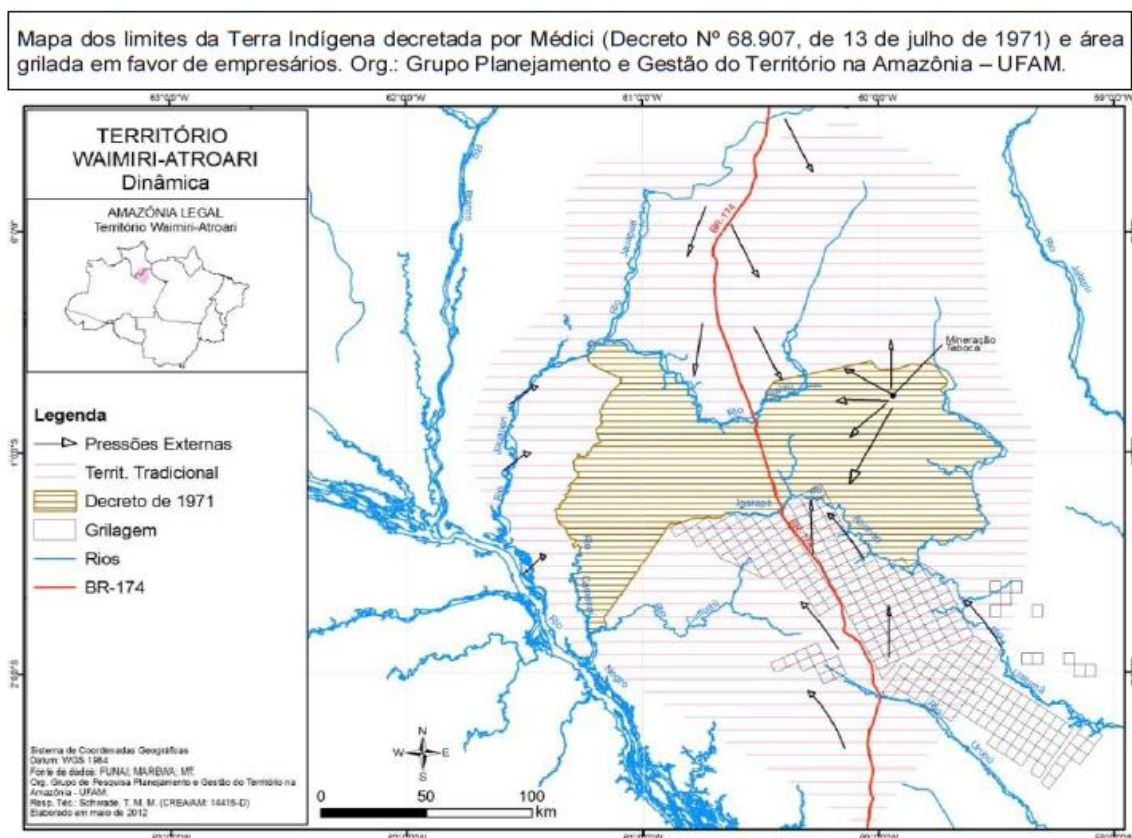


Figura 20 – Modificações ocorreram no território Waimiri-Atroari após o decreto dos militares.
Fonte – Schwade e Reis (2012).

O presidente da Funai, general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, referindo-se às diretrizes do órgão para 1972, ressaltava que o índio não podia deter o desenvolvimento do Brasil. E o coronel Arruda, comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC/Exército) das Forças Armadas, responsável pela construção e pavimentação da BR-174 em terras Kiña (Waimiri-Atroari), falou ainda mais claro, que a estrada era irreversível, como seria a integração da Amazônia ao país. A BR-174 era importante e teria de ser construída custasse o que pudesse custar aos povos indígenas. “Não vamos mudar o seu traçado, que seria oneroso para o Batalhão, apenas para pacificarmos primeiro os índios” (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 1982).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na sua 5ª Assembleia Regional, realizada em Belém em janeiro de 1975, denunciou a ação impositiva e dirigiu ao então presidente da Funai, general Ismarth de Araújo, um veemente apelo para que o governo parasse a construção da estrada e

primeiro se esforçasse para abrir diálogo com a população a ser atingida. Mas a resposta foi unilateral e negativa. O diálogo não evoluiu no sentido em que o Cimi esperava e demonstrações de força bélica na TI foram realizadas para afugentar opositores (ARAÚJO, 1975).

Segundo Ismarth Araújo, não competia à Funai a decisão da paralisação ou não dos trabalhos de construção da rodovia, pois havia a necessidade de se planejar e desenvolver a atividade de ocupação da Amazônia, posta em prática pelo regime militar, com a estrada ou sem ela (CONSELHO INDIGENISTA DA FUNAI, 1975). A abertura da mata para o asfaltamento da BR-174 aconteceu em meio a brutalidades contra os Waimiri-Atroari.

Em 1981, o general João Figueiredo revogou o decreto de Garrastazu Médici, desfazendo a denominação de “reserva indígena” e trocando-a por “área interdita, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas” (FIGUEIREDO, 1981). Nesse decreto, foi excluída a parte leste da terra indígena, chegando-se a um total de 526.800 hectares em favor da megaempreiteira Paranapanema. O documento incluiu duas áreas tradicionais retiradas no ato de Médici e excluiu outras.

A terra dos índios teve alargamento no sentido norte-sul e diminuição no sentido leste-oeste. No detalhe a seguir, estão apontadas as alterações e da mesma forma o processo de grilagem é destacado na parte inferior da figura 21.

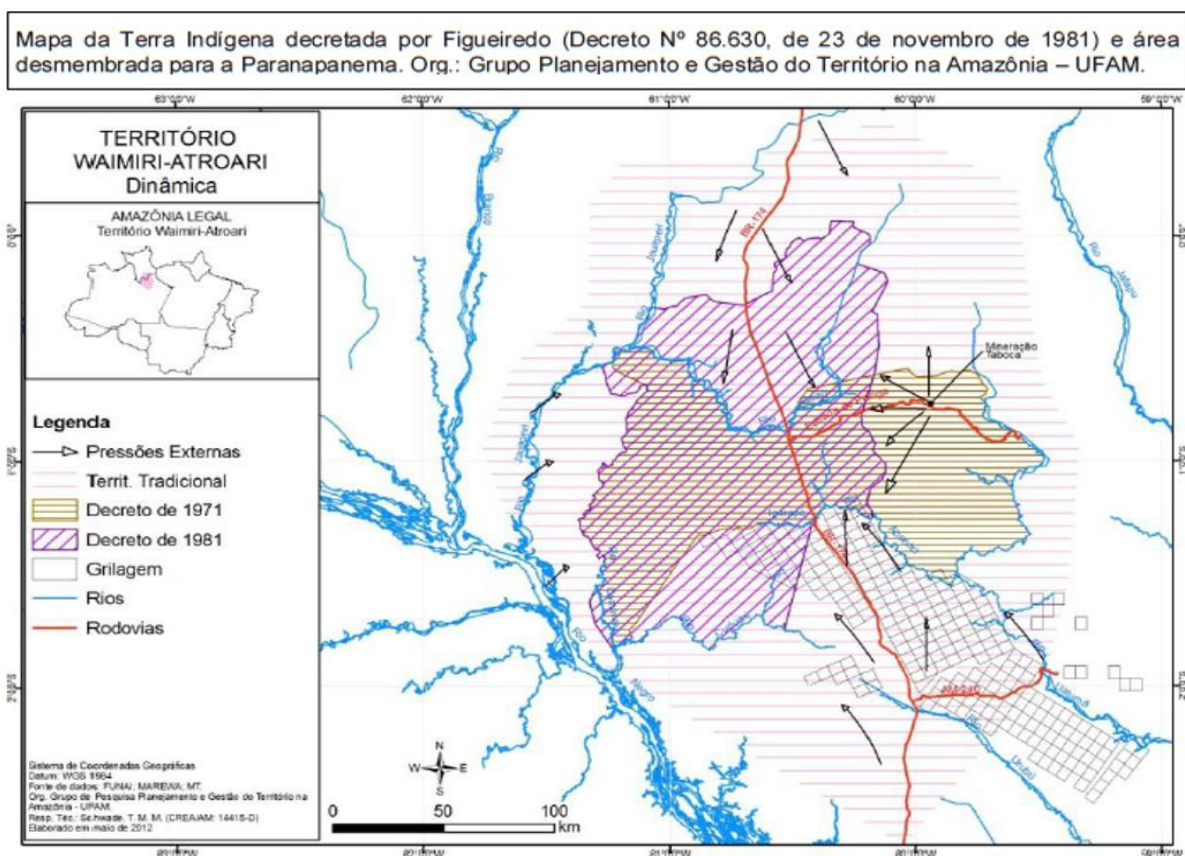


Figura 21 – Na cor amarelo, é destacada área que foi retirada dos Waimiri-Atroari e dada à Paranapanema.
Fonte – Schwade e Reis (2012).

Oito anos depois, nova redistribuição de áreas pertencentes originalmente aos indígenas e mais um decreto. O presidente Sarney homologou a Área Indígena Waimiri-Atroari (SARNEY, 1989), não antes sem reformar as delimitações. O documento permanece em vigor, apesar de ter incorporado novamente o ideal de ampliar a terra indígena a norte, a sul e a oeste e excluir grande parte da porção leste do território, facilitando a ação da indústria Paranapanema.

Foi excluída também da posse dos indígenas a área inundada pelo represamento das águas a montante da Usina Hidrelétrica de Balbina (figura 22). Nessa parte do mapa, é nítida a presença dos grileiros paulistas, cujo esquema foi avaliado em capítulos anteriores desta pesquisa e ainda está em processo de disputa judicial.

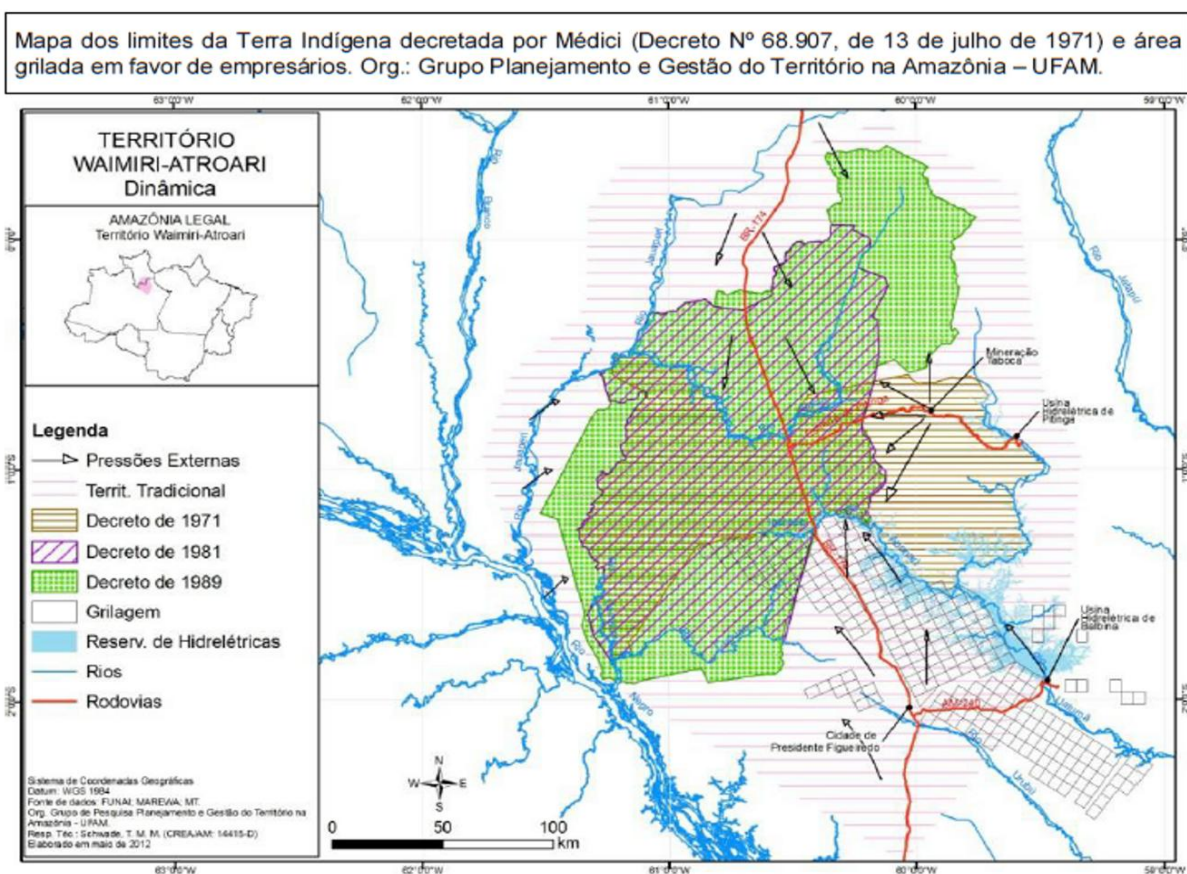


Figura 22 – Na cor verde, é destacada área que foi devolvida aos Waimiri-Atroari e dada à Paranapanema.
Fonte – Schwade e Reis (2012).

Após os decretos, foram apoiadas vertentes desenvolvimentistas para que o entorno da TI Waimiri-Atroari fosse rearranjado por meio de financiamentos de atividades agropecuárias com os programas PoloAmazônia e ProÁlcool, que beneficiaram, por exemplo, a Agropecuária Jayoro, por meio da certidão de cadeia dominial de lote registrado no cartório da Comarca de Presidente Figueiredo, segundo o registro Mat. 584/L.2-E/Fls. 193 (IASI JÚNIOR, 1978; MAREWA, 1983)²⁷.

O conflito estava posto e a ressignificação dos Waimiri-Atroari planejada para ser executada pelo próprio Estado, alheio à cultura e à existência dos tradicionais. A ressignificação é um processo dinâmico por meio do qual dado grupo social ou étnico tende a se mesclar com outro a partir de assimilações e/ou negações, o que faz com que grupos culturalmente diferentes, a partir de contatos

²⁷ Importante destacar que não está encerrado o debate sobre o histórico da criação da TI Waimiri-Atroari. Atualmente, a questão está sob decisão judicial, onde a Justiça Federal de 1º Grau e o Ministério Público Federal do Amazonas possuem um posicionamento, enquanto o TRF 1 possui outro.

coletivos, sofram influência mútua (OLIVEIRA, 1972; KOSMINSKY, 2007). A ressignificação também é entendida como fenômeno em que dois ou mais grupos com culturas diferentes entram em embate ou contacto contínuo e passam por modificações essenciais (GOW, 2003; IANNI, 1999).

No começo da década de 1980, a partir do programa da Eletrobras/Amazonas Energia de mitigação dos efeitos do lago de Balbina aos índios Waimiri-Atroari, que tiveram suas terras usurpadas em função da represa, a mútua e constante transformação tendeu em demasia a influir nos saberes e fazeres sociais da população. Nesse contexto, tendo em vista a descontinuidade das representações sociais de mundo dos Waimiri-Atroari e a aceleração no processo de dispersão cultural em face ao contato com populações urbanas, as relações humanas dentro da aldeia passaram por uma dinâmica de ocidentalização (JAMESON, 1996; IANNI, 2000; HOBBSAWM, 1994, 2000).

O programa da estatal mostrou forte tendência em desrespeitar a autonomia dos Waimiri-Atroari, com graves resquícios de falta de alteridade ante saberes ancestrais indígenas. E foi dirigido a partir de uma rígida estrutura de autoridade, onde a figura de um coordenador não indígena se sobrepôs às lideranças tribais. O programa, ao incentivar o individualismo e o personalismo (ELIAS, 1990), contribuiu para o rompimento da consciência coletiva da integração social. A partir da fricção interétnica, o declínio dos valores dos Waimiri-Atroari não tardou a ser observado.

Se por um lado este programa tenha prestado assistência de saúde aos Waimiri-Atroari (o que era obrigação do Estado Brasileiro), e que nele tenham trabalhado pessoas de boa vontade, por outro os danos psicológicos, sociais e para o registro da verdade da história de crimes contra este povo é incalculável. A Funai se mantém estrategicamente à distancia dos novos acontecimentos, enquanto a empresa que alagou grande parte da reserva desses índios dirige o destino desse povo. Como se vê, esta política tem tudo a ver com a estratégia de ação do Estado e das [14] empresas [interessadas em explorar recursos naturais] nesta área, mesmo que muitas pessoas que trabalharam e trabalham no Programa Waimiri-Atroari não se deem conta disso por ingenuidade ou desconhecimento da história. (SCHWADE, Egydio. Casa da Cultura do Urubuí, 9 de abril de 2012. In <http://urubui.blogspot.com.br/2012/04/estrategias-de-ocultacao-da-historia.html>, acessos em 9/04/2012).

O depoimento aponta para a existência de empresas interessadas em explorar recursos naturais dispostos no decorrer do curso do rio Uatumã e da área de influência do Pitinga, com seus

minérios comercialmente viáveis para a venda nos mercados nacional e internacional. Por ordem de listagem em documento da Funai, datado de 24 de fevereiro de 1971, foram descritas pelo menos 14 companhias que aguardavam para explorar o bioma: Santa Cruz Ltda., Alnorte Ltda., Igapó Ltda., Rio Negro Ltda., Gramado Ltda., Yamane Ltda., Delta Ltda., Pérola Ltda., Vila Rica Ltda., Santa Inês Ltda., Agro Vargas Ltda., Santa Paula Ltda., Guernica Ltda. e Santa Rita Ltda (SCHWADE, 1990).

O documento atesta o interesse de grupos empreiteiros em invadir e comercializar territórios ocupados pelos Waimiri-Atroari. Isso dá uma mostra das pressões econômicas e políticas que ocorriam na época para que as terras imemorais dos indígenas fossem usurpadas e os Waimiri-Atroari expulsos para áreas menores, onde era mais difícil a obtenção de alimentos, a execução de festas temporais e a prática de ritos, influenciando na redução de territórios de convivência para os Kiña, o que implica em disfunções nutricionais e indisposição para práticas históricas.

Sobre a temática, estudos de Arruda *et al.* (2003) indicam que cada vez mais são frequentes mudanças alimentares entre indígenas que mantém relação de proximidade com a civilização de consumo, os quais passam a substituir a caça e pesca tradicionais, o consumo de fibras vegetais, o plantio comunitário de itens florestais, por alimentos calóricos e gordurosos, gerando sobrepeso e diminuição na mobilidade física, afetando em prejuízo a conhecimentos associados à identificação e utilização da flora e fauna para o sustento.

Os Waimiri-Atroari, além do problema da modificação da alimentação, por terem de conviver e enfrentar a política para a ocupação da Amazônia datada e ditada pelo regime militar, viram-se frente a uma degradação cultural que causava escassez e desordenamento da imensa riqueza de conhecimentos sobre o papel do bioma no cotidiano das aldeias, dos conjuntos de indivíduos caciques e xamãs dentro das etnias e dentro da organização familiar das tribos. E “tais conhecimentos são de utilidade não só para o índio, como também para o branco (*sic!*), podendo contribuir para um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia” (MILLER *et al.*, 1989, p. 50).

Embora aparentemente o programa da Amazonas Energia tenha se proposto a dar voz aos Waimiri-Atroari, pô-los em evidência a partir de seus costumes, fortalecer os índios mediante a consolidação de suas tradições, por outro lado eles foram assujeitados e hoje tendem muito mais a tomar para si como verdadeiro enquanto projeto de vida aquilo que é ocidental, aquilo que não participou de sua formação indígena, que não os representou em momento algum. Isso significa que a busca pelo conhecimento, pela construção de si mesmo, de autoconsciência, foi enfraquecida também mediante ressignificações do universo alimentar dos aldeados. Uma ressignificação velada, não declarada, manifesta em aspectos psíquicos agressores dos Waimiri-Atroari.

Além da alimentação, a proteção do território de ações predatórias em diferentes níveis, garantindo o usufruto exclusivo dos recursos naturais pelos Waimiri-Atroari como ação para manter os índios com a tutela de sua área, mostrou-se pouco positiva, haja vista a perda parcial da territorialidade exercida pela etnia sobre a área, no sentido da dominação do ambiente e do pertencimento afetivo das populações. Uma dominação do ambiente, nesse sentido, fragmentada com a pretensa neutralidade da Amazonas Energia ante as tradições da etnia.

A empresa não admite ter praticado qualquer ato que pudesse pulverizar práticas indígenas alimentares e ritualísticas, mas isso tem sido impossível de ser investigado no decorrer do programa. Com o impedimento à entrada de qualquer pessoa não autorizada pela direção da empresa dentro da TI Waimiri-Atroari, o discurso da Amazonas Energia recaiu em um círculo vicioso, puramente retórico, posto que a objetividade e a ética foram entrecortadas pelos interesses da estatal a partir do momento em que houve a necessidade de se constituir uma autoridade externa perante os membros da aldeia para que o processo de domesticação fosse facilitado.

O que demandou dessa realidade foi uma situação de incerteza e um sentimento de injustiça. Com a prerrogativa de barrar pessoas que solicitassem visitar a área e obter informações diretas com os indígenas, a Amazonas Energia pôs em xeque a plausibilidade e a credibilidade do programa de mitigação dos efeitos do reservatório da UHE. Hoje, não é possível saber com razão se

ou até que ponto relatos oficiais apresentados sobre os Waimiri-Atroari por parte da Amazonas Energia são verdadeiros, pela causa óbvia de que não é possível um acesso independente, não orientado pela estatal à área, que possa analisar o cotidiano dos Waimiri-Atroari, investigar as condições atuais de habitus e costumes, comparar com o passado recente desses aldeados.

Mediante a situação, são passíveis de questionamento as afirmativas do programa Waimiri-Atroari da Amazonas Energia referentes a ações que envolvam: i) o reconhecimento da legitimidade da ocupação dos Waimiri-Atroari na área inundada e da necessidade de compensação financeira aos impactos ambientais e sociais provocados; ii) a gestão institucional das aldeias a partir da demarcação da TI; iii) a indenização das benfeitorias e roças dos índios existentes na área de influência do reservatório de Balbina; iv) o financiamento para a reconstrução de novas aldeias e roças; v) e o remodelamento dos postos de apoio da Funai para assistência.

A situação dos Waimiri-Atroari que integram o programa da Amazonas Energia pode ser interpretada quando é afirmado que os socialmente excluídos, aqueles que parecem não ter voz e não ser vistos, delegam tomadas de decisão a plenipotenciários²⁸ com a finalidade de não mais aparentar ser transparentes e finalmente existirem perante o poder público. Quanto mais despossuídas são caracterizadas as pessoas, sobretudo culturalmente, mais é dito sobre elas que as mesmas estão obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política. De fato, indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem capacidade nem poder de se fazerem ouvir, estão diante da possibilidade de calar ou de serem calados (BOURDIEU, 1999, 2001; BARBOSA e BARTOLI, 2012).

Todavia, esse nem sempre foi o caso dos Waimiri-Atroari. Há 25 anos, eles tem sido vítima de um processo de domesticação orientada pelo estratagema do dinheiro. O real sentido do acordo da estatal com os indígenas tem sido, à base de verbas direcionadas, cooptar lideranças com representatividade e trazê-las para junto da ideologia do Estado. A estratégia tem sido beneficiar

²⁸ Ministro, mandatário, delegado, porta-voz, deputado, parlamentar. É uma pessoa que possui representação para fazer valer os interesses e direitos de uma pessoa ou um grupo.

líderes Waimiri-Atroari que, por sua vez, tendem a retribuir os benefícios exercendo funções desejadas pelo governo. Essa ação desastrosa de convivência iniciada nos anos 1980 não é um problema do passado. Ela vem se repetindo.

Eles estão ‘amarrados’. Dizem que, se não ‘entrarem no jogo’, passarão fome. Eles sabem que estão sendo objeto de jogo [...] Eles “caíram” nessa de ganhar 30 mil reais por aldeia e cesta básica. Quando eles perceberam que ganhavam dinheiro por aldeias, passaram a multiplicá-las para cada uma ganhar 30 mil reais. Então, muitas comunidades indígenas se dividiram, se esfacelaram e se enfraqueceram [...] Os arara, os juruna, principalmente as comunidades que vivem na Volta Grande do Xingu. Dizem que os caiapó também já receberam benefícios, mas não tenho certeza. Sei que já venderam a madeira que tinham anos atrás. Os índios mais jovens gostam de receber dinheiro e entraram no jogo da sociedade não indígena. Eles deixaram de caçar, de pescar, e isso contamina a mística deles, de luta pela sobrevivência através do esforço. (WENTEL, pp. 2012).

Os Waimiri-Atroari, mesmo ricos culturalmente, com tradições e história coletiva, vem sendo afetados pela tormenta de atividades aliciadoras da empresa de energia elétrica por causa do controle imputado e da vigilância exercida no contexto do programa. A Amazonas Energia forçou um mascaramento das relações sociais assimétricas estabelecidas por uma administração indigenista que subordina os índios a processos decisórios de planejamento, execução e avaliação, incorporando-os em sua política publicitária (BAINES, 2000).

A começar pelo primeiro contato direto — quando o PWA desmontou duas aldeias que viriam a ser alagadas pelo represamento de Balbina e, depois, para compensar a atividade, o Programa ofereceu uma viagem com tudo pago a um grupo de liderança Waimiri-Atroari para Tucuruí/PA, onde sabidamente o governo tem projeto hidrelétrico e houve a alagação de terras dos Parakanã — vem sendo notória a situação vexatória com que se estabeleceu o diálogo com os indígenas. A ação foi executada pela própria coordenação do Programa Waimiri-Atroari.

Toda a terra Waimiri-Atroari era ocupada. Por toda a parte morava gente. Gente que tinha o seu projeto e programa de vida bem organizado, dentro de uma geografia onde eles eram os sábios. Tinham caminhos organizados por todo o território. Possuíam uma economia que satisfazia as necessidades da população e previa um futuro cheio de esperança. Conheciam a floresta palmo a palmo. Cada rio e igarapé, cada acidente geográfico, cada planta, ave, inseto, cada bicho tem seu nome em kiñayara (Língua Waimiri-Atroari). E tudo tem um significado no universo do povo Kiña (SCHWADE e REIS, p. 21).

A negociação pela Amazonas Energia de sua política de dominação dos Waimiri-Atroari

pelo dinheiro só ratificou o equívoco em que se concretizou a ação de mitigação da empresa em linhas gerais. A estatal preferiu agir com meandros de dominação cultural, fortalecendo relações clandestinas e marginais, pautadas pela força do capital entre os aldeados. Um dos pilares desse processo de dominação se fortaleceu quando foi anunciado em 1990 pelo governo federal que R\$ 12,1 milhões seriam repassados aos indígenas a título de compensação pelo alagamento de suas terras imemoriais. Além disso, a informação de que o dinheiro dos *royalties* (compensações financeiras da Amazonas Energia) advindos da UHE Balbina começaria a ser destinado aos índios a partir do momento em que o PWA se consolidasse foi decisiva (PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI, 1987, 1987b).

A armadilha financeira funcionou e a capacidade dos indígenas para formular conceitos, definir posicionamentos e se constituir como sujeitos tão complexos quanto qualquer sujeito imerso na realidade urbana foi reconfigurada sob a égide de indivíduos não indígenas, no caso os membros do PWA, o que fez com que sólidas práticas ancestrais fossem deslocadas para uma esfera desarticulada da realidade da etnia. O resultado do apagamento das formas de ser e estar em um plano amazônico, não urbano, foi efetivado à medida que eram oferecidos aos indígenas empregos burocráticos, remuneração mensal em papel-moeda e conseqüentemente incutidos artificialmente neles desejos pragmáticos que o dinheiro podia comprar, propagandeados por veículos de comunicação de massa para alimentar a indústria do consumo (PADILHA, 2006).

Essa indústria busca sentido justamente na dispersão e instabilidade que os indígenas começaram a fomentar em si mesmos ao estreitarem contato com o modo de vida urbano que o PWA sugeria ser o melhor para eles, implicando na valorização de bens materiais e posição financeira em detrimento à formação espiritual, ética e intelectual dentro da aldeia (CHESNAIS, 1996; BAINES, 2000). Ao serem estimulados comportamentos avessos a tradições imemoriais, os Waimiri-Atroari passaram a sentir muito mais a força do ideal ocidental de individualismo, liberdade e realização financeira por parte da coordenação do programa estatal de mitigação dos

efeitos do reservatório de Balbina do que as práticas coletivas e míticas de mobilização social.

[Houve] o surgimento de 'um novo personagem', o 'índio funcionário', uma categoria de jovens, aparentemente oportunistas, mais interessados no emprego do que na causa indígena, que preferiram se opor ao movimento a pôr em risco seus cargos recém-adquiridos. Os funcionários índios serviam a Funai, vendo seu próprio papel como o de "civilizar os Waimiri-Atroari", e impor uma ideologia hegemônica desenvolvimentista. Muitos haviam trabalhado, como operários, em grandes projetos de desenvolvimento regional como a construção da estrada Perimetral Norte na região do alto Rio Negro, da estrada BR-174 no território dos Waimiri-Atroari, e da construção da Usina Hidrelétrica Balbina. Alguns tinham uma longa experiência urbana em Manaus e outras cidades. Viviam e aplicavam todos os preconceitos pejorativos da sociedade regional sobre o índio (BAINES, 2000, p. 151).

Significação marcante que pode ser interpretada a partir do trecho destacado é a especificidade da relação entre vida e trabalho para os índios. Enquanto servidor público contratado pela estatal para realizar atividades, um Waimiri-Atroari tende a ter modificados seus valores devido acentuada dificuldade em estabelecer vínculos profundos com suas práticas sociais para se dedicar a atividades outras, externas à aldeia, que na visão não indígena poderiam ser motivo de orgulho ou honra (BRASIL, 1986). E objetivamente essa visão tem sido incutida nos Waimiri-Atroari.

Atualmente, observa-se o desejo de servir à sociedade enquanto funcionário público, ser útil ao mesmo Estado que pratica o desenvolvimentismo. Foi tal a idealização que o PWA não teve como deixar de transparecer o fato das representações sociais sobre o papel dos índios na manutenção de seus próprios costumes estarem começando a ser remodeladas e a inserção de valores da sociedade ocidental nas histórias de vida daquela população nativa tendeu a ser decisiva para a aceitação passiva ao programa estatal.

As palavras, como produto da cultura dos Waimiri-Atroari, que sempre ajudaram a dar sentido à realidade deles, passaram a ser modificadas para a construção de um novo mundo. Surgiu para os índios o mundo da rudeza do trabalho, entendida aqui a noção de trabalho enquanto atividade cansativa, enfadonha e inóspita. O plantar e o cultivar, a caça, a pesca, ou seja, aquilo que antes se interpretava como algo prazeroso, passou a mudar e foi cedendo espaço para trabalhos

assalariados e burocráticos.

A intenção de receber pagamento mensal, de modo individual, pouco contribuindo para a coletividade nas aldeias, tendeu a crescer entre índios assistidos pelo PWA. O trabalho enquanto ferramenta para a promoção da felicidade, promoção daquilo que é necessário para a manutenção dos agrupamentos étnicos, daquilo ensinado por tradição oral no âmbito da população Waimiri-Atroari, tornou-se menos atrativo do que atividades dentro da estrutura hierárquica do programa da Amazonas Energia.

O reconhecimento do problema, pautado na instalação da usina e no reservatório formado a partir do represamento do Uatumã, indicando que os indígenas tinham conhecimento acerca da barragem oriunda da construção da Usina Hidrelétrica Balbina, com prejuízo à fauna, flora e à população em geral, foi suspenso em seu nível representativo a partir da negociação aceita pelos Waimiri-Atroari. Em consequência do rebaixamento do grau de importância dos impactos da usina, ocorreu a diminuição da propensão dos atingidos a se organizarem enquanto população com objetivo comum de lutar por seus direitos.

A prioridade da pacificação dos Waimiri-Atroari foi remover o obstáculo que os índios representavam para o “desenvolvimento”, ou seja, aos projetos do governo na área: a BR-174, a mineração, o gado e a construção de Balbina. O método de pacificação consistiu em um processo de aliciamento, sedução e redução dos índios para dar lugar e proteção aos invasores, aos construtores dos projetos oficiais e oficiosos do Governo (IASI JUNIOR, 1978, p. 86).

A exclusão social e os conflitos vividos pelos Waimiri-Atroari no passado recente, sobretudo por causa da construção da BR-174, tornaram a etnia arredia ao contato com a sociedade urbana, mas também os fez ficarem mais ávidos por paz, a qual foi conseguida à custa de negociações assistencialistas praticadas pelo Estado, florescendo a exigência de novas formas de adaptabilidade aos índios.

A histórica agressão às pessoas e aos territórios pertencentes a essa etnia — aldeias inteiras foram dizimadas por expedições militares ou matadores profissionais, porque sua população era tida como empecilho à livre exploração das riquezas naturais existentes nas terras que ocupavam —

faz parte de um amplo processo de imposição de novos significados, o qual já vem sendo observado ao longo dos anos.

Manipular a ressignificação de saberes e fazeres gerou o amansamento dos indígenas, característica que foi convertida em domesticação da população em razão da maneira pela qual os índios percebiam suas terras, seus saberes, seus fazeres e depois tiveram de refazer suas representações sociais, as quais passaram a ter um interlocutor, o PWA. Com as paixões estagnadas, as transformações enfrentadas pelos índios tinham hora marcada para acontecer: era quando a estatal programava, quando a coordenação do Programa Waimiri-Atroari queria ou quando os agentes permitiam.

Dentro do processo de observação da realidade dos indígenas em face ao oferecimento de assistencialismo por parte da estatal, notou-se certa vez um caso emblemático em uma visita de campo relatada por um ex-trabalhador da empresa Paranapanema, ao ser presenciada a situação de escolta praticada por funcionários do PWA. O ocorrido se deu quando grupos de indígenas recebiam atendimento médico-odontológico na aldeia por meio da ação de profissionais da saúde que tinham viajado até a TI e passavam alguns dias fazendo seu trabalho.

Em certo momento, o antigo empregado da megaempreiteira viu em que medida funcionários da Amazonas Energia acompanhavam, lado a lado, membros da aldeia para serem consultados. Durante todo o trajeto, eles levavam e traziam índios como que para protegê-los do agente externo à tribo, parecendo querer escutar, ver, saber o que conversam com o profissional da saúde, tentando capitaneá-los. “Para mim, foi estranho, muito fora do normal. Eu vi e foi uma situação estranha. Parecia que os índios eram uma espécie de propriedade do programa [Waimiri-Atroari]” (D.S., 51, pesquisador, ex-funcionário da empresa Mineração Taboca, pesquisa de campo, 2012).

A caracterização da imagem da decadência, para o ex-funcionário da Paranapanema, foi a visão de um indígena tendo de ser tangenciado, como se fosse inoperante, para uma simples

consulta odontológica dentro da própria aldeia. Aquilo ficou marcado para ele, que em seu depoimento destacou, intrinsecamente, a necessidade da restauração da real independência dos Waimiri-Atroari em sua região, construída a partir de idas e vindas livres e factuais dos habitantes em seu território.

De fato, o que era para ser um programa que abriria espaço para novas oportunidades de reafirmação de comportamentos e crenças imemoriais, deu impressão de ter sido transformado em um amontoado de atividades desconexas que fomentaram embaralhamento e confusão das existências naquela área. O que significa dizer que, represado o rio Uatumã e iniciado o PWA, as vidas ali em desenvolvimento sofreram baque e também foram represadas, detidas, estancadas. No IV Tribunal Russell em Rotterdam (Holanda) foram denunciadas as agressões contra os Waimiri-Atroari.

[...] queda absolutamente claro que existen graves violaciones de los Derechos Humanos. Etnocídios. [O que ocorreu foi] El despojo de tierras indígenas mediante la violación de Tratados, acuerdos o principios jurídicos internacionales [...] La apropiación de los recursos naturales de los indígenas [...] Invasiones no controladas de tierras indígenas por parte de no-indígenas, lo que indica claramente las intenciones etnocidas y genocidas. (CUARTO TRIBUNAL RUSSEL SOBRE LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LAS AMÉRICAS, 1980, p. 39).

Dez anos depois de Rotterdam, em 1990, o Primeiro Tribunal dos Povos que se reuniu em Paris, França, após analisar casos envolvendo crimes contra povos indígenas, entre eles o Waimiri-Atroari, pressionou o governo brasileiro a promover “a punição efetiva e rápida dos responsáveis diretos e indiretos, por atos que configuraram o extermínio coletivo.” (TRIBUNAL PERMANENT DES PEUPLES, 1990, p. 32).

Grande parte do que foi realizado pela estatal para mitigar impactos do reservatório de Balbina sobre os indígenas pesa hoje como obra incompleta, não narrada, marcada a partir de um drama social porque foi forjada via modelo imposto, mediante práticas exógenas aos habitantes da área. O conjunto de recalques físicos e psíquicos que o processo de agressões morais ocasionou aos Waimiri-Atroari só incentivou o arquivamento da alma dos índios em algum lugar esquecido do

inconsciente. Esse arquivamento catapultou-os para dentro de uma dinâmica de exclusão simbólica, taxativa, muda, opressora e totalmente ocasionada pela falta de planejamento para a implantação de grandes projetos de geração energética na Amazônia (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 1982, 1988; JORNAL DO COMÉRCIO, 1988).

Sondra Wentzel, antropóloga alemã que integrou o PDPI, programa de apoio a projetos indígenas voltados para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, em carta a Eletrobras, já expressava sua preocupação quanto à construção da Hidrelétrica no território Waimiri-Atroari em 17 de março de 1983. O Presidente da Eletronorte, Douglas Souza Luz, e o Diretor de Suprimentos da Eletronorte, Newton Burlamaqui Barreira, negaram que houvesse ameaça aos índios com a futura formação do reservatório de Balbina, nos seguintes termos:

A apreensão de V. Sa. não procede, nem tampouco tem qualquer fundamento, pois os fatos não são assim como expostos em sua carta [...] serão provavelmente atingidos somente 490 km² dentro da área outrora de perambulação dos silvícolas, cuja presença hoje em dia ali não mais se registra, fato que atribuímos à acentuada tendência migratória dessas populações [...], onde, inclusive, pelo êxodo havido, não mais se registrava a presença de aldeamentos. Por essa razão, causaram-nos profunda surpresa as afirmativas de sua carta, somente admissíveis como fruto de certo alheamento em relação aos fatos ligados à realidade do Brasil. Salientamos que entendemos como absurda a sugestão de paralisar um programa de aproveitamento energético de suma importância para nosso país, o qual, mais do que nunca, precisa superar a dependência ainda existente em relação as fontes não renováveis de energia. A construção da Usina Hidrelétrica Balbina, assim como de outras no Brasil é de tão grande importância quanto a preservação etnológica de nossos ancestrais (LUZ e BARREIRA, p. 1, 1983)

Os indígenas atingidos pela barragem não são feitos apenas de projetos, dinheiro, coisas materiais, mas também de sentimentos, ressentimentos, tradições, conflitos e acontecimentos. De forma que ensaiar o apagamento e a posterior ressignificação dos costumes e ritos dos Waimiri-Atroari, desenhando-os em contornos ocidentais, foi como entalhar novamente uma cicatriz que já fora estabelecida com o massacre imposto pelo regime militar à etnia na década de 1970.

A situação foi parcialmente revivida pelo PWA, mas sem sangue derramado, sem projéteis, sem bombas. A higienização das ações e o silenciamento dos tiros marcam até hoje a domesticação sofrida pelos indígenas. Com a domesticação operada pela Amazonas Energia, a esperada

resistência não se configurou.

Cooptados pela força do dinheiro e a atratividade do consumo de coisas tipicamente urbanas, adornados pelo perfume da luxúria que a cidade de concreto oferece a preços razoáveis, os hoje cativos Waimiri-Atroari enfrentarão dilemas paradigmáticos ao final do ano de 2013, quando o auxílio financeiro da estatal deverá cessar e a vida terá de ser mantida a qualquer custo naquela sociedade étnica, para o bem e o mal dos aldeados.

Um novo sentido para suas vidas terá de ser encontrado; se não puder ser identificado espontaneamente, terá de ser incitado; se não for possível incitá-lo, terá de ser inventado do espólio e das cinzas do PWA; e se nem depois do que restou do processo de domesticação e arquivamento das mentes e dos desejos indígenas puder haver uma reinvenção dos costumes e ritos, toda a sociedade brasileira terá de conviver com o peso do esmagamento de uma população tribal, ancestral, secular, rica em memórias e histórias de vida, como se fosse um símbolo à insanidade que só busca enriquecer metrópoles, engordar sistemas bancários e achincalhar minorias, aumentando a profundidade da vala comum da desigualdade social.

Com a desculpa de que pessoas moradoras de áreas isoladas e sem benefícios da técnica capitalista almejam a construção de estradas, a implantação de hidrelétricas e a aceleração do progresso, foi implantada a UHE Balbina. Mas a economia (ciência e atividade produtiva) só faz sentido na medida em que agrupa em seu crescimento a evolução equilibrada e justa, a consciência ecológica para a sustentabilidade e progresso rumo à qualidade de vida. Fora disso, um modelo econômico que suprima a natureza só pode ser visto como aliado da realidade e aquém das necessidades dos seres humanos.

Para os Waimiri-Atroari, o progresso social entendido enquanto melhoria das condições de existência, apenas em parte foi alavancado, pois em seus saberes históricos e orais essa etnia já advertia que o modelo individualista e egocêntrico se esgota por si mesmo e é sintoma de uma ruptura mais profunda: do ser humano com seu espírito, sua família, com os amigos e com a mãe

terra em última instância.

Capítulos dessa ruptura já ocorreram com maior ênfase nos últimos dois anos, a partir de conflitos entre indígenas e pescadores, no lago de Balbina, quando integrantes da Associação dos Pescadores Esportivos do Amazonas (Amap) denunciaram que índios avançaram a Terra Indígena Waimiri-Atroari dez quilômetros dentro do lago de Balbina e efetuaram prisões e apreensões de pescadores. Os indígenas estariam, segundo eles, com armas de fogo e agindo com conhecimento do Programa Waimiri-Atroari, em uma evidente situação de conflito.

O episódio mostra que a relação entre índios e não índios no entorno da UHE Balbina é polêmica quanto à manutenção alimentar e ao uso regular de terras e áreas de pesca. A tensão aflora em momentos de disputa por itens naturais tanto quanto ocorreria entre etnias diferentes ou comunidades distintas que concorressem por um mesmo recurso. Sem agente regulador das trocas simbólicas, as disputas de poder se acirram e repercutem. O racismo dos não indígenas contra os Waimiri Atroari é um dos fatores que geram o problema.

Cor da pele, tipo de cabelo, de comida, de vestimenta e odores corporais são elementos que servem para ridicularizar os índios a partir de depoimentos capciosos. O comportamento segregador dos não indígenas em relação aos Waimiri-Atroari é uma mistura de opiniões interpostas da sociedade urbana acerca dos modos de vida dos índios. A resposta surge na mesma moeda, com ameaças de morte, ocupação indevida de territórios e afronta às normas de convivência em sociedade.

A crise ecológica e de civilização que se vive revela um distanciamento do ser humano e de toda a sociedade do que é transcendente da vida, do espiritualismo e das tradições, além de a tudo caracterizar como mercadoria, a tudo querer dominar e tornar venal. O caminho da autonomia exigiria o não apagamento das marcas de alteridade dos indígenas e dos próprios não indígenas, o incentivo à capacidade de reconhecer-se como sociedade de valor, e ainda uma atitude diferenciada diante do PWA, a partir da qual a apropriação dos modelos externos, capitalistas, não fundisse a

sociedade Waimiri-Atroari e turvasse o espetáculo econômico que o programa teria supostamente proporcionado aos indígenas impactados.

A dominação foi exaustiva, não só aos dominados, mas aos dominantes, que mostraram dificuldade em incorporar princípios libertários às atividades no PWA. E assim persiste o problema da reconstituição moral dos Waimiri-Atroari que sobreviveram à doutrina da invasão territorial e mental e agora procuram refazer a soberania e autodeterminação por vezes de maneira agressiva contra não indígenas; agora querem caminhos para pensar como suas ocas contemporâneas poderão novamente tornar-se espaços em que a introspecção não será mais substituída por uma interação frenética e frívola.

Um recurso para identificar alternativas para a etapa que se avizinha aos Waimiri-Atroari é compreender quais as consequências que o PWA legou à etnia e aos comunitários do entorno da UHE, tendo como ponto de vista a centralidade da produção energética enquanto pano de fundo para o controle sobre uma comunidade milenar. Os aldeados deverão propor debates em relação ao projeto energético federal, o qual teve e tem ainda impactos sobre sociedade e ambiente.

Os índios não tenderão a idealizar alternativas do mesmo porte sem mencionar atitudes predatórias de megaempreiteiras e da concessionária energética nos últimos 25 anos em Balbina. Esse grupo se apropriou do processo de extração e transformação da matéria-prima para a geração de energia e a comercialização de minérios. A experiência conflitante deverá ser ponderada, em que pese a necessidade de se recompor a sociedade indígena na TI.

As mesmas indústrias, com discursos contraditórios em favor da sustentabilidade, não recuaram em suas atividades e muito menos aceitaram resguardar as necessidades primordiais de populações minoritárias, como é o caso dos Waimiri-Atroari. O Estado, que por sua vez também foi omissor no papel de manter social e ambientalmente uma população tradicional, privilegiando o universo consumista em prejuízo aos saberes tradicionais, também deverá ser acionado para responder por seus atos.

Os índios, em suma, tenderão a questionar o Estado sobre o capital que acelerou, pressionou e invadiu suas terras imemorais. Essa lógica, ao invés de os libertar para a autodeterminação, aumentou a exploração sobre eles e os ressignificou negativamente. O sistema econômico fez com que se produzisse para o mercado cada vez mais no entorno das aldeias, criando um círculo vicioso em que a energia acabou sendo um dos polos centrais para essa apropriação. Como resposta às afirmações do governo federal sobre a necessidade energética das grandes cidades, os índios poderão retrucar que é justa a soberania energética, mas sem controle de megacorporações.

A constituição brasileira de 1988, no artigo 231, resguarda aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e protegê-las. São eles detentores de saberes primordiais, de farto arcabouço imaterial e história social rica, mas no entorno de Balbina o que se notou foi um conflito entre preservação ambiental e manutenção da diversidade cultural. Os Waimiri-Atroari foram rebaixados pelo Estado com patrocínio de uma empresa estatal, em sua liberdade para a autodeterminação.

O PWA, a partir do qual Funai e Amazonas Energia passaram a administrar a política indigenista na área, declarava ter por objetivo “ampliar a compreensão dos mesmos [Waimiri-Atroari] acerca da realidade sociopolítica brasileira” (PROGRAMA WAIMIRI-ATROATI, pp/única, 1987). Na visão de Schwade e Reis (2012), o objetivo era outro, o de convencer os índios de que eles não tinham condições intelectuais de resistir e muito menos contrapor os projetos de dominação e doutrinação da sociedade urbana (JORNAL O GLOBO, 2011). E ainda. “O Programa Waimiri-Atroari submeteu a política indigenista local às empresas interessadas em sua terra e recursos naturais” (SCHWADE e REIS, p. 73, 2012).

Em um período mais recente de avaliação da política indigenista do PWA, Souza (2009) relata que

[...] os líderes Waimiri-Atroari envolvidos no processo de sujeição-alienação vêm colaborando com os propósitos da FUNAI, no qual foram induzidos a apresentarem um discurso imbuído de autenticidade e autodeterminação indígena. Isso fez com que muitas pessoas atribuíssem ao PWA o mérito de salvar esse povo da extinção [...] Durante as

visitas que fizemos à sede do Programa, observamos que os funcionários procuram esconder os Waimiri-Atroari como se fossem “coisas” raras. E quando acontece de driblarmos essa vigilância, nos aproximamos deles, dialogamos com tranquilidade, não colocam obstáculos a nossa aproximação. Porém, quando um dos funcionários se aproxima e toma parte do diálogo, dirigindo a conversa; eles acatam em silêncio, baixando a cabeça, como se nada tivessem dito. Para o PWA, só são bem-vindas aquelas que têm vínculo com a Eletronorte e Paranapanema, ou grupos empresariais (p. 42).

A política de domesticação ou extermínio contra os Waimiri-Atroari fizeram parte de todo um aparato de repressão que funcionou à força de armas do Brasil até 1985, por causa do regime militar. Depois, porém, a influência do capital multinacional e das megaempreiteiras com seu jogo especulativo se encarregaram de dar continuidade à violência física e psíquica contra os tradicionais. Com proteção arranjada pelo fenômeno dos projetos de grande investimento na Amazônia, sob patrocínio do capital especulativo e de grupos partidários das classes urbanas do país, esses empreendimentos de extenso porte, adotados enquanto ações para modernizar áreas de bioma não têm oferecido condições para o desenvolvimento humano, da diversidade social e dos ecossistemas na floresta tropical.

CAPÍTULO IV

PARA ALÉM DA TRAGÉDIA

“Há motivos para sermos (hoje) mais otimistas quanto às perspectivas do desenvolvimento da Amazônia. Todavia, deixar completamente de lado as perspectivas pessimistas seria neste momento um exercício de perigosa ingenuidade.”
(SERRA e FERNANDEZ, 2004, p. 128).

A transformação da natureza amazônica em mercadoria e a promoção do sistema capitalista em uma área de bioma, fazendo da realidade um meio instrumental para fins desenvolvimentistas, foram ações propagandeadas pelo regime militar (1964-1985) para justificar a ocupação inconsequente do bioma. O argumento para viabilizar a construção de estradas, usinas termelétricas, para a aceleração da retirada florestal, criação de pastagens, dizimação de populações indígenas, barramento de rios e implantação de usinas hidrelétricas de baixa potência e alto impacto socioambiental embasou-se na urgência para a integração e urbanização de ambientes caracterizados, na visão dos militares, pelo vazio demográfico.

Apoiada a partir de um desigual confronto de forças, em que o regime militar fez valer o poder de coesão das armas, a construção da grande arquitetura industrial em que se configurou a Usina Hidrelétrica de Balbina redundou em um confronto sem precedentes na área ao norte da capital Manaus, em uma extensa porção da Amazônia Central. As trágicas experiências de intolerância, violação de direitos coletivos socioambientais e da desafortunada saída compulsiva das pessoas de suas terras sem uma indenização coerente com a realidade contingencial e histórica

fortaleceram dinâmicas desumanizadas e potencializaram os já existentes conflitos entre os interesses das sociedades residentes em metrópoles e das minorias ocupantes de territórios não urbanos.

A injustiça socioambiental gerada a partir da implantação desorganizada da UHE Balbina serviu para acirrar rugas advindas de uma competição entre ricos e pobres, urbanos e rurais. Uma competição evidenciada a partir da Revolução Industrial, quando a exploração de recursos naturais e a consequente e agressiva intervenção em sociedades residentes em áreas de bioma avançaram a níveis antes não registrados (CHESNAIS, 1996). A rápida e crescente disseminação de projetos de aproveitamento do potencial hídrico da Amazônia foi e ainda é um exemplo regional das implicações que a configuração atual do capitalismo impõe a territórios milenares, de inestimável valor imaterial, abrindo rachaduras nos processos de equidade que toda sociedade busca para si (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007), sobretudo porque

[...] a ideia de equidade não se refere à valorização monetária, à comensurabilidade dos recursos ou à equivalência das necessidades, mas coloca em pauta o reconhecimento de significados culturais distintos atribuídos ao território, associando-se, assim, aos princípios da diversidade e da democracia (ID., *op. cit.*, p. 132).

Antes do enchimento do reservatório de Balbina havia um problema energético a ser resolvido. Depois da construção da usina, além de ter se mantido o entrave da geração elétrica potencial por meio da força hídrica, resultante do baixo valor médio em MW de atividade da UHE Balbina, outra grave questão social surgiu de modo definitivo, a da extrema dificuldade de reinserção territorial dos atingidos pela barragem. Levando em consideração esse debate, uma das preocupações neste capítulo foi investigar por que uma crise energética se ampliou de tal maneira que forçou outra crise, a social?

Se diferentes meandros da desterritorialização e da reterritorialização dos afetados pela usina foram destaques em capítulos anteriores, neste a perspectiva foi analisar em que medida o passar dos anos e a cadeia de eventos que marcou os moradores do entorno de Balbina mudou costumes,

habitus e a representações sociais das pessoas ante o ambiente. Até mesmo porque ainda hoje, mudado o governo, o discurso não mudou.

Questionamentos referentes às práticas ancestrais e ao que ainda se faz para garantir a manutenção socioeconômica foram levados a termo por meio de reflexão sobre as correlações e distanciamentos que evidenciaram modos de vida antes e depois de Balbina. As práticas tradicionais de extração, plantação e cultivo foram estudadas, bem como o cotidiano familiar e afetivo das populações de atingidos, buscando-se comparar efetividades antigas e recentes e identificar implicações relacionadas à usina, que é a pior do Brasil no comparativo entre geração energética e reservatório formado e deslocamentos provocados.

O capítulo percorre o problema da reorganização social e política dos deslocados compulsoriamente na Amazônia em função das barragens, pontuando percepções referentes à dinâmica de modificação da paisagem e das vidas do bioma. Procedeu-se a uma avaliação a partir do seguinte questionamento: em que medida pode haver a reconstrução das pessoas em suas instâncias individuais e coletivas dado que houve um despedaçamento fundamental da vida e dos processos de reconhecimento do território?

Para refletir sobre a problemática, foram destacados tópicos relacionados: i) à contestação da lógica atual de desenvolvimento no entorno da usina, ii) às práticas para uma vida melhor às margens da UHE, iii) à luta pela retomada e reconfiguração do território e iv) ao caminho para uma economia solidária a montante e jusante da hidrelétrica.

4.1 Balbina: produção de energia ou de crise social?

A filosofia do Banco Mundial tende a garantir prioritariamente o retorno do capital investido em detrimento à melhoria social almejada nos planejamentos macroeconômicos financiados. Nos projetos desenvolvimentistas apoiados pelo então Banco no Estado do Amazonas (BEA), na Amazônia Central, que implicaram na extração de minérios e no aproveitamento do potencial

hídrico do rio Uatumã (Mineração do Pitinga e UHE Balbina), nas décadas de 1970 e 1980, a situação se repetiu. Só que além de terem de conviver com constantes falhas no fornecimento de energia, os atingidos pela barragem passaram a pagar tarifas não condizentes com sua realidade, ou seja, com elevado preço cobrado em relação ao custo médio de mercado e que, naturalmente, estacionavam em um patamar financeiro alto. Porquanto, a situação ficou pior porque os desterritorializados ainda tiveram suas histórias de vida marcadas por violentas polêmicas com o Estado, o que representou decaimento das expectativas de futuro tendo em vista a falta de solidariedade às pessoas que sofreram com os impactos da mudança.

O pensamento conservador dos militares obliterou o sentimento de coletividade das classes populares amazônicas, sobretudo as não urbanas, pois em vez de agregar valores humanísticos a projetos que envolviam a relação sociedade-ambiente, como o da UHE Balbina, o interesse das minorias populacionais passou a ser rechaçado. Os governos de FHC, Lula da Silva e Dilma Rousseff pouco de diferente acrescentaram ao cenário.

O que houve de avanço ocorreu em outubro de 2010, quando o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) foi reconhecido em enquanto organização política e representativa, mas empresas que exploram recursos de uso comum continuaram a não serem obrigadas a apresentar planos sustentáveis para o futuro da distribuição e manutenção energética.

A mais recente reforma do setor energético brasileiro, datada de 2004 via leis nº 10.847 e 10.848 e pelo decreto nº 5.163, durante o governo Lula, e comandada pela então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, manteve a estrutura do governo anterior, de FHC, adotando um modelo comercial que não reverte em benefícios práticos os impactos sociais.

O Estado, ao provocar a necessidade de reconstituição das existências por causa do deslocamento compulsório das populações, não se planejou de forma concreta para amenizar dissabores extremos decorrentes da barragem de Balbina, os quais não foram estancados nem mesmo após a abertura democrática brasileira, em 1985. Pelo contrário, com a ascensão do Fundo

Monetário Internacional (FMI) a partir da década de 1990, investimentos em infraestrutura energética e planos de mitigação direcionados a populações atingidas por represamentos de cursos d'água passaram a ser tratados como gastos, tornando factual a relação entre interesses governamentais e da sociedade.

Membros da setorial amazonense do MAB residentes a jusante da represa de Balbina recordam o sistema de tarifas diferenciado praticado pela Amazonas Energia. Enquanto indústrias eletrointensivas como a Alcoa conseguem renovar contratos de energia com essa mesma estatal para até 2024 receberem 820 MW médios ao preço de US\$ 25,00 o MWh, além da Vale, que renegociou a US\$ 18,00 o MWh até a mesma data, populações convivem com a falta de abastecimento de modo repetitivo (SANTOS, 2004).

É forçoso observar que ocorreram poucas mudanças para a população do entorno de Balbina com a construção da grande central hidrelétrica na embocadura do rio Uatumã, sobretudo no contexto do fornecimento energético aos atingidos. Não houve a implantação de um projeto energético popular para aqueles amazônidas, em que o funcionamento de uma UHE estivesse realmente a serviço da população como um direito, uma característica de melhoria de vida, e não somente como uma moeda comercial, uma mercadoria.

Não foram postas em prática ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida, do avivamento de plantações com apoio técnico para o cultivo, da pesca através de acordos para a venda e escoamento, e faltou ainda executar o proposto pelo Instituto Cidadania no início do governo Lula, a criação de uma empresa pública, a Hidrobras, que teria como papel fornecer a custos baixos energia proveniente de aproveitamento hídrico.

Além disso, poderia ser posta em prática a socialização do excedente econômico, a diferença entre custo e preço das UHEs já amortizadas, o que trocando em miúdos significa dizer que cerca de R\$ 10 bilhões/ano poderiam ser revertidos, em nível nacional, para benefícios públicos, universalização da energia para a população desterritorializada como um direito e não como uma

mercadoria a ser comprada.

Atualmente, contrários à situação de exclusão social a que foram relegados, moradores a jusante e a montante da represa de Balbina procuraram se organizar politicamente no intuito de lutar por direitos em face ao descaso do poder público, o que pouco acontecia antes da barragem, fosse pela característica ditatorial do regime militar ou pela fragmentária forma de organização interna das populações locais.

[...] o governador Omar Aziz tava entregando motores, quites de ferramenta e equipamentos rurais. Sempre que tem esses movimentos, a gente tá em grupos, reivindicando esse direito de a gente ter o ramal bom pra gente. Uma vez que tivesse asfaltado, ia ajudar bastante as populações daqui, então a prioridade é isso, o acesso. Então a gente tava com as cartolinas e ele disse que não tinha esquecido do ramal da Morena, e nesse momento eu aproveitei que a secretária de infraestrutura, doutora Valdívia, estava lá e eu falei pessoalmente com ela sobre o problema, sobre a situação do governador ter prometido isso pra gente (F.M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

A luta política descrita no depoimento em destaque da ativista do MAB especifica que os problemas decorrentes da desterritorialização em Balbina permearam nuances relacionadas tanto à revisão de tarifas da conta de luz elétrica quanto à falta do retorno social às comunidades atingidas por meio de ações mitigadoras. Exemplo disso ocorreu após a crise energética brasileira de 2001, a qual ocasionou perdas às concessionárias privatizadas de distribuição e naquele momento não houve retorno financeiro para as empresas.

Dois anos depois, em 2003, com a crise amenizada a partir da recapitalização do mercado energético, a população do entorno da hidrelétrica, de Presidente Figueiredo e de Manaus, foi quem começou a pagar a conta da falta de planejamento. Houve a cobrança da recomposição tarifária necessária à manutenção dos lucros das estatais e a elevação no preço requerido nas contas de luz dos comunitários atingidos pela barragem foi sentida a partir do fim de 2003.

A crise foi punitiva aos consumidores, e só a eles, que tiveram de pagar as perdas financeiras das grandes empresas. O lado menos nocivo do problema foi que, com o racionamento de eletricidade nos anos de 1997 e 1998 no Estado do Amazonas e no Brasil de maneira geral em

2001, foi estancada a dinâmica das privatizações da UHEs amazônicas, que seria posta em curso pelo governo federal a partir dos primeiros anos do novo milênio.

A partir de então grande quantidade de usinas sob controle de estatais federais e estaduais, dentre elas Balbina, teve as concessões postergadas para 2013, quando os contratos foram revistos ou encerrados. Portanto, um problema datado de mais de dez anos atrás, que trouxe consequências sociais oriundas de entraves energéticos, terá de ser resolvido e ao que tudo indica questões socioambientais tenderão a ser minimizadas em função da geração de lucro que responda a um mercado nacional de distribuição energética.

Se os bens são da Nação e os brasileiros têm direitos, não cumpridos pelo Estado, à educação e saúde, nada mais justo do que promover o resgate destes direitos usando para tal fim os bens públicos, como as usinas hidráulicas [*sic!*], pertencentes à Nação. A adoção deste princípio para a gestão das usinas hidráulicas e a destinação social de seus benefícios, sinalizaria uma mudança radical para a sociedade brasileira (CARTA CAPITAL, 2012, in www.cartacapital.com.br).

O povo brasileiro é o titular dos potenciais hídricos existentes em solo nacional, mas pouco vê ampliados seus direitos sociais a partir da exploração desses recursos. A invisibilidade perante o poder público é mais enfática em relação a minorias populacionais. No âmbito da UHE Balbina, rurais, indígenas e ribeirinhos deixaram de ser contemplados de forma digna a partir de grandes projetos hidroenergéticos e, no distrito de Balbina, o Estado foi o provocador do esfacelamento das existências na medida em que não se planejou para mitigar efeitos da construção forçada de uma grande central hidrelétrica impulsionada por uma crise energética.

Ao deixarem de ser inseridas dentro da esfera de ações realizadas no intuito de modificar a realidade amazônica, as populações foram penalizadas duplamente: primeiro por serem tomadas enquanto desqualificadas para participar das modificações sociais de seu tempo e segundo por ter sido negado a elas a integração na construção de um novo território. As habitações distribuídas ao longo das áreas a montante e a jusante da UHE Balbina dão conta do comparativo entre passado e futuro, entre o antes e o depois da usina.

Os moradores, atualmente, após passarem pela crise energética, guardam marcas indeléveis dessa experiência em modificações estruturais de suas casas e quintais, por exemplo. Ao serem percorridos ambientes do entorno da represa e visitadas casas estabelecidas nesses ambientes, foi possível contatar com moradores da área, vivenciando seu dia a dia e os afazeres que permeiam o cotidiano dessas pessoas.

Na área, foi notado que há símbolos representantes do aspecto urbano e do contato íntimo com a sociedade do consumo, símbolos contrastantes entre si: artefatos de alumínio ou toldos de plástico na frente das casas, piso de azulejo em toda a residência, televisões de tela plana na sala de estar, aparelhos celulares de última geração e computadores tipo notebooks que servem de vídeo game para crianças e poucas plantas na frente das habitações.

Doutro modo, atrás das casas, conservam-se o quintal e as lembranças do local de origem, o meio rural/ribeirinho (terreiro para galinhas, árvores frutíferas, às vezes um jirau com encanamento próprio, roupas estendidas no varal e redes atadas entre árvores). A dualidade entre as imagens urbanas e não urbanas mostra a dialética de valores há décadas concorre para a modificação das mentalidades dos atingidos por barragem.

Cabe discernir, entretanto, que não se tratou de uma rápida ressignificação e reestruturação na arquitetura das casas e das pessoas. Houve paulatina mudança, arranjada a partir de experiências e confrontações com a realidade.

A arquitetura é, assim, uma realidade viva, perceptível e dinâmica. Considerar o espaço construído como artefato cultural significa dizer que ele pode ser compreendido como linguagem, como portador de significados e, principalmente, como materialização da visão de mundo dos grupos que a produzem (DUARTE, 2010, p. 24)

Os reordenamentos praticados durante a dinâmica da reterritorialização em Balbina foram processos continuados, complexos e multidirecionais. Por meio deles se modificaram ambientes e criaram formas e conteúdos para estar em um novo mundo, com seus usos e desusos cotidianos. A crise energética que caracterizou parte do histórico de eventos ocorridos após a construção da UHE

Balbina não apenas mexeu com a rotina de se consumir eletricidade no entorno da represa, mas nos modos de se viver em função de uma hidrelétrica.

Além da modificação da estrutura das casas e nas representações sociais sobre os territórios ocupados, práticas domésticas foram influenciadas ao longo dos anos pela mudança nos papéis familiares dentro das residências do entorno da represa. Em referência aos plantios domésticos, as mulheres, donas de casa e responsáveis pela tradição de cultivar hortaliças no ambiente onde a usina se localiza, tiveram a função nesse ramo de atividade tornada secundária devido a barreiras sociais estendidas mediante o represamento.

Em detrimento às mulheres produtoras, a estatal não se integrou aos objetivos perseguidos por elas: manter a produtividade e renda de forma significativa, salvaguardando o meio ambiente e promovendo a igualdade perante os homens. A estatal e os funcionários do alto escalão não procuraram entender os tipos de salvaguardas sociais e ambientais que as agricultoras necessitavam para manter a qualidade da produção e melhorar o bem-estar, tanto porque a ideia de bem-estar é diferente dependendo do grupo social em que as pessoas se inserem.

A utilização de fertilizantes e insumos orgânicos, o fomento à visita periódica de técnicos agrícolas pagos pela Amazonas Energia e a facilitação ao escoamento da produção excedente não se mantiveram como atividades corriqueiras na área de influência da usina. Ademais, a distribuidora de energia sempre teve conhecimento de que a terra é fundamental para cobrir três necessidades vitais, alimento, água e energia, porém nenhuma política sistemática em que houvesse acesso a mercado, associações e financiamento para o trabalho foi efetivada.

A estatal despreocupou-se de investir na comunidade e orientar a consolidação de uma organização comunitária de incentivo à agricultura de subsistência enquanto atividade comercial, viável e sustentável, dirigida para aumentar a produção e os lucros das pessoas afetadas pela represa. Fome e pobreza assolaram as famílias atingidas pela barragem após a construção da usina, e em especial as mulheres. Expropriação da terra e falta de água potável em quintais ou região

próxima foram causas dos maus tratos à população feminina.

Não se tende a afirmar que houve monopolização das áreas no entorno de Balbina porque a maioria delas continuou de uso comum dos comunitários. Porém, com o rearranjo e a manipulação dos territórios ocupados física e psiquicamente, enfraqueceu de tal forma qualquer predisposição da população à criação de associações comunitárias em que pudessem ser planejadas ações econômicas e sociais que houve desvirtuação do processo de diálogo com a estatal.

Quando a gente sempre na maioria das vezes sabe dum direito, chega até lá pra reivindicar, eles acham que a gente sabe demais ou que a gente tá mexendo numa coisa que não cabe. E eles rapidinho formam um grupo ali e eles dizem assim “queima esse cara” ou então “queima essa pessoa aí”. Pô, o cara vem pra cá perturbar, é sempre assim, uma articulação que o cara faz pra ti e muita das vezes a gente tá no direito, mas a gente bate de frente porque a maioria decide, pô, a maioria sempre vai prevalecer em coletivo (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do MAB/AM, pesquisa de campo, 2009).

Ao enfraquecer o debate no contexto grupal, a consciência sobre o problema foi agredida a ponto da intimidação ter atingido patamares elevados, como é descrito no depoimento. Com o passar dos anos, a construção da hidrelétrica de Balbina, ao significar mudança política, econômica e territorial sem precedentes no Estado na década de 1980, fez com que assuntos relacionados a conflitos com a Amazonas Energia tendessem a ir além da problemática da produção de energia com qualidade e eficiência — coisa que não vem sendo efetivada pela usina há no mínimo 15 anos, haja vista o histórico de apagões e cobrança indevida e onerosa para a população rural e ribeirinha —, abrangendo nuances sociais.

Atualmente, a UHE precisa ampliar a missão social junto às populações e impulsionar o desenvolvimento do entorno, sobretudo se a estatal pretende mudar a percepção sobre o empreendimento e iniciar um processo de trabalho como firma geradora de energia renovável com melhor desempenho operativo e práticas de sustentabilidade. A situação, todavia, está longe de se concretizar. O mais provável é que a Amazonas Energia siga sem planejamento relacionado à melhoria dos processos de pertencimento e afetividade à terra.

4.2 Da tragédia dos comuns à reorganização política

O ensaio “The Tragedy of the Commons”²⁹, publicado em 1968 na revista *Science* por Garret Hardin, tornou-se conhecido por abordar o conflito entre interesses individuais e bem comum no uso de recursos finitos. O texto foi sistematizado para funcionar como uma teoria do comportamento humano. Hardin (1968) partiu do princípio de que a maioria dos indivíduos, sempre que puder se apropriar de parte de um recurso comum, tende a fazê-lo sem levar em consideração gerações futuras, superexplorando esse recurso.

Foi entendido que o crescimento populacional e o uso de recursos naturais de modo indiscriminado concorrem para o esgotamento inevitável dos ecossistemas da Terra. O cerne do texto indica para o fato de que diferentes sistemas de cooperação podem melhorar a situação geral, mas isso não ocorre devido a incerteza que cada pessoa tem em relação ao comportamento do outro, produzindo um resultado negativo. Contra esse desmoronamento da confiabilidade, o autor sugeriu a necessidade de administrar recursos para o bem comum e a conservação da vida, incluindo ações de controle de natalidade.

Em Feeny *et al.* (2001) e Goldman (2001) são encontradas reinterpretações e associações sobre a obra de Hardin (1968) no contexto atual. Em suma, foi proposto por esses estudos que o ponto crítico relacionado à situação do sistema neoliberal, em que o modelo de manutenção se funda na produção e consumo de bens na maioria das vezes não necessários à vida, pode estar localizado justamente na situação de dependência, desigualdade e degradação ambiental que as populações enfrentam.

Os comuns hoje não são apenas vítimas de uma tragédia, mas também arquitetos de sua própria destruição, agentes que pressionam os recursos tanto quanto tem potencial para conservá-los. “[...] Há arranjos institucionais e culturais que geram exclusão e regulação de uso. [...] Mas há

²⁹ É importante frisar que “A Tragédia dos Comuns” mereceu destaque não por conta dos indicativos polêmicos e das suposições consideradas anti-humanistas no que concerne ao papel das populações de biomas e áreas não urbanas no desenvolvimento das sociedades planetárias. A perspectiva foi sublinhar a proposição de Hardin quando este enfatiza que o Estado, com sua força a partir da economia e da política, assola agrupamentos populacionais e os massacra enquanto coletividade.

amplas evidências da habilidade de comunidades locais em organizar e manejar recursos naturais de forma efetiva” (FEENY *et al.*, *op. cit.*, pp. 32-33). “O projeto dos comuns é uma instituição camuflada de dominação e imperialismo [...] O efeito não tem sido paralisar práticas destrutivas, mas normalizá-las e institucionalizá-las” (GOLDMAN, *op. cit.*, pp. 47-48).

Os mecanismos de moldagem do território perpassam por sentimentos atribuídos pelos comunitários ao ambiente, os quais se constituem em fatores fundamentais ao bem-estar de pessoas deslocadas naturalmente e também por imposições orientadas pelo Estado. Em Balbina, após a implantação da hidrelétrica, a organização humana no ambiente modificado, construído, passou a ser arrumada em meio a uma dependência da relação estabelecida entre a diretoria do complexo arquitetônico e os costumes comunitários de forma geral.

A relação, ao se tornar repetitiva no processo de manutenção da dinâmica da vida no entorno da UHE, influenciou o reordenamento político e econômico das pessoas, indicando que a sustentabilidade de um dado território é resultado da construção social das pessoas nesse mesmo ambiente. O trabalho, a partir do exposto, torna-se ato fundamental para a reorientação material e imaterial das populações, que passam a ter responsabilidade dobrada perante suas estratégias de desenvolvimento.

[...] essa questão política ela é assim: são mais de 50 comunidades aqui dentro e existe o estatuto unificado das comunidades entendeu. O estatuto unificado foi aprovado pelos presidentes das comunidades na época. Na câmara [de Presidente Figueiredo] fizeram uma audiência lá, só que muitos dos presidentes eles foram lá, mas eles não fizeram reunião nas comunidades deles. Eles não vieram chamar o povo pra ouvir o que povo achava disso. Então por algumas situações dessas é que a gente sofre as consequências até hoje. Existem comunidades desenvolvidas e tem outras que são menos desenvolvidas. A realidade de uma nem sempre condiz com a da outra. Tu vai aplicar uma penalidade numa, entendeu, que não é na outra, e aí fica difícil a gente entender isso (P. J. C., 48 anos, caboclo, morador de ilha a montante da represa, pesquisa de campo, 2009).

O depoimento põe em relevo que o processo de organização popular para a prática da ação política ao largo da represa foi e ainda tem sido tenso por envolver interesses pessoais em prejuízo ao avanço coletivo da qualidade de vida. No trecho em destaque, ao afirmar que houve comunidades no entorno da usina sem conhecimento de que estavam sendo representadas na

Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, o que acarretou na impossibilidade de ter voz atuante perante o poder público, o entrevistado denunciou um exemplo da despolitização social operada com a construção da hidrelétrica. Ele sinalizou para o problema de que quando se perde ou deixa de executar uma ação política planejada pela maioria, no caso o estatuto unificado das comunidades do entorno da usina, recorrer a ações mal organizadas acaba sendo o caminho, o que contribui para o enfraquecimento de qualquer ação de resistência.

O depoimento seguinte mostra que promessas feitas por políticos os quais estão há duas décadas na cena partidária e ainda possuem mandato são analisadas pela população ano após ano. Em cada temporada, há uma ou mais ações que chegam a ser questionadas pela população. No ano de 2009, quando houve a segunda maior cheia registrada do rio Negro, tributário do Uatumã, ao saber dos investimentos emergenciais anunciados pelo então governador do Amazonas, Eduardo Braga (PMDB), um questionamento foi feito com veemência, acerca do montante investido para recuperar áreas a jusante.

O governador liberou 21 milhões de reais pra reforma do ramal da Morena e 21 milhões se tu for contar na ponta do lápis dá uns 30 e alguns quilômetroszinhos e mais um pouquinho pro PDS, vai sair em torno de quase 500 mil por quilômetro gasto. É muito dinheiro. Mas gente não quer saber quanto ele [o governador] vai gastar. Nosso objetivo é que faça. [...] Eles querem tá de bem com o eleitor porque eles precisam do voto, mas aqui, se agente não tiver organizado, um grupo organizado, a gente vai preso (P. J. C., 48 anos, caboclo, morador de ilha a montante da represa, pesquisa de campo, 2009).

O entrevistado citou uma situação positiva, em que cobranças são feitas para fazer valer os direitos da população. Por outro lado, se parte dos atingidos por barragem procura avaliar os benefícios prometidos, problemas de clientelismo são recorrentes dentro do próprio ambiente político da represa, envolvendo a sociedade ribeirinha, rural e mesmo indígena vizinha à UHE. O caso ocorreu em fins de 2011 e se relacionou com valores acumulados em grande parte nas contas de luz elétrica na vila de Balbina e no ramal da Morena, onde a população convive com alto custo energético, apesar de morar ao lado de uma usina de produção e distribuição.

A estatal incidiu em controvérsia ao fazer vista grossa e permitir que vereadores e

candidatos a vereador em Presidente Figueiredo quitassem contas atrasadas da população, pedindo em contrapartida o voto de cada um dos devedores e de suas respectivas famílias. Essa degradante relação entre estatal, políticos locais e população pobre é de difícil comprovação documental ou por meio de depoimento, até porque um dos beneficiados pelo aviltante sistema de compra de voto com quem foi possível conversar morava na porção Atroari, área humilde da vila de Balbina, e disse que não teve escolha diante da situação. Ao ser perguntado se permitiria gravação de entrevista sobre o assunto, sem ser identificado seu nome e endereço, ele saiu-se dizendo que seu Dionísio (Dionísio Torres, então diretor-presidente da empresa) podia ficar com raiva.

Nas entrelinhas da conversa, percebeu-se hesitação do entrevistado ao destacar seu posicionamento, denotando incômodo diante da situação de estar falando sobre algo possivelmente não permitido pelo alto escalão da estatal. Todavia, a situação tornou-se compreensível em seguida, quando foi narrado pelo próprio morador um caso de intimidação que teria sido provocado por Dionísio contra a população da vila.

Em 2001, o nome de Dionísio Torres passou a ser conhecido entre os moradores do entorno de Balbina porque o funcionário da Amazonas Energia mostrou profundo desrespeito às tradições, à memória e à cultura dos amazônidas. Ele afirmou que poderia passar um trator sobre o prédio que abriga o Centro de Cultura da vila de Balbina, um local histórico, construído com cavacos retirados na época da implantação da usina, onde estão guardadas relíquias arqueológicas apreendidas pela operação que vasculhou raridades e vestígios históricos existentes na área alagada pelo reservatório do rio Uatumã.

O Centro de Cultura da vila de Balbina está abandonado e necessita de reformas, mas dentro do prédio estão guardados itens coletados e catalogados como resquícios milenares, componentes do acervo estadual de arqueologia, ainda não estudados e essenciais para elucidar parte da memória dos povos que habitaram a região da embocadura do rio Uatumã antes dos atingidos pela barragem. Se sobre esse tesouro o diretor da Amazonas Energia ameaçou passar o trator, é bastante lógico ter

receio de que a própria casa do entrevistado poderia ser o próximo alvo da sanha destrutiva de Dionísio.

Nesse contexto de violência, uma ação da Amazonas Energia fez com que a estatal fosse denunciada no começo do ano de 2012 no Ministério Público Federal (MPF), a partir de um processo da organização do MAB. O Movimento se uniu e pleiteou mudanças por parte da Amazonas Energia via MPF no trato com a porção mais pobre da vila, que vinha sofrendo ameaças de perder suas moradias. Foi alegado o seguinte fato: que a administração da vila não reconhecia a nenhum dos moradores da porção Atroari a titularidade de suas residências, ou seja, na prática nenhum deles era mais o dono de sua casa.

No documento apresentado, moradores afirmam que a determinação foi em represália ao não pagamento de contas de luz de valores altos demais para os padrões de consumo da população pobre. Junto ao MPF, foi pedida auditoria nas contas da estatal e que fossem suspensos mandados de corte de energia a serem praticados contra quem se negava a pagar as contas. Segundo alegaram os moradores, de toda a população existente na vila de Balbina os funcionários da Amazonas Energia representam perto de 400 pessoas, ou aproximadamente 15% do total da população. São eles, em tese, os quais têm melhores condições de pagar energia elétrica pelos custos praticados, mas ironicamente estão isentos por fazerem parte do corpo funcional da estatal.

O presidente da Cooperativa dos Pescadores, Orcinei Lima, disse que os pescadores da vila de Balbina não tem nenhuma condição de arcar com os valores altíssimos das contas de luz. Muitas famílias que tiveram as ligações elétricas cortadas vivem uma calamidade. [Na vila, há exemplo em que] Você encontra uma casa no escuro com cinco crianças chorando porque querem ver TV, não querem comer no escuro e muito menos dormir na quentura, sem ventilador (BLOG DA FLORESTA, 2012).

A reorganização política da população do entorno da UHE deveria ter passado pela reestruturação das relações de trabalho entre os gerenciadores da usina e os empregados locais contratados por lida diária e a custos ínfimos em relação aos valores pagos a técnicos da estatal. Mas não se deu dessa maneira. Suspeitas de abuso e desrespeito a condições dignas para o exercício de atividades foram descritas e encaminhadas à Delegacia Regional do Trabalho, com sede em

Manaus/AM, em outubro e novembro de 2011, quando a Amazonas Energia decidiu, a partir de liberação do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam), retirar 400 hectares de madeira que ficava submersa em períodos de cheia na área a montante.

Na mesma época, liderança comunitária da vila de Balbina denunciou que um dos hotéis luxuosos conhecidos por turistas que visitam Manaus, o Tropical Hotel, localizado no bairro Ponta Negra, área nobre da capital, estava utilizando madeira extraída para a geração energética a partir da queima em fornalha. O empreendimento hoteleiro, que pagava a Amazonas Energia pelas toras, não confiava na geração energética da própria estatal em Manaus, por causa dos constantes apagões que estavam ocorrendo na cidade naquele período, e ainda assim entrou em parceria com a empresa comprando a madeira retirada ao largo da represa (BLOG DA FLORESTA, 2012).

Essa exploração florestal foi tão desorganizada que ao fim dos primeiros 40 dias de trabalho já tinham sido verificados dois equívocos relacionados à atividade. Um direcionado à atividade dos mateiros que prestavam o serviço de identificação e derrubada das árvores, configurando-se em denúncia de trabalho escravo; outro foi o acesso à área da exploração florestal que entrecortava o santuário Gruta do Batismo, onde antepassados deixaram registradas manifestações por meio de pinturas rupestres, concorrendo para a depredação do patrimônio histórico do município de Presidente Figueiredo.

A Associação dos Moradores de Balbina se posicionou e encaminhou documentação ao Ministério Público Federal para que a entidade se manifestasse.

Nós, moradores de Balbina, questionamos como o governador Omar Aziz pode trair nossa geração, liberando o Ipaam a proceder desta forma. Não queremos este tipo de atuação do Estado, queremos é o cumprimento da palavra do governador que disse em campanha política que iria recuperar o ramal da Morena. Queremos é respeito, saúde e educação de qualidade [...] e não uma ferida aberta no meio da floresta, esta mesma floresta que hoje chora por pessoas que não tem compromisso com as gerações futuras, que sequer respeitam a natureza quanto mais os moradores, ao conceder as licenças de operação e de extração. [...] Do nada, agora aparece este suposto empresário que não sabemos de onde veio, tirando nossa maior riqueza que é justamente a floresta em pé, exuberante, cheia de vida (ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE BALBINA, 2011, p. 1).

De um modo geral, as ações organizadas que partem de moradores comunitários, instalados

na vila de Balbina e com apoio de indígenas e ribeirinhos que vivem a montante e a jusante da represa, respectivamente, denotam a permanente busca dos atingidos por barragem por políticas governamentais justas e não ações pontuais do Estado que visam o progresso material por meio da expansão das bases da atividade econômica, de sua circulação mercantil e da apropriação pelo consumo generalizado.

O trecho transcrito do documento que a Associação dos Moradores de Balbina encaminhou ao MPF indica consciência acerca dos riscos e ameaças que a expansão dos mercados vem provocando sobre os recursos naturais de uso comum. As tensões existentes no entorno da usina demonstram essa problemática e as atitudes que a população vem tomando para enfrentar os desmandos sinalizam avanços na organização política dos comunitários.

O documento foi distribuído à imprensa local e é finalizado da seguinte maneira:

Conclamamos a imprensa a vir a conhecer a degradação permitida pelo governo que se ufana em falar de que 95% da cobertura vegetal do Amazonas esta intacto. Leve este tipo de ação para a floresta que foi condenada no lago de Balbina, para aproveitamento daquilo que foi inundado e não foi aproveitado. Levem as árvores mortas do lago, para gerar carvão ou lenha para Iranduba, pois as fabricas de tijolos estão fechando. Queremos a verdade e a paralisação imediata desta insana exploração (ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE BALBINA, 2011, p. 1).

Antes da emissão do documento, no começo do ano de 2011 agricultores familiares que habitam o ramal da Morena já tinham denunciado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Comissão de Direitos Humanos do Estado arbitrariedades cometidas contra eles por funcionários do setor de segurança da Amazonas Energia. Segundo relato, agricultores estavam recolhendo pedras à beira da estrada para tapar buracos no ramal. A estrada é quase intransitável e apesar das notícias repetitivas sobre possíveis convênios para executar a obra, isso não aconteceu na última década. Uma das líderes do MAB Amazonas, Fátima Monteiro, estava junto com os trabalhadores quando eles realizavam a “operação tapa-buraco”. De repente, conforme ela, chegaram seguranças e prenderam a todos, acusando-os de apropriação ilegal de bens.

A diretoria da usina, quando não há presença da imprensa em eventos públicos, trata

agricultores e pescadores com arrogância, ameaçando abrir as comportas da usina e não arcar com as perdas dos produtores, em uma ação de desrespeito. Em decorrência disso, o MAB sabe que as populações moradoras a montante e a jusante da UHE Balbina tem consciência sobre seus algozes e se reconhecem como agentes de sua própria história, procurando cobrar da Amazonas Energia ações sérias voltadas para o progresso material e que também atinjam a promoção social das populações em situações desprivilegiadas ou vulneráveis.

Mas essas ações são raras no entorno da hidrelétrica. O que se vê naquela área é a prática constante de genocídio, principalmente porque o MAB tem caracterizado como genocídio todas as políticas da estatal energética que impactam propositalmente de modo negativo a qualidade de vida das comunidades. O Movimento tem levado em consideração o conceito de genocídio constante na resolução de 9 de dezembro de 1948, da Assembleia Geral das Nações Unidas. O termo diz respeito a todo o ato que visa destruir, matar, limitar a reprodução física, cultural e social de um determinado grupo étnico-racial ou nacional. A resolução afirma como genocídio políticas de infração das condições de vida que põem determinada população em desvantagem ante outros grupos.

Em se tratando de atividades desse porte, a Amazonas Energia não só praticou nos últimos 25 anos a negação da existência de um processo de reestruturação política entre os atingidos pela barragem de Balbina, ela também desclassificou a ação entre os comunitários. Com o MAB institucionalizado desde 2010, a situação melhorou e o desafio dos militantes se direcionou a forçar a estatal a aceitar o peso social dos problemas que a construção de uma usina hidrelétrica lega a todos que habitam as imediações.

A gente não tem um projeto voltado pra área rural e eu falo a nível de todas as comunidades, de geração de renda. Então, nós não vamos viver aqui dentro da nossa comunidade vivendo da mensalidade de um morador que paga pra associação? A gente precisa de uma coisa que gere renda, que dê emprego e que faça as coisas acontecerem aqui e também na área do social, na parte de esportes, na juventude. Essas coisas toda a gente sempre reivindica isso, mas na verdade o interesse maior teria que vim deles [Amazonas Energia] (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do MAB/AM, pesquisa de campo, 2009).

Seriam primordiais iniciativas da estatal que pudessem demonstrar aos comunitários uma

mudança de atitude por parte da empresa do setor energético. Auxílios financeiros e técnicos para a reorganização política da sociedade do entorno da UHE Balbina poderiam representar um passo em direção a afirmação de atitudes justas de modificação da relação entre Estado e sociedade naquela área.

Mas essa realidade não existe ou pelo menos não foi acertada de maneira positiva e dialogada. Por causa disso, algumas comunidades, de forma autônoma, decidiram não esperar mais por qualquer auxílio ou apoio da Amazonas Energia e desde o início da década passada vem praticando ações coletivas por meio de cooperativas, sem ajuda financeira, estrutural e tendo de lidar com a falta de incentivo da direção da usina.

Se lá um camarada, vamos supor, vou dar um exemplo, ele cata aí uma caixa de tucumã e leva pra cooperativa, e se outra apanha lá um quilo de pepino e ela só tem esse pepino também vai pra cooperativa; o outro lá tem, vamos supor, côco verde pra vender e tem lá, vamos supor, dez sacas, também vai pra cooperativa. Aí, no final se une e o que dividir é pra todos, não é que aquele tinha só uma dúzia de pepinos que não ia receber a mesma quantidade. Ele recebe a mesma quantidade, e por quê? Porque ele tem outra plantação, ele tem lá um maxixe, ele tem a alface, ele tem verduras, então na outra vez ele supera isso daí, quer dizer, a cooperativa pagou tanto pra ele igual aos outros dessa vez (A. R., 62, ribeirinho, morador da comunidade Macaca-Bóia, a jusante da represa, pesquisa de campo, 2009).

O sistema de cooperativa tem funcionado na comunidade de Macaca-Bóia, uma das mais afastadas no complexo de Balbina, localizada a jusante da represa, às margens do rio Uatumã, porque a influência das ações da estatal é mais difícil de ser sentida naquela área. Os ribeirinhos, por estarem vivendo em uma faixa de terra afastada do barramento, tem maior liberdade de escolha e decisão frente às vicissitudes diárias.

A prioridade para a organização política dos comunitários se dirige a ações de trabalho e renda, que continuam a ser praticadas de forma artesanal, mas são bastante eficazes para o microprodutor e o agricultor familiar. Antes do represamento do rio Uatumã, quem plantava maxixe no quintal também tinha uma pequena horta de alface e alguns pés de abacate ou ingá, além de praticar a caça e a pesca. Hoje, a produção e a troca de alimentos, como foi ressaltado no depoimento, dá-se de igual forma.

A cultura de grãos e a manutenção de árvores frutíferas no quintal para a colheita ocupa o mesmo espaço que a criação de galinhas, a caça e a pesca. A integração de atividades responde pela maioria do percentual de sustentabilidade dos atingidos pela usina daquela área. O que se diferencia em Balbina é a oferta de víveres, baseada na falta de organização da estatal para o fomento à cadeia alimentar do pescado e dos consórcios de hortifrutigranjeiros no entorno da UHE, em dissonância ao que o próprio governo federal indica a partir de dados divulgados na Agência Brasil.

Segundo o coordenador-geral de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura em Águas da União, Luiz Henrique Vilaça de Oliveira, “a aquicultura em reservatórios de hidrelétricas tem vantagens. [...] Esses reservatórios provocam melhor renovação da água, maior capacidade de produção e melhor qualidade do pescado” (AGÊNCIA BRASIL, 2012). Ele ressaltou que os reservatórios são ambientes favoráveis à reprodução de peixes e a piscicultura poderia abrir novas frentes de geração de renda tanto à população ribeirinha como aos trabalhadores dos canteiros das usinas que decidem ficar no local depois de terminada a obra.

A opinião do responsável pelo setor de aquicultura foi orientada mediante resultados para atividade pesqueira nas barragens das usinas hidrelétricas brasileiras, contabilizados de 2000 a 2012. “Em hidrelétricas se trabalha de forma muito tranquila, com uma produtividade acima de 250 toneladas por hectare, em ciclos que podem variar de quatro meses a um ano [quanto mais intenso o frio, mais longo o ciclo]” (ID., *op. cit.*). Entretanto, há de se ressaltar que em Balbina são desenvolvidas atividades relacionada à aquicultura, mas em ritmo diferente do mínimo essencial para suprir as necessidades dos ribeirinhos.

A referida UHE é citada como exemplo pela Agência Brasil (2012), mas nem a quantidade de peixes, o tipo e o volume de área para produção e pesca foram descritas pelo coordenador-geral da Aquicultura Continental em Estabelecimentos Rurais e Áreas Urbanas, Jackson Luiz Pinelli. Atualmente, a estação da usina de Presidente Figueiredo tem estrutura composta por 34 tanques para produção de alevinos das espécies de tambaqui e matrinxã, centro de incubação, laboratório,

salas para cursos e alojamento para os técnicos. Em 2011, foram produzidos perto de 1,5 milhões de alevinos das espécies trabalhadas no local, as quais são voltadas à piscicultura familiar no interior amazonense.

A produção é resultado de convênio entre o governo do Estado e a Amazonas Energia. Na prática, porém, dos alevinos retirados da incubadora boa parte não vinga por falta de trato especializado. Com a inauguração do Centro de Tecnologia e Treinamento em Aquicultura de Balbina, em abril de 2011, capacitação para a produção de alevinos de tambaqui, matrinxã e pirarucu começou a ser realizada com auxílio do Inpa. No primeiro trimestre de 2012, o trabalho foi efetivado e a previsão é que a piscicultura seja uma alternativa aos comunitários em fins 2013, com o aumento da quantidade de alevinos produzidos, exatos 24 anos após início efetivo da exploração energética do Uatumã, em 1989, e 27 anos após o término da construção, em 1987.

Enquanto não se concretiza a produtividade de alevinos que servirão para repovoar o lago a montante e ajudar na manutenção da pesca como atividade de subsistência, há comunitários que decidiram modificar práticas antigas e optaram pela criação de gado em pequena escala após a formação do reservatório. O pasto oferece status moral ao dono dos animais, apesar de gerar custo considerável para a manutenção. Por ser atividade associada no subconsciente rural e ribeirinho a dinheiro e poder, alguns donos de terras a montante da usina hoje criam gado em uma parte de seus terrenos, em consórcio com ações hortifrutigranjeiras.

Hoje o fazendeiro ele desmata um hectare e ali naquele hectare só pode comer um boi [...] um hectare é seguro um boi e se botar mais de um eles já vão passar necessidade. O porquê? A região não é apropriada pra esse tipo de pasto. [...] O fazendeiro pega esse hectare e derruba, taca fogo e mete o pasto e bota um animal lá para comer que vale trezentos a quatrocentos reais, é uma diferença astronômica, é uma diferença tão grande que nem se avalia o tamanho da destruição que o fazendeiro fez para manter um animal vamos supor no valor de mil reais. E quanto que se ficou de mata em pé? (E. S. S., 70 anos, caboclo, morador a montante da usina, pesquisa de campo, 2009).

A criação de gado é associada ao desmate a partir da queima de vegetação e do corte da mata para servir de alimento. Na estrada que liga Presidente Figueiredo a Balbina, em um longo caminho que cruza a área a jusante da represa, focos de incêndio originados da atividade são comuns. De

julho a dezembro, meses em que a seca é pronunciada na Amazônia Central, a queima de floresta para a constituição de pastagens se repete na maioria dos terrenos que margeiam a estrada de acesso e decesso à hidrelétrica (MARENGO *et al.*, 2011).

Não existem grandes extensões de terras nesse perímetro e nem áreas que pertençam a um só proprietário, o que se configuraria em exploração de latifúndio. Mas como a atividade é oriunda de uma perspectiva equivocada, salvaguardada pela tendência em acreditar que o gado rende mais dinheiro aos pequenos donos de sítios do que o plantio e cultivo em conjunto de atividades agroflorestais, o descontrole da queima de mata e a criação de bovinos se tornam ações preocupantes e desmedidas.

Em 2009, postes de iluminação foram colocados ao longo da estrada e foi necessário realizar a queima e derrubada de parte da vegetação à beira da pista de asfalto para o estabelecimento da fiação elétrica. A Amazonas Energia realizou a tarefa, que acabou estimulando pequenos criadores de gado a aumentarem os focos de incêndio para dentro de suas terras, avançando os limites de 20% de retirada florestal para os terrenos, como determina a lei. Durante a manhã e à tarde, diariamente, eram assinalados focos de fumaça dentro das áreas florestais. Ainda hoje, observam-se inúmeras queimadas nos 82 quilômetros da AM-240 (rodovia Presidente Figueiredo-Balbina).

Quem transita dentro dos coletivos da empresa que realiza o transporte municipal até o distrito de Balbina atesta que muitas vezes são focos pequenos, destacando possíveis queimadas para afugentar mosquitos transmissores de malária ou melhorar a limpeza de terrenos; em outros casos, podem ser vistas aberturas de áreas que parecem ter até 50 hectares de extensão, formando vastos campos desflorestados, abrangendo mais de uma propriedade, em uma típica ação por meio de uma cadeia de eventos planejada por dois ou mais donos de áreas para se criar gado.

Aos donos das terras, a noção é que eles estão fazendo algo que lhes trará benefício financeiro. E de fato trará, somente de forma factual. A sustentabilidade do benefício é pequena, não vingará a médio e longo prazos. As linhas de crédito governamentais para atividades de criação de

gado são ínfimas e funcionam para médios e grandes produtores de bovinos de corte e não para a venda esporádica, como ocorre ao largo da estrada AM-240.

O próprio Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do governo federal, que financia projetos individuais ou coletivos geradores de renda a agricultores familiares, não teve o êxito esperado à população a montante e a jusante da barragem devido a baixa produtividade das pequenas lavouras e plantios caseiros. Uma baixa produtividade, esclareça-se, gerada pelo fraco e descontinuado apoio técnico do Estado, enquanto instituição liberadora do empréstimo para o plantio e pela situação constante de embate com a estatal energética, que por vezes “afoga” todo o cultivo de um semestre dos ribeirinhos moradores a jusante, nas margens do rio Uatumã, e não indeniza de modo justo os agricultores familiares.

Eu conheci lá um tal de “Mão-Branca”, ele tinha plantação e cuidava de castanhal, seringal e cafezal, perdeu tudo, deram pra ele uma ninhadinha de 300 metros de terra... [...] eu só sei que ele perdeu tudo, perdeu tudo e aí ele voltou e viu que inundou o terreno onde ele trabalhava, era acima da queda d’água. Aí ele voltou para baixo da queda d’água. Lá, ele comprou um terreno e plantava banana, muita banana cumprida ele plantava, só parou com o café. [Mas de novo] perdeu tudo, a água derrubou tudo (R.M., 72 anos, ribeirinho, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

O depoimento resgata o caso de um antigo morador de Balbina que teve de se mudar da área a montante por ter perdido a plantação por ocasião do enchimento do reservatório. Depois ele acabou sendo novamente vítima da falta de preparação e organização para a abertura dos gigantes tapumes de concreto e aço da eclusa, que barram as águas, igualmente ocasionada pela má administração da usina por parte da Amazonas Energia.

Eles indenizaram o “Mão-Branca”? Não indenizaram, eles deram um abono pra ele calar a boca. Na verdade ele já até morreu, porque é muito difícil uma pessoa que gosta de trabalhar ver toda a sua produção, sua forma de sobreviver vir por água a baixo. Eles deram sei lá quanto na época, mas era como se como se fosse hoje uns trezentos reais [pelo cultivo que ele havia perdido] (R.M., 72 anos, ribeirinho, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

O processo de reorganização política não vem sendo promovido pelos comunitários de maneira ágil, rápida, com o passar dos anos. Trata-se de uma dinâmica continuada, ponderada sobre

o cotidiano, assentada sobre bases simbólicas, sobre a capacidade dos indivíduos de interpretarem os fatos do mundo e se basearem em lógicas plurais para orientar as diferenciadas relações construídas entre si. As novas fundamentações das representações sociais foram ancoradas com o passar dos tempos, a partir da complexidade das condições de existência das populações. O depoimento destacado indica essa perspectiva.

Pelo que foi narrado, a atmosfera material e moral que englobou as duas inundações pelas quais passou “Mão-Branca” fez com que fosse aniquilada a sensação de salvaguarda da vítima e do grupo como um todo em relação à barragem. Além disso, a relação entre passado, presente e futuro de cada comunitário que teve de se deslocar de seu antigo território para uma nova área foi afetada pelo desrespeito ao potencial simbólico que o trabalho possui, a exemplo do que ocorreu com o agricultor “Mão-Branca”, que teve as plantações arrasadas duas vezes seguidas.

O conjunto de relações do trabalho que constituía grande parte do projeto de vida do agricultor foi destruído de modo repetitivo pela Amazonas Energia. A enchente arrasou a intenção daquele homem de transformar sua realidade. O único discurso interior que possuía para servir de mediação com o mundo exterior foi assoreado pelas águas e alterou-se por força de acontecimentos que poderiam ter sido evitados ou melhor organizados para terem menos impacto sobre o trabalhador, sobretudo porque a construção daquele projeto de vida ancorado em um cultivo familiar era a configuração humana da cidadania de “Mão-Branca”, era o que fazia o ribeirinho agente de sua história social (CATÃO, 2001).

Entretanto, quando o agricultor começava a moldar sua condição humana por meio do trabalho e granjear uma posição social que a atividade lhe proporcionava perante sua família e sua comunidade, seu projeto de vida foi amputado. E sem projeto de vida não há disposição para o trabalho. Ao definhar o trabalho, que anima o indivíduo enquanto pessoa produtiva, a própria pessoa definha, como ocorreu com “Mão-Branca”, que morreu pouco tempo depois da segunda enchente ter levado sua plantação.

A morte de “Mão-Branca” é emblemática para mostrar que os processos de resistência não são simples e objetivos. Eles abrangem subjetividades, arrastam consigo acontecimentos, dinâmicas e conflitos relacionados a poder e dinheiro. Reconfigurar a política em meio a turbulentas ações à margem da represa, como aquelas que devastaram por duas vezes o cultivo do agricultor, pode significar no entender da Amazonas Energia uma retaliação à diretoria da usina. O que em verdade é uma maneira de praticar a liberdade de opinião para a garantia dos direitos dos atingidos pela exploração hídrica no rio Uatumã, pode ser visto pela coordenação da usina como um ato de enfrentamento hostil. O ponto de vista é definido pela conveniência, no caso dos tomadores de decisão na hidrelétrica, e pela necessidade de resistência, no caso dos comunitários.

Já existem movimentos sociais e movimentos políticos de modo geral, né. Movimentos sociais que são autônomos e certos ou errados são de pessoas que pensam aqui como um lugar de vida mesmo, para se estabelecer e onde eles querem criar seus filhos, onde querem se estabelecer e não como um simples local de passagem (M. S., 28 anos, caboclo, morador do município de Presidente Figueiredo e ativista social, pesquisa de campo, 2009).

Apesar da prática da intimidação ser recorrente aos que moram nas áreas marginais à usina, a resistência não cessa e é alimentada por sentimentos diferenciados. Quando o entrevistado ressalta a problemática de se pensar o município, incluindo Balbina, como um lugar para se viver, ele faz uma ressalta àquilo que Oliveira (2000) aponta como entrave ao desenvolvimento humano para a área de influência da hidrelétrica. Seu sentimento é de pertencimento ligado ao domínio físico e afetivo da área.

O autor, que pesquisou na década de 1980 a territorialidade dos atingidos pela UHE Balbina, indica que o município de Presidente Figueiredo foi formado a partir de pessoas que não reconheciam a localidade como um ambiente para se estabelecer definitivamente, mas sim para ficar por temporadas apenas, amealhando bens às custas de uma tendência pessoal de exploração e intolerância aos espaços de convivência.

Nos últimos dez anos, no entanto, essa realidade histórica e enfadonha foi alterada pela própria reinvenção da história por parte daqueles que resistiram à dura realidade imposta por

tensões sociais e econômicas à margem da hidrelétrica. A resistência, agora fundada com propriedade e solidez, ajuda a configurar o território e o arcabouço político legado pela desfiguração do rio Uatumã.

No processo de reintegração aos inúmeros ambientes violados pela modificação na estrutura territorial, novas cartografias sentimentais foram compostas. As marcas do represamento do Uatumã agora passam a ser experiências vivenciadas, de onde expectativas de aprendizado são originadas.

4.3 A restituição da população de Balbina em seu território: resistência e contestação da lógica do desenvolvimento no entorno da usina

O profundo drama e o pesado fardo que tiveram e têm de suportar os comunitários de Balbina em decorrência dos impactos da UHE faz com que seja indispensável a discussão de alternativas de incentivo às condições tradicionais de vida dessas populações, tanto por conta de sua importância para o equilíbrio da Amazônia — a mais rica biota do mundo — quanto por sua relevância social e econômica — respaldada pela diversidade étnica e a multiplicidade linguística. Nesse sentido, o tópico pretende descrever propostas de recondução da população de Balbina ao nível em que ela possa ter soberania sobre suas terras e seu futuro.

Para iniciar o debate, tome-se em conta o que Giddens (2000) ressalta sobre um problema fundamental na atualidade planetária: a globalização. Segundo ele, “vivemos num mundo de grandes transformações, que afetam tudo o que fazemos. Para melhor e para pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em todos nós” (p. 19). O fenômeno constitui a realidade e a percepção dos indivíduos dos cinco continentes, desafiando um grande número de pessoas em todo o planeta com seus problemas e suas possibilidades (IANNI, 1996).

O planeta adquiriu um novo status e transformou-se num território de todo o mundo (BRUM e BEDIN, 2003). Com a globalização

[...] tudo se desterritorializa e reterritorializa. Não somente muda de lugar, desenraíza-se circulando pelo espaço, atravessando montanhas e desertos, mares e oceanos, línguas e religiões, culturas e civilizações. As fronteiras são abolidas ou tornam-se irrelevantes ou inócuas, fragmentam-se e mudam de figura, parecem, mas não são. Os meios de comunicação, informação, transporte e distribuição, assim como os de produção e consumo, agilizam-se universalmente. As descobertas científicas, transformadas em tecnologias de produção e reprodução material e espiritual, espalham-se pelo mundo. A mídia impressa e eletrônica, acoplada à indústria cultural, transforma o mundo em paraíso das imagens, videoclipes, supermercados, shopping centers, disneylândias (IANNI, 1996, p. 169-170).

O poder do Estado, com a globalização, afasta pessoas de suas terras, desfilia populações inteiras de seus hábitos, devastando costumes e representações sociais formadas ao longo de gerações. Ao modificar a configuração de mundo dos seres humanos atingidos pelos efeitos do paradigma da globalização, o Estado não reconhece minorias étnicas como agrupamentos autênticos, expurga grupos sociais desalinhados com o sistema mercadológico das grandes metrópoles e desconfigura arcabouços culturais pertencentes a povos seculares, como aconteceu com os indígenas.

Na Amazônia, com o aumento populacional e a ocupação de “vazios demográficos” mediante o crescimento de três grandes centros urbanos existentes no bioma, Manaus/AM, Belém/PA e Cuiabá/MT, os modos de produção foram fortalecidos de maneira negativa a partir da década de 1980. O ideal de exploração da floresta e sua biodiversidade, incentivado pelo Estado, foi o principal estopim do processo. A comercialização de *commodities* (soja, cana-de-açúcar, madeira e gado) tornou-se ameaça à estabilidade do ambiente.

Quando mais pessoas aportaram a essas capitais, estabelecendo moradia, fortaleceu-se ao mesmo tempo um sentimento de aversão aos regionalismos e tradicionalismos da região (LATOUCHE, 1994; BRUM, 2002). Importante era arrematar para si o *american way of life* e fazer fortuna a partir da degradação dos ecossistemas. A aversão aos regionalismos e tradicionalismos beirou a xenofobia, porque buscou, no processo, a desconstrução cultural, espiritual e moral das crenças, atitudes e valores dos povos nativos, imputando-lhes caráter desumano.

A hostilidade com que a globalização atingiu as populações da Amazônia deslocou as pessoas de sua própria terra e mesmo as que ficaram ao menos no entorno do lugar de nascimento

mantiveram a sensação subjetiva de desagregação. As causas desses reordenamentos territoriais compulsórios estão ancoradas em investimentos na constituição de plataformas globais de produção e o estabelecimento de canais internacionais de comércio (BRUM e BEDIN, 2003). O bioma se tornou um imenso campo aberto para a expropriação de recursos e o trato injusto com populações nativas, quando muito vistas como coadjuvantes do processo relacional pessoa-ambiente.

Dentro do contexto da construção da hidrelétrica de Balbina, um fator agravante penalizou as populações daquela área: a intervenção do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional nas negociações para o financiamento da UHE. Como se tratam de duas instituições supranacionais com a função de regular a ordem econômica internacional, pouco importou privar rurais, ribeirinhos e indígenas de suas terras, desde que acordos político-econômicos entre Estados-Nação fossem mantidos.

Ao não haver preocupação em buscar uma identificação com as ambições sociais dos amazônidas, houve uma clara negação do governo brasileiro em reconhecer as populações do bioma enquanto agentes de seu futuro. Para piorar, a polêmica se agravou após a inauguração da UHE, em 1º de outubro de 1987, quando os direitos de geração e distribuição energética no entroncamento do Uatumã foram concedidos a uma concessionária do Estado, a Amazonas Energia, turvando o resgate das demandas dos tradicionais, que não só deixaram de ser atendidas, mas passaram a ser alvo de contestação.

Em vez de oferecer estrutura material e espiritual adequada para que se vivesse com dignidade após o processo de desterritorialização-reterritorialização, a Amazonas Energia ameaçou a seguridade social da área ao determinar o que pode ou não fazer para melhorar as condições de vida dos realocados. Avaliando a perspectiva político-econômica em Balbina, é possível dizer que o a UHE representou a inserção daquele pequeno povoado incrustado na Amazônia Central dentro do fantástico e interdependente mundo globalizado, em que o caos pode se instalar mediante interesses financeiros.

A economia global desterritorializada fez da Amazônia um imenso ambiente cumulativo de riquezas a serem solapadas em favor do modo de vida urbano e dos desejos transitórios de consumo. A urgência energética proclamou o represamento do rio Uatumã e a consequente extinção de boa parte da fauna e flora dos ecossistemas na confluência da barragem. Submetidas pelo poder mordaz do Estado ao processo de instalação da usina, populações tiveram práticas violadas por uma necessidade exógena a elas, disseminada mediante a ideia de exploração do bioma.

A globalização é fato concreto e observável no cenário mundial. Entretanto, o fenômeno só veio a alçar patamares gigantescos a partir do marketing orientado para vender a ideia, do jornalismo dócil e sem contestação acerca do tema, da publicidade criminosa e mascaradora da proposta e do infinito comércio de quinquilharias maquiadas em disfarces como bens necessários a todos (MATTELART, 1999; HORKHEIMER, 1985; COHN, 1978).

Tudo isso foi pasteurizado, enlatado e depois apresentado como o melhor que o mundo higienizado e burocrático podia oferecer aos amazônidas do distrito de Balbina e aos Waimiri-Atroari a noroeste de onde houve o barramento das águas. A globalização, então, impôs estilos de vida criados para tornar pessoas menos engajadas com suas existências e empurrá-las rumo ao abismo da futilidade e falta de crítica ao sistema. Um estilo que se contrapunha ao praticado pelos amazônidas.

De repente, ações, decisões e omissões levadas à frente por uma política de Estado no Brasil, a qual foi importada de outras nações, acarretaram em consequências enormes a etnias e comunidades da Amazônia. Foi notável, então, que as relações de poder fossem modificadas, o que forçou o reposicionamento dos conflitos humanos em curso, de modo que agrupamentos sociais inteiros passaram a constituir-se enquanto comunidades estilhaçadas pela hegemonia do sistema (GOMES, 2000).

Passadas duas décadas e meia, a farsa foi percebida por muitas pessoas. Moradores do entorno da UHE tem conhecimento da extensão do problema que afetou suas vidas e tentam

canalizar a intensidade das humilhações na tentativa de reaver o que restou do território e de suas existências mutiladas. Cada grupo a seu modo.

[...] depois dessa última enchente que teve em 2009 o governo Eduardo Braga veio aí na Vila de Balbina, teve uma mobilização, o pessoal daqui foi acionando, foi a defesa civil, todos nós fomos. Disponibilizaram transporte e tudo, e aí a gente conseguiu chegar pra lá. Fomos através da lancha. Os homens ficaram lá na ponte e aí a gente foi pra lá. (W. M., 30 anos, caboclo, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, membro do MAB/AM, pesquisa de campo, 2009)

[...] a gente tava tipo dando uma alfinetada, mas assim, tipo, no bom sentido, pra que o cara não esquecesse o compromisso dele com a gente. (F.M., 58 anos, fundadora do MAB/AM, comunidade do km 13 do Ramal da Morena, pesquisa de campo, 2011).

[...] depois do Ramal, o nosso problema maior na frente de todos é a legalização fundiária. É a questão da terra. A gente vive numa área de risco e a gente tem prioridades e direitos que nos assiste, entendeu! (T.B.A., 43 anos, cabocla, moradora da primeira ilha da porção leste a montante da UHE, campo da pesquisa, 2009)

[...] a gente tá sempre cutucando, né. Por exemplo, marcar uma reunião com as lideranças comunitárias, marcar uma audiência lá, pegar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um representante do povo, um vereador, alguém que possa dar suporte pra gente (S.A.O., 46 anos, caboclo, vila de Balbina – porção Atroari, campo da pesquisa, 2009).

[...] a gente queria que eles (Amazonas Energia) tivessem dado uma assistência assim diretamente aqui. Mas eu vou ter o contato com o MAB porque eu preciso de uma liderança a nível nacional, estadual. Uma pessoa que tenha influência, mesmo; que tenha um gabarito pra chegar e possa envolver o povo pra que ele saiba que ele tem aquele direito (P.C.S., 31 anos, ribeirinho, comunidade do km 18 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

[...] eles fizeram essa hidrelétrica de Balbina baseado mais em interesse especulativo do que interesse industrial. Você entende como é a coisa, né? Eles queriam gerar energia para o Estado do Amazonas que supra a necessidade. Tá gerando? Tá, mas Balbina não oferece o mesmo do porte da hidrelétrica do projeto, você entende? (P.C.S., 31 anos, ribeirinho, comunidade do km 18 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

Os fragmentos representam partes significativas de depoimentos reveladores de uma face tenebrosa da relação Estado-sociedade no distrito de Balbina. Mostram que em vez de se manterem como mentes adestradas e corpos sem alma, os desterritorializados procuraram organizar-se ao longo do tempo por meio do reconhecimento institucional do MAB e hoje ensaiam eleger representante para a Câmara dos Vereadores de Presidente Figueiredo. Eles, nesse sentido, tentam entrar no sistema político que os vilipendiou para granjear estancamento do processo esmagador que foi a desterritorialização e a perda dos referenciais básicos.

As tentativas de desenvolvimento de cadeias produtivas e tecnologias sociais para os moradores de baixa renda em Balbina, sejam populações tradicionais de indígenas, camponeses

assentados pela reforma agrária ou agricultores familiares de segmentação ribeirinha, poderiam ter partido dos próprios desterritorializados, mas pararam na lentidão do Estado em realizar atos concretos e na falta de iniciativa planejada para políticas públicas. Efetivo exemplo da escassez de estrutura técnica a atravancar os planos de retomada da área de influência da usina ocorreu após a inauguração do PDS Morena, a jusante 38 km da represa.

O PDS Morena foi o primeiro, em seu modelo de assentamento, a ser implantado no Brasil. A escolha do local para a organização das atividades hortifrutigranjeiras e agroflorestais, das pessoas a serem contempladas e do formato a ser posto em prática pelo Incra foi realizada pela população de desterritorializados a jusante. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária, que a partir de 1998 começou a criar Projetos de Assentamento Extrativista ou Agroextrativista (PAEs) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs)³⁰, prontificou-se em orientar o fenômeno das ocupações após a construção de UHEs e Balbina serviu de ação-piloto.

O planejamento do PDS Morena, entretanto, não obedeceu à igualdade entre os desterritorializados, sendo alvo fácil de oportunistas fundiários. Sem conhecer fidedignamente o campo e as variáveis humanas, o Incra deixou de perceber que a regularização das glebas foi feita com base em critérios que refletiam o peso político e o prestígio de cada contemplado com um naco de terra. Deixou de ser efetivada a prática da regularização fundiária antes do desmembramento dos lotes para a subdivisão igualitária entre os atingidos pela barragem, o que fez com que o problema do apadrinhamento fosse reforçado na área do PDS e posseiros se aproveitassem da situação para conseguir espaço dentro da burocracia de entrega de lotes a mando de grileiros.

Outro ponto que rebaixou a importância do PDS Morena dentro do âmbito da retomada da terra por parte das populações deslocadas por força do empreendimento a jusante da UHE Balbina foi o fato das áreas escolhidas para realizar assentamentos não terem sido selecionadas em função

³⁰ Existem outras modalidades de assentamento atualmente, tais como o Projeto de Reassentamento de Barragem (PRB) e o Projeto de Assentamento Rururbano (PAM). No entanto, o peso deles no total dos projetos, tanto na Amazônia quanto no Brasil, é pequeno, o que indica a falta de planejamento para mitigar efeitos das grandes mudanças ambientais e humanas já ocorridas ou ainda em curso no bioma.

das suas características agronômicas. A Amazonas Energia, sem cumprir qualquer papel social, não dispendeu custo para auxiliar na identificação do potencial produtivo e afetivo da área do PDS Morena. A Prefeitura de Presidente Figueiredo e o Governo do Estado do Amazonas também não quiseram assumir a conta política de uma reforma agrária bem feita em uma área de conflito e visada pelo governo federal para a produção energética. O resultado foi a falência do projeto.

O PDS Morena soçobrou em muitos pontos no início de sua criação. Hoje ele é um lugar onde um sistema incipiente e primário de cooperativa funciona em virtude dos próprios integrantes. O cultivo é dividido entre os associados e mesmo aqueles que por vezes não conseguem atingir suas metas de produção estão aptos a entrar na partilha. Trata-se do esboço de como poderia funcionar uma ecorregião em Balbina.

Ecorregião é um conjunto de áreas homogêneas com condições ambientais similares (XIMENES *et al.*, 2009). Populações que compartilham fauna, flora e práticas culturais são estudadas como residentes de ecorregião. A dinâmica do ambiente e os processos que norteiam as vidas humanas, animal e vegetal fortificam a ideia de ecorregião na medida em que servem de parâmetro para se identificar áreas com alta similaridade. Além disso, compreender uma extensa faixa de terra como uma ecorregião tende a facilitar a tomada de decisões econômicas e políticas, o arranjo de modelos sociais e o ordenamento de recursos naturais.

O termo ecorregião foi proposto pela primeira vez em 1962 por Orie Loucks (XIMENES, 2008). Existem dois métodos para mapeá-las e identificá-las. Eles são denominados de tradicional e computacional. O tradicional insere dados em um sistema de informação geográfica (SIG) e a partir daí são conseguidos parâmetros em escala global. O método computacional para a delimitação das ecorregiões é realizado com classificações automáticas e os resultados avaliados por especialistas. Para além desses tipos de descrição, ecorregiões servem à humanidade no sentido em que representam comunidades distintas dentro de uma rede de áreas comuns mantendo processos ecológicos e evolucionários no ambiente (ID., *op. cit.*).

Para entender o significado social da ecorregião é necessário levar em consideração agrupamentos populacionais inseridos nessas áreas. Por exemplo, ribeirinhos, rurais e indígenas, como no caso de Balbina, já existiam na região não urbana de Presidente Figueiredo antes da represa. As pessoas dividiam costumes e compartilhavam *habitus*, vivendo em função de afazeres ordenados pelo conhecimento do território e a partir do domínio sobre o ambiente. Formavam um conjunto de vidas entrelaçadas, dispostas sobre a faixa territorial, o que lhes conferia legitimidade e moral para planejarem seu presente e futuro.

Na verdade, não apenas o território as animava, as unia, também a cultura e o modo de produção tornava as populações aproximadas entre si; também festas e rituais, labor e ócio, bem como espiritualidade e arranjo familiar encadeavam-se de maneira a formá-las e identificá-las consensualmente. As ecorregiões devem ser ordenadas para que a busca por igualdade social iniba o aparecimento de comportamentos destrutivos ao ambiente, pondo em risco a própria sobrevivência das comunidades. A inclusão deve ser pautada pela produção alimentar comum, mediada pelas ecotecnologias e pelo sentido mais profundo do ecodesenvolvimento, que é a distribuição igualitária das riquezas das regiões compartilhadas.

Tanto a produção de alimentos como a inclusão social estão ligadas a progressos da revolução verde em ecorregiões que sejam formadas para atender aos interesses de pequenos agricultores, pescadores artesanais, mantenedores de quintais agroflorestais e indígenas possuidores de atividades tradicionais de alimentação coletiva. Essas ecorregiões devem se pautar pela modelagem dos territórios sem uma anterior definição cartográfica rígida, dado que o desafio é privilegiar as relações entre moradores de áreas comuns que enfrentam o dilema de aproveitar melhor os recursos renováveis em função das urgências sociais.

Na Amazônia, as lideranças comunitárias estabelecidas nas ecorregiões devem ter responsabilidade especial no que diz respeito à cooperação entre diferentes populações, por conta da diversidade étnica preponderante no bioma. Os líderes terão atividade redobrada em áreas onde

latifundiários dominaram o território, passaram a concentrar elevadas extensões de terra e forçaram com que a pobreza em ambientes rurais, ribeirinhos e indígenas tivesse sua maior expressão.

Uma ecorregião assim se denomina porque nela há a prática da economia solidária como modelo de desenvolvimento. Se grande parte dos países adotasse uma economia mais solidária como modelo de desenvolvimento, em 20 anos seriam formalizados entre 15 e 60 milhões de novos empregos no mundo, segundo o relatório Rumo ao Desenvolvimento Sustentável: Oportunidades de Trabalho Decente e Inclusão Social em uma Economia Verde, de maio de 2012 (WORKING TOWARDS SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2012)³¹.

A economia solidária é definida como conceito de desenvolvimento que pressupõe novas relações com o ambiente, o planeta e as pessoas (PASSET, 2002). Refere-se ao processo de captura da vida e tratamento para a existência em sociedades de caráter integrador que necessitam se manter em meio às turbulências econômicas (CHICCHI, 2010). O pressuposto surgiu como consequência do alerta ecológico dos anos 1960/70, que reposicionou o processo econômico como extensão da evolução biológica e entendeu a humanidade como centro da trajetória de desenvolvimento do papel moeda e não instituições financeiras privadas, grandes corporações e bancos.

A economia solidária é uma atividade que tende a fortalecer ecorregiões rumo à redução da desnutrição e inclusão social, possibilitando o planejamento familiar e conseqüentemente amenizando a situação de desabrigo vivida pelas populações afetadas por barragens. A transformação que a economia solidária pode oferecer à manutenção da vida em áreas não urbanas da Amazônia reside na inserção das pessoas em um mercado justo e não no conhecido sistema atual, criado para gerar dinheiro a grandes corporações com ajuda do Estado. O modelo requer relação equilibrada entre mercado e meio ambiente, sendo as pessoas agentes éticos dessa relação e garantindo para si abrigo social e segurança econômica.

³¹ O documento aponta que o Brasil criou cerca de 3 milhões de empregos com iniciativas sustentáveis, o que representa 7% do emprego formal, porém menos de um quinto desse total está na Amazônia. O grupo, que reúne especialistas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Internacional de Empregadores (OIE) e da Confederação Sindical Internacional (CSI), mostra que o atual modelo de desenvolvimento, pautado no esteio do consumo para a geração de capital e postos de trabalho, não é mais capaz de proporcionar empregos para a maioria.

Em Balbina, hoje, lideranças e membros do MAB tem a noção fortalecida de que a Amazônia foi projetada para o epicentro do debate quando países de todo o planeta se propuseram a discutir ações em respeito à relação do ser humano com o ambiente. Em debates organizados no entorno da UHE vem sendo analisada, sobretudo, a problemática de que o meio natural amazônico sofre efeitos da fadiga ambiental mundial por ser região que tende a interagir de modo fundamental na formação das sociedades que nela habitam. O exemplo da usina é enfatizado nas discussões.

O que está no cerne da questão [também tratada pelo MAB] é a máxima capitalista de crescimento ilimitado e da pretensa dissociação da relação homem e natureza, tendo sido a última visualizada pela óptica da economia política tradicional como um “objeto das necessidades humanas” a ser dominado em favor do primeiro, ou seja, como se essa relação não fosse de reciprocidade dinâmica, desvinculando os efeitos da ação humana sobre a natureza e, consequentemente, sobre a sua condição de vida inserida neste meio natural (MOSER, 2005, p. 71).

Índios, rurais e ribeirinhos possuem formas similares, porém não iguais, de se relacionar com a terra onde moram e realizam afazeres. A terra, para os ameríndios, não é amorfa e destituída de alma como a sociedade ocidental imagina e nem as florestas e os rios, aos rurais e ribeirinhos, são ecossistemas sobrepostos e associados como o Banco Mundial insiste em afirmar. O Estado, que incentiva grandes projetos, toma fauna e flora como depositários de riquezas para a fabricação de produtos. Entretanto, o valor da biodiversidade, que transcende ao valor monetário regulado pelo mercado financeiro, é algo vivo e pulsante.

Aos rurais e ribeirinhos, bem como aos indígenas, há dificuldade em aplicar na região amazônica o sistema de restrição³² que a sociedade urbana criou no âmbito da propriedade privada e da extração de excedentes da natureza para o comércio. Para eles, a troca de mercadorias faz tanto sentido quanto a venda, desde que o desafio de garantir a segurança alimentar para sua família esteja assegurado. Portanto, está longe de parecer premissa simples a aplicação de fórmulas exógenas ao bioma Amazônia se estas não estiverem alinhadas à realidade humana e não forem condizentes com os modos de vida dos moradores da região.

³² O sistema de restrição diz respeito à lei de desmate para florestas primárias (Código Florestal), que rege em 20%, no máximo, para cada propriedade, o tamanho da área direcionada ao cultivo, sobretudo dentro do bioma Amazônia.

As represas de grande porte são fruto de uma ideologia liberal que se revela inapropriada não só ao bioma Amazônia, mas a inúmeros ambientes mundiais, porque tem como força motriz a acumulação em mercados de empreendimentos especulativos. O Estado interfere o menos possível em suas ações e ajuda barganhando financiamentos. Para esses especuladores, não importa o tamanho da usina que se constrói, como se constrói e a quem se constrói. Importa é que o círculo da produção-comercialização-consumo se reproduza contínua e rapidamente, elevando a taxa de ganhos do capital.

O ganho associado à utilização em escala industrial de bens naturais força a uma lógica perversa, cumulativa, voltada ao crescimento do capital investido. Uma grande central hidrelétrica implantada em uma vasta área amazônica para atender a interesses da classe dominante do sul do Brasil, mesmo que tenha sido equivocada, como foi a UHE Balbina, construída com tijolos da fome e da miséria de ribeirinhos, rurais e indígenas, é vista como rentável e necessária no universo liberal. A lógica do desenvolvimento global que rege o mundo ocidental vende a ideia de mercado livre e igual a todos quando interessa às classes dominantes. Ao menor sinal de falta de dinheiro, empresários e especuladores vão pedir verba ao Estado e se travestem de coitados, estendendo panelas vazias nas mãos.

Em Balbina, foram gastos US\$ 1 bilhão e a crise energética de Manaus não se resolveu, em detrimento às políticas sociais e aos serviços públicos em favor da população do entorno da usina. Com isso, houve o aprofundamento do abismo entre ricos e pobres, desencadeando uma competição covarde: de um lado as classes dominantes; do outro, os trabalhadores tradicionais. Essa tragédia foi potencializada pelo modelo econômico de agressão à biodiversidade e ainda produziu uma verdadeira desolação socioambiental aos povos da embocadura do rio Uatumã.

O paradigma da sustentabilidade sucumbiu a partir do uso da tecnologia disponível no período de implementação da UHE, posta a serviço do lucro. A panaceia do crescimento teve um custo alto, pago pelos atingidos pela barragem de Balbina. Hoje, o mais importante é ter certeza

sobre o desafio para a geração energética responsável e disponibilizar produtos e serviços oriundos do avanço tecnológico para se construir uma sociedade justa e sustentável, solidária e fraterna.

Na atualidade, para retomar o curso da sustentabilidade e reposicionar historicamente a população do entorno de Balbina, seria necessário se pensar em uma ecorregião e em ecotecnologias que melhorem a vida e estejam direcionadas ao codesenvolvimento das pessoas. Em poucas palavras, essa tríade de *ecos* tenderá a substituir o viver bem daqueles que tudo compram e tudo querem porque tem dinheiro e acreditam que isso basta a si mesmo, pela noção indígena do bem viver, numa relação sadia com coisas, plantas, animais e pessoas.

Em escala local e global, uma nova relação com a natureza, com os diferentes ecossistemas e com o outro é possível. O desafio é repensar e recriar formas de apropriação comum dos territórios e recursos naturais, por meio de tecnologias de baixo custo e eficientes, que contemplem o ser humano e o meio ambiente. Nesse sentido, as ecotecnologias podem ser um indicativo para responder ao problema.

A ideia vigente sobre ecotecnologias faz parte do conjunto de Tecnologias Ambientalmente Sustentáveis (TAS) pensadas no âmbito da Agenda 21, a partir da Eco92, no Rio de Janeiro. As TAS são alternativas viáveis porque conservam o ambiente e usam recursos de forma sustentável. O conceito foi criado por causa do consumo atingido por populações das grandes cidades, as quais tem gerado mais de 75% da poluição global, usado dois terços da energia despendida pela humanidade e contribuído com 80% das emissões de GEEs (BANCO MUNDIAL, 2009; LEFF, 2001).

As ecotecnologias tendem a ser uma resposta à dinâmica econômica e ao avanço da própria tecnologia, que implementou benefícios e facilidades à vida moderna, mas trouxe incertezas decorrentes da exploração da natureza e altas taxas de desemprego, violência e fome. A partir de levantamento sobre o conceito de ecotecnologia, foram notados desmembramentos adjacentes ao termo, tais como: a) tecnologias ambientais alternativas, b) tecnologias verdes, c) inovações tecnológicas ambientalmente saudáveis, d) tecnologias limpas, e) tecnologias não agressivas ao

meio ambiente e e) tecnologias ambientalmente sustentáveis.

São variantes sobre o tema em diferentes nomenclaturas. Elas retratam a mesma problemática, a da escassez de recursos naturais em vista do mau uso, da quantidade explorada e em função de quem ou quem está se explorando. O incentivo às ecotecnologias fomenta mudanças e aprimoramentos nos arranjos sociais, transformando conhecimentos técnicos, processos, produtos, serviços e equipamentos para o benefício de comunidades e aldeamentos (ECHEVERRIA, 1998).

Como fonte para o ecodesenvolvimento, ecotecnologias são alternativas para frear a atual situação de descaminho que áreas não urbanas enfrentam na medida em que são vistas como polos de extração de recursos naturais. Uma ou outra ecotecnologia, de forma isolada, tem pouca capacidade de promover mudanças para dada comunidade. Elas devem ser aplicadas em forma de consórcio. As ecotecnologias devem apontar para ações diversas, coerentes e similares entre si.

As ecotecnologias devem viabilizar a conservação da biodiversidade, dos espaços comuns de uso e auxiliar na distribuição da riqueza. Um país como o Brasil, por exemplo, pode ter um PIB a taxas que variam de 4% a 7%, mas se o volume da riqueza estiver concentrado em 5% da população o país estará mal e as ecotecnologias não terão cumprido sua função.

As ecotecnologias devem funcionar como instrumentos para o fortalecimento de arranjos comunitários locais, possibilitando trabalho e renda. É por meio de conhecimentos científico e tecnológico que se fomentam bases concretas para a produção de bens e serviços que atendam a necessidades regionais e globais.

O Global Entrepreneurship Monitor (GEM), relatório que mapeia o nível de empreendedorismo no mundo, mostra que a inovação no Brasil está em baixa. De acordo com dados divulgados em 2012, pouco mais de 10% dos novos negócios no país trazem ao mercado produtos e serviços inovadores na área socioambiental, o que coloca o Brasil no mesmo patamar de Trinidad & Tobago e à frente só de Bangladesh, onde o índice é de 10%. No ano de 2011, o Brasil estava na última posição, com menos de 10% de negócios inovadores (AGUILHAR, 2012).

Os dados apontam que a região amazônica é carente em ecotecnologias, assim como demais biomas do país. A tentativa de mudança dar-se-á na medida em que aumentar a quantidade de produtos orientados pela interação de conhecimentos e necessidades de uso. Nos últimos anos, multiplicaram-se hidrelétricas, estádios de futebol, portos, estradas e ferrovias, mas pouco foi investido em ecotecnologias que viabilizassem uma vida melhor a pequenas comunidades e etnias açoítadas por grandes projetos. Toda a sorte de minorias desassistidas continua com o mesmo desprestígio junto ao Estado.

O vício dos planos de desenvolvimento para a Amazônia foi acreditar que estruturas arquitetônicas iriam modificar a condição social dos povos, em detrimento a ações ecologicamente corretas e feitas para os indivíduos e não para interesses exógenos. A desculpa para o retorno a essas práticas dos anos de regime militar foram as crises financeiras, que teriam emperrado o mercado nacional e, por contaminação, ampliado a demanda por energia no Brasil. Agora, tenta-se recuperar décadas perdidas por meio de conflitos com ambientalistas, indígenas e movimentos sociais, além de outras disputas.

A Amazônia tem requisitos decisivos para forçar modelos sustentáveis de desenvolvimento — biodiversidade elevada, população heterogênea, áreas de restrição para ecossistemas e ambientes com baixa pressão humana — mas é preciso ampliar empreendimentos em ciência e tecnologia na região. Existe a urgência para o aproveitamento de recursos naturais e a assimilação em busca do beneficiamento. Não apenas a engenharia de materiais deve funcionar. Ações interdisciplinares podem reduzir equívocos culturais na produção de ecotecnologias a serem aplicados em populações residentes em áreas organizadas para funcionar como ecorregiões (LEFF, 2000).

Bases conceituais de ecorregião e ecotecnologias descritas abrem precedente para se pensar um terceiro e decisivo paradigma, o do ecodesenvolvimento, que vincule o conceito de meio ambiente à noção de desenvolvimento sustentável. Em 1973, ano em que o primeiro relatório do Pnuma foi estabelecido, o canadense Maurice Strong afirmou que o importante para se definir meio

ambiente era questionar o caráter tecnocrático do planejamento, visando ações para a incorporação da racionalidade da prudência ecológica. Surgia, então, a ideia de ecodesenvolvimento, que seria denominada preconizando a gestão racional dos ecossistemas aliada à valorização do *know-how* e da criatividade das populações envolvidas no processo.

O ecodesenvolvimento foi estudado correlato a problemas como desigualdade social, pobreza, fome e falta de emprego. Em 1974, a Declaração de Cocoyoc, resultante da Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Unep), e no ano de 1975 o relatório *O Que Fazer?*, da fundação alemã Dag-hammarskjöld, foram decisivos para que o ecodesenvolvimento passasse a ser chamado de desenvolvimento sustentável.

Doze anos depois o conceito de ecodesenvolvimento foi suplantado. Em meados da década de 1980, o conceito de desenvolvimento sustentável foi sugerido pela ex-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, via Relatório Brundtland, cujas conclusões foram apresentadas no livro *Nosso Futuro Comum*, de 1987. Definiu-se como desenvolvimento sustentável a ação que resolve necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.

O Relatório não pôs relevância ao já discutido em Estocolmo, mas teve por mérito aglutinar para a discussão diversas empresas de todo o mundo, além de caracterizar, com objetividade, o conceito de desenvolvimento sustentável. Com o Relatório, ampliou-se a visão que os países desenvolvidos tinham sido causadores da degradação socioambiental registrada nos biomas do planeta. A partir do *Nosso Futuro Comum*, a pressão aos ambientes passou a ser associada ao grau de pobreza, material e imaterial, das populações (WAQUIL *et al.*, 2004).

O ecodesenvolvimento, atualmente, foi repensado e as duas denominações vem sendo utilizadas e validadas para se planejar o futuro. A percepção de que o meio ambiente por si só dialoga com os coletivos manteve-se em ambos os conceitos, como uma relação de interdependência (TUAN, 1980). Como tratou Santos (1998), é uma relação inseparável em que há

objetos naturais e sociais e a vida que os preenche e anima.

A ideia de ecodesenvolvimento, ao se direcionar ao entorno de Balbina, pode gerar autoestima e qualidade de vida às populações, facilitando o diálogo com a natureza e o que dela se extrai. O ecodesenvolvimento em Balbina viria para combater injustiças e apresentar planos de desenvolvimento que compatibilizem aspectos ecológicos, econômicos, culturais, políticos e institucionais, oferecendo equidade social, respeito a minorias e percepção sobre limites ecológicos (MOZOBANCYK, 2011; SACHS, 2006).

O ecodesenvolvimento deve se fortalecer essencialmente para contrapor o senso comum acerca das representações estereotipadas que afligem os povos tradicionais amazônicos há tempos, os quais são entendidos como um grupo homogêneo arraigado no passado e incapaz de mudar, sem compreender que a própria mudança faz parte do contexto da vida.

4.4 Planejamento e práticas sociais para uma vida melhor

Expectativa e esperança são sentimentos que animam a capacidade de resistência e o grau de resiliência em sociedades tradicionais. Ao se tornar parte da vida cotidiana, expectativa e esperança passam a ser rotina condicionante da existência, e em Balbina, com o reconhecimento do MAB, esses sentimentos foram incorporados ao esforço cotidiano das pessoas e auxiliaram em ações de contraposição aos desmandos do Estado no entorno da usina.

Diferentes tipos de pessoas têm esperança de coisas diferentes: de vida eterna, felicidade neste mundo, riqueza, segurança, amor, fama, casa própria, e assim por diante. Elas podem esperar essas coisas para si ou podem transferir suas esperanças para a próxima geração. [...] As pessoas também são mais esperançosas em certos momentos e em certos lugares que em outros, na medida em que estão mais ou menos conscientes das alternativas para a vida que levam (BURKE, 2012, p. 207).

A área de influência da UHE foi caracterizada por uma situação em que as populações atingidas ou foram “empurradas” geograficamente a cercanias inóspitas ou “puxadas” a defenderem o sistema e servirem de mão de obra barata. Ambas as opções ofereceram tão somente perda de

expectativas de vida, sendo a geração energética por força hidráulica exemplo dramático de um processo complexo de gente comum deixando suas casas e partindo marcada pela desesperança.

Só que para embasar os grandes projetos na Amazônia, historicamente, não tem sido realizadas transformações de porte expressivo apenas na localidade onde se deseja implantar a empreitada. Avaliando a questão de Balbina, notou-se que a capital amazonense vem passando por um intenso ato de modificação durante os últimos 25 anos, ou seja, coincidentemente acompanhando a mesma sequência temporal após a implantação da usina do Uatumã.

Tem sido um avassalador processo de privatizações, em que foram arrematados e negociados setores públicos do Estado. O Banco do Estado do Amazonas (BEA), a Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama), a Cigás e o Porto de Manaus passaram pela mudança. Também feiras, mercados, parques, praças de alimentação, cemitérios e praias foram total ou parcialmente privatizados. A concessão da água em Manaus à empresa Águas do Brasil, do Grupo Solvi, dono da Águas do Amazonas, que administra o abastecimento na capital, configura-se no mais novo negócio de soma astronômica, totalizado em R\$ 3,4 bilhões.

Os fatos indicam que existe ampla disposição do Estado para o desenvolvimento global no Amazonas, especificamente — e nada muito diferente acontece na Amazônia de forma geral. Todavia, a despeito da sanha por progresso, o planejamento efetivado para promover a evolução social no bioma não é adequado, posto que importa modelos externos e torna miméticas as ações. Grande parte dos projetos ganha força no Legislativo a partir de propostas do Poder Executivo, indicando que o Estado fortalece a si próprio e a seus interesses na medida da conveniência.

Para refletir sobre a premissa, é emblemático descrever um caso objetivo, apoiado na atual avaliação de impactos de hidrelétricas na Amazônia feita pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), da Eletrobras. Buscou-se ponderar acerca da capacidade das ações para mitigar efeitos de UHEs e transformar a realidade em face à magnitude das interferências. A avaliação será direcionada à Balbina, a partir dos trâmites do Cepel, mas é passível de ser extrapolada a regiões de

características similares no bioma.

Conforme o Cepel, a construção de uma UHE dá-se: i) com o inventário básico de uma bacia, quando são realizados estudos a respeito de seu potencial, de como a eletricidade gerada poderá ser aproveitada, bem como são analisadas opções para a localização da barragem; ii) depois vem a fase de análise de viabilidade, na qual se pensa a relação custo-benefício da obra, o que gera o desenho de um projeto básico, onde são sumarizados impactos negativos da usina; iii) passa-se então ao projeto executivo, quando começa a construção da represa e, ocorrendo desmatamento, mudança no curso do rio e migração para a área; iv) por fim, inicia-se a etapa de operação com a geração e distribuição da energia elétrica através das linhas de transmissão de alta tensão, quando surgem riscos decorrentes da formação dos grandes lagos e proliferação de vetores.

A partir dessas etapas, são propostas ações voltadas à população moradora da área de influência da obra: i) no âmbito da organização territorial, ii) referentes aos modos de vida, iii) às bases econômicas das populações afetadas e iv) de forma direcionada às tradições das populações indígenas. A partir dessa subdivisão, o trabalho do Cepel é feito. O ideal é que na fase de análise de viabilidade das usinas sejam realizados os levantamentos apontados, mas para hidrelétricas já consolidadas a expectativa é a realização de estudos a cada decênio.

A flexibilidade do instrumento apresentado pelo Cepel tem duas características distintas. Uma é a subjetividade agregada ao processo de avaliação de impactos de barragens, que pode comprometer resultados por envolver tomadas de decisões dos realizadores, mas que, por outro lado, auxilia na melhoria das avaliações uma vez que não havendo padronização na realização dos estudos cada situação pode ser executada conforme variáveis.

A subjetividade envolvida requer alto grau de comprometimento e conhecimento teórico e prático para o trabalho. Outra observação é a complexidade da avaliação qualitativa em face à quantitativa. O Cepel investe em dados de campo a partir de situações reais, as quais são dependentes de tensões político-econômicas e isso tem consequências desfavoráveis à execução dos

projetos. O exemplo do Cepel ajuda a entender a forma como o Estado concebe análises de projetos de grandes UHEs.

A seguir, estão descritas atividades realizadas pelo Centro de Pesquisas da Eletrobras e na sequência de cada quadro ponderou-se sobre a proposta de mitigação realizada para comunidades afetadas por represas, levando em consideração o caso de Balbina e tendo como parâmetro sociológico a dissonância ocorrida entre a teorização nos planejamentos e o que de fato ocorreu.

4.4.1 Organização territorial

O quadro 3 aponta estudos executados para se analisar a organização territorial, a qual compreende processos que determinam organização, dinâmica e, conseqüentemente, paisagem e padrões de ocupação do território modificado por usinas.

ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO
<u>Dinâmica Demográfica</u> – avalia-se a dinâmica de crescimento populacional propriamente dita, a distribuição espacial da população, os aspectos referentes à mobilidade populacional e o quadro urbano.
<u>Ocupação do Território:</u> são considerados o processo histórico de ocupação do território; as condicionantes ambientais do território, que apontem indução ou restrição à ocupação; as características, distribuição espacial, das categorias de uso do solo e a respectiva intensidade de uso; a função do recurso hídrico na organização do território; os principais usos da água e a estimativa do contingente de usuários, por uso; as relações urbano-rurais, os padrões de assentamento resultantes e os programas de desenvolvimento existentes e planejados.
<u>Circulação e Comunicação:</u> são analisadas a localização e características dos núcleos urbanos (diversidade e hierarquia funcional); a localização, capacidade e raio de atendimento dos equipamentos de produção, consumo e serviços; a localização, características e importância relativa dos sistemas rodo, hidro e ferroviário; as relações origem-destino (fluxo de pessoas e bens, e respectivos meio de transporte) e a articulação intermodal (pontos de interligação dos diferentes sistemas de transporte de passageiro e cargas).
<u>Organização Político-Administrativa:</u> é avaliada a localização das sedes municipais e distritais; a superfície territorial municipal circunscrita pela bacia e a relação com a superfície total; a localização e raio de atendimento das principais instituições públicas municipais, estaduais e federais; e o colégio eleitoral e representação nas instâncias parlamentares municipais, estaduais e federais.

Quadro 3 – Ações do Cepel para obras de barragens, no quesito organização territorial. **Fonte** – Sousa (2000).

A caracterização dos processos que determinam a organização do território e os padrões de ocupação está no centro das preocupações do Cepel. Todavia, como se constatou no entorno da UHE Balbina, o funcionamento das estruturas de produção do território, perpassando pelo extrativismo, pelos trabalhos braçais diários, pelo cultivo familiar, o cuidado com os quintais

agroflorestais e a pesca artesanal marcaram a evolução da organização territorial. Essas questões são parcialmente apontadas na referida descrição de ações do Centro de Pesquisas, o que sugere minimização das variáveis humanas no processo, o que é um apagamento dessas complexidades. Ao mesmo tempo, essa minimização, esse apagamento, fomentam a desfiliação territorial.

Quanto à dinâmica geográfica e ocupação territorial, são itens com estreita relação. Sobre eles recaem tensões acumuladas pelo processo de desterritorialização e reterritorialização. A ligação entre ambas as questões repousa na defesa de espaços de autonomia, pluralidade e diferença. Sem os espaços, o risco dos grupos sociais serem descaracterizados de modo material e simbólico aumenta em decorrência da fragilidade da humanidade em reter mudanças estigmatizadas e conviver com a angústia e a incerteza.

Sobre o tópico “Circulação e Comunicação”, compreende-se que a dificuldade de acessibilidade dentro do território alimenta o sentimento de exclusão provocado pela perda dos referenciais e a incapacidade de planejar o futuro. É a nítida desestruturação em face ao sumiço dos referenciais da terra, além do mais o sistema de comunicação e acesso a informações referentes à concepção e funcionamento da hidrelétrica, sua administração e as bases da distribuição e cobrança energética não foram abertos à comunidade após a construção da usina, apesar da concessão para a exploração do potencial hídrico ter sido comercializado pelo Estado por tempo determinado.

No caso da organização político-administrativa, o Estado, ao permitir o funcionamento de uma instância decisória unilateral, em que a Amazonas Energia passou a escolher arbitrariamente ações sociais de mitigação dos impactos da usina, maculou a soberania e autonomia das populações do entorno da UHE. A oportunidade em que foram realizadas consultas públicas acerca do uso dos bens comuns ocorreu antes da implantação do PDS Morena, mas esse formato de assentamento do Incra não deu certo na área.

Ao não se apoiar no processo de inclusão social, colocando possibilidades de redistribuição de renda e equidade em posições prioritárias, o plano de avaliação da organização territorial do

Cepel deixa de combinar crescimento econômico (via geração energética) com desenvolvimento material e conservação das tradições no entorno da obra. Ao negligenciar a prestação de serviços públicos e não delimitar imposições contra intolerância, interferência repressora e desrespeito a direitos humanos, o Estado consolida projetos desenvolvimentistas. A hidrelétrica de Balbina representou, nesse sentido, malefício às comunidades tradicionais situadas ao largo da represa.

Os planos do Cepel amenizaram a liberdade de troca de experiências entre Estado e populações periféricas, tratando-as a partir da política de isolamento regional e por meio do entendimento de que se tratavam de comunidades desimportantes. Na situação atual, pode ainda ser planejada proposta alternativa que contemple reivindicações em defesa da soberania territorial. Porém, para abranger o complexo universo dos tradicionais se devem viabilizar “políticas públicas que levem à remoção das principais fontes de privação da liberdade, seja a superação da pobreza e do analfabetismo ou a falta de oportunidades e as práticas repressivas dos órgãos de Estado” (BRUM e BEDIN, 2003, p. 32).

O poder de autodeterminação territorial é ponto polêmico de ser aceito pela concepção urbana. Em Balbina, sede do projeto de UHE mais equivocadamente já construído até hoje pelo governo brasileiro, os processos de desterritorialização e reterritorialização dos moradores, bem como a acessibilidade na área, foi tratado como assunto periférico.

Rurais e ribeirinhos e indígenas foram compelidos a ser peso inútil na própria terra; Waimiri-Atroari passaram por ressignificação de valores sem precedentes em toda a história da etnia e foram moralmente descaracterizados. O Estado brasileiro passou a ser um ente problemático e não um agente solucionador de problemas.

4.4.2 Modos de vida

O quadro 4 descreve estudos para caracterizar modos de vida de populações afetadas por barragens, segundo o Cepel (1997).

ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO
<p><u>Dinâmica Demográfica</u>: é estudado o comportamento da população através de suas características gerais, distribuição espacial e mobilidade. São requeridos quantitativo populacional, distribuição espacial (situação de domicílio rural/urbano), taxa de crescimento, taxa de crescimento vegetativo e fluxos migratórios. Como indicador sugerido, há a Mobilidade da População: o saldo líquido migratório (diferença entre a taxa de crescimento e a taxa de crescimento vegetativo) revela se a área é expulsora ou receptora de população.</p>
<p><u>Condições de Vida</u>: são observados recursos públicos e privados disponíveis para atender as necessidades básicas da população e a relação entre o acesso a eles e a qualidade de vida verificada (saúde, renda, emprego, educação, saneamento, comunicação, energia, transporte, lazer). O IDH utilizado pelo PNUD é sugerido no diagnóstico.</p> <p><u>Estado de Saúde da População</u>: pode ser obtido um diagnóstico situacional através da observação do perfil nosológico (prevalência/letalidade), da infraestrutura médico-hospitalar e do quadro de endemias, pela articulação desses indicadores com o padrão socioeconômico e os principais indicadores de saúde (mortalidade infantil, esperança de vida, consultas/habitantes) da região.</p>
<p><u>Sistema de Produção</u>: são avaliadas as formas pelas quais os homens e/ou grupos sociais produzem os bens requeridos à satisfação de suas necessidades materiais, devendo ser observadas a organização da produção rural e urbana, os recursos naturais disponíveis e as condicionantes ambientais da região.</p> <p><u>Recursos Naturais e Condicionantes Ambientais</u>: avaliam-se esses recursos uma vez que a base do sistema de produção são os recursos naturais disponíveis. Cabe ressaltar que as informações obtidas sobre os “Processos e Atributos Físicos” da área de estudo e sobre os “Ecossistemas Aquáticos” e “Ecossistemas Terrestres” são utilizadas para consolidar os seguintes indicadores: áreas de várzea, solos com aptidão agrícola, dinâmica de cheias, uso do solo, uso das águas e os recursos minerais, florestais e pesqueiros.</p> <p><u>Organização da Produção</u>: observam-se formas de organização da produção rural e urbana (estudando o vínculo entre ambas), condição de propriedade/valor do patrimônio e formas de geração de renda. Em determinadas áreas rurais ainda perduram práticas de escambo e insignificante circulação de moeda, o que não poderá ser relevado.</p>
<p><u>Organização Social</u>: são avaliadas formas pelas quais os homens e/ou grupos sociais organizam-se e definem parâmetros de convivência. São estratégias as análises do processo histórico de ocupação, da identidade sociocultural (hábitos, valores, crenças, patrimônio histórico/cultural), das representações, das situações de conflito, da organização espaçotemporal e das formas de socialidade. A consideração conjunta das situações de conflito, dos vínculos associativistas informais, das relações especiais existentes na organização do grupo (relações de parentesco, vizinhança, de trabalho, políticas, etc.) e do processo histórico de ocupação do território delinearão os principais elementos constitutivos da identidade sociocultural do grupo (identificando as formas de socialidade e as representações produzidas). É necessário, ainda, investigar a importância e o significado atribuído pelo grupo ao patrimônio (histórico, cultural, paisagístico, arqueológico e ecológico) existente.</p>

Quadro 4 – Ações que o Cepel realiza para obras de barragens no quesito modos de vida. **Fonte** – Sousa (2000).

Mudar o sistema social estabelecido em áreas de influência de usinas a partir de significativa alteração territorial pode levar à vulnerabilidade das pessoas e desregulação de habitus e costumes solidificados, contribuindo com contradições e conflitos orientados por condições de capitalização/descapitalização dos grupos (SOUSA, 2000).

Para o Cepel, as implicações não estão claras, até mesmo porque cada modo de vida identificado é estudado de maneira não associada a variáveis humanas e ambientais, o que reduz possibilidades de análise do contexto geral da área de entorno do reservatório. De modo que, avaliando a perspectiva do Cepel, entende-se que a capacidade do Estado em assegurar a função dos coletivos deveria ser promissora e não fragmentada, como ao longo da história ocorreu em Balbina,

onde o assistencialismo se confundiu com a desorganização para a estabilidade de programas de inserção social.

Levantamentos feitos antes da construção de represas sugerem preditores. Trata-se de um prognóstico a ser avaliado e servir de base para o enfrentamento das variáveis, só que o equilíbrio entre forças de tradição e de transformação é, nas sociedades ocidentais, moldado pelos impactos sobre trabalho, lazer e família. Assim, mesmo com análises do processo histórico de ocupação, da identidade sociocultural (habitus, valores, crenças, patrimônio histórico/cultural), das representações, situações de conflito, organização e formas de socialidade em áreas de influência de represas, o ajustamento ao ritmo e volume de mudanças é fator essencial de entendimento.

A acelerada transformação do ambiente mental suplantou o princípio estruturante que dominava a vida social em Balbina antes da UHE (SOCHACZEWSKI, 2012), o qual fora traçado no tempo de extrativismo, pesca, colheita e plantio. Nas atividades desenvolvidas estavam o artesanato e as ervas medicinais, beneficiadas pela indústria de fármacos; os produtos agrícolas eram farinha de mandioca, macaxeira, banana, abacaxi, maracujá e coco; destacava-se a pesca de tambaqui e matrinxã; o coletor servia-se de cipó títica e do uso medicinal de copaíba e andiroba. Na captura de frutos, açaí, buriti, patoá e bacaba eram os mais procurados. Com a UHE, o patrimônio natural diminuiu e bens de consumo passaram a ser atrativos.

Porém, após o MAB ter sido reconhecido e cooperativas de agricultores estarem sendo reativadas, práticas de agroecologia e produção orgânica, que consistem no plantio de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos, estão sendo reativadas. Além de aspectos ambientais, a atividade considera planos sociais, éticos e políticos da agricultura, valorizando saberes e a economia solidária. O desafio é manter atividades em escala comunitária, pois no PDS Morena algumas iniciativas vigoraram somente. Traduzir para a realidade do cidadão comum de Balbina as práticas agroecológicas e oferecer condição de bem estar a ele não é tarefa simples, sobretudo anos após o apagamento dos modos de vida tradicionais.

A mudança no cotidiano dos moradores do entorno da UHE fez com que famílias em situação de marginalização, residentes na área de influência da barragem, acreditassem em uma suposta inferioridade social, que além de impedi-las de aprofundar o sentimento de pertencimento à terra servia de barreira à inclusão. Era um sentimento constante de ausência ante um mundo criado no entorno dos quintais, tendo o governo como propositor desse acordo tácito e excludente, que não reconhece cidadania para todos, direitos iguais e isonomia de oportunidades. Boaventura de Sousa Santos (2002) avalia essa ausência como artifício que naturaliza a desigualdade e normatiza a desqualificação.

Em contraposição a essa condição de apagamento, engendrar uma rotina de lutas para forçar a construção de atividades abrangentes de inclusão social é uma ação necessária para a organização de mobilizações autônomas. Boaventura Souza Santos (ID., *op. cit.*), de igual maneira, entende que assim como não há agentes únicos de dominação também não estão postas possibilidades únicas de emancipação. Portanto, um conjunto de temas como saúde, renda, emprego, educação, saneamento, comunicação, energia, transporte e lazer deve ser compilado para servir de base nas reivindicações, cada uma em sua justa medida.

4.4.3 Bases econômicas

O quadro 5 reúne atividades econômicas para a economia e a qualidade de vida, além dos recursos ambientais que se constituem em potencialidades de suporte a atividades econômicas futuras, conforme especificação do Cepel (1997).

ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO
<p><u>Atividades Econômicas</u>: com ênfase nas investigações de características e capacidade de geração de renda e emprego; localização espacial dos principais ramos produtivos e estabelecimentos; e estrutura produtiva.</p> <p>São avaliados i) Setor primário (estrutura fundiária, pauta produtiva, estabelecimentos, população economicamente ativa/PEA, pessoal ocupado/PO, valor da produção e superfície ocupada); ii) Setor secundário (estabelecimentos, PEA, PO, valor bruto e de transformação, relações para frente e para trás dos principais ramos); e Setor terciário (estabelecimentos, PEA, PO, receita total, arrecadação ICMS e ISS);</p> <p>São estudadas implicações referentes a i) atividades econômicas vinculadas à manutenção da qualidade de vida das populações residentes; ii) atividades econômicas relacionadas aos recursos hídricos; iii) formas de apropriação dos recursos; e iv) mercados atendidos e importância econômica e social das atividades econômicas.</p>

Recursos e Potencialidades da Bacia Hidrográfica: as informações levantadas nos estudos feitos para os Processos e Atributos Físicos, Ecossistemas Aquáticos e Terrestres, Organização Territorial e Modos de Vida serão utilizadas para determinar: i) as características e respectiva localização espacial; ii) os recursos minerais; iii) as áreas de potencial agrícola; iv) o potencial energético, madeireiro, extrativista, biológico, genético e turístico (identificar espécies de valor econômico, medicinal e alimentar, os usos potenciais e efetivos dos recursos hídricos, a infraestrutura existente e planejada, e os investimentos e programas de desenvolvimento existentes e planejados); e v) os condicionantes ambientais das atividades e fatores de pressão sobre os recursos naturais

Finanças Municipais: pesquisar as receitas decorrentes da arrecadação de tributos municipais (impostos, taxas e contribuição de melhoria) e receitas decorrentes de transferência da União e do Estado.

Quadro 5 – Ações que o Cepel da Eletrobras no quesito bases econômicas. **Fonte** – Sousa (2000).

Para o Cepel, o mapa confeccionado sugere a avaliação dos seguintes elementos, existentes ou planejados: grandes projetos extrativistas e agropecuários; áreas de produção agropecuária; de concentração industrial (incluindo os distritos industriais); de potencial agrícola, de concentração do setor terciário; de vegetação original, de interesse turístico e de lazer; áreas sujeitas a estatuto especial de proteção (Unidades de Conservação); áreas de ocorrência de recursos naturais (minerais, madeireiros, etc.); e os mercados atendidos (situando sua importância relativa aos mercados local e regional).

Entretanto, deixa de se preocupar ou preocupa-se em menor grau o Centro de Pesquisas da Eletrobras com: i) a identificação de variações referentes aos pequenos e microagricultores, ampla maioria em áreas de influência de represas, bem como aos agricultores familiares ii) a análise dos problemas de ordem técnica e financeira para plantios e sua manutenção no decorrer dos anos e iii) com a proposição de alternativas referentes à mudança de hábitos alimentares que venham a enfrentar os atingidos.

Na visão do Cepel, seria natural a autorregulação de comunidades que tiveram a economia transformada a partir de um projeto arquitetônico hidrelétrico. Mas se o Estado não pretendeu agir para regular a inserção dos tradicionais em um novo modelo mercado, não tende a ser um agente concessionário que fará o papel, até mesmo por ser uma ação típica de governo, a partir do que rege a Constituição Federal, no artigo 231, ao afirmar que a exploração de recursos hídricos e a construção de usinas devem ter a autorização do Congresso Nacional e sendo ouvidas comunidades atingidas. Ao mesmo tempo, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, do qual o

Brasil é signatário, estabelece que as populações tradicionais devem ser consultadas.

A usina de Balbina impulsionou a descaracterização das bases econômicas, as quais eram operadas desde o início do século XX pelas populações residentes no entroncamento do rio Uatumã. O que restou da economia tradicional na área influenciada pela represa ficou apoiada nas relações familiares, de vizinhança e compadrio. Práticas coletivas foram encobertas e a consolidação da economia doméstica ou mesmo a probabilidade dela se sustentar a partir dos recursos naturais disponíveis foi reduzida.

O que vigorou a partir de então não foi uma prática voltada para as necessidades básicas do ser humano em sociedade, mas sim um sistema viciante direcionado a desejos marcados pelo fetichismo do consumo. Família, amigos, vizinhança, comunidade, escola, profissão/ocupação, religião e lazer deixaram de fundar uma cadeia de eventos formadores das múltiplas relações humanas, cedendo espaço à acumulação de bens posicionais e não necessários à consolidação dos coletivos enquanto grupo organizado.

O preenchimento da vida com objetos (úteis e inúteis) passou a ser mais importante que a própria vida em comunidade na medida em que as experiências de mundo, o autoconhecimento e a espiritualidade foram marginalizadas até o ponto em que o dinheiro pudesse distorcer a realidade. A perversão econômica do *ter* animou liberdades individuais no entorno da hidrelétrica, assim como já animara nas urbes a partir da segunda metade do século passado.

Se os planos desenvolvimentistas na Amazônia originados da necessidade energética do país eram apoiados pela industrialização a qualquer custo e pela desagregação do mundo rural, eles foram desdobramentos de uma modernidade cada vez mais atraída e fascinada pelo progresso material, que em nada garante a felicidade e o bem-estar (BOSI, 2012).

[...] à relativa estandardização na forma como idealmente são representadas as fases de vida corresponde uma crescente desestruturação das trajetórias de vida. Para dar um exemplo, a democratização do ensino gerou uma consensualidade normativa em relação à escolaridade obrigatória e ao prolongamento das trajetórias escolares. No entanto, o aumento das expectativas de realização profissional e de mobilidade social não impede, muito pelo contrário, a frustração associada ao seu fracasso (PAIS, 2012, p. 267).

Com a modificação no entorno de Balbina, o trabalho, enquanto ação libertadora e geradora de significados de mundo, deixou de fornecer ao seu agente, o trabalhador, meios para a emancipação (SOCHACZEWSKI, 2012). O sentimento de impotência cresceu nas décadas de 1990 e 2000 ao redor da barragem e a história mais uma vez parecia apontar para uma década perdida já em meados de 2010, quando se encerrava o segundo mandato do governo Lula e membros do MAB não tinham certeza se seriam reconhecidos como organização social.

A partir do reconhecimento, porém, o diálogo com movimentos sindicais estaduais e nacionais começou a ser atualizado e as bases do trabalho têm sido melhoradas, bem como a reestruturação do uso de tempo livre, em que ocorra o descanso físico e a libertação intelectual das rotinas estafantes do campo, valorizando o ócio para a fabricação/manutenção de rituais e ritos metafísicos, folclore popular, pesca enquanto atividade lúdica, caça por força do habitus etc.

Além das ações do MAB, pouco existe atividades incentivadas pelo Estado sem referência ao universo consumista, sobretudo que sejam desligadas de datas associadas ao comércio de materiais (dia dos pais, carnaval, dia das mães, dia das crianças, dia dos namorados etc.). Nessas datas, há festas esporádicas e diversas questões são apresentadas como possibilidade para se ascender ao ideário de modernização da vida social, pautado na invenção dos desejos humanos. O modo de vida concebido a partir do mote em que tudo ao redor e todos os pares são transitórios e venais é presente.

[...] eles mesmos preocupados se você ia comer, se ia morrer? Isso não. Eles passavam pra vistoriar porque eles sabiam dos estragos e não eram previstas essas inundações, não foi previstas [...] Pra eles, isso tudo ia abrir sem inundações. [...] Nós perdemos a casa e olha que a nossa casa era distante da beira. Os peixes morreram todos e aí foi uma calamidade. Aí vem eles, dizendo que estavam preocupados. Eles pagavam para as pessoas enterrarem os peixes. Eles pagavam, mas mesmo assim aparecia muito. Não dava pra se desfazer de tudo. Você imagina os corpos (dos peixes) submersos. Era uma coisa (S. R., 54 anos, ribeirinho, comunidade do km 37 do ramal da Morena, pesquisa de campo, 2009).

4.4.4 População indígena

O Cepel descreve estudos para se identificar a presença de grupos tradicionais na área de

influência do reservatório buscando compreender a forma pela qual os grupos se organizam e garantem a reprodução sociocultural (quadro 6). O tratamento dispensado a este componente é semelhante àquele referente aos Modos de Vida, no tópico 4.4.2.

ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO
<p><u>Aspectos Etno-Históricos:</u> observação das diferenças e especificidades das etnias e para a produção de conhecimento sobre a forma historicamente construída de relacionamento do povo indígena com seu meio. Para isso, deve investigar: i) o conhecimento arqueológico da região e ii) a trajetória histórica do grupo.</p>
<p><u>Aspectos Demográficos:</u> caracterizar o comportamento demográfico da população indígena, tendo em vista conhecer os processos de adaptação do grupo a novas situações. As avaliações sugeridas são: i) tamanho e densidade demográfica e ii) avaliação dos índices de perdas demográficas.</p>
<p><u>Aspectos Etno-Ecológicos:</u> destacam-se a importância da relação entre população indígena e território, observando valores que norteiam a relação e as formas de apropriação da natureza. Avaliações sugeridas são: i) valores e crenças; ii) sítios sagrados; iii) valores que orientam a relação índio/natureza (etnoecológicos); iv) tamanho, natureza e construção histórica do território; v) avaliação dos índices de perda do território; vi) patrimônio geomorfológico; viii) formas de apropriação dos recursos naturais e avaliação do potencial de sustentabilidade do território para a reprodução social do grupo.</p>
<p><u>Condições Materiais de Sobrevivência:</u> são observadas formas de produção econômica, uso do solo, conhecimento da fauna flora e a racionalização dessa utilização face o uso de produtos comerciais. Avaliações sugeridas são: i) dinâmica socioeconômica da região interétnica; ii) relações de integração com o mercado; iii) condição legal do território e condicionantes ambientais do sítio (áreas de várzea, dinâmica de cheias, áreas de erosão, aptidão agrícola, compartimentação do relevo).</p>
<p><u>Organização Social, Cultural e Política:</u> são caracterizadas as relações entre povos indígenas e sociedade nacional. Avaliações sugeridas são: a) formas religiosas e suas relações com a sociedade envolvente; b) unidade étnica; c) formas de relação com outros grupos; d) filiação linguística; e) eixos de solidariedade recíproca/eixos de rivalidade; f) formas e natureza do contato com a sociedade envolvente.</p>

Quadro 6 – Ações que Cepel realiza quanto ao impacto a populações indígenas. **Fonte** – Sousa (2000).

A síntese dos elementos de caracterização deve permitir identificar para cada grupo étnico situações que dão conta da lógica orientadora das realidades sociais (de conflito, existência de invasão de território, de proteção legal, organização do grupo e limite de condições etnoecológicas). Entretanto, chamamos atenção, essa lógica tem sido organizada a partir de interesses estatais na medida em que o desenvolvimentismo urbano é o que tem caracterizado a relação entre Estado e minorias étnicas na Amazônia. Por isso que, para inferir acerca do problema ocorrido com os Waimiri-Atroari, partiu-se do pressuposto — com base na literatura — de que segregação espacial tende a produzir segregação social (CARVALHO, 1982; CASTEL, 1991; HARVEY, 1992; HARVEY, 1996; CATÃO, 2001; BARROCO, 2011).

A crise internacional do sistema financeiro sacrifica a todos, mas a preocupação com ela não

é considerada na mesma proporção em áreas interioranas, de assentamentos e terras indígenas. De modo que enquanto as relações amazônicas com o projeto nacional de desenvolvimento do Estado brasileiro não forem modificadas para serem executadas com sustentabilidade, o bioma continuará a ser tratado como colônia de onde se extrai energia, minérios, madeira, água etc., e de onde se pode retirar ganhos da exploração sem devolvê-los em benefício à população, principalmente indígena.

Carências enfrentadas por índios afetados por barragens no âmbito da saúde, da educação, do transporte e do direito à terra tornam o modelo preestabelecido pelo Cepel necessário de ser revisto conforme especificidades de etnias. Urge respeitar o modo de vida indígena para não forjá-lo segundo a lógica de acumulação do mercado, a qual não protege o ciclo de reprodução da natureza e tampouco a cultura dos povos. Por essa lógica, os indígenas seriam adestrados e substituídos de sujeitos ativos para espectadores acomodados, movimentando-se em razão da própria domesticação.

Os Waimiri-Atroari vêm passando por um processo de remodelamento dos conhecimentos tradicionais, mistificado e apresentado como benefício financiado pela concessionária distribuidora da energia gerada pela hidrelétrica. Hoje, os afetos relacionados àquilo que os identifica como etnia com história de luta e independência têm sido embotados em função da atividade mitigadora da Amazonas Energia, cujo início nasceu como parte de um processo enviesado, fundamentado em uma ideologia desvinculada da proposta de integrar pessoa e ambiente; nasceu como cria do desenvolvimentismo, de uma fetichização, e no processo de ressignificação os Kiña foram condenados a uma morte em vida, morte social, pautada pelo dilema da negação de grande parte da própria história (SOUSA, 2009).

O financiamento para que essa negação esteja ocorrendo tem se dado a partir da desvinculação dos indígenas à sua própria terra e continua com a venda do espetáculo do consumo a eles. Para efetivar pesquisas que visem a manutenção do sentimento e dos territórios indígenas na Amazônia ante a construção de grandes projetos, a imposição de valores externos deve ser

expurgada, assim como também deve ser expurgada a sanha pelo poder de influência de indivíduos não indígenas ligados ao sistema burocrático em áreas de nativos. Tanto porque a submersão em ilusões próprias do capitalismo fez com que os Waimiri-Atroari fossem cooptados e amansados em face aos interesses do Estado.

4.5 Lutas locais e a reconfiguração do território

Os sistemas de apropriação territorial e acesso a recursos naturais no entorno da usina de Balbina tem passado por mutações desde que a UHE começou a ser construída. A montante e a jusante, o funcionamento da represa e sua respectiva geração e distribuição energética modificaram modos de vida, bases econômicas e relações sociais. A capacidade dos comunitários de reagir ante o deslocamento forçado, reorganizando-se e recriando as existências, foi rebaixada, afetando sistemas tradicionais de organização individual e familiar em função de um projeto desenvolvimentista, marcado pelo desconhecimento do bioma e a intolerância em face às populações locais.

A ocupação do ambiente pelo Estado desconsiderou os moradores de Balbina enquanto agentes reais de suas conquistas, tutores de suas escolhas, pessoas com capacidade para decidir sobre caminhos individuais e coletivos a tomar. No entanto, mesmo com as adversidades, a população de Balbina resiste e muitos dos que pensavam em ir embora das áreas marginais à UHE mudaram de ideia e procuram se fortalecer para lutar pelos territórios. As comunidades situadas ao largo da barragem, apesar de serem vítimas da contestável ideia de geração limpa por meio de hidrelétricas, tentam a transição.

No entorno da UHE, há populações que buscam se situar no âmbito do mercado sustentável e inclusivo, que preconiza baixa emissão de carbono e uso eficiente de recursos naturais para a redução da desigualdade social. Em maior ou menor grau, a transição tem se viabilizado de maneira penosa pela retomada da noção de propriedade e no domínio renovado sobre os territórios, os quais avançam entre moradores acima e abaixo da represa. Sobre os territórios, a apropriação afetiva e o

uso comum da natureza têm sido rearranjados de maneira a acomodar espaços para a criação de animais, para hortas e o lazer familiar.

O impasse para os afetados por Balbina, entretanto, tem sido i) reorganizar a economia dentro dos ambientes de convivência para enfrentar a insegurança alimentar e a falta de renda, em um cenário no qual limites físicos do entorno, afetado pela hidrelétrica, ficam mais evidentes, e ii) atingir níveis de investimento anual básicos para que se inicie a mudança definitiva em direção à economia solidária. Para os dois pontos serem exitosos, devem ser viabilizadas agricultura de terreiro, pesca artesanal, construção civil voltada à comunidade, energia gratuita, investimento em ecoturismo e transportes, sistemas de água potável e destinação de resíduos eficientes.

Recursos seriam destinados pelos governos municipal e federal, em sua maior parte por meio de incentivos e subsídios, e pela iniciativa privada, em investimentos diretos por parte da concessionária Amazonas Energia. Nos territórios ao redor da represa a ação seria impulsionada por tecnologias de inclusão social com baixo carbono, supondo que setores de ciência e tecnologia seriam contatados para incentivar a transformação das comunidades.

Apesar de profícuos e importantes no âmbito biológico, os projetos atuais da Amazonas Energia não geram renda para a população do entorno e pouco recrutam ribeirinhos para a execução, o que os distancia do contexto da inclusão em uma sociedade socioambiental (BECKER, 1997, 2010; SACHS, 2006). Uma mudança dessa realidade está em curso com a montagem de uma incubadora de alevinos, mas outros investimentos podem ajudar a angariar essa transformação.

No contexto dessa discussão, tema polêmico faz referência à atribuição de valor econômico à natureza. Essa atribuição funciona a partir da imposição de preços em serviços prestados à humanidade pelos ecossistemas e em função da biodiversidade existente (IPCC, 1995, 2001, 2007). Mas a questão que se impõe é a mesma descrita em carta, em 1854, pelo chefe índio Seattle (*Sealth*) ao presidente dos EUA, Franklin Pierce, quando este propôs comprar terras dos nativos, concedendo-lhe outra reserva em troca. “Mas como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor

da terra? Essa ideia nos parece estranha. Se não possuímos o ar e a água, como é possível vendê-los?. [...] Somos parte da terra e ela faz parte de nós. Todos pertencem à mesma família (CARTA DO CHEFE ÍNDIO SEALTH, 1992, p. 2).

A montante e a jusante de Balbina, o Estado é alvo de questionamentos. A “precificação” poderia remunerar proprietários de terra que preservam áreas de florestas, mas os mecanismos de governança dos moradores das áreas tenderiam a ser diminuídos e atrofiados, assim como ocorreu com os Waimiri-Atroari, desestruturados culturalmente dentro da própria reserva. São problemas acumulados desde primórdios da colonização, passando pelo período de regime militar e chegando aos dias atuais, em que a tônica da extração de recursos comuns sem retorno às comunidades tradicionais tem se aprofundado.

A consolidação da hidrelétrica alterou o cotidiano dos afetados, criando um regime de exceção baseado no controle de acesso dos rurais, ribeirinhos e indígenas a espaços públicos, que passaram a ser ambientes tomados pelo Estado. Esse regime não iniciou com a implementação da UHE Balbina, mas se consolidou com a construção da barragem, a partir de que territórios ocupados passaram a servir a interesses de Estado para ações de mercado, emplacadas por concessionárias de serviços públicos ou megaempreiteiras.

Uma necessária e essencial mudança nas relações entre Amazonas Energia e comunitários foi proposta por uma das primeiras líderes do MAB em 2008, mas ameaças a ela foram registradas no mesmo ano, o que concretiza o fato da recriação dos territórios e da apropriação de recursos naturais não ser uma ação pacífica. O combate a livres expressões populares e à opinião política independente não raro mancham a imagem da Amazonas Energia, que imagina ter como propriedade elementos sociais primordiais, como casas, ruas, quintais, árvores, ambientes pesqueiros etc.

A pobreza entre os deslocados compulsoriamente aumentou na medida em que a concentração latifundiária foi elevada na AM-240. Em duas décadas e meia houve transformações

do porte nos territórios que margeiam a hidrelétrica. Aumentou a quantidade dos pastos abertos a partir de queimadas e desmatamento para a retirada indiscriminada de madeira a ser vendida no mercado ilegal, sem certificação competente, muitas vezes ao sabor amargo do trabalho escravo.

Com a organização do MAB, passou-se a considerar os territórios ribeirinhos, rurais e indígenas não só como locais de produção, mas como área para relações de proximidade entre campo e cidade a partir de uma heterogeneidade de situações de troca e benefício. Mas até a mudança concreta de atitudes existe um hiato. Atividades produtivas que geram fontes alternativas de renda dependem de disponibilidade tecnológica, força de vontade dos comunitários e incentivo técnico.

O trabalho coletivo do MAB e o esforço individual traçado dentro de cada ambiente familiar dos residentes ao largo da UHE Balbina devem ser direcionados para além das concessões estatais. O escape se direciona ao setor da agricultura familiar — de baixa prioridade aos olhos da Amazonas Energia — que é incapaz de gerar uma dinâmica socioeconômica para absorver a população ribeirinha e rural do entorno de Balbina, bem como fomentar as simbologias dos Waimiri-Atroari, os quais estão abertos a receber incremento tecnológico e logístico, desde que resguardadas as tradições.

É uma tarefa gigantesca a de incluir áreas marginais à represa em sistemas de ecotecnologias que possam fortalecer a ideia de ecorregiões orientadas para o codesenvolvimento. Mas ela não pode ser feita enquanto não se reconhecer a natureza criminosa anti-MAB e anti-indigenistas do Estado brasileiro e dos projetos da Amazonas Energia e de grupos de megaempreiteiras, cuja síntese é oriunda do equivocado modelo de desenvolvimentismo faz vítima a Amazônia desde a década de 1960. A desconexão dos pilares social, econômico e ambiental, entretanto, tem criado condições objetivas para a luta dos que foram deslocados compulsoriamente de seus territórios.

Rurais, ribeirinhos e indígenas apagados culturalmente para os diretores da concessionária energética vem tendo sua identidade forjada em dor e raiva por verem o território sucateado a partir

da experiência desenvolvimentista do Estado, posta a reboque da dificuldade do governo brasileiro em entender agrupamentos de atingidos por barragem e entender ainda, hoje em dia, o que representou o trauma da saída forçada das terras em função da geração pífia de eletricidade. O processo injusto, a falta de respeito, o desamparo, a dor física, o trauma psíquico, a fome e a desassistência quanto à saúde e educação gestou a força para a fundação do MAB.

Há um tipo de morte que não é o resultado do processo natural de nascer, crescer e morrer. Essa morte é representada pela falência mental das pessoas e para os atingidos por barragens foi uma morte produzida por um sistema representado pelo Estado, que ainda hoje entende a área de Balbina como uma colônia de inaptos, cuja recriação se deu sob o signo da exploração energética e não para o povoamento equilibrado e o desenvolvimento social. Para o governo, o rio Uatumã e tudo o que existe dentro, no entorno e na área de influência está vivo em função da exploração energética.

Desde o princípio do projeto Balbina havia a concepção de que a população tradicional lá estabelecida deveria estar preparada para enriquecer a metrópole Manaus a partir da produção de energia elétrica. Para isso, justificava-se o saque ao meio ambiente, a extração de riqueza, o trabalho indecente e predatório. Um trabalho que sempre foi associado a sofrimento e desgosto para os mais pobres. Conceber a população a montante e a jusante como engrenagem de um sistema colonizador, que não emancipa e só oprime, foi a interpretação do Estado ao longo dos últimos 25 anos.

O conceito de sofrimento imprimido remete às agruras de uma vida árdua, decepcionante, na qual a convivência com angústias e medos é crônica (FREUD, 1997). O autor entende que esse sentimento dá margem à ação por meio de movimentos que mudam situações adversas. Em suma, a resistência emana da tensão de forças que gera o próprio sofrimento (FOUCAULT, 1979). Esse é o caso dos desterritorializados pela UHE Balbina, a partir da leitura de Sawaia (1999): “o conhecimento possibilita a análise da vivência particular de questões sociais dominantes em cada época histórica” (p. 99).

O sofrimento evoca estratégias defensivas, individuais e coletivas, utilizadas para lidar com ele, positiva ou negativamente (GUI, 2002). Para os moradores do entorno da UHE, sofrer passou a ser condição de mundo, pois a região de Balbina e as áreas indígenas mais ao largo viveram um massacre moral e ético ao serem vilipendiadas. No entanto, mesmo despedaçados em parcelas, rurais, ribeirinhos e Waimiri-Atroari entendem que uma resistência silenciosa tem sido fortalecida. A felicidade e o bem-estar enquanto direitos despontam como prerrogativas para eles, que tentam se reorganizar para arrematar as próprias histórias de existência.

Essa organização se dará em torno do direito ao trabalho digno, à terra, com todo o seu componente afetivo e abertura rumo à autorregulamentação. O trabalho extenuante e desmedido no campo em nada se correlaciona hoje com o que representava outrora aos comunitários. Portanto, se é imprescindível eliminar o trabalho que aliena, explora e torna assalariados os ribeirinhos, caboclos e indígenas, por outro lado é vital a busca por uma ecorregião em Balbina dotada de sentido, útil, digna e edificante (ANTUNES, 2010).

O Estado tenta agir em favor do crescimento econômico para sair da estagnação onde se encontra hoje e auxiliar comunidades minoritárias que sofreram em face de políticas ineficientes do próprio Estado. Todavia, na outra ponta, estão as minorias, como o MAB, a advertir que o crescimento, sem ser direcionado a planos familiares de subsistência, só irá significar devastação ambiental, esgotamento de recursos e aprofundará o fosso da desigualdade. Para o movimento dos atingidos por barragem — e a ele fazem coro rurais e indígenas — a economia verde, em si mesma, não supera o atual modelo baseado na acumulação de riquezas individuais.

O conceito de economia verde destaca economicamente as funções na natureza e lhes atribui valor com base em um mercado especulativo, sem compromisso ou sacrifício. A economia verde está mais próxima do neoliberalismo que o conceito de economia solidária, sustentado a partir do já destacado tripé ecotecnologia, ecorregião e ecodesenvolvimento e defendido por movimentos para os quais deve haver a superação do modelo predatório (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS

PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA, 2011).

A mercantilização de ecossistemas é o argumento de esteio para a economia verde, que se interessa em tornar negociável a natureza antes de resguardá-la sobre pilares igualitários e sociais. Ademais, a premissa de que a conservação do meio ambiente só ocorrerá se for economicamente vantajosa não tem sido bem vista por setores da sociedade civil organizada, além de cientistas e acadêmicos. Isso porque a lógica capitalista embutida na economia verde exclui aspectos sociais, culturais e espirituais inerentes à sobrevivência de tradicionais que dependem de recursos naturais.

A economia verde, apresentada como atividade a ser regulada por mercados financeiros e Bolsas de Valores, tende a negar as crises socioambientais como decorrentes de um modelo de desenvolvimento predador e depredador. O receio, nesse sentido, é que a economia verde flutue sobre um manto de incertezas e especulações, favorecendo o mascaramento de projetos na região amazônica, sobretudo porque o capitalismo tem manipulado a política em termos gerais no planeta, fazendo com que a promessa de dinheiro exerça mais influência do que qualquer valor pessoal.

Na economia verde o viés da sustentabilidade é desenhado tanto como risco quanto oportunidade. Para ser algo positivo, é preciso que lideranças mundiais respeitem a diversidade, o outro, o meio ambiente, a transparência e a ética. Seria importante atrelar esse tipo de economia a resultados sustentáveis e não somente entender a variável como iniciativa isolada. Se governos trabalharem não só em vistas ao resultado econômico, mas também nas metas de sustentabilidade e ecodesenvolvimento, o sistema poderá evoluir. Caso não seja modulada nesse rumo, a economia verde tenderá a ser um engodo para as populações tradicionais amazônicas e um excelente negócio aos operadores profissionais do capital especulativo.

4.6 Modos de apropriação dos territórios comuns dos tradicionais: o caminho para uma economia solidária

As populações amazônicas viviam, até a década de 1970, do extrativismo florestal e da

pesca, principalmente. Cerca de 1 milhão de amazonenses habitantes da maior floresta tropical do mundo dependiam das atividades e as exerciam em territórios comuns (DIEGUES, 2001). A maior parte desse contingente era composta por populações tradicionais que praticavam a apropriação coletiva e comunitária de recursos obedecendo a ciclos naturais de colheita e resguardo da cultura.

Eram sistemas de pouca visibilidade social, pois tinham de ser operados em baixa escala de exploração, sobretudo por se tratar de populações que não possuíam título definitivo da terra onde moravam havia 30, 50 anos ou mais e nem tinham maquinário suficiente para se inserir no sistema industrial que se instalava na região Norte, a partir do Polo Industrial de Manaus (AM) e da indústria madeireira e mineral do Pará.

Sobre os primitivos, indolentes e sem cultura já começava a recair o preconceito voraz das urbes das capitais (DIEGUES, 2001). Eram lançados vitupérios oriundos do modelo da modernidade consumista sobre o sistema comunitário dos tradicionais, escalonado em pequeno porte, mas complexo em sua razão de existir e no seu modelo de funcionamento próprio para cada habitat do bioma, com nuances e variáveis interdependentes.

Os modos de apropriação dos territórios amazônicos funcionavam como argamassa social, unindo em uma mesma teia funcional o exercício do labor e do lucro às pessoas que praticavam o extrativismo. O excedente a ser comercializado junto a regatões³³ era motivo de satisfação e um bônus aos indivíduos que se serviam de ecossistemas e biodiversidade para sobreviver e sustentar as famílias. Com o passar do tempo, a posse, em seu fundamento principal, reservou o direito de uso e exploração de determinada área e lançou o modelo capitalista de propriedade de encontro ao sistema dos tradicionais. Seja pela expansão da fronteira agrícola ou pela sanha da produção industrial, áreas de floresta foram aquinhoadas pelo governo e por empresas privadas sob os auspícios do mercado.

As marcas do sistema de apropriação tradicional são fáceis de serem apagadas por meio do

³³ Embarcações de pequeno e médio porte que trafegavam pelos interiores da Amazônia, sendo muito populares por realizar a venda e compra de víveres e artefatos domésticos àqueles que não podiam adquiri-los. Dentre os tradicionais, a chegada de um regatão era motivo de movimentação comercial na comunidade.

uso da força bruta de tratores, motosserras e armas. Com o passar do tempo, nos últimos 25 anos, o sul da Amazônia brasileira, na região do Arco do Desmatamento, a devastação dos históricos modos de vida das populações foi absurda, pautada na criação extensiva de gado e abertura de áreas para indústrias de soja e produção madeireira, aliada à pesca predatória e especulação imobiliária. Nesse processo, piaçabeiros, farinheiros, pescadores artesanais, horticultores, extratores de sementes, fruticultores, agricultores de várzea e mesmo regatões se viram pormenorizados.

Antes senhores de seus territórios comunitários, eram agora os tradicionais vistos como “posseiros” por não terem documentação da terra. A afirmação de que viviam nela há décadas não era o bastante para pô-los em vantagem sobre especuladores profissionais e arrendatários de áreas, homens de negócios a gerenciarem megaempreiteiras. Tudo ligado ao sistema vil dos grandes projetos na Amazônia. Com a ajuda do Estado a incentivar a produção de *commodities*, ficou fácil aos expropriadores do bioma expulsar os entraves humanos: rurais, ribeirinhos e índios.

Em Balbina, a jusante, a produção de farinha cessou após o início da construção; a pesca foi definhando de 1981 até 1986, para estabilizar-se em outubro de 1987, quando a barragem foi inaugurada; a microprodução em quintais ficou reduzida a um terço do que era antes porque as famílias perderam a capacidade de plantar e colher em decorrência da falta de irrigação da terra; e o Estado afugentou os tradicionais do Uatumã situados abaixo do represamento ao não dispor sequer um plano emergencial sério e organizado, voltado à soberania alimentar dos desterritorializados.

A montante, territórios de convivência dos tradicionais foram apagados pelas águas do Uatumã; ecossistemas que serviam a populações fornecendo alimentação foram modificados por força da inundação, que invadiu quintais e plantações familiares; a acessibilidade foi reduzida a níveis mínimos e conseguir comida (bem como conseguir conservar a própria comida) e água potável era tarefa árdua. O sistema de economia solidária que funcionava naquele entroncamento de rio foi desconfigurado em função de uma geração energética de 112 MW médios/ano.

Após mais de duas décadas dos impactos, o caminho para a reconstrução e o devido resgate

da economia solidária a partir dos modos de apropriação dos territórios comuns dos tradicionais situa-se mediante o apoio de organizações sociais de base, se possível por força de lei constituída, ao sistema de cooperativismo. A partir daí, deve ser orientada a construção de uma sistemática de produção para o bem viver e não em função do acúmulo de coisas e objetos. A economia solidária busca efetivar as verdadeiras necessidades das comunidades, desmistificando a vida individualista, de desejos pueris, de necessidades inexistentes.

No caso dos desterritorializados de Balbina, o MAB, movimento iniciado na década de 1970 e popularizado entre os deslocados compulsoriamente no Brasil por força de impactos originados de represas a partir de 1987, é uma via de luta que pode forçar a reinvenção dos territórios de uso tradicional no rio Uatumã a partir de estratégias cooperativistas, em que bem-estar social, qualidade de vida e renda alternativa sejam metas centrais das populações.

A não subordinação à materialidade do mundo tal como ela é apresentada pela mídia, vendida pela publicidade, repetida pelo marketing, torna-se um desafio na medida em que o conhecimento científico e o saber popular devem confluir para a concretização da economia solidária. O MAB, nesse sentido, pode agir como incentivador para as pessoas se unirem e trabalharem juntas para o próprio consumo, fazendo a prática mais efetiva da economia solidária, pois apostaria em um método em que não há patrão nem empregados.

Esse modelo econômico é essencial porque não se apoia na concentração de renda e nem é baseado na competição e no lucro, mas sim na vida e na coletividade. Infelizmente, porém, a lei brasileira apresenta barreiras aos desterritorializados de Balbina que pretendem viver da economia solidária, ainda mais se comparado a empresas capitalistas, que vivem da exploração e do lucro. A começar pelo fato de que o Estado não reconhece o direito ao trabalho associado e às formas organizativas baseadas na economia solidária, dificultando o acesso a financiamento público, assessoria técnica e divulgação na sociedade.

Para piorar a situação, no Norte do Brasil os conflitos no campo (quadro 7) referentes à

posse da terra para a conquista da prática da economia solidária são registrados em quantidade elevada, em comparação aos que ocorrem no Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No Nordeste, o problema é semelhante ao bioma Amazônia, com o agravante da falta redobrada de oportunidade para se conseguir alimentos devido a escassez de recursos naturais como água e vegetação primária.

Violência contra a ocupação e a posse de terras Brasil e Grandes Regiões 2010 (em %)

Violência	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
						%	N ^{os} absolutos
Ocorrências ⁽¹⁾	30,2	43,3	14,8	4,8	6,9	100,0	853
Famílias envolvidas	29,5	45,4	14,1	1,9	9,1	100,0	70.387
Área	85,4	8,5	2,0	0,1	4,0	100,0	13.312 ⁽²⁾
Famílias expulsas	34,7	20,4	12,4	0,0	32,5	100,0	1.216
Famílias despejadas	15,6	50,0	20,1	7,4	6,8	100,0	8.067
Famílias ameaçadas de despejo	28,3	30,6	19,0	2,3	19,8	100,0	8.404
Famílias ameaçadas de expulsão	44,6	41,4	10,7	0,6	2,8	100,0	18.625
Casas destruídas	20,6	58,4	10,6	2,6	7,8	100,0	1.921
Roças destruídas	9,6	76,6	0,2	0,0	13,6	100,0	1.616
Bens destruídos ⁽³⁾	44,2	46,0	0,0	7,7	2,1	100,0	1.426
Pistolagem ⁽⁴⁾	66,7	24,9	3,8	0,4	4,2	100,0	10.274

Quadro 7 – Casos de violência em áreas não urbanas. **Fonte** - DIEESE - ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2010-2011(2011)³⁴.

A economia originada da agricultura familiar representou 19% do que Brasil produziu em termos de alimento para consumo interno e exportação nos anos de 2010 e 2011 (DIEESE, 2011), o que indica desigualdade em face à cadeia produtiva patronal agrícola e da pecuária brasileira. Em contraposição, aumentaram investimentos via crédito bancário por parte do governo federal para produtores industriais do campo nos últimos dez anos, o que contrasta com a intenção do Estado de incentivar o cooperativismo.

Para 2013, o governo federal direcionou R\$ 115 bilhões para o financiamento de atividades

³⁴ As notas explicativas do quadro fazem referência a: (1) O número de ocorrências é a soma de conflitos por terra, ocupações e acampamentos; (2) Em 1.000 hectares; (3) São, por exemplo, animais, meios de locomoção - carroças, bicicletas, motos; a safra colhida e armazenada etc., destruídos ou nos processos de expulsão por pistoleiros, ou na execução de mandados judiciais de despejo, ou como forma de pressão e intimidação; (4) São conflitos onde se dá a presença de pistoleiros. Muitas vezes é só uma forma de intimidação e ameaça, mas chega às vias da violência física em algumas circunstâncias. De toda forma, a simples presença de pistoleiros significa uma ação dos fazendeiros, à revelia da lei, na defesa do “direito” à propriedade, ou na reivindicação de outros direitos dos trabalhadores.

agrícolas e à pecuária, sendo meta atingir, com a safra 2012/13, volume robusto de exportações e produção interna também grandiosa. Foram destinados à agricultura familiar R\$ 18 bilhões, o que significa 12% do total repassado aos grandes latifundiários e investidores do agronegócio do país. No anúncio dos recursos, foi destaque a criação de uma agência para cuidar da assistência técnica a rurais e ribeirinhos com plantio familiar, funcionando como um anexo da Embrapa.

A falta de equilíbrio entre incentivos dados ao grande capital e à economia de base se reflete por conta do modelo de geração de riquezas do Brasil, ancorado na mecanização da agricultura extensiva e em larga escala e no comércio de *commodities*, que na visão dos governos é a redenção do mundo contra os males da sociedade (quadro 8).



Quadro 8 – Banco Central vem direcionando mais dinheiro ao sistema de produção patronal. **Fonte** - DIEESE - ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2010-2011(2011).

Como se não bastasse a falta de incentivos fiscais e financeiros a cooperativas apoiadas em projetos de economia solidária, os quais tem participação ativa de diversas comunidades no amplo sentido, populações da Amazônia amargam o menor valor recebido do governo federal para ações familiares e em pequena escala, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011).

Os números indicam que não basta ter apenas uma política pública definida. É preciso vontade e poder de decisão para forçar a transferência de recursos do Estado à economia popular, da mesma forma que se fez e se faz com todos os demais segmentos da economia. Ademais, o governo deve facilitar a produção, possibilitando a apropriação de ferramentas básicas de gestão e organização com base na experiência concreta do saber popular em conjuminância a conhecimentos acadêmicos. O Estado, ao repassar verbas inferiores ao cooperativista da Amazônia, continua a não entender que rurais, ribeirinhos e índios tem condições de agir com autonomia, independência, dentro de um sistema que prima pelo aumento da exploração, buscando soluções para os problemas.

Financiamento concedido a cooperativas Brasil e Grandes Regiões 2010

Brasil e Grandes Regiões	Contrato		Valor		Área financiada	
	Em nºs abs.	Em %	Em R\$ 1.000	Em %	Em ha	Em %
Norte	183	1,6	50.316	0,4	0	0,0
Nordeste	118	1,0	181.836	1,6	1.096	0,2
Sudeste	4.231	36,6	5.199.548	45,9	342.519	51,8
Sul	6.334	54,8	5.385.271	47,6	266.507	40,3
Centro-Oeste	695	6,0	502.226	4,4	51.727	7,8
BRASIL	11.561	100,0	11.319.196	100,0	661.850	100,0

Quadro 9 – Norte foi região menos favorecida no período em destaque. **Fonte** - DIEESE - ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2010-2011(2011)

Na economia solidária não existem soluções mágicas neoliberais do tipo empreendedorismo individualista ou microempresas de serviços. Existe, sim, a possibilidade da quebra de um paradigma instalado. É certo que os governos, mesmo que queiram e se empenhem para isso, não conseguirão mudar com uma só atividade as estruturas econômicas e nem o modelo de economia solidária preconiza que o faça. Todavia, por meio de mobilização popular transformações sociais tenderão a ser impulsionadas para uma esfera alternativa de produção do trabalho e seria iniciado um período de transição marcado pelo fim do domínio de *commodities* na Amazônia.

Os movimentos sociais são importantes dentro do processo de diminuição da tendência no

bioma a se incentivar soja, gado, madeira e cana-de-açúcar. O governo, quando tenta subordinar movimentos sociais e retirar sua independência, enfraquece o elo com a realidade, força a dependência frente o capital financeiro internacional. A ideia de capitalismo com bases populares e éticas diz respeito à necessidade de se aquecer a vida em coletividade e não em competição.

Quando se fala em capitalismo de base popular se diz da real possibilidade de se produzir e reproduzir a vida (embora o faça sob outras motivações e com outros objetivos, estes, sim, redentoristas), a partir do fato elementar de “cuidar da casa” (*oikonomía*), embora sob processos que, se não são inteiramente capitalistas, acabam se incorporando a dinâmica da circulação de mercadorias no *lócus* do mercado, esta extraordinária construção do homem que necessita ser reapropriada pela civilização (TOSCANO, 2011, p. 4).

A proposta não é proliferar micros e pequenas empresas em regiões de biomas, mas sim fomentar uma dinâmica territorial transformadora por meio da produção de moedas sociais³⁵. Na área de influência da barragem de Balbina, os territórios poderiam ser dotados de estruturas de comercialização e circulação de mercadorias que estimulassem a soberania alimentar e fizessem funcionar entre os comunitários atividades de produção local sem a necessidade tutorial do Estado, dando independência aos moradores. Isso romperia a submissão comercial, constituindo-se como ação libertadora e conscientizadora do efetivo lugar social a ser ocupado pelas populações tradicionais. A moeda social daria conjuntura à mudança e estaria legalmente apoiada.

Para recuperar os modos de apropriação dos territórios comuns dos tradicionais e abrir caminho para a economia solidária deve-se resgatar o sentido coletivo da vida em sociedade e a função das comunidades enquanto agrupamento afetivo e protetor de seus pares, para assim fomentar a instalação de economias baseadas em moedas sociais enquanto mecanismos de alteridade ao trabalho e associação. Em Balbina, uma moeda social teria a capacidade de fortalecer o sentimento de pertencimento ao ambiente, forjando laços familiares em bases éticas e superando as atuais relações em que, por exemplo, a sociedade está assentada. Mas sua implantação é

³⁵ Dinheiro específico que existe apenas em uma determinada área e só possui valor monetário dentro dela. Sua função é estimular a produtividade social tendo em vista a eliminação da pobreza. No Estado do Amazonas, existe um único exemplo conhecido de moeda social. O 'Tucumã' é hoje moeda corrente e muito popular entre comerciantes do bairro Morro da Liberdade, zona sul de Manaus, e pode ser trocado livremente nos estabelecimentos daquela localidade. O banco social que emite as cédulas de 'Tucumã' é coordenado pelos próprios moradores do Morro.

carregada de responsabilidades, as quais devem ser assumidas em conjunto e conscientemente.

No tópico seguinte, estão destacadas ações estratégicas para a instauração de moedas sociais em áreas não urbanas. Ponderou-se sobre a concepção do projeto e manutenção da viabilidade desse dinheiro comunitário na Amazônia, bem como reflexões acerca das possibilidades de mudança no cenário socioeconômico das populações do bioma.

4.7 Para além da visão clássica do desenvolvimento econômico

Em uma sociedade onde existe possibilidade de se construir um modelo de ecodesenvolvimento, entende-se que, ao contrário de correntes convencionais que estudam a economia como sistema fechado, a economia ecológica é levada em consideração e vista como subsistema dentro de um ecossistema global finito (MARTÍNEZ e ROCA, 2000).

O tópico buscou avaliar em que medida premissas de sustentabilidade podem ser pensadas como estratégias de conservação que levem em conta a inserção social das populações. A análise foi orientada para se refletir sobre a possibilidade de viabilizar valores diferenciados de vida, que privilegiem a formação intelectual e espiritual humana e não somente e acima de tudo aquisições materiais. Além disso, retomou-se a importância do *bien vivir* como ato de resistência.

Em primeiro lugar, importa enfatizar que o discurso relacionado ao avanço tecnológico do bioma deve ser pactuado às necessidades da população. É necessário descartar balelas publicitárias cultuadas por grandes empresas, que vendem produtos e serviços de alta tecnologia como solução para o governo brasileiro aplicar na região amazônica, supostamente visando erradicar a pobreza e lidar com os problemas de energia, por exemplo.

O pensamento governamental no Brasil vê como conflitantes as áreas de economia e ecologia. A interdisciplinaridade possível cede espaço ao modelo clássico de desenvolvimento, sem etapas de transição rumo ao ecodesenvolvimento. Entretanto, em Sachs (1993, 1998, 2003, 2004), são descritas aplicações para se melhorar áreas de produção racional de bens alimentares mediante a

manutenção do capital natural disponível.

Enquanto ações para aquecer o ecodesenvolvimento, é enumerado que a redução no consumo e a imposição de valor ao meio ambiente se contraporiam ao esgotamento acelerado da biodiversidade e fariam surgir mudanças no relacionamento com a natureza. É uma questão de consciência, conforme destaca Sachs (ID., *op. cit.*), para que os países em desenvolvimento não repitam a trágica história de destruição que se deu na Europa e nos Estados Unidos, além de Canadá e dos continentes australiano e asiático.

O enfrentamento do colapso vem de esforços científicos em forma de pesquisas que busquem combinar tecnologias tradicionais e de ponta. Na Amazônia, é urgente favorecer soluções inovadoras que objetivem edificações assentadas a partir de transformações sociais que unam o tradicional e a ciência moderna. As ecotecnologias podem desempenhar esse papel, fomentando reações contra o consumismo, hoje base das atividades produtivas e especulativas, esgotando os elementos para a sobrevivência humana.

O abismo entre os que consomem mais e aqueles que vivem na pobreza extrema é enorme. E com a ladainha do “tenha mais, seja mais”, a situação só tende a se manter caótica. A concatenação da tríade ecotecnologia, ecorregião e ecodesenvolvimento, de maneira a facilitar o diálogo entre atividades que envolvam ações de sustentabilidade, tende a romper com a ideia clássica de desenvolvimento. Perpetuada no país desde a colonização portuguesa, a perspectiva de que indústria sempre foi sinônimo de progresso social se mantém ainda hoje.

Quando começou a industrialização no Brasil, profundas modificações no sistema de trabalho foram sentidas. Na década de 1950, em que a conjuntura geográfica era diferenciada em relação a atual, mais de 70% dos brasileiros moravam em áreas rurais. As cidades apresentavam espaços vazios, em formação. Em áreas rurais estava agrupada a maioria das pessoas. Menos de 60 anos depois, a situação se inverteu, com a população majoritariamente em urbes. No decorrer da mudança, porém, mesmo observando a inversão demográfica, a partir de 1960 o governo brasileiro,

militar e baseado em um regime de exceção, não se preparou para a conjuntura apresentada.

Políticas socioeconômicas praticadas em países europeus e na América do Norte começaram a ser transplantadas para o Brasil. Por causa disso, a implantação de projetos de desenvolvimento na Amazônia ocasionou equívocos a todos os povos afetados pela política da imitação, pautada pelo modelo liberalista de governo. Como as peculiaridades do bioma foram pouco levadas em consideração ao longo dos tempos, devido orientações científicas e ideológicas desconectadas da realidade regional, houve uma lacuna concernente a tendências objetivas para a reconstrução das políticas públicas voltadas para a Amazônia ou dentro dela praticadas.

A partir de então, o ecodesenvolvimento ficava cada vez mais distante e menos plausível de ser alcançado, haja vista que os valores de mundo legados aos brasileiros foram importados da civilização europeia, de suas tradições, de sua história peculiar de entre guerras, disputas imperiais e expansão de áreas urbanas. Nem em nosso país e menos em nações de menor porte há recursos naturais suficientes para sustentar o nível de consumo que hoje todos desejam. É preciso uma mudança de mentalidade que abranja a estrutura das pessoas, suas condições de existência.

No Brasil, a atual austeridade praticada hoje na Europa — como política imposta aos setores economicamente mais fracos da população mundial — já fora disseminada desde que FMI e Banco Mundial passaram a ser credores do desenvolvimento social. Ao decidirem quais obras, quais avanços, quais estratégias de desenvolvimento e quais investimentos deviam ser feitos, uma panaceia de valores invertidos passou a figurar entre os brasileiros.

Na América Latina, por outro lado, o termo *bien vivir* vem sendo compreendido como conceito essencial para a mudança rumo a um mundo que respeite particularidades referentes a cosmovisões, saberes, representações, bem como à realidade coletiva e individual e à condição imaterial de grupos (GUDYNAS, 2011). A proposta é um ensaio para o ecodesenvolvimento, fazendo contraponto ao ideal de austeridade de credores do FMI.

O conceito de *bien vivir* foi organizado a partir da Constituição equatoriana de 2008,

tomando como referência uma noção oriunda de conhecimentos indígenas, e ganhou força a partir do Plano Nacional para o Bem Viver 2009-2013, também do Equador. Na época, a Bolívia respondeu aos anseios do país vizinho e passou a disseminar a proposta e veicular na mídia o *bien vivir*, cujo modelo possui as bases da conjunção ecotecnologia, ecorregião e codesenvolvimento.

O conceito é amparado, em sua essência, sobre a convicção de que deve existir harmonia necessária entre ambientes e habitantes, facilitando a recuperação material e cultural dos povos e reconstruindo saberes antes desconsiderados pelo caráter impositivo do capitalismo, que priorizou, em seu âmago, a ostentação de coisas em detrimento à formação individual e grupal.

Para dar o valor ao codesenvolvimento apoiado em ecotecnologias voltadas a ecorregiões, faz-se necessário que o bem viver desnude tudo de negativo que o capitalismo, transformador do dinheiro no maior valor individual, deixou de herança para o mundo contemporâneo. Além de considerar a importância da conjunção entre meio ambiente e economia, o *bien vivir* aposta na evolução de seres humanos e não na acumulação.

No contexto amazônico, o mecanismo que impôs o consumo e a desigualdade entre povos não tem como se manter porque é injusto e não oferece aos quase 22 milhões de habitantes do bioma os objetos de desejo que criou, instaurando a competição. O poder do capital, operado pela clássica vertente do desenvolvimento econômico, mistifica a vida em grupo para torná-la individualizada. Apesar do prognóstico, o *bien vivir* afirma que há espaço para mudanças sem que a humanidade perca direitos já conquistados.

Pode-se ponderar sobre a transformação a partir da análise de um paradoxo da civilização, o qual diz respeito ao desmonte de uma macroestrutura que permite liberdades vinculadas ao poder do dinheiro, mas sem que se gere controle do Estado sobre as pessoas, infligindo direitos e maculando a cidadania. O problema é complexo e inclui questão civilizatória com inúmeras variáveis, as quais incidem sobre a tríade codesenvolvimento, ecorregião e ecotecnologia.

Inicialmente, a mudança deve partir de pessoas conscientes de sua posição no mundo,

identificadas territorialmente a partir de ideais comuns. Partir-se-ia da informação enquanto bem comum, ferramenta matricial de suporte à mudança de paradigma, e, com independência de pensamento, o cidadão comum, com conhecimentos iniciais de informática e base de leitura, teria condições de ficar informado sobre a realidade e agir sobre ela.

Estar informado é um artifício para o rearranjo de forças. Faz com que aquilo que antes era tolerado por ser desconhecido passe a ficar à vista de todos e proporcione conhecimento para a caracterização da resistência ante a realidade. Significa dizer que a visão socioeconômica, cultural e política sobre os fatos diários muda em face de uma atitude reflexiva, gestada a partir de informações adquiridas. Rádios comunitárias, TVs universitárias de pequeno porte e a rede mundial de computadores são armas para o acesso ao saber, para a libertação das pessoas das vidas estreitas.

Exemplos do poder da informação estão destacados na sociedade. A Primavera Árabe talvez seja o evento recente mais importante, bem como os protestos nos EUA para a imposição de medidas restritivas a armas e contra a diminuição dos direitos de cidadania da classe baixa e de imigrantes latinos e afrodescendentes. No Brasil, a Lei da Ficha Limpa emanou do povo e as redes sociais foram decisivas.

Na Venezuela, o chavismo foi vencedor nas eleições a despeito da campanha difamatória na mídia conservadora mundial. Em Equador e Bolívia, direitos indígenas vêm sendo respeitados e seus governos são diferentes dos antigos mandatários de Estado. Na Europa, manifestações populares, violentas ou não, exigem o fim da austeridade econômica que sufoca os trabalhadores, isso sem falar nos movimentos ambientalista e de responsabilidade social, que só avançam em todo o mundo, mesmo com espaço reduzido nos meios de comunicação.

Se o neoliberalismo reduziu o pensamento crítico, contrapor-se a ele é a chave para o reencontro com a reflexão perdida. Os países do norte europeu, que não são extremamente consumistas e valorizam saúde, educação, segurança e cidadania básica acima do comércio de quinquilharias, estão como um espelho para que o Brasil, como potência na América Latina, siga e

evolua para além do capitalismo de consumo. O ecodesenvolvimento pretende avançar diante dessa perspectiva, contrapor-se a essa máxima de que é o consumo que gera bem-estar e eliminar toda uma cadeia de marketing que funciona como adestradora de desejos da vida moderna.

Se o contrato social vigente na Amazônia é baseado na montagem de grandes projetos de infraestrutura, na desterritorialização de enormes contingentes populacionais e degradação ambiental das potencialidades de uma ecorregião, sem haver uma conjuntura de fatores que integrem os impactados a uma nova civilidade, material e imaterialmente, a tendência é a defiliação humana, a falta de projeto de vida. Sem condições para a educação, esteios que lhe amparem a fé espiritual, ritos e habitus, carente de ecotecnologias apropriadas para ajustar saberes e fazeres tradicionais à nova realidade, o caminho é a exclusão social.

Incluir pessoas em uma esfera que incentive a cidadania coletiva é difícil porque os direitos individuais conquistados com o capitalismo solaparam a ética da coletividade, a alteridade e o respeito aos objetivos comuns. Bonder (2013) dá ênfase a uma metáfora para tentar explicitar as formas de egocentrismo as quais o capitalismo vem fomentando. Aqui a reproduzimos: um sujeito está acompanhado de outras pessoas sentado em um barquinho e começa a fazer um buraco debaixo da sua cadeira, daí os que estão ao seu redor reclamam, “ei, você está fazendo um buraco no barco!”, ele diz “não se mete, estou fazendo debaixo do meu banco”.

Em sociedades consumistas, distantes do ecodesenvolvimento, o valor da alteridade, da honestidade com o outro, está em amplo desuso. Em vez de gerar comunhão e solidariedade, a riqueza vislumbrou a nós, humanos, cegando e corrompendo ao nível da individualidade extrema. No centro do problema repousa o consumo e toda a promessa de liberdade que ele traz consigo. A eficiência do mercado em criar facilidades advindas de bens materiais estagnou, mas a maioria não se dá conta disso e continua a consumir com ímpeto, sem notar que o capitalismo não conseguirá produzir distribuição igualitária de renda. A Amazônia, evidente, insere-se nesse cenário pessimista.

O ecodesenvolvimento mira um processo de mudança que abranja interesses coletivos e

impulsionar essa mudança é a proposta circunscrita pelo respeito às tradições e ao simbolismo, partilhando de interesses comuns em um sistema de vidas comuns. Doutra forma, o fracasso ao se traçar alternativas para a crise humanitária pode abrir precedentes para situações de conflito, crise e caos, dado que o *establishment* tende a forçar o continuísmo para que não haja contração do universo estável em que se encontram mantenedores do sistema, que mesmo com as forças de convencimento esgotadas planejam granjear posição cômoda em meio às modificações.

Uma ecorregião pode desenvolver programas de soberania alimentar que evitem o incrível desperdício gerado pelo sistema capitalista. Em vez do crescimento desordenado operado no consumismo global, corroborado pelo esgotamento dos elementos básicos para a sobrevivência das pessoas, são primordiais ações que evoluam para um cenário de autonomia produtiva e uso consciente daquilo que provém da natureza. A economia solidária, nesse sentido, é uma essencial vertente a ser implementada dentro de uma base comum de direitos e responsabilidades, em um sistema de cooperativa e deveres compartilhados.

O cooperativismo, dentro de um sistema político convincente, tem enormes possibilidades de vingar sem a extrema necessidade de mudanças dos valores civilizatórios vigentes. É um caminho que não implica no destroçamento imediato das características que regem sociedades ocidentais, optando por mudanças gradativas, e ainda não assola as camadas pobres das populações com práticas de austeridade, impostas aos setores economicamente mais fracos da população (SACHS, 1998, 2004).

Ecorregiões são áreas onde o trabalho funciona como ferramenta para se conseguir o direito de lutar pela vida com dignidade, promovendo autoestima e com o passar dos anos frutificando uma natural disputa por posições no mercado de trabalho, tanto no plano material quanto intelectual, ao contrário da inércia vivenciada por assistidos crônicos. Tecnologias apropriadas, sociais, são estratégia fundamental para a inclusão do trabalho como agente modificador da realidade individual e familiar das pessoas.

As ecotecnologias pretendem superar o ideal falho da economia verde de que grandes invenções ou descobertas, mediadas a partir de estudos de ponta geradores de produtos e serviços autônomos, são mais capazes de auxiliar na emancipação social na Amazônia. Com isso, afirma-se o benefício da ciência à humanidade e seu papel nas inventividades alternativas, estratégicas, inerentes a áreas não urbanas, de baixíssima concentração populacional em relação às cidades.

Sachs (2004) enumera que as ecotecnologias podem viabilizar duas revoluções, a sempre verde e a azul. A revolução sempre verde (*evergreen revolution* na terminologia do agrônomo indiano M. S. Swaminathan) indica caminhos possíveis para avanços tecnológicos de produtividade e sustentabilidade ambiental. A azul refere-se à passagem da caça ao cultivo de espécies do meio aquático. “Nenhum outro país do mundo reúne condições favoráveis à criação gradual de uma nova civilização sustentável dos trópicos, baseada na exploração do trinômio biodiversidade-biomassas-biotecnologias” (p. 31).

Acerca da questão, caso peculiar pode ser explicitado a partir do que ocorreu na região de Balbina, onde não existe atualmente, por parte da Amazonas Energia, qualquer mudança de modelo na forma de pensar o uso de tecnologias para a área de influência da barragem. Não há direcionamento para a economia biocentrada, solidária, agroecológica, familiar e orgânica, em que cada comunidade tenha como meta conseguir a soberania produzindo para o consumo e objetivando a solidariedade entre produtores.

A tecnologia, de produtos ou serviços, não tem que buscar o domínio sobre a natureza, mas sim instrumentalizar a condição do meio ambiente de mediar e incitar a vida na Terra. Mas como fazê-lo a partir de uma existência em meio à territorialidade perdida, como ocorreu em Balbina? Desterritorializados são refugiados dentro de sua própria terra, porque tem encobertos direitos sociais, políticos e culturais. Eles se situam distante de suas origens e se não possuem meios para o próprio crescimento ou para contribuir com o desenvolvimento da comunidade, tentar sobreviver é o que define sua existência. A sobrevivência, portanto, é o primeiro e mais raso degrau de evolução

humana dentro de uma sociedade isoladora (GUDYNAS, 2011).

Arendt (2007), sobre isolamento e solidão como precondições da dominação, nota que o indivíduo isolado continua sendo indivíduo, porém ao separar-se do espaço público e da companhia de outras pessoas ele não pode mais se revelar e confirmar sua identidade. Imerso em uma situação de desencontro, toda uma ruína moral é desencadeada, fazendo-o colapsar. São encontradas semelhanças existentes entre o sistema de governo totalitário, investigado por Arendt (ID., *op. cit.*), e outros sistemas atuais, como o mais forte e globalizado deles, o neoliberal.

De igual maneira ao totalitarismo, o neoliberalismo criou instituições políticas e partidárias novas e destruiu tradições que se impuseram sobre seu caminho. O sistema facilitou métodos de intimidação, violência, tirania e despotismo. Espreado na Europa, Ásia, Oceania, América e África, esse é o modelo mais disseminado no planeta. A partir da implantação do neoliberalismo no Brasil na década de 1980, o descompasso entre sociedade e ambiente foi acentuado por uma política exterior agressiva, que desfilou as pessoas em relação à terra, família e ao trabalho cooperado.

Estudo de McIntyre e Dallago, do World Institute for Development Economic Research da Universidade das Nações Unidas (UNU, 2003), sobre experiências de transição à economia de mercado dos países do leste europeu, mostrou que para viabilizar o desenvolvimento é preciso criar uma relação sinérgica entre empreendimentos de pequeno porte e grandes empresas e não estimular a contradição que hoje assola o país, por meio da qual microprodutores são empurrados para a informalidade já que não possuem compradores industriais a quem vender.

No campo ambiental, contradições abundam, sobretudo na política econômica e energética do Brasil. Enquanto o país comemora a redução do desmatamento na Amazônia, investe no petróleo e recorre a termelétricas para garantir energia porque está baixo o nível dos reservatórios das hidrelétricas — grande parte delas mal planejadas e implantadas à força, gerando poucos ganhos elétricos em detrimento à violenta desterritorialização. Essas ações aumentam o peso da energia em seu saldo de emissões.

A vida em sociedade requer a obediência a regras de convivência. Em uma sociedade a ser regida pelo ecodesenvolvimento, poderes constituídos pelos cidadãos não terão necessariamente o mesmo significado que na sociedade neoliberal urbana. Possuir uma casa, uma família, um veículo de transporte, ou então fazer parte de um grupo de desportistas, ser um político, um economista ou um educador não representará a mesma condição que hoje se tem entendimento. Valores mudarão e com eles a compreensão daquilo que é viver em uma sociedade será alterada a partir da consonância entre ecotecnologias, ecorregião e ecodesenvolvimento.

É importante salientar que a sociedade mundial, em diferentes níveis, procura gestar formas alternativas de sociedade no intuito de confrontá-las com a realidade e modificar a situação estabelecida. Uma dessas formas é o modelo do ecodesenvolvimento. Atualmente, há necessidade de se construir agendas sociais que possam resistir a processos com fortes impactos sobre a população e dentro dessas agendas deve constar a problemática das ecorregiões apoiadas em ecotecnologias. Essa sinergia de movimentos tende a gerar alternativas para uma nova Amazônia. E construir agendas nesse sentido pressupõe a articulação de diferentes aspectos territoriais, linguísticos, étnicos, culturais e trabalhistas no bioma. Trata-se de um cenário complexo por causa da diversidade de interesses (ARACH, 2008).

Para reconfigurar a agenda de Estado e dos organismos multilaterais implicados em financiamentos de projetos no bioma Amazônia faz-se preciso estabelecer condições para as reivindicações das populações e um diálogo franco e aberto com as instituições populares. Um ponto importante dentro do arcabouço de ações em favor da interlocução e da independência socioambiental na Amazônia, embasada na apropriação territorial e no condicionamento alimentar das populações do bioma, passa pelo fortalecimento da produção agrícola de micro e pequeno porte por meio de ecotecnologias direcionadas à realidade amazônica.

A agricultura familiar, com sua renda total de cerca de R\$ 54 bilhões/ano, há muito deixou de ser coadjuvante da economia nacional, representando um dos atores principais da distribuição

monetária do Brasil. Mas em grande medida o que não se consegue comercializar no mercado deixa de retornar à população de baixa renda. Muitas vezes os produtos estragam, mas não vão à mesa dos milhares de famintos do país. Trata-se da lógica do mercado impondo iniquidades. Sem um sistema de ecotecnologias que abranja o sustentáculo socioambiental a situação não será revertida.

Em 2006, o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consolidou um quadro claro desse setor, apontando que o país tem 4,3 milhões de estabelecimentos, ocupa 24,3% da sua área agricultável, produz 70% dos alimentos consumidos internamente e emprega 74,4% dos trabalhadores rurais, além de ser responsável por mais de 38% da receita bruta da agropecuária brasileira, segundo dados da Associação Nacional dos Servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012). Mesmo nesse nível de atividade e importância, os governos FHC, Lula e Dilma, paradoxalmente, promoveram nas últimas duas décadas o desmonte da estrutura dos órgãos de desenvolvimento agrário no país, afetando populações de diferentes etnias (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MDA, 2012).

[...] en los últimos 20, 30 años, hemos gastado billones de euros de dinero público en grandes infraestructuras, que, con el fin del capitalismo, basado en los combustibles fósiles y con la crisis energética, van a quedar inútiles. Grandes puertos, aeropuertos, trenes de alta velocidad, autopistas, ahora se pretende construirlos en Brasil, Chile, Argentina, infraestructuras de interconexión internacional, pero el comercio internacional va a cambiar en los próximos veinte años, con la crisis energética y la disminución del abastecimiento de petróleo el comercio internacional ya no va a ser el del 2007, va a disminuir y vamos hacia capitalismo mucho más regionales, capitalismo de Estado como el chino. Entonces, ampliar el Canal de Panamá o crear estas nuevas conexiones para el acceso al mercado mundial, de aquí a 20 años van a quedar obsoletas y no van a dar tiempo ni siquiera para amortizar el gasto público que se va a invertir ahí (KUCCHARZ, 2013, In <http://www.movimientos.org/es/content/transnacionales-en-el-punto-de-mira>).

O Brasil terá de se apoiar em sua biodiversidade e na vocação primordial para se concretizar como nação tropical. O apoio na biodiversidade não significa a expropriação dos ecossistemas amazônicos, mas sim uso racional, manejo de florestas, reordenamento territorial, planejamento para alternativas energéticas e manutenção de áreas endêmicas nos diferentes biomas brasileiros.

A partir do suposto, dentro de uma ecorregião amazônica interesses comerciais teriam de ser avaliados, para que se soubesse na realidade quais as vantagens (caso houvesse) da apropriação de

agronegociantes sobre parcelas da floresta tropical. Mas o que ocorre na Amazônia hoje é o contrário: negociações são feitas antes de consultas públicas livres e informadas. Decorre daí a inversão de valores, em que incidem especulação industrial e comercial.

O incentivo a multiculturas em quintais agroflorestais, à agricultura familiar, ao desenvolvimento de cooperativas comunitárias, ao plantio e pesca em pequena e média escalas e à fiscalização por meio de um sistema integrado de governança são ações primordiais para a reconfiguração dos espaços em ecorregiões. A efetivação de ecotecnologias junto às atividades, em consonância às demandas, contribui para a regulação do uso dos recursos.

Hoje a situação poderia melhorar na medida em que fosse retomada a produção em escala familiar com pesquisa e assistência técnica, financiamentos a juros zero, apoio à comercialização, perdões de dívidas contraídas para famílias de baixa renda e atividades de educação para o campo, tais como educação ambiental, noções de ciências da terra e pesqueira, cidadania socioambiental e vida em comunidade.

Não a toa a agricultura familiar na Amazônia foi preterida em termos de incentivos governamentais. O lucro do cultivo consorciado à manutenção de quintais frutíferos e granjeiros pouco atendeu a grandes empresários, ou seja, eram produções pequenas para os padrões avassaladores das megacorporações, o que contaminou a visão do setor no Estado brasileiro a ponto de forçar o sucateamento de Incra e MDA, que ajudavam na retomada da produção doméstica³⁶. Por causa disso, agricultura familiar, reforma agrária e agroecologia não se tornaram o centro das prioridades, como se requer em uma escala de ecodesenvolvimento.

O desafio do modelo agroecológico na Amazônia não é técnico, mas tecnológico. Um componente político estanca as tomadas de decisões nesse sentido: o fato de que o modelo da agricultura familiar incomoda agroindústrias e empreiteiras de porte multinacional porque interfere

³⁶ O Incra, entre 1985 e 2011, teve o quadro de pessoal reduzido de 9 mil para 5,7 mil servidores. Nesse mesmo período, sua atuação territorial foi acrescida em 32,7 vezes – saltando de 61 para mais de 2 mil municípios, um aumento de 124 vezes no número de projetos de assentamentos assistidos. Até 1985, o Incra geria 67 projetos de assentamento. Em 2012, superava os 8,7 mil e a área assistida passava de 9,8 milhões para 80,0 milhões de hectares – cerca de 10% do território nacional. O número de famílias assentadas atendidas pelo órgão foi de 117 mil para cerca de 1 milhão. Até 2014 outros 2 mil funcionários do Incra estarão em condições de aposentadoria, aprofundando ainda mais o déficit no órgão.

em seus negócios. Contrárias ao ecodesenvolvimento, grandes empresas impedem a consolidação de ecorregiões e mesmo investimentos federais — os quais em 2013 chegaram perto de R\$ 3,4 bilhões, sendo que R\$ 2,5 bilhões vieram do orçamento do Incra — não são suficientes para garantir educação, saúde e trabalho porque o sistema econômico desfavorece a independência de rurais, ribeirinhos e indígenas.

A implantação de moedas sociais é necessária na construção de ecorregiões autônomas, como se deseja não só para Balbina, mas para áreas de empreendimentos hidrelétricos onde se possa implantar essa ecotecnologia. A moeda social é um exemplo de que projetos de porte devem ser pensados nos moldes de incubadoras tecnológicas próprias à economia solidária (LAVILLE e GAIGER, 2009; MANCE, 1999). Essas incubadoras planejarão o modelo dos bancos comunitários que fiscalizarão o uso da moeda social e para cada valor de um real que se tenha em caixa poder-se-ia emitir igual valor à moeda social circulante na ecorregião.

A capitalização inicial deve ser feita por doações de sindicatos, cooperativas e organizações parceiras. Além disso, iniciativas populares, como rifas e bingos, também ajudariam o banco comunitário a arrecadar fundos. Atualmente no Brasil existem inúmeros bancos comunitários que criaram mais de 80 moedas alternativas ao real. Elas são reconhecidas pelo Banco Central como complementares ao real e usadas para estimular a economia local das comunidades (SINGER, 2002; SOARES, 2009; ARROYO e SCHUCH, 2006).

Após a implantação de uma moeda social, a organização da terra é importante para o avanço rumo ao ecodesenvolvimento, agriculturável ou não, para a mudança de relação entre pessoas e ambiente no entorno de áreas afetadas por grandes projetos. Na Amazônia, com sua vasta extensão, o que é verdade para uma parcela de terra isolada quase nunca é verdade na escala de território. As ações devem ser pensadas como algo complexo que esbarra em interesses econômicos e sociais.

Junto com as medidas entraria a parcela de contribuição (forçada ou não) de bancos públicos para a manutenção do bioma, a partir de financiamento a juros zero, os quais podem perfeitamente

ser cobertos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem, com isso, mercantilizar a natureza, como pretendeu o International Financial Club, um conjunto de 19 bancos de vários países que quis ceder empréstimos a regiões de florestas tropicais (Brasil e Congo), mas foi criticado por não desacoplar crescimento de degradação ambiental.

O trabalho de transição para o ecodesenvolvimento, pelas propostas apresentadas, visa desmistificar a ideia de que populações da Amazônia teriam problemas sociais resolvidos persistindo-se no mesmo padrão de consumo norte-americano ou europeu. A integração com demais regiões do país não tende a passar, obrigatoriamente, pelo acesso de rurais, ribeirinhos e indígenas ao mercado mundial de consumo. Isso seria o que organismos internacionais querem, sobretudo por causa da manutenção de sua política do lucro.

Enquanto ecorregião pautada no desenvolvimento da cidadania e do trabalho, a Amazônia deve se estabelecer sobre técnicas de produção doméstica para plantios e pesca, amparadas por cadeias de manutenção visando a soberania alimentar das populações. O ecodesenvolvimento pressupõe a concepção do meio ambiente não apenas como negócio, mas como organismo vivo e biodiverso, essencial para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Sachs (2003) analisa que é impossível, porém, manter rigor na aplicação de estratégias de ecodesenvolvimento frente à diversidade do real. Quais ecotecnologias vão viabilizar de modo mais acentuado as ecorregiões? De que modo as pessoas poderão responder com melhor eficiência às demandas de uma ecorregião? São questões substanciais e de complexidade quando se quer atestar o equilíbrio entre sociedade de consumo e sociedade inclusiva, cidadã.

A atribuição de valor econômico à biodiversidade foi debatida na Declaração do Capital Natural, assinada por 37 representantes de instituições financeiras, de seguros e de investimentos de 13 países, durante o Fórum Corporativo Sustentável. A reunião onde houve essa predisposição foi promovida pelas Nações Unidas como atividade paralela à Rio+20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, Brasil, porém houve rejeição de boa parte da ideia a partir dos planos de integrantes da

Cúpula dos Povos, evento também paralelo à Rio+20 ocorrido na mesma cidade.

O documento sobre a proposta foi compilado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) junto com a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Global Canopy Programme e teve por objetivo ressaltar que água, ar, solo e florestas são capitais naturais de ordem fundamental. Por outro lado, na Cúpula dos Povos a compreensão foi de que atribuir valor financeiro a recursos naturais pode estimular a depredação porque, segundo a lógica do capitalismo global, quanto mais escasso um bem mais ele vale e mais se querará tê-lo.

Organizações e movimentos sociais nacionais e internacionais, como Via Campesina, Movimento Sem-Terra (MST), Marcha Mundial das Mulheres e Associação Nacional de Agroecologia (ANA) tentaram dialogar com empresas estatais dos setores energético e agrário, bem como estabelecer conversas com o Ministério do Planejamento, para expor a proposta de produção autônoma no bioma na segunda metade de 2012. Entretanto, concessionárias de produção elétrica e megaempresários do agronegócio pressionaram o governo federal para suspender as negociações, desestimulando planos para a produção de alimentos em pequena escala, própria da agricultura familiar.

A tentativa foi voltada ao planejamento e gestão de ecorregiões em áreas rurais, ribeirinhas e indígenas dos rios Negro e Solimões/Amazonas. Mas as preocupações com os aspectos vitais da população pouco animaram o governo, já que nenhuma contrapartida financeira chegou a ser apontada. A questão esbarrou naquilo que Sachs (2003) — um dos criadores do conceito de ecodesenvolvimento — já enfatizava. Novas experiências para a criação de ecorregiões devem ser enfrentadas sem a necessidade de análises muito rigorosas das ideias norteadoras, tendo em vista que, por se tratar de uma quebra de paradigmas, conceitos ainda estão em construção e não existe a possibilidade de definir com rigor metas a curtos e médios prazos.

O conjunto de políticas públicas para promover o ecodesenvolvimento passaria por: i) agilização da reforma agrária; ii) acesso à água; iii) liberação de créditos bancários justos; iv)

amparo técnico-científico na produção; v) resgate e valorização do saber tradicional; vi) melhoramento na situação das mulheres camponesas, que trabalham tanto quanto os homens no seu dia-a-dia, mas não possuem direitos reconhecidos e são vítimas de violência; vii) demarcação de terras indígenas, em constante ameaça pelo agronegócio e pelos megaprojetos; e viii) erradicação dos trabalhos escravo e infantil, fortalecendo a educação para a permanência dos jovens no campo.

O ecodesenvolvimento contesta o processo de falência nutricional cuja matriz está correlacionada à concentração de grandes propriedades de terras nas mãos de poucas centenas de pessoas, enquanto mais de 21 milhões de indivíduos do bioma possuem lotes médios de 300 a 500 metros quadrados. Essa concentração de benefícios, aliada à falta de governança e ao poder da força armamentista e do dinheiro da corrupção do Estado, incentiva a prática do coronelismo, onde manda quem tem dinheiro e obedece quem não quer morrer de fome ou à bala.

Retomando a questão do financiamento governamental e sua relação com o ecodesenvolvimento, no ano de 2010, por exemplo, a agricultura familiar recebeu por volta de R\$ 15 bilhões, enquanto o setor patronal obteve aproximadamente R\$ 100 bilhões. Dados do Ministério da Fazenda de julho de 2011 sobre a dívida agrícola mostram que ela atingiu naquele mês cerca de R\$ 160 bilhões, sendo a agricultura familiar responsável por menos de R\$ 30 bilhões desse total. Por outro lado, a disponibilidade de oferta de crédito rural para a agricultura empresarial mais do que quintuplicou ao longo da última década, passando de R\$ 20,54 bilhões em 2002/2003 para R\$ 115,25 bilhões na safra 2012/2013.

O aumento na oferta de crédito para a safra 2012/2013 buscou atender à meta de crescimento da produção agropecuária em 5,5% no período ante colheita anterior. As principais fontes de financiamento para o investimento foram o BNDES, os Fundos Constitucionais de Financiamento e a Poupança Rural. Além disso, na safra 2012/2013 os pecuaristas tiveram ainda uma linha de crédito específica para a compra de matrizes e reprodutores bovinos e bubalinos.

Há necessidade de redimensionar esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário para o

entendimento das sociedades amazônicas em torno de um modelo de ética compartilhada, que inclui respeito e cuidado pela comunidade, pela vida animal e vegetal, por uma integridade trabalhista, pela democracia e por uma verdadeira cultura de paz e fomento financeiro aos pequenos trabalhadores agrofamiliares.

O critério do que plantar e de como plantar ou coletar não pode continuar refém da vizinhança dos mercados, pois tem levado a um uso irracional da natureza. Interpondo-se a essa crise injustiças financeiras e imoralidades baseadas em privilégios a megaempreiteiras, grandes investidores de capital especulativo e extratores industriais foram enraizados pela pecha do desenvolvimentismo na Amazônia, mas planos modificadores dessa realidade podem e devem ser pensados mediante aspectos do desenvolvimento solidário (KOHLHEPP, 2002; MATTEI, 2012).

No decorrer dos anos, inúmeras políticas públicas voltadas a populações amazônicas, tradicionais ou não, foram iniciadas no bioma, mas a ineficácia de boa parte delas em promover mudança nas estruturas econômica e social que persistem em milhares de pequenas, médias e grandes áreas na Amazônia repetiu a situação de abandono da época do regime militar. Enquanto esse abandono não incomodar latifundiários, grandes industriários, banqueiros e a classe alta moradora das urbes dificilmente haverá mudanças.

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM, 2013) divulgou recente postura política brasileira em face às vicissitudes da Amazônia profunda, como denominava Ab'Sáber (1990). Segundo a imprensa oficial da Presidência da República, a ideia é se voltar contra a extrema pobreza e mitigar a degradação ambiental. Nas regiões Norte e Nordeste, onde estão mais de 80% das cerca de 1 milhão de famílias assentadas no país, foi proposto acompanhamento para a implementação de roçados e plantios pequenos sob benefício de assistência técnica do Incra.

Proficientes políticas de inclusão social devem abarcar planos de educação e saúde, formando uma cadeia de atividades que remetam à sociedade para a implantação do ecodesenvolvimento. Seria relevante que ações dessa monta chegassem ao largo da UHE Balbina e

as informações referentes às atividades fossem difundidas para propagar valores comuns e práticas solidárias. Tais políticas de ecodesenvolvimento devem considerar a cidadania socioambiental como posicionamento frente à necessidade da manutenção de espaços afetivos de convivência. Só que, por sua vez, essas mesmas mudanças de perspectivas que darão suporte à cidadania ambiental enfrentarão resistência de setores ligados à manutenção do modelo de exploração de mercado. Serão duas tendências medindo forças em pleno ato de modificação da austeridade humana no bioma.

Sachs (1993), ao ampliar o conceito de ecodesenvolvimento, leva em consideração a esfera de atividades tradicionais que permitem exercer direitos e deveres tomando como pressuposto a perspectiva de uso comum dos recursos. Tradicional, nesse sentido, faz referência às práticas que remontam a uma realidade ou condição ancestral das populações do bioma e são necessárias à promoção da democracia, da justiça, da educação e do acesso à terra para uma vida digna (Noda *et al.*, 2001). O aspecto tradicional das populações do bioma é uma condição pessoal ou coletiva, sendo reafirmado a partir das práticas cotidianas.

A cidadania socioambiental a ser incentivada, portanto, diz respeito ao conjunto de condições que permite agir na defesa da vida no planeta e deve servir como ferramenta educacional e suporte moral para questões amazônicas dos dias de hoje. O objetivo, com essa ação, é forçar o aparecimento da problemática socioambiental na agenda política e fazer com que a temática penetre nas decisões cotidianas do Executivo e Legislativo, sejam elas nacionais, regionais, estaduais ou locais. Além do mais, buscar entendimentos sobre a cidadania socioambiental é perceber que os processos ecológicos e sociais se sobrepõem e isso é o que firma as bases da conceituação.

É uma postura mais que política, é de responsabilidade social e acima de tudo humana, no sentido de se perceber que há unidade e interdependência dos sistemas naturais amazônicos e a tríade ecotecnologia, ecorregião e ecodesenvolvimento é princípio para se atender a uma primitiva condição humana, a vida em sociedade. Viver em uma sociedade de cooperação é o cerne da sociedade solidária, assistida com tecnologias sociais e consciente do sistema em que se insere.

Considerações finais

No capítulo inicial, foi realizado levantamento sobre a política do regime militar para a Amazônia abrangendo as décadas de 1970, 1980 e 1990, tomando como base os planos de expansão nacional e as relações do governo autoritário com megaempreiteiras e grandes construtoras multinacionais. Observou-se que a meta de crescimento e bem-estar dos militares foi mensurada pelo desenvolvimento de infraestrutura nas urbes e áreas rurais e não pela qualidade de vida pessoal e coletiva das pessoas que habitavam esses ambientes. Isso acelerou a má distribuição de renda e o aumento da pobreza, elevando o desemprego devido a dificuldades de qualificação para o mercado de trabalho, modificado a partir dos planos expansionistas do governo, que de maneira alguma estavam alinhados às necessidades objetivas e subjetivas dos amazônidas.

Procurou-se investigar a relação que os militares cultuaram com as classes dominantes do Brasil, as quais eram pautadas pelo personalismo, o clientelismo e a corrupção. Uma relação orientada por transações comerciais envolvendo megaempreiteiras como Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa, todas amparadas pela santa bondade do BNDES. As transações entre Estado e burguesia, concomitante com a meta do regime de aumentar o volume energético gerado por hidrelétricas que seriam (como foram) construídas enquanto grandes empreendimentos na Amazônia, desconsideraram tanto o eixo social quanto o ambiental das populações do bioma, implicando em desajustamentos do cotidiano, pulverização de habitus e reordenamento de costumes. Os militares acreditavam que diante do valor intrínseco e das inúmeras potencialidades de uso dos recursos naturais da região era preciso incentivar a exploração dos recursos, o que ocorreria, como a história aponta, de modo irresponsável.

Foi um mero artefato publicitário, decorativo e inoperante a propalada conciliação entre as dimensões ambientais, sociais e econômicas relacionadas àquele processo de desenvolvimento. A bacia Amazônica representava para o Estado, também como hoje ocorre no caso do governo de Dilma Rousseff, a última fronteira sul-americana para a geração de energia hidrelétrica. Contudo, como se conhece em larga escala, a construção de usinas hidrelétricas ocasiona mudanças políticas, econômicas, alimentares, de saúde etc. São inúmeras as consequências e pouquíssimas delas foram observadas pelo regime militar. O que se verificou foram os tecnocratas do setor elétrico do período militar em plena intenção de transformar os recursos hídricos da Amazônia na fonte de energia do país nas décadas de 1990, 2000, 2010 e assim por diante.

Ao regime, não fazia diferença o fato de que milhares de pessoas viviam nas áreas afetadas ou se o Brasil era signatário da convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que obriga a consulta prévia às comunidades tradicionais em caso de obras que atinjam suas áreas. O Estado de exceção não considerou a história, o modo de vida, a cultura e, acima disso, a necessidade de sobrevivência de povos. O grau de pobreza no entorno de Balbina, um grande projeto de geração hidrelétrica na Amazônia, foi uma consequência notória do modelo de exploração orientado naquela época. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 os militares entenderam que a mudança infraestrutural e territorial da Amazônia seria benéfica para o país e aos próprios moradores da região, e por isso incitaram aleatoriamente projetos de colonização.

A partir de incentivos do Incra, inúmeras famílias de colonos do Sul e Sudeste do país foram orientadas a morar na floresta sem conhecimento da região, das práticas de cultivo, dos fazeres tradicionais e dos saberes do povo. Na tentativa de facilitar o escoamento da produção e o ir e vir de pessoas, construíram a Transamazônica, que na verdade é uma vicinal de barro com poucas áreas onde se pode trafegar sem o risco de ter o veículo quebrado. O regime militar também previu que a Amazônia poderia ser um polo industrial a partir de investimentos significativos na mineração. A hipótese não se confirmou e a atividade produziu miséria, doenças e deixou a terra arrasada.

A partir do processo de produção energética à custa da Amazônia, ainda no primeiro capítulo do estudo procurou-se traçar relação entre o ideal militar e o que hoje se observa mediante os planejamentos da presidente Dilma, cujo objetivo de governo, por exemplo no que indica o Plano Decenal de Energia, da Empresa de Pesquisa Energética, descrito pelo Ministério de Minas e Energia, relaciona 11 usinas para a região Amazônica que deverão funcionar até 2019. O Plano define o potencial de cada bacia para a geração energética direcionada ao Sul e Sudeste do país. Segundo o documento, o rio Amazonas tem potencial de 106 mil MW (mega watts), o rio Tapajós 10 mil MW, o Tocantins 12 mil MW, o Teles Pires 6 mil MW, entre outros.

O capítulo II analisou a brusca transformação na vida dos desterritorializados de Balbina, levando em consideração o significado dos territórios e a profunda modificação no entorno da Usina Hidrelétrica Balbina a partir do fim da década de 1980, quando ocorreu a desterritorialização. A partir daí, moradores de comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e no assentamento a jusante, das ilhas a montante e de dentro da TI Waimiri-Atroari passaram a entender a seu modo, pautados pela necessidade de sobrevivência, que a questão da conservação dos ambientes e dos sistemas comunais era essencial a eles em termos materiais e imateriais.

Foram exploradas transformações infligidas às populações que viviam à margem da hidrelétrica e suas percepções sobre a própria forma de existir em meio a uma devastadora situação de deslocamento. Investigou-se a desestabilização do cotidiano e a falta de projetos de vida aos desterritorializados. Houve a notabilidade de que os territórios, enquanto formadores da trama social que une e atravessa indivíduos e suas famílias intimamente, não apenas permitem que as pessoas mantenham práticas ativas e pulsantes, mas também emolduram o pensamento dos coletivos que se intercomunicam a partir de processos articulados, manifestos ou latentes. De tal maneira, pela comunicabilidade dos entes sociais, observaram-se formações de termos coletivos e normas de conduta próprias ao ambiente.

Os pertencimentos materiais e imateriais dos indígenas Waimiri-Atroari foram estudados e arquivos bibliográficos indicaram a existência de um amplo e forte processo de ressignificação forçada das atividades cotidianas e dos simbolismos. Sob o patrocínio da Amazonas Energia, o Programa Waimiri-Atroari executado dentro das aldeias sob a influência do reservatório da represa tem emprestado costumes capitalistas, hábitos ocidentais e comportamentos consumistas a homens, mulheres e crianças da etnia. O conflito entre saberes tradicionais e ensinamentos e práticas comuns do mundo urbano tem turbinado inúmeras discussões e posicionamentos sobre uma forçada ressignificação na área.

Essas vertentes apontam para um adiantado processo de fragmentação de saberes entre os índios, com perdas notáveis aos nativos. O “modernismo” com que o Programa Waimiri-Atroari trata os índios sugere uma repetição de práticas confusas, muito mais próximas da torrente de maneirismos da sociedade de consumo do que dos tradicionais saberes. E assim se passaram 25 anos e os efeitos da UHE entre os Waimiri-Atroari permanecem uma severa incógnita. Nesta parte da pesquisa, foi perceptível que a mudança no significado dos territórios ocasionou excepcional mudança nos modos de vida das populações. A represa, ao ser construída e gerar o surgimento de uma posição dicotômica das pessoas com sua produção material e imaterial, fortaleceu a dinâmica de apartação das populações do entorno em relação a crenças, atitudes e valores.

Sem concepções históricas e tradicionais nas quais se apoiar, vivendo a ideologia da dominação, da domesticação, populações rurais, ribeirinhas e indígenas passaram a enfrentar polêmicas relacionadas ao seu sustento financeiro. Sem conseguir dinheiro para se inserir no sistema de mercado fortalecido após a consolidação da UHE, níveis elevados de contravenções foram notados entre os moradores afetados e inúmeras irregularidades passaram a ser observadas com o aumento da violência e da indiferença com o outro. A solidariedade e os modelos de produção orientados pelo cooperativismo foram reduzidos em favorecimento aos sistemas de trabalho tecnicistas.

O capítulo seguinte (III) foi orientado para descrever em que medida a reconstrução da vida, ou seja, os projetos de futuro dos atingidos por Balbina, transformaram-se inexoravelmente sem que houvesse alternativa confiável para geração de renda e inclusão social, mantendo a qualidade de vida baixa e a pobreza, material e imaterial, em nível elevado. Os conflitos da população do entorno da UHE com a administração da usina foram relatados de modo a indicar a existência de uma dinâmica constante de tensões na área da represa. O fortalecimento da situação de embate se deu a partir da falta de atendimento a emergências sociais estabelecidas com a construção da hidrelétrica: trabalho no campo, pesca familiar, disponibilidade de criação de animais para abate doméstico, relações espirituais, simbólicas, de afeto, amor, de vizinhança, estruturas de compadrio etc.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a alimentação adequada é direito fundamental reconhecido pela Constituição Federal. Na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), cabe ao poder público assegurá-lo, avançando na institucionalização de uma política de segurança alimentar e nutricional. Essas determinações foram burladas e se tornaram ineficientes no foco do problema, entre os moradores marginais à usina. Ao pesquisar o impacto da reterritorialização, notou-se que a usina afetou as bases de caça e pesca a jusante e a montante. A substituição das comidas tradicionais por congelados e enlatados foi uma involução coordenada inconscientemente pelo desenvolvimentismo.

Nem mesmo a inovação tecnológica representada pelo empreendimento grandioso que foi Balbina não significou melhoramentos e benefícios na dieta dos rurais, ribeirinhos e indígenas do entorno da represa. Com o arranjo territorial alterado, impactando a constituição alimentar e nutricional dos moradores do entorno, o modo de vida começou a ser modificado. Sistemas de trabalho tradicionais, como a pesca e a caça, tiveram alterações e fragmentações em sua concepção: biodiversidade e disponibilidade de víveres não eram mais as mesmas em relação ao passado; acordos de pesca e leis severas quanto à captura de animais silvestres foram implementados de forma irregular e desigual; alimentos resfriados, condimentados, semielaborados de todos os tipos,

sem nutrientes essenciais aos seres humanos, passaram a fazer parte da dieta da maioria da população atingida pela barragem.

Aliada à desestabilização da base alimentar, a constante falta de remuneração que seria proveniente da indenização anual para mitigar alagações periódicas fez com que muitos desterritorializados de Balbina se dirigissem rumo à urbe a procura de novas perspectivas de ocupação. Vivendo a partir de subempregos ou mesmo de favor em casa de parentes e/ou amigos, o contingente de deslocados aumentou e passou a conviver com a insegurança da não inserção no mercado de trabalho urbano após verem suas atividades laborais tradicionais descaracterizadas e sem função dentro do modelo atual de ocupações profissionais. Ficou evidente que a geração de renda e a inclusão social na Amazônia para os que buscam se reterritorializar após deslocamentos compulsórios originados por UHEs dependem de ações articuladas e competitivas.

Produtos e processos que se desenvolvam no entorno das usinas mantendo ecossistemas e biodiversidade devem inserir no bojo do avanço tecnológico as populações rurais, ribeirinhas e indígenas, sobretudo a partir das necessidades de cada agrupamento. Junto a isso, são primordiais programas socioeconômicos que englobem reforma agrária, desenvolvimento rural, crédito familiar, assistência técnica, seguro à produtividade e incentivem a economia solidária de característica cooperativista. Doutra maneira, porém, a construção da UHE Balbina gerou deslocamentos, mas não gerou meios para se enfrentar a situação de mudança territorial, a qual concorreu para dinâmicas grupais de segregação.

Uma segregação que iniciou com preconceitos étnicos e econômicos, fortaleceu-se mediante meandros geográficos e por fim sociais e territoriais. Narrativas destacadas nesse trecho da pesquisa mostraram o quanto o tema separatista, mesmo não declarado, tornou-se vigente no entorno da usina e principalmente na vila de Balbina, onde a tácita geografia da exclusão foi concretizada quando se criou a vila Atroari (dos rurais, ribeirinhos e caboclos), com infraestrutura deficitária, e a Waimiri (dos funcionários da usina), melhor arranjada para atender a administradores da represa.

Na segunda e terceira partes da pesquisa, desterritorialização e reterritorialização foram enfocadas de modo a apontar distúrbios sociais que a dinâmica do deslocamento compulsório causou em Balbina. O IV capítulo, tomando como pressuposto e embasamento os dois anteriores, buscou enfatizar aquilo que era um problema energético na década de 1980 e se tornou um problema social e ainda energético atualmente. Dois gargalos críticos, agudos e crônicos. Mesmo com a necessidade dos deslocamentos, não houve melhoria significativa no fornecimento de energia elétrica para a comunidade atingida pela barragem e para Manaus. E ainda criou-se uma crise no entorno da usina porque a Amazonas Energia manteve relação conflituosa com a população.

A especulação imobiliária, o desordenamento pesqueiro e a escassez de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros concorreram para que a competição por alimentos se acirrasse consideravelmente. Nas áreas de influência da usina, fosse a montante ou a jusante, a população ficou desorientada sobre como proceder em meio à mudança. Sem um trabalho de educação que abrangesse aspectos econômicos, sociais e políticos a fragmentação se repetiu em diferentes contrastes. O limite de acesso a áreas tradicionais, os falhos sistemas de informação sobre a usina, o cerceamento à participação popular na administração da barragem e o descaso do Estado, mantenedor do complexo Balbina, fomentaram situações segregadoras entre rurais, ribeirinhos e indígenas.

O tópico versou em boa parte sobre o fato das hidrelétricas formarem um empreendimento interessante do ponto de vista financeiro, pois têm baixo risco e alto retorno lucrativo, mas que não são acompanhadas de alternativas socioeconômicas de sobrevivência dignas às populações afetadas. Tomaram-se como base de análise planos de mitigação do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletrobras e ações efetivadas na realidade multidimensional de Balbina. Foram ponderadas estratégias para a retomada dos territórios, para se alavancar a economia de maneira sustentável e justa e para o enfrentamento ao modo de consumo das urbes.

A economia do desenvolvimentismo, que não considera questões ambientais e muito menos estruturas culturais e sociais de populações — em detrimento da justiça social e ignorando cuidados para a sustentabilidade —, foi investigada a partir da tríade ecorregião, ecotecnologia e ecodesenvolvimento. Esse modelo de economia clássico, indicado como clientelista, foi visto como a serviço não de uma nação, mas sim de uma classe privilegiada. Isso é apontado quando a construção de hidrelétricas desterra comunidades indígenas e povos tradicionais, abala um dos maiores sistemas climáticos do planeta, que é a Amazônia, e finalmente quando serve como moeda de troca para se justificar a falta de alternativas viáveis de geração energética para o país.

O destaque para uma possível transição ao uso de moeda social em bancos comunitários em toda a área de influência da hidrelétrica de Balbina foi feito nessa parte da pesquisa. A contraposição ao sistema capitalista, ao modelo desigual de ganhos a partir da produção agroextrativista, teve sua proposta concretizada enquanto agente de sociabilização e mudança de comportamento em relação ao trabalho para os atingidos por barragem. Um exemplo de economia solidária, com táticas de amenização do poder de barganha da moeda corrente, teria consequências humanizadoras. Nesse sentido, a pesquisa apontou para uma perspectiva de enfrentamento que tivesse a possibilidade de gerar alternativa frente à pobreza no entorno da represa.

Se as comunidades que margeiam a barragem possuem imensas dificuldades quanto ao processo de circulação dos produtos agrícolas, devido às grandes distâncias, sendo o principal meio de locomoção o transporte hidroviário, cabe criar uma nova moeda. Além disso, em uma sociedade plural e diversificadamente desigual não há apenas uma possível solução, o que leva a crer que a ressignificação da moeda deve vir acompanhada de ações de cunho educacional. O capítulo tendeu a traçar investigação buscando enfatizar em que medida premissas de sustentabilidade podem se aliar às novas tecnologias, sobretudo na região de Balbina, para fomentar estratégias de conservação que levem em conta a inserção social das populações. Portanto, políticas socioeconômicas de

incentivo à produção cooperada e ao mercado justo devem ter caráter descentralizado e atender a especificidades territoriais.

Observou-se que um padrão unitário de desenvolvimento não será possível de ser empenhado, principalmente em áreas de bioma modificadas por grandes projetos, como é o caso do território de Balbina. Quando se estudou a base conceitual da economia solidária no capítulo, não foi intenção debater reformas econômicas, mas sim afirmar a possibilidade de uma economia alternativa à capitalista neoliberal. Uma economia que não pode ser somente monetária: há de ser integral, ecológica, intercultural e a serviço do bem viver. Na Amazônia, o crescimento não pode ser mensurado por produção agropecuária, industrial e expansão desordenada da rede de serviços; crescimento deve significar escolaridade, saúde, saneamento, moradia, cultura e preservação do meio ambiente.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. Em J. C. Abric (Org.), *Exclusion Sociale, insertion et prévention* (pp. 11-17). Saint-Agne: ÉRÈS. 1996.

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Org.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB. 1998.

AB'SÁBER, Aziz. Um plano diferencial para o Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 4, n. 9, ago. 1990. Em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 9/01/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141990000200004>.

ACSELRAD, Henri, SILVA, Maria das Graças da. Conflito social e mudança na barragem de Tucuruí. In *A Re-volta da Ecologia Política. Conflitos Ambientais no Brasil*. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, pp. 294.

AGÊNCIA BRASIL. Criação de peixes em represas de hidrelétricas é alternativa de renda para ribeirinhos e operários. Postado em 20 de maio de 2012. Acessos em 21 de maio de 2012. In <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/05/21/83460-criacao-de-peixes-em-represas-de-hidreletricas-e-alternativa-de-renda-para-ribeirinhos-e-operarios.html>.

AGÊNCIA SENADO. Subcomissão da Amazônia debate empréstimo do BNDES para exploração de minério. Portal de Notícias. 2004. [Http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2004/03/26/subcomissao-da-amazonia-debate-emprestimo-do-bndes-para-exploracao-de-minerio](http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2004/03/26/subcomissao-da-amazonia-debate-emprestimo-do-bndes-para-exploracao-de-minerio). Acessos em 03/02/2013.

AMORIM, Ernandes. Pronunciamento público de 07/03/1995. In Subcomissão da Amazônia debate empréstimo do BNDES para exploração de minério. Portal de Notícias. [Http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2004/03/26/subcomissao-da-amazonia-debate-emprestimo-do-bndes-para-exploracao-de-minerio](http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2004/03/26/subcomissao-da-amazonia-debate-emprestimo-do-bndes-para-exploracao-de-minerio). Acessos em 03/02/2013.

AGUILHAR, Ligia. Brasil continua sendo um dos países menos inovadores do mundo. O Estado de São Paulo. São Paulo, 27 de janeiro de 2012. In <http://blogs.pme.estadao.com.br/innovar-e-preciso/brasil-continua-sendo-um-dos-paises-menos-inovadores-do-mundo/>. Acessos em 07 de maio de 2012.

ALBUQUERQUE, Anelise Salazar e TRÓCCOLI, Bartholomeu. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-Ago, 2004, Vol. 20 n. 2, pp. 153-164

ALVES, Andréia Duarte; JUSTO, José Sterza. Espaço e subjetividade: estudo com ribeirinhos. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. 1, pp. 181-189, abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100020&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 jul. 2011. doi: 10.1590/S0102-71822011000100020.

AMAZONAS ENERGIA. Boletim Estatístico 2008. Manaus: Departamento de Marketing, 2008.

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa e memória social. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.1, jan/jun. 2008. pp. 13-21.

ANDRADE, Manuel Correia. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec; Recife: Ipespe, 1995.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. BIG – Banco de Informações de Geração, dezembro de 2009.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010

ARACH, Omar. Articulações ambientalistas em oposição às grandes obras de infraestrutura. In VERDUM, Ricardo et alii (orgs.). Financiamento e megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc, 2008.

ARAÚJO, Gal. Ismarth de (Presidente da FUNAI). Of. Nº 038/PRES. Ao Secretário Executivo do CIMI, Egydio Schwade. Brasília, 27 de janeiro de 1975.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. 8ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ARANTES, José Tadeu. Estudo mostra como herbicida usado nas culturas de soja e cana é cancerígeno para ratos. Agência Fapesp, em 22/04/2013. In <http://agencia.fapesp.br/17157>. Acessos em 22/04/2013.

ARROYO, João Carlos Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. Economia popular e solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. p. 21.

ARRUDA, Homero Oliveira de *et al.* PSA e medidas antropométricas em índios da Amazônia: avaliação da comunidade Parkatejê. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 5, out. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102003000500012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 5 maio 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102003000500012>.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE BALBINA. Documento encaminhado ao ministério público federal. 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MDA, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO INCRA, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS SERVIDORES DO INCRA. Sucateamento dos órgãos agrários ameaça a soberania ambiental, territorial e alimentar brasileira. In <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?boletim=1&lang=PT&cod=67861>. Acessos em 15 de junho de 2012.

AUGUSTA, Maria Babo. Ficcionalidade e processos comunicacionais. Ano 1996. <http://bocc.ubi.pt/pag/babo-augusta-literatura-ficcionalidade.html>, acessado em 24/11/10.

BAINES, Stephen Grant. As terras indígenas no Brasil e a 'regularização' da implantação de grandes usinas hidrelétricas e projetos de mineração na Amazônia. In: Marlon Salomon; Joana Fernandes Silva; Leandro Mendes Rocha. (Org.). Processos de Territorialização: entre a história e a antropologia. 1ª ed. Goiânia: Editora da UCG, p. 243-262, 2005.

BAINES, Stephen Grant. As terras indígenas no Brasil e a “regularização” da implantação de grandes usinas hidrelétricas e projetos de mineração na Amazônia. Série Antropológica, Brasília (UnB), 2001, 1-16.

BAINES, Stephen Grant. Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia. Rev. Antropol., São Paulo, v. 43, n. 2, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 6 maio 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012000000200007>.

BAINES, Stephen Grant. Waimiri-Atroari Resistance in the presence of an indigenist policy of 'resistance'. Critique of Anthropology, 1999, Vol. 19 (3): 211-226.

BAINES, Stephen Grant. A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari. In: Magalhães, S.B.; Britto, R. de C.; & Castro, E.R. de (orgs.) Energia na Amazônia, Vol. II, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; UFPA; Associação de Universidades Amazônicas, 1996, pp.747-759.

BAINES, Stephen Grant. O impacto da escrita na sociedade Waimiri-Atroari. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 2 (1) 1996b.

BANCO MUNDIAL. Little Green Data Book 2009. Washington, DC, 2009.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, Ltda., 2002. 229 p.

BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos. São Paulo: Fontes, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAPTISTA, Ângela Maria. Relatório sobre a área indígena Waimiri/Atroari. Brasília, 30 de julho de 1981.

BARBOSA, Tatiana da Rocha e BARTOLI, Estevan. Ocupações urbanas: a produção das moradias populares em Manaus. In FERREIRA, Gerson André Albuquerque e RODRIGUES, Renan Albuquerque. Amazônia: chaves múltiplas para a interpretação da realidade. Editora Scortecci/SP, 244 p., 2012.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 06 maio 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 5, n. 1, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222010000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 mar. 2011. doi: 10.1590/S1981-81222010000100003.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 421-443.

BENSUSAN, Hilan. Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado. Rev. Estud. Fem. [online]. 2004, vol.12, n.1 [citado 2010-05-15], pp. 131-155. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-026X. doi: 10.1590/S0104-026X2004000100007.

BERGER, Peter e LUCKMAN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis, Vozes. 1973.

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar. Cia. das Letras: São Paulo, coleção Cia. de Bolso, 1982.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. Estudos Avançados, 21 (59), 2007. pp. 139-153.

BEZERRA, Marcos Otávio. Corrupção: Um Estudo sobre Poder Político e Relações Pessoais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ANPOCS. 1995.

BID, CAF e FONPLATA. América del Sur 2020. Una visión estratégica de la integración física regional. IIRSA, BID, CAF e FonPlata, Santa Cruz. 2003.

BLOG BELO MONTE. Conheça a Norte Energia. Postado em 13/02/2011. In <http://blogbelomonte.com.br/conheca-a-norte-energia>, com acessos em 28/04/2013.

BLOG DA FLORESTA. Pescadores e agricultores narram drama das contas astronômicas. Postado em 27 de janeiro de 2012. Acessos em 8 de março de 2012. In <http://www.blogdafloresta.com.br/politica/9320-pescadores-e-agricultores-narram-drama-em-torno-das-contas-de-luz-astronomicas.html>.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do Jogo. Presença, 1986.

BORELLI, Dario Luis. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 53, Apr. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Oct. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100002>.

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. 2001. Disponível em: <http://www.maternatura.org.br/hidrelétricas/biblioteca_docs/grandes%20hidrel%C3%A9tricas.pdf>. Acesso em 08 setembro 2011.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. Estudos Avançados, 26 (75), p. 249-266. 2012.

BOTELHO, Antonio José Junqueira. Globalização, regulação e neonacionalismo: uma análise das agências reguladoras. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 18, jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000100003&lng=pt&nr m=iso>. acessos em 28 jul. 2011. doi: 10.1590/S0104-44782002000100003.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BRASIL, Altino Berthier. *O Pajé da Beira da Estrada*. Porto Alegre/RS. 1986.

BRITO, Agnaldo. Balbina, a hidrelétrica do caos: usina produz imagens do fim do mundo. Em 25/11/2007. In http://www.estadao.com.br/amazonia/destruicao_balbina_a_hidreletrica_do_caos.htm. Acessos em 13/05/2011.

BRUM, Argemiro Luís e BEDIN, Gilmar Antonio. Globalização e Desenvolvimento: algumas reflexões sobre as transformações do mundo atual e suas implicações no processo de desenvolvimento. *Revista Desenvolvimento Em Questão*. Editora Unijuí, ano 1, n. 2, jul./dez, 2003.

BRUM, Argemiro Luís. *A economia internacional na entrada do século XXI: transformações irreversíveis*. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

BONDER, Nilton. O bem comum como maior valor social. Entrevista concedida a Inês Castilho, do site *Outras Palavras*, em 16/1/2013. Acessos em 16/01/2013, no endereço <http://envolverde.com.br/sociedade/o-bem-comum-como-maior-valor-social/>.

BURKE, Peter. A esperança tem história? *Estudos Avançados*, 26 (75), p. 207-218. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica (Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica)*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Planejamento e Política: Os Anéis Burocráticos*. In B. Lafer (ed.), *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1970.

CARLOTTO, Mary Sandra, CÂMARA, Sheila Gonçalves. Análise da produção científica sobre a Síndrome de Burnout no Brasil. *Psico-PUCRS*. 2008; 39(2): 152-8.

CARTA CAPITAL. O resgate de uma dívida social. Ildo Sauer (colunista). Editora Confiança, Alameda Santos, 1.800, 7º. Andar, Cerqueira César, São Paulo/SP, 2012. In <http://www.cartacapital.com.br/economia/o-resgate-de-uma-divida-social/>.

CARTA DO CHEFE ÍNDIO SEALTH (dito Seattle). Texto transcrito do original de 1854, no compêndio de Joseph Ki-Zerbo, *Compagnons du Soleil*, Anthologie des grands textes de

l'humanité, Ed. La Découverte/UNESCO, Paris, 1992; e de Mehlem Adas, Geografia da América, Ed. Moderna 1987.

CARVALHO, Geraldo Mota de; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa; JESUS, Maria Cristina Pinto de. Recorrência da parentalidade na adolescência na perspectiva dos sujeitos envolvidos. Texto contexto – enfermagem., Florianópolis, v. 18, n. 1, mar. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072009000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 6 maio 2010. doi: 10.1590/S01040707 2009000100002.

CARVALHO, Joaquim Francisco. A construção e desconstrução do sistema elétrico brasileiro. In: BRANCO, Antonio. (Org.). Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 97-116.

CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada. Brasília. Editora: s/ed., 1982. 154 p.

CASADO, Rogelio. Balbina no país da impunidade. Videodocumentário, 1989. In www.youtube.com/watch?v=2v40-zvNW0k. Acessos em maio de 2012.

CASTEL, Robert. De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In J. Donzelot (Org.), Face à l'exclusion — le modèle français (pp. 137-168). Paris: Esprit. 1991. Acessado em: 07 de abril 2012. doi: 10.1590/S1413-294X2004000100017.

CATÃO, Maria de Fátima Fernandes Martins. Projeto de vida em construção: na exclusão/inserção social. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária. 2001.

CMB – COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para a tomada de decisões [s.1], [s.n], 2000. Sumário do Relatório da Comissão.

CBN NOTÍCIAS. RÁDIO RBN. Manaus: CBN Manaus, 30 de janeiro de 2012. Programa de Rádio/Rádiorjornal.

CEPEL. Incorporação da Metodologia para Análise Integrada de Impactos de Usinas Hidrelétricas ao Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas, Relatório Técnico 143/97, CEPEL, Rio de Janeiro, 1997.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO/MUSEU NACIONAL. Terras Indígenas no Brasil. São Paulo, CEDI, 1987.

CHATTERS, Leon. Subjective well-being evaluations among older black Americans. Psychology and Aging, 13, 184-190, 1988.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. Soc. nat. (Online), Uberlândia, v. 22, n. 1, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132010000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 mar. 2011. doi: 10.1590/S1982-45132010000100012.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CHICCHI, Federico. Lavoro e vita sociale: le dense ambivalenze della società flessibile, in: San

Marcellino: educazione al lavoro e territori, MILANO, Franco Angeli, 2010, pp. 35 - 52 (Sociologia urbana e rurale) [capítulo de livro].

COHN, Gabriel (org.). Comunicação e indústria cultural. 4. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

COMUNICADOS CVM/BACEN/SRF/JUSTIÇA, 1995. Informativo da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) de 16 de março de 1995. Folha A4. In <http://www.acervobmfbovespa.com.br/Archive/ReadPDF?archiveID=39673>. Acessos em 06/04/2013.

CONSELHO INDIGENISTA DA FUNAI-CIF. Ata da 81ª Sessão, Realizada em 24 de janeiro de 1975. Rio de Janeiro, 1975.

CONTRERAS, Jesús. Alimentación y religión. *Humanitas Humanidades Médicas*, n. 16, p. 1-22, 2007. Disponível em: http://www.fundacionmhm.org/www_humanitas_es_numero16/articulo.pdf. Acesso em: 28.09.2008.

CORRÊA, Roberto. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (Org.). Território. Globalização e Fragmentação. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 251 - 256.

COSTA, Franklin Rodrigues da. Relatório do Procedimento administrativo instaurado pela 5ª Comarca de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o objetivo de investigar a legalidade da outorga de títulos de terras pelo Estado de Amazonas a empresários paulistas, bem como a licitude do pagamento de indenização, por parte da Eletronorte, a títulos de desapropriação, na área na qual foi construída a Usina Hidrelétrica de Balbina, aos cessionários dos títulos. Processo MPF/PGR/1.00.000.000929-72. Brasília: Ministério Público Federal / Procuradoria Regional da República da 1ª Região, 2007.

COUTO, Alessandro Biazzi. A atuação das grandes empreiteiras brasileiras na integração de infraestrutura na América do Sul. In VERDUM, Ricardo et alii (orgs.). Financiamento e magaproyetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc, 2008.

CRAPANZANO, Vincent. Hermes dilemma: The masking of subversion in ethnographic description. In: CLIFFORD, J; MARCUS, G.C. (ed.). *Writing culture. The poetics and politics ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 51-76.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Superintendência Regional de Manaus. Potencial turístico do município de Presidente Figueiredo. Programa de Integração Mineral em municípios da Amazônia - Primaz de Presidente Figueiredo. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Manaus, Amazonas. 63 p. 1998.

CUARTO TRIBUNAL RUSSELL SOBRE LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LAS AMÉRICAS. Conclusiones. Rotterdam: 1980.

DALMOLIN, Bernadete Maria; LOPES, Stella Maris Brum; VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa. A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. *Saude soc.*, São Paulo, v. 11, n. 2, dez. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902002000200003&lng=pt &nrm=iso>. acessos em 21 jan. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902002000200003>.

DALMONTE, Edson Fernando. A narrativa jornalística e a representação da realidade. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, pp.05, 2009.

DA MATTA, Roberto. Você Sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1978.

DA MATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. O Correio da Unesco. Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 22-23, 1987.

D'AQUINO, Teresinha. A construção de novos espaços de vida nos assentamentos rurais: a casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão/SP. In Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida. SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção, organizadora. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. O que é a Filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34. 1992.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Anti-Édipo - Capitalismo e Esquizofrenia, Editora Assírio & Alvim, 2002.

DECLARAÇÃO DE BENS. Reconhecimento em Cartório. Cartório Leite, 1º Ofício de Notas, 2 de julho de 1998. Por Ronaldo de Brito Leite (Notário). In <http://download.uol.com.br/fernandorodrigues/politicodobrasil/1998/593-98.pdf>. Acessos em 2 abril de 2013.

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO - Edição nº 220/2011, São Paulo, quinta-feira, 24 de novembro de 2011. Seção Judiciária Do Estado De São Paulo. Publicações Judiciais I – Capital/SP. Subseção Judiciária de São Paulo. 24ª Vara Cível. In web.trf3.jus.br/diario/Consulta/BaixarPdf/5795. Acessos 07/04/2013.

DIEESE - ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2010-2011. 4.ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. -- São Paulo: DIEESE/NEAD/MDA, 2011. 292p. ISBN 978-85-60548-84-2 (MDA).

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In DIEGUES, Antônio Carlos e MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo. Núcleos de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Esalq/USP, 2001.

DOISE, Wilhelm. L'ancrage dans L'étude dês Representations Sociale. Bulletin de Psychologie, Tome XLV, nº 405. 2003.

DUARTE, Cristiane Rose. Percursos, Escritas e Novos Olhares para o Pesquisador em Arquitetura. In: Tangari, V.; Bronstein, L.; Rocha-Peixoto, G.; Salgado, M. (orgs): A pesquisa em arquitetura: caminhos e proposições. Proarq /UFRJ. 2010 (ISBN: 978-85-88341-32-6).

ECHEVERRIA, Ruben. Elementos estratégicos para la reducción de la pobreza rural en América Latina y el Caribe. Washington: BID, 1998.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. V. I.

EMBRAPA. Boletim Agrometeorológico. EMBRAPA/CPAA, Manaus. 23 p. 1998.

EMBRAPA. Boletim Agrometeorológico. EMBRAPA/CPAA, Manaus. 19 p. 1998b.

ELETRONORTE, Projeção da demanda e perspectivas socioeconômicas, Sistema Manaus, ciclo 98/99, 1999.

FEARNSIDE, Philip Martin. Brazil's Balbina dam: environment versus the legacy of the pharaohs in Amazônia. Environmental Management, New York, v. 13, n. 4, p. 401-423, 1988.

FEARNSIDE, Philip Martin. A Hidrelétrica de Samuel: Lições para as Políticas de Desenvolvimento Energético e Ambiental na Amazônia. 2004. In http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/SAMUEL-EM-3-port-2.pdf. Acessado em 18 de dezembro de 2007.

FEARNSIDE, Philip Martin. Carbon credit for hydroelectric dams as a source of greenhouse-gas emissions: the example of Brazil's Teles Pires Dam. Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change, p. 1-9, 2012.

FEARNSIDE, Philip Martin e PUEYO, Salvador. Greenhouse-gas emissions from tropical dams. Nature Climate Change, v. 2, p. 382-384, 2012.

FEIJÓ, Maria Cristina e ASSIS, Simone Gonçalves. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. Estud. psicol. (Natal). [online]. 2004, vol. 9, n° 1 [citado 2006-08-05], pp. 157-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100017&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-294X. doi: 10.1590/S1413-294X2004000100017.

FEENY, David *et al.* A tragédia dos comuns: [uma leitura] vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antônio Carlos e André de Castro C. Moreira. (org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

FERRAZ, Iara. Comentário sobre o tópico “59ª Reunião Anual da SBPC: A água na Amazônia”. In <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=48747>. Acessos em abril de 2013.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981. 157p.

FERREIRA JR., Amarilio e BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Cad. CEDES, Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300004&lng=pt &nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011. doi: 10.1590/S0101-32622008000300004.

FIGUEIRA, Archibaldo. Hidrelétrica de Balbina: a herança maldita dos anos de chumbo. Jornal A Nova Democracia. 2013. In. <http://www.anovademocracia.com.br/no-48/1937-hidreletrica-de-balbina-heranca-maldita-dos-anos-de-chumbo>. Acessos em 06/04/2013.

FIGUEIREDO, João Batista de (Presidente da República). Decreto Nº 86.630, de 23 de novembro de 1981. Diário Oficial, 25 de novembro de 1981.

FIGUEIREDO, Elsie Antonio Pereira de, SCHMIDT Gilberto Silber, ÁVILA, Valdir Silveira de, JAENISCH, Fátima Regina Ferreira, PAIVA, Doralice Pedroso de. Recomendações técnicas para a produção, abate, processamento e comercialização de frangos de corte coloniais. Sistemas de Produção, ISSN 1678-8850 - Versão Eletrônica. Nov/2007.

FIGUEIREDO, Dayse Magalhães, LARAQUE, Allan. Balbina: 10 anos depois. In: Manaus'99 - hydrological and geochemical processes in large scale riverbasins: extended abstracts. Brasília: HIBAM, 1999. 1 CD-ROM.

FINER, Matt, JENKINS, Clinton. Proliferation of Hydroelectric Dams in the Andean Amazon and Implications for Andes-Amazon Connectivity. PLoS ONE 7(4): e35126.doi:10.1371/journal.pone.0035126. Ano 2012.

FLÔRES, General Clodomiro Santos (Diretor Geral do DGPI / FUNAI). Ao Presidente da FUNAI. Brasília, 17 de fevereiro de 1971.

FOLHA DE SÃO PAULO. Antropólogas acusam Funai de “racismo”. São Paulo: s/p, 1988.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 29, n. 57, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011. doi: 10.1590/S0102-01882009000100002.

GEDDES, Bárbara e RIBEIRO NETO, Artur. Fontes Institucionais da Corrupção no Brasil. In K. Rosenn e R. Downes (orgs.), Corrupção e Reforma Política no Brasil: O Impacto do Impeachment de Collor. São Paulo, Fundação Getulio Vargas Editora. 2000.

GEERTZ, Clifford. O senso comum como sistema cultural. In: GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Págs. 13-41.

GIDDENS, Anthony. O mundo na era da globalização. Lisboa: Presença, 2000.

- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOLDMAN, Michael. Inventando os comuns: teorias e práticas do profissional. In: DIEGUES, Antônio Carlos e André de Castro C. Moreira. (org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.
- GOMES, Mônica Araújo e PEREIRA, Maria Lúcia. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciênc. saúde coletiva.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 Mar 2012. doi: 10.1590/S1413-81232005000200013.
- GOMES, José Antônio. *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOW, Peter. Ex-cocama: identidades em transformação na Amazônia peruana. *Mana*, Abr 2003, vol.9, no.1, p.57-79. ISSN 0104-9313.
- GRIBEL, Rogério. Balbina no país da impunidade. In <http://rogeliocasado.blogspot.com>., 1989. Acessado em janeiro de 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAU, Eros Roberto e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. A Corrupção no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 80. 1995.
- GOLDENBERG, José; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 15, n. 2, Nov. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Apr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200009>.
- GUATTARI, Félix, *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1999.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes. 1996.
- GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo, América Latina en Movimiento. 462:1-20, 2011.
- GUI, Roque Tadeu. Prazer e sofrimento no trabalho: representações sociais de profissionais de recursos humanos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 22, n. 4, dez. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000400011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 abr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000400011>.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR. 2001.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214. 1994.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc., espaço, tempo e crítica: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 15 de Agosto de 2007, nº 2 (4), vol. 1. ISSN 1981-3732.

HAMMERSLEY, Martyn. What’s wrong with ethnography?: methodological explorations. London: Routledge, 1992.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. Science, v. 162, p. 1243-1248, 1968. Tradução Henrique Pereira dos Santos, Ufam, 2010.

HARVEY, David. 1992. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola.

HARVEY, David. Justice, nature and the geography of difference. Cambridge (Mass.); Oxford (UK): Blackwell, 1996. p. 232. In GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 29, n. 57, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011. doi: 10.1590/S0102-01882009000100002.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric. Novo século. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

HORNBERGER, Nancy. Ethnography. In: CUMMING, A. (Ed.). Alternatives in tesol Research: descriptive, interpretive, and ideological orientations. Tesol Quartely, Alexandria, v. 28, no 4, p.673-703, winter, 1994.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/>

S0102-69092002000200001.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 12, n. 2, nov. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103207020000002000006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702000000200006>.

IANNI, Octavio. Sociedade global, história e transculturação. In: TAVARES DOS SANTOS, J.V. *Violências em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 43-65.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octavio. A desterritorialização. In: IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 89-105.

IASI JÚNIOR, Antônio (CIMI). CPI do Índio: uma CPI Impossível. IN: *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXIII – Suplemento ao N° 72, Brasília: 17 de julho de 1978, p. 86.

ICOTI. Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal. *Informações básicas do município de Presidente Figueiredo*. ICOTI, Manaus, 58 p. 1992.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. *Tracking clean energy progress 2013*. IEA Input to the Clean Energy Ministerial. Site da IEA. Em 18/04/2013. In http://www.iea.org/publications/TCEP_web.pdf.

INTERNATIONAL RIVERS. *Protegendo rio e direitos: dez anos depois do relatório da Comissão Mundial de Barragens*. Acessos em 18/04/2013. In <http://www.internationalrivers.org/pt-br/resources/protegendo-rios-e-direitos-dez-anos-depois-do-relat%C3%B3rio-da-comiss%C3%A3o-mundial-de-barragens>.

IPCC. 2º Relatório do Grupo de Trabalho 1, Quatro Relatório de Avaliação do IPCC, lançado em fevereiro de 2007. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/17685.html>, acessado em 21/05/2012.

IPCC. 3º Relatório do Grupo de Trabalho 1, Terceiro Relatório de Avaliação do IPCC, lançado em 2001. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/17685.html>, acessado em 21/05/2007.

IPCC. 4º Relatório do Grupo de Trabalho 1, Segundo Relatório de Avaliação do IPCC, lançado em 1995. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/17685.html>, acessado em 21/05/2012.

ITEAM (Instituto de Terras do Amazonas). Banco digital de dados geográficos fornecidos ao pesquisador Tiago Maiká Müller Schwade em 2012.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio disputam cada megawatt a ser extraído das águas de Rondônia. *Meio Ambiente* | 03/12/2012. In <http://www.observatoriosocial.org.br/portal/noticia/2024>. Acessos em 7 abril de 2013.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

JODELET, Denise. Les représentations sociales. Paris: Presses Universitaires de France. 1989.

JORNAL O GLOBO. Perfil. José Porfírio de Carvalho, Consultor Eletrobras. Para negociar terra com índio, um indigenista. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2011.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. A espera paciente no posto da FUNAI. Assimilando costumes da civilização. Roupas, alimentação – as mudanças. São Paulo, 28 de abril de 1982.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. O escândalo da hidrelétrica de Balbina. Índios desistem de brigar pelas terras ocupadas. São Paulo, 31 de julho de 1988.

JORNAL DO COMÉRCIO. Balbina, uma lamparina de 700 milhões de dólares. Balbina/índios. Manaus, 31 de julho de 1988.

JUNK, Wolfgang e MELLO, Nunes de. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. *Estud. av.*, São Paulo, v. 4, n. 8, Apr. 1990. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 28 July 2011. doi: 10.1590/S0103-40141990000100010.

KATSURAGAWA, Tony Hiroshi et al. Endemias e epidemias na Amazônia: malária e doenças emergentes em áreas ribeirinhas do Rio Madeira. Um caso de escola. *Estud. av.*, São Paulo, v. 22, n. 64, dic. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300008&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 28 jul. 2011. doi: 10.1590/S0103-40142008000300008.

KEMENES, Alexandre, FORSBERG, Bruce Rider, MELACK, John Michael. Methane release below a tropical hydroelectric dam. *Geophysical Research Letters*. June 2007. Vol.: 34, L12809. DOI: 10.1029/2007GL029479.

KOHLHEPP, Gerard. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados - USP*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

KOSMINSKY, Ethel. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 15, n. 3, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 5 maio 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300016>.

KUCHARZ, Tom. Transnacionales: en el punto de mira. Entrevista concedida a Eduardo Tamayo G./ALAI/Minga Informativa de Movimientos Sociales. 2013. <http://www.movimientos.org/es/content/transnacionales-en-el-punto-de-mira>. Acessos em 29 de janeiro de 2013.

KUWAHARA, Nelson e CARTAXO, Elizabeth Ferreira. Planejamento Energético Brasileiro e a Crise de Suprimento: O caso de Manaus In: IV Congresso Brasileiro de Planejamento Energético. In: IV Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, 2004, Itajubá - MG. Anais do IV Congresso Brasileiro de Planejamento Energético. Itajubá - MG: CERNE: SBPE, 2004.

LACERDA, Marcos, PEREIRA, Cícero, CAMINO, Leôncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0102-79722002000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 mar 2012. doi: 10.1590/S0102-79722002000100018.

LANNA, Marcos. Dívida Divina: Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro. Campinas, SP, Ed. Unicamp. 1997.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, A.D. et al. (coord.) Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 11 ed. Rio: Zahar, 1996.

LATOUCHE, Serge. A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991b.

LEFEBVRE, Henri. La Production de l'Espace. Paris: Anthropos. 1986.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. Trad. Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. As bases ecológicas do desenvolvimento sustentável. In: LEFF, E. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora FURB, 2000.

LENINE, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução. VI. Obras Escolhidas, 1917. In <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Vladimir%20Ilitch%20Lenin%20-%20%20estado%20e%20a%20revolucao.pdf>. Com acessos da versão em inglês em The Marxists Internet Archive em abril de 2013.

LIMA, Joubert. US\$ 55 milhões para salvar mina do Pitinga. A Crítica, Economia, p. A9, em 12/04/2004. In <http://ti.socioambiental.org/#!/noticia/40217>. Acessos em 23/11/2011.

LIPINSKI, Jéssica. Energia produzida hoje é basicamente tão suja quanto era há 20 anos. Site CarbonoBrasil. Em 18/04/2013. In <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias3/noticia=733752>.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 27, n. 53, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011. doi: 10.1590/S0102-0188200700 0100013.

LUNA, Denise. Facões, artistas e contradições cercam Belo Monte. Jornal O Estado de São Paulo, 19 de abril de 2010. In <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,facoes-artistas-e-contradicoes-cercam-belo-monte,14438,0.htm>. Acessos em 07/08/2011.

LUZ, Douglas Souza (Presidente da Eletronorte); BARREIRA, Newton Burlamaqui (Diretor de Suprimentos da Eletronorte). 1.00.56.83 (Ofício dirigido a Sondra Wentzel). 17 de março de 1983.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. *Rev. econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482006000300001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011. doi: 10.1590/S1415-98482006000300001.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. *Nova econ.*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011. doi: 10.1590/S0103-63512005000300003.

MACIEL, Tânia Barros e RITTER, Paula. Desenvolvimento sustentável, diversidade e novas tecnologias: a relação com a ecologia social. *Psico*, Porto Alegre, PUC-RS, v. 36, n. 1, pp. 81-87, jan./abr, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Águas no Brasil: Aspectos Legais. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro. no. 110, v. 19, p. 61-65, Jun. 1995.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2010, vol.30, n.2, pp. 376-389. ISSN 1414-9893.

MAGALHÃES, Sandra da Cruz Garcia. Estudo dos Impactos sociais e ambientais decorrentes dos projetos hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio - Reflexões preliminares. Agosto de 2006. Universidade Federal de Rondônia. Núcleo de Ciência e Tecnologia – NCT, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA. In <http://www.gpers.unir.br/docs/gpers/Artigo%20Análise%20dos%20Impactos%20sociais%20e%20ambientais%20das%20hidreletricas%20de%20Jirau%20e%20Santo%20Antonio.pdf>. Acessos em 4 de abril de 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. As cidades de “tristes trópicos”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1 e 2, p. 98-111, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: nota para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 15, n. 1, abr. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 jan. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>.

MANCE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 178.

MAPA DA INFLUÊNCIA ANTRÓPICA DA HIDRELÉTRICA DE BALBINA, CSR, IBAMA, Brasília, 1992

MARENCO, Antonio., NOBRE, Afonso., NOBRE, Carlos., TOMASELLA, Javier.; CARDOSO, M., OYAMA, M. Hydro-climatic and ecological behaviour of the drought of Amazonia in 2005. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Biological Sciences* 21: 1-6, 2011.

MAREWA. Movimento de Apoio à Resistência dos Povos Waimiri-Atroari. Resistência Waimiri-Atroari: MAREWA, 1983.

MAREWA. Movimento de Apoio à Resistência dos Povos Waimiri-Atroari. Balbina, catástrofe e destruição na Amazônia: MAREWA, 1987.

MARQUES, Eduardo Cesar e BICHIR, Renata Mirandola. Estado e empreiteiras II: permeabilidade e políticas urbanas em São Paulo. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 1, 2003, pp. 39-74.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MARTINS, José de Souza. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. Estud. Av., São Paulo, v. 14, n. 38, Apr. 2000b. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100015&lng=en&nrm=iso>. Access on 09 Apr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000100015>.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATTEI, Lauro. Pobreza rural: um dilema histórico. IHU – Unisinos, Instituto Humanitas Unisinos, Adital. Entrevista em 30 de maio de 2012. In www.adital.org.br, acessos em 1º de jun de 2012.

MATTELART, Armand e Michéle. História das teorias da comunicação. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MAYOR, Bruno Brant Sotto. Dinâmicas do desmatamento na Amazônia oriental e propostas de desenvolvimento sustentável. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. Monografia de bacharelado. Orientador: Carlo Eduardo Young. 53 p, 2004.

MARTÍNEZ, Joan e ROCA, Jordi. Economía ecológica y política ambiental. México: PNUMA/FCE, 2000. 487 p.

MCELHINNY, Vince. A IIRSA em uma encruzilhada: indicativos de mudança e implicações para a advocacy. In VERDUM, Ricardo et alii (orgs.). Financiamento e megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc, 2008.

MÉDICI, Emílio G. (Presidente da República); CAVALCANTI, José Costa (Ministro do Interior). Decreto Nº 68.907, de 13 de julho de 1971. Diário Oficial, 14 de julho de 1971.

MENDONÇA, Maria Silvia de, FRANÇA, José Ferreira, OLIVEIRA, Andréia Barroncas, PRATA, Ressiliane Ribeiro, AÑEZ, Rogério Benedito da Silva. Etnobotânica e saber tradicional. In FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto, PEREIRA, Henrique dos Santos, WITKOSKI, Antônio Carlos. (Orgs.) Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

MELLO, General Oscar Gerônimo Bandeira de (Presidente da FUNAI). Of.30/DGPI. Assunto: Certidão Negativa (indefer). 24 de fevereiro de 1971.

MILLER, Robert, WANDELLI, Elisa, GRENAND, Pierre. Conhecimento e utilização da floresta pelos índios Waimiri-Atroari do Rio Camanau - Amazonas. *Acta Bot. Bras.*, Feira de Santana, v. 3, n. 2, 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33061989000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-33061989000300005>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradora da República. Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada. São Paulo, 21 de agosto de 2006. Cristina Marelím Vianna. Procuradora da República. Vara Federal da 1ª Subseção Judiciária de São Paulo. In www.prsp.mpf.gov.br/institucional/atuacao/3/ordem/Fraude.../file. Acessos em abril de 2011.

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 16, n. 47, out. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 fev. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092001000300002>.

MOREIRA, Thereza Maria Magalhães; VIANA, Danielle de Sousa; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; JORGE, Maria Salete Bessa. Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2008, vol.42, n.2 [citado 2010-05-06], pp. 312-320 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000200015&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0080-6234. doi: 10.1590/S0080-62342008000200015.

MORIN, Edgar. *Antropologia da liberdade. Ética e o Futuro da Cultura*. São Paulo: Fapesp e Edu, 1999.

MOSCOVICI, Serge. *La société contre nature*. Paris: Union Générale D'Éditions, 1972. (Coll.10/18). In Rivière, C. (2001). *Culture inavouée dans la nature, nature soumise dans la culture*. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 7, n. 16. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 Dez 2009. doi: 10.1590/S0104-71832001000200002.

MOSCOVICI, Serge. *Le mouvement écologiste devrait se considérer comme una minorité*. Interview de Serge Moscovici sur le changements sociaux, mai., France, École de Hautes Études, 2000. www.ecorev.org. (documento acessado em mai/2006).

MOSCOVICI, Serge e PÉREZ, Juan. A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: O caso dos ciganos. In VALA, José. (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 103-119). Oeiras: Celta. 1999.

MOSCOVICI, Serge. *Psicologia social*. Buenos Aires: Paidós. 1985.

MOTTA, Ronaldo Seroa da; HARGRAVE, Jorge; Gustavo, LUEDEMANN; Maria Bernardete Sarmiento, (ed). *Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios*. Brasília: Ipea, 2011. 440 p.: gráfs., mapas, tabs. 2011.

MOZOBANCYK, Schelica. Problemas ambientales y psicología ambiental. Reflexiones para la construcción de una psicología de la sustentabilidad en Argentina. *Psiencia: Revista Latinoamericana de Ciencia Psicológica*. Número 2, volume 3, novembro de 2011. ISSN 2250-5490.

NETO, Tourinho. Relator. Agravo de Instrumento. N. 0025174-60.2011.4.01.0000/AM. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Processo Orig.: 0000104-21.1986.04.04.3200. Agravante Fernando Vergueiro – Espólio e outro(a). Agravado. 2011. Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

NEVES, Paulo. Direitos humanos e cidadania simbólica no Brasil. In: LYRA, Rubens. Direitos humanos: os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar. Brasília; Brasília Jurídica. 2002.

NODA, Sandra, NODA, Hiroshi, PEREIRA, Henrique, MARTINS, Ayrton. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzea. In DIEGUES, Antônio Carlos e MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo. Núcleos de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Esalq/USP, 2001.

OLIVEIRA, Rubens Auto da Cruz FUNAI/DGPC. Postos Indígenas da FUNAI/Primeira Delegacia Regional/Estado do Amazonas. 1972, p. 1, 2, 7 e 8.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades na selva. Manaus/AM. Ed. Valer. 2000.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. História, Franca, v. 29, n. 2, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200008 &lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000200008>.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Agenda 21. Rio de Janeiro: CMMED, 1992. O ESTADO DE SÃO PAULO. Militares mantém obra. São Paulo: s/p, 1975.

PADILHA, Walquiria. Shopping center: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAIS, José Machado. A esperança em gerações de futuro sombrio. estudos avançados 26 (75), p. 267-280. 2012.

PAIVA, Vera. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e sujeito sexual. In: Parker R, Barbosa RM, organizadores. Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1996. p. 211-34.

PASSET, René. A ilusão neoliberal. Editora Record, 368 p., 2002.

PDEE 2020 - PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA 2020. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2011.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

PEREIRA, Denise de Castro e CARRIERI, Alexandre de Pádua. Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. RAE electron. São Paulo, v. 4, n. 1, jun. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482005000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 mar. 2011. doi: 10.1590/S1676-56482005000100013.

PEREIRA, Henrique dos Santos. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do Rio

Solimões-Amazonas. In FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto, PEREIRA, Henrique dos Santos, WITKOSKI, Antônio Carlos. (Orgs.) Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

PERROUX, François. A economia do século XX. 14ª Reimpressão. Ed. Livraria Moraes, 1967.

PETRERE, Miguel Jr. Pesca na Amazônia. In: Pará – Secretaria do Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Belém: Simdamazônia, Prodepa, 1992. p. 72-8.

PIROTTA, Kátia Cibelle Machado; SCHOR, Néia. Intenções reprodutivas e práticas de regulação da fecundidade entre universitários. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 4, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-8910200400040003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 5 maio 2010. doi: 10.1590/S0034-89102004000400003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Disponível em: <www.unep.org> e <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em: 22 fev. 2011.

PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI – PWA (ELETRONORTE/FUNAI). Elaboração: GT Portaria PP No. 1332/87. NAWA, 25 de outubro de 1987.

PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI - PWA (ELETRONORTE/FUNAI). Elaboração: GT Portaria PP No. 1332/87. 28 de outubro de 1987b.

QUINTERO, Osório, THATCHER, Dutary, TADEI, Wanderli Pedro. Biologia de anofelinos amazônicos. XXI. Ocorrência de espécies de Anopheles e outros culicídeos na área de influência da Hidrelétrica de Balbina, cinco anos após o enchimento do reservatório. Acta Amazonica, Manaus, v. 26, n. 4, p. 281-296, 1996.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, César. Liberdade Subjetiva e Estado na filosofia política de Hegel: A crítica marxista do Estado hegeliano. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 1, 1993.

RESTREPO, Luis Alberto. A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 2(2): 61-100, 2.sem. 1990.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental? São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos). 1994.

REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. 3a. edição. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

REPRODUÇÃO/RELEASE. Deformidades impunes - EUA arquivam ação sobre efeitos do Agente Laranja (em português). In *Jornal do Brasil*, 12/03/2005. Com acessos em 06/04/2013, pelo link

<http://www.consciencia.net /2005/mes/06/vietnaeua-impunidade.html>.

REVISTA VEJA. Justiça determina paralisação das obras de Belo Monte. Em 14/08/2012 In <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/justica-determina-paralisacao-das-obras-de-belo-monte>. Com acessos em setembro de 2012.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 12, n. 19, jun. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 abr. 2012.

RIVIERE, Claude. Culture inavouée dans la nature, nature soumise dans la culture. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 7, n. 16, Dec. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Mar. 2011. doi: 10.1590/S0104-71832001000200002.

RODRIGUES, Renan Albuquerque, OLIVEIRA, José Aldemir, AMOEDO, Pedro Marinho. Efeitos da desterritorialização ocasionada pela construção de grandes projetos estruturantes na Amazônia: o caso da matriz energética. *Revista T & C Amazônia*, jan-jun 2010.

RODRIGUES, Renan Albuquerque. As representações sociais do conceito de ambientalismo ou preservação ambiental: os casos de Fátima e Livramento. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do PPGSCA da Ufam/AM, Edua/Capes*. Ano 5, nº 1, ref. jan./jun. 2005, p. 81-93. ISSN 15118-4765.

ROMANELLI, Geraldo. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. *Medicina (Ribeirão Preto)* 2006; 39 (3): 333-9.

ROSA, Luis Pinguelli e SCHAEFFER, Roberto. Global warming potentials: the case of emissions from dams. *Energy Policy*, 1995, 23 (2): 149–158.

SÁ, Celso Pereira de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro. Ed: URJ, 1998.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. Tradução Magda Lopes – São Paulo: Studio Nobel, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. *Estud. av.*, Ago 1998, vol.12, no.33, p.149-156. ISSN 0103-4014.

SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas*. *Estud. av.*, Ago 2004, vol.18, no.51, p.23-49. ISSN 0103-4014.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado*. Ed. Garamond, 2006.

SALLUM JR., Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 18, n. 52, jun. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011. doi: 10.1590/S0102-69092003000200003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Boaventura Souza. Para uma sociologia das ausências e das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280. 2002.

SANTOS, Emílio Meante. Alcoa fará leilão para comprar 820 megawatts. *Valor Econômico Impresso*, 11/05/2004. Grupo de Estudos em Economia Industrial. Unesp. In http://geein.fclar.unesp.br/jornais_det.php?codigo=1875. Acessos em 10/07/2012.

SANTOS, Paulo Monteiro dos (Diretor do Departamento Geral de Estudos Indígenas/FUNAI). Ref. Proc.: nº 570/71. Brasília, 16 de março de 1971b [Encaminhado à Chefe do Museu do Índio, em 23 de março de 1971, e ao Presidente da FUNAI em 13 de abril de 1971].

SANTOS, Paulo Monteiro dos (Diretor do Departamento Geral de Estudos Indígenas / FUNAI). Ref. Proc.: FUNAI/BSB/320/71. Brasília, 18 de fevereiro de 1971.

SAGLIO-YATZIMIRSKY, Marie-Caroline. A comida dos favelados. *Estud. av.*, São Paulo, v. 20, n. 58, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000300014>.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SARNEY, José (Presidente da República). Decreto nº 92.426, 25 de fevereiro de 1986. *Diário Oficial*, 26 de fevereiro de 1986.

SARNEY, José (Presidente da República). Decreto nº 97.837, de 16 de junho de 1989. *Diário Oficial*, 19 de junho de 1989.

SAUTCHUK, Jaime. O uso do Agente Laranja na Amazônia. In www.vermelho.org.br, em 03/08/2011, com acessos por meio do link http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=157823&id_secao=10, em 06/04/2013.

SAWAIA, Bader. As artimanhas de exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. In Sawaia, Bader. *As artimanhas da exclusão*. Vozes; Petrópolis, RJ, Brasil, 1999.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWADE, Egydio. Le prix des grands projets en Amazonie: L'extermination des Waimiris-Atroaris. In: *Recherches Amérindiennes au Québec*, Vol. XX. No. 2, 1990.

SCHWADE, Egydio. Minério radioativo em Presidente Figueiredo. Carta para o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari – MAREWA, em 12/12/1992. *In* Blog da Casa da Cultura do Urubuí, pelo <http://urubui.blogspot.com.br/2011/04/minerio-radioativo-em-pres-figueiredo.html>. Acessos em 12/05/2012.

SCHWADE, Egydio. Grileiros Paulistas Invadiram Amazônia como se fosse Vazio Demográfico. Casa da Cultura do Urubuí, 17 de dezembro de 2009. *In* Blog da Casa da Cultura do Urubuí, pelo <http://urubui.blogspot.com.br>. Acessos em 12/05/2012.

SCHWADE, Egydio. Mineração em terras indígenas. Casa da Cultura do Urubuí, 20 de março de 2011. *In* Blog da Casa da Cultura do Urubuí, pelo <http://urubui.blogspot.com.br/2011/03/mineracao-em-terras-indigenas.html>. Acessos em 30/07/2012.

SCHWADE, Egydio, REIS, Wilson Braga. (Orgs.). 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade - O genocídio do povo Waimiri-Atroari. Comissão da Verdade. p. 92, 2012.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller Schwade. Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas. Dissertação de Mestrado. PPGCASA/UFAM: Manaus, 2012.

SCHWADE, Maiká. 2000 Waimiri-Atroari Desaparecidos Durante a Ditadura Militar – Texto 5. <http://urubui.blogspot.com/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00-04:00&updated-max=2013-01-01T00:00:00-04:00&max-results=7>. 2012. Documento eletrônico, acesso em 06/03/2012.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia, Rio, Zahar, 1984.

SECOM. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Políticas de inclusão produtiva são integradas aos assentamentos. *In*: http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/comunicacao-publica/em-questao/edicoes-antiores/fevereiro-2013/boletim-1708-04.02/politicas-de-inclusao-produtiva-sao-integradas-aos-assentamentos?utm_campaign=Newsletteremquestao&utm_medium=Incr&utm_source=Politic&utm_content=40213. Acessos em 31 de janeiro de 2013.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e ser social: uma reflexão da ontologia de Gyorgy Lukács. *Contradictio*. v. 2, n. 1. 2009, p.75-100.

SENNET, Richard. A cultura do novo capitalismo. 2006. Rio de Janeiro: Record.

SERRA, Maurício Aguiar, FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

SESSÃO DE JULGAMENTO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO CVM Nº 16/99. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2000. Wladimir Castelo Branco Castro – relator e José Luiz Osorio De Almeida Filho – presidente. *In* http://www.cvm.gov.br/port/inqueritos/2000/rordinario/inqueritos/16_99.asp. Acessos em 06/04/2013.

SETTI, Arnaldo Augusto. A necessidade do uso sustentável dos recursos hídricos. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, 1994.

- SILVA, Márcio Ferreira da. A conquista da escola: educação escolar e movimento de professores indígenas no Brasil. Em aberto. Brasília, ano 14, n.63, jul./set. pp. 38-53. 1994.
- SILVA, Marilene Corrêa da. O Olhar da UNESCO sobre o exercício da tolerância e do respeito às diferenças (1946-2001). La Recherche en Education, v. 03, p. 85-108, 2010.
- SILVA, Marilene Corrêa da. Agenda Amazônica 21. Polêmicas da Amazônia. Manaus, v. 1, n. 2, p. 1-35, 2001.
- SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.
- SILVA, Ennio Peres da; CAVALIERO, Carla Kazue Nakao. Regulação energética e meio ambiente: propostas para a região amazônica isolada. Campinas: NIPE/Unicamp, 2001.
- SILVAN, Denison. Trabalho e relações de trabalho na Mineração Taboca. Denison Silvan Menezes da Silva. Manaus: UFAM, 2009. 100 f.; il. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. p. 4.
- SMITH, Adam. A Riqueza das Nações, volume I, Nova Cultural, 1988, Coleção "Os Economistas", pág. 17-54.
- SOARES, Claudia Lúcia Bisaggio. Moeda Social. In: CATTANI, A.D. et al. (coord.) Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009. p. 255-259.
- SOCHACZEWSKI, Suzanna. O proletariado, a esperança e o sonho de uma vida boa. Estudos Avançados, 26 (75), p. 281-288. 2012.
- SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro. J. Zahar, 1993. 324 p.
- SOUSA, Wanderley Lemgruber de. Impacto Ambiental de Hidrelétricas: Uma Análise Comparativa de Duas Abordagens [Rio de Janeiro] 2000. VII, 154p. 29,7cm (COPPE/UFRJ, M.Sc., Planejamento Energético, 2000). Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.
- SOUSA, Antonia Ludernilda Menezes de. Educação e Trabalho como Fatores de Transformações Políticas e Sociais na Sociedade Waimiri-Atroari entre 1970-2000. Dissertação de Mestrado PPGE/UFAM. Manaus, 2009.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.
- SOUZA, Nali de Jesus. Teoria dos Polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.
- SUDAM. Isto é Amazônia. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Belém, 48 p. 1972.

SUDAM. Atlas Climatológico da Amazônia Brasileira. Projeto de Hidrologia e Climatologia da Amazônia. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, (Public. nº 39), Belém, 125 p. 1984.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.) Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

THE NEW YORK TIMES. NYT press. New York City, 4 de novembro de 2011. Seção World/Americas. http://www.nytimes.com/2011/11/05/world/americas/brazils-rapidly-expanding-influence-worries-neighbors.html?_r=2. Acessos em 17/02/2012.

TOSCANO, Idalvo. Economia solidária: um projeto popular. Sao Paulo (SP), janeiro de 2011. Documento digitalizado para a internet. In www.economiasolidaria.org. Acessos em maio de 2012.

TRIBUNAL PERMANENT DES PEUPLES. Sessão Amazônia Brasileira. Sentença. Paris. 12-16 de outubro de 1990.

TRIVIÑOS, Augusto. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUBINO, Najjar. Hidrelétricas: quando a discórdia vira tragédia. Revista Carta Maior, Seção Meio Ambiente, 2012. In http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20769. Acessos em 23 de agosto de 2012.

TUNDISI, José Galizia. Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia. *Estud. av.* [online]. 2007, vol.21, n.59, pp. 109-117. ISSN 0103-4014.

UHE BALBINA - MEMÓRIA TÉCNICA. Eletronorte, Diretoria de Engenharia, Superintendência de Projeto – Brasília: Coordenação técnica do Departamento de Projeto Civil-EEC, 1997.

UNU / Wider, Ten Years of Transition: What Success in Building Market Essence, Helsinki, 17 dez. 2003.

VAINER, Carlos. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). Vidas Alagadas. Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV. 2008. p. 39 – 62.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 86 p.

VALA, José. Análise de conteúdo. In SILVA, Alceu., PINTO, João. (orgs). Metodologia em Ciências Sociais. Porto, Edições Apontamentos. 1986.

VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jun. 2009. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011. doi: 10.1590/S0103-21862009000100004.

VARGAS, Rosane Maciel de Araújo, SOUZA, Juliana Mio e LOCH, Carlos. Algumas Considerações sobre a Avaliação da Paisagem na Área de Influência para Implantação de Hidrelétricas. Anais do COBRAC 2004 (Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário), UFSC Florianópolis, 10 a 14 de Outubro 2004, p. 1-14, 2004.

VERDUM, Ricardo. Apresentação. In VERDUM, Ricardo et alii (orgs). Financiamento e magaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc, 2008.

WAQUIL, Paulo Dabdab, FINCO, Marcus Vinícius Alves, MATTOS, Ely José de. Evidências da relação entre pobreza e degradação ambiental no espaço rural do Rio Grande do Sul. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 249-276, abr. 2004.

WENTEL, Ignez. Belo Monte. Um depoimento. Entrevista a Patricia Fachin, Graziela Wolfart e Luana Nyland. Site Instituto Humanitas Unisinos, em 24 de novembro de 2012. In <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515761-a-ditadura-democratica-de-belo-monte-entrevista-especial-com-ignez-wenzel->.

WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. Acta Scientiarum, Maringá, 23(1):27-32, ISSN 1415-6814. 2001.

WORKING TOWARDS SUSTAINABLE DEVELOPMENT: OPPORTUNITIES FOR DECENT WORK AND SOCIAL INCLUSION IN A GREEN ECONOMY / International. Labour Office. Geneva: ILO, 2012, xxi, 185 p. ISBN: 978-92-2-126378-4 (print), ISBN: 978-92-2-126379-1 (web pdf).

WOORTMANN, Klaas e WOORTMANN, Ellen. O trabalho na terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.

XIBERRAS, Martine. As Teorias da Exclusão para uma Construção do Imaginário do Desvio. Lisboa: Instituto Piaget. 1993.

XIMENES, Arimatéa de Carvalho. Mapas auto-organizáveis para a identificação de ecorregiões no interflúvio Madeira-Purus: uma abordagem da biogeografia ecológica. 2008. 155 p. (INPE-15332 TDI/1372), mestrado em Sensoriamento Remoto. Inpe, São José dos Campos/SP. 2008. Em: <<http://urlib.net/sid.inpe.br/mtdcm18@80/2008/08.18.14.02>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

XIMENES, Arimatéa de Carvalho, AMARAL, Silvana e VALERIANO, Dalton Morrison. O conceito de ecorregião e os métodos utilizados para o seu mapeamento. Inpe ePrint: sid.inpe.br/mtdcm19@80/2009/11.30.14.10, v1 2009-12-01. Acessos em 28 de maio de 2012.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. Ambiente & Sociedade. Campinas v. X, n. 2, p. 119-135, jul.-dez. 2007.